UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Clícea Maria Augusto de Miranda

REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL AMERICANA NO DESTINO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL – 1861-1888.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL AMERICANA NO DESTINO DA
ESCRAVIDÃO NO BRASIL – 1861-1888.**

Clícea Maria Augusto de Miranda

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História Social

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

672r Miranda, Clicea Maria Augusto de
REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL AMERICANA NO DESTINO
DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL – 1861-1888 / Clicea Maria
Augusto de Miranda ; orientadora Maria Helena
Pereira Toledo Machado. – São Paulo, 2017.
203 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. CH 782.3.1.3.14. 2. CH 782.3.1. 3. CH
781.12.6. 4. CH 781.4.13 . I. Machado, Maria Helena
Pereira Toledo, orient. II. Título.

CLÍCEA MARIA AUGUSTO DE MIRANDA

REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL AMERICANA NO DESTINO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL – 1861-1888.

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História Social

APROVADO EM:

Banca Examinadora

Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado/ USP
Orientadora

Dra. Ligia Ferreira / UNIFESP

Dr. Flavio dos Santos Gomes / UFRJ

Dra. Keyla Grinberg/ UniRio

Dra. Lucilene Reginaldo / Unicamp

São Paulo, de de 2017

“Aos meus queridos pais
José Martins de Miranda e
Célia Martins Augusto de Miranda
meus verdadeiros anjos encarnados”

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que vieram antes de mim, meus mais velhos, meus ancestrais e a toda espiritualidade amiga que sempre me sustentou e me conduziu até aqui.

À minha amada família: sra. Célia Miranda e ao sr. José Miranda que são a minha luz, minha fortaleza e meus guias; meus irmãos Marcelo e Tatiana; meus sobrinhos Gustavo e Ana Júlia que são meus grandes amores; à minha madrinha Sonia Gomes pelas orações; meu cunhado Diogo Santos, pelas geleias que me fizeram sentir perto de casa, e às minhas irmãs de alma e família do coração Jane Soares e Rose Santos.

À querida professora Maria Helena Machado, pela aposta, pelo profissionalismo, pela paciência e suporte nos momentos mais precisos, mas principalmente pelos desafios que me propôs. Sem dúvidas suas observações foram cruciais para meu amadurecimento profissional e pessoal.

Às amigas e amigos de Historia e da Historia, da USP e da vida acadêmica, Luciana da Cruz Brito, amiga e parceira que me abriu os caminhos para trilhar o doutorado; Marília Ariza, querida companheira de viagens, de angústias e de aventuras, moça de muitos risos e sorrisos, de inteligência e senso de humor, o meu obrigado pelo companheirismo; aquelas que foram meus verdadeiros anjos em São Paulo, Lorena Telles e Débora Mattos, o meu obrigado especial pelas leituras, correções e ajustes nos textos, mas principalmente pelas conversas de encorajamento mútuo; Maíra, Maria Clara Sampaio, Renata Ribeiro Francisco, com quem compartilhei angústias e expectativas comuns, Joana D'Arc Oliveira, Alexandre Cardoso, Juliano Sobriño; agradeço a Yaci Maia Mata, pela generosidade com que me orientou para a pesquisa nos arquivos da Espanha.

Agradeço carinhosamente à turma da terra da garoa, em especial a querida amiga Gal Souza, que me acolheu em sua casa em São Paulo e que me deu amigas e amigos que me receberam, me adotaram e com quem compartilhei alegrias e agonias: Alejandra Bruschi, Renan, Mariana Lettis, Gevanilda Santos, Rodrigo Altair, Pamela Escolástico, Maria da Penha e Luís Sanches.

Aos afetos e as amigades que me incentivaram direta e indiretamente nessa caminhada, Daren Lee Barttlet, pelo apoio e incentivo inicial; Valéria Monã, que me faz sonhar, me energizar e

me conectar com ancestralidade através do corpo e dança afro; agradeço carinhosamente à querida Loraine Urt, que enfrentou o clima da gelada Ann Arbor para me visitar em Michigan levando afeto e o gosto de infância em Madureira; ao querido André Monteiro pela escuta sempre atenta e curadora, aos queridos amigos Alain Paskal Kaly, Simone Ricco, Larissa Gabarra, Maria Claudia Cardoso Ferreira, Marcio André Santos, Denise Moura, Ana Cristina, Jaqueline Alvez Paz, Alexandre Pacheco, Beatriz Monteiro, Aline Ventura de Jesus Casteluci, Maria Rosa Correia e a Silvano Carvalho Junior, que me fez recobrar a fé e a espiritualidade.

Aos meus queridos amigos e amigas de minha amada UERJ e de Movimento Estudantil de História, que não me deixam perder de vista o companheirismo e a militância, em especial Roberta Cerqueira e Everaldo Pereira Frade.

A todos os profissionais de arquivo, em especial a Rosane, do setor de consultas do Arquivo Nacional (Brasil) e aos funcionários do Arquivo Nacional da Espanha, pela gentileza e presteza do serviço.

A professora Elisa Larkin Nascimento, pelo incentivo e amizade durante o período de afastamento das atividades do IPEAFRO, instituição da qual me sinto eternamente parceira.

Às amigas de Michigan, Belete e Sueann, que na gelada cidade de Ann Arbor me fizeram sentir o calor e os sabores brasileiros; agradecimento carinhoso a Mariana Mauaze e sua linda família, a querida Jammie Lee pela amizade durante a temporada na UMich e a toda a turma da casa 406 N. Division Oyku, Chelsea e Steve.

Agradeço à professora Beatriz Mamigonian pelas ótimas conversas, orientações e companheirismo durante o intercâmbio na Universidade de Michigan, além das importantes observações no exame de qualificação;

Agradeço ao professor Flavio dos Santos Gomes, pela obra inspiradora e pelas observações precisas feitas tanto em apresentações em congressos, como no exame de qualificação.

Agradeço também à professora Ligia Ferreira, pelas conversas encorajadoras durante os cafés na Brasileira.

À Universidade de Michigan, em especial a profa. Rebecca Scott por proporcionar o intercâmbio na UMich, cuja experiência foi de suma importância para a experiência da prática acadêmica.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2013/08792-3, cujos recursos foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa e meu desenvolvimento como historiadora.

A todas as mulheres, em especial as mulheres negras da minha vida que me inspiram e me fortalecem!

Por fim, a todas e todos que me colocaram em seus pensamentos e suas orações, o meu muito obrigada!

*Os homens constroem
no tempo o lastro
laços de esperanças
que amarram e sustentam
o mastro que passa
da vida em vida
no fundo do calumbé
nossas mãos sempre e sempre
espalmam nossas outras mãos
moldando fortalezas e esperanças,
heranças nossas divididas com você:
malungo, brother, irmão.*

Conceição Evaristo

Resumo

Considerada como um dos maiores marcos da história norte-americana, a Guerra Civil (1861-1865) marcou as transformações das relações sociais, trabalhistas e raciais nos Estados Unidos e circunscreve-se no âmbito das mudanças do século XIX, especialmente nos eventos que concorreram para o fim do tráfico de escravos africanos e da abolição do cativeiro nas Américas.

As questões da guerra ultrapassaram as fronteiras norte-americanas e influenciaram as mudanças nas formas de trabalho responsáveis pela economia no Brasil. Através de fontes parlamentares, diplomáticas e da imprensa, entre outras, investigamos entre 1861, ano que se inicia o conflito americano, e 1888, data que marca oficialmente o fim da escravidão no Brasil, como as informações sobre a Guerra Civil e seus desdobramentos influenciaram os debates políticos sobre o destino da escravidão.

Por meio de uma perspectiva transnacional e articulando o debate sobre o processo de emancipação nas Américas, este trabalho procura enfatizar as ideias de abolicionistas e políticos, seus pensamentos sobre as mudanças do trabalho servil para o livre, o destino da população escravizada, as questões raciais e a produção econômica no Brasil.

Consequentemente, este estudo tem como objetivo compreender como a Guerra Civil americana foi interpretada no Brasil e como isso influenciou os discursos políticos, projetos de emancipação, bem como os escritos de abolicionistas entre as décadas de 1860 e 1880.

Palavras-chave: Abolição, escravidão, Guerra civil americana, História da América, História do Brasil, História dos Estados Unidos, relações raciais.

Abstract

Considered one of the biggest moments in the history of North America, the Civil War (1861-1865) marked transformations in social, worker and race relations in the United States given the broader changes in the nineteenth century, especially related to the end of the African slave trade and the abolition of captives in the Americas.

The war passed North-American boundaries and influenced changes in the forms of labor in the Brazilian economy. Through parliamentary, diplomatic and journalistic sources, among others, this thesis investigates how the information about the Civil War and its repercussions influenced political debates on the destiny of slavery between 1861, the year that the American conflict began, and 1888, the date that marks the official end of slavery in Brazil.

Through a transnational perspective and articulating with the debates on the emancipation process in the Americas, this work aims to emphasize the ideas of abolitionists and politicians, their thoughts on the changes from servile to free labor, the destiny of the enslaved population, racial questions and economic production in Brazil. Consequently, this study has the objective of understanding how the American Civil War was interpreted in Brazil and how it influenced political discourses, emancipatory projects, as well as the writings of abolitionists between 1860 and 1880.

Key-words: Abolition, slavery, American Civil War, History of America, History of Brazil, History of the U.S., race relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa dos Estados Unidos durante a Guerra Civil, p. 56.

Figura 2 Imagem Jornal A Pacotilha, de 01set. 1866, p. 101.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. ECOS DA GUERRA CIVIL: INTERCONEXÕES TRANSATLÂNTICAS NO DEBATE SOBRE EMANCIPAÇÃO	19
2.1. “À borda de um abismo de calamidades”	22
2.2. “O mal que nos ameaça ao longe”	28
2.3. “Ao sábio e previdente Governo de sua Majestade”	35
2.4. O espetáculo da guerra como cenário.....	40
2.5. Abolição como fenômeno transnacional	45
3. IMPACTOS DA GUERRA CIVIL: IMIGRAÇÃO AMERICANA E A POLITICA DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL	51
3.1. Guerra Civil e a opção pelo exílio	53
3.2. À sombra das liberais instituições do império: estado, escravidão e projetos de imigração	68
3.3. O sonho desfeito	75
3.4. Penha do Rio do Peixe, hedionda Tombuktu! eu te saúdo!!	76
4. REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL: A IMPRENSA E AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESTINO DA ESCRAVIDÃO	82
4.1. Ao Brasil, “será bom que acorde de seu letharge”	85
4.2. A guerra civil: teatro de qual combate?	89
4.3. “O profundo desprezo dos norte-americanos pelo homem de côr preta”	92
4.4. “Os americanos dos Estados Unidos do Sul, não podendo ter escravos querem vir para Brasil, onde os há”	98
4.5. “Venham que temos terras a perder de vista”	104
4.6. “A emancipação dos povos e das raças é uma das necessidades da época”	106
5. RESULTADOS DA GUERRA CIVIL E ABOLIÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS: DEBATES JURÍDICOS E PARLAMENTARES SOBRE OS DESTINOS DA ESCRAVIDÃO À LUZ OU À CONTRALUZ DO MODELO AMERICANO.....	112
5.1. Adoçando o rigor da instituição	116
5.2. Lincoln: o herói mundial?	122
5.3. Do outro lado do Atlântico, um espelho espanhol	126
5.4. Quem tem medo de gente livre?.....	136

5.5. Escravidão: um impasse civilizatório.....	139
6. A GUERRA CIVIL NA ERA DO ABOLICIONISMO: O PÓS-ABOLIÇÃO: O PÓS- ABOLIÇÃO AMERICANO E AS NARRATIVAS SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS ESTADOS UNIDOS	146
6.1. O patriótico movimento	146
6.2. Olhares sobre cativo e liberdade nos Estados Unidos	154
6.3. Educação para a liberdade.....	160
6.5. Conexões do abolicionismo internacional	173
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
8. REFERÊNCIAS DE FONTES CONSULTADAS	185
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190

1. INTRODUÇÃO

Em 1861, o Brasil acompanhou uma guerra ao norte da América cujos resultados lhe eram de grande interesse. A jovem República dos Estados Unidos ameaçava se dividir, e o motivo principal do conflito era a permanência da escravidão em seu território. Enquanto os estados do Norte desejam por fim àquela forma de trabalho já condenada mundialmente, os estados do Sul insistiam em conservar a instituição uma vez que dependiam da mão de obra escrava para manter suas plantações de fumo e principalmente de algodão. A produção sulista com base na *plantation* abastecia o comércio interno, mas principalmente o mercado internacional de algodão. Mas a garantia da produção com base na mão de obra escrava não era a única razão para que milhares de sulistas ingressassem no exército confederado e lutassem contra a União. A defesa do sistema servil esteve associada a uma estrutura social baseada fortemente nas relações sociais de escravidão. O modo de ser sulista parecia só ter sentido a partir da existência do escravo.

Ao ser eleito em 1860, o presidente Abraham Lincoln assumiu o projeto de pôr termo a instituição servil nos estados do Sul acirrando a polarização do país entre estados do Norte que compunham a União e os estados escravistas reunidos na Confederação. Com a derrota dos estados Confederados, findava a guerra, mas também a escravidão em todo o território americano.

A Guerra Civil (1861-1865) e a abolição da escravidão, realizada de forma imediata e sem indenizações aos antigos proprietários de escravos, assinalam um dos períodos mais significativos não só para os Estados Unidos, mas também para a América, principalmente para aqueles países que ainda mantinham a escravidão. O conflito que dividiu o país por cinco anos e pôs termo a cerca de seiscentas mil vidas circunscreve-se no âmbito das transformações que marcaram o século XIX, especialmente aquelas que dizem respeito ao processo de extinção do cativeiro nas Américas.

Assim como no sul dos Estados Unidos, o Brasil e as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico também dependiam do sistema servil. A produção de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo contavam com a mão de obra escrava. Uma vez derrotados os estados confederados do Sul e finda a escravidão nos Estados Unidos, a permanência do sistema servil encontrava-se ameaçada não só no Brasil, mas também em outros lugares onde a escravidão persistia, como foi o caso das colônias espanholas de Porto Rico e de Cuba. O fim da abolição

da escravidão nos Estados Unidos, realizado por meio de uma guerra, colocava um impasse para elites escravistas, mas também governamentais. Já pressionados pela Inglaterra desde a abolição do tráfico de escravos, e, também pelas organizações internacionais antiescravistas, elas foram obrigadas a solucionar a questão servil, dar encaminhamento ao processo de transição para o trabalho livre, e, ainda, resolver a presença de uma população negra livre após o término do cativeiro.

Se nos Estados Unidos a questão da escravidão levava a uma guerra, Brasil e Cuba buscaram outras soluções para o encaminhamento da abolição, mas não sem antes observar os desdobramentos do pós-abolição na América do Norte.

Esta tese tem como objetivo, entre outros vieses, investigar como a Guerra Civil e a abolição da escravidão americana ressoaram no Brasil e em que medida produziram algum impacto no que se refere aos rumos da escravidão, mais especificamente entre as esferas políticas e alguns quadros da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Para tanto, procuramos identificar, do ponto de vista político, como a guerra e seus desdobramentos repercutiram entre os quadros políticos do império brasileiro por meio das menções ao referido evento nos debates parlamentares que tratavam do fim do cativeiro entre as décadas de 1860 e 1880, e que, por conseguinte, resultaram leis emancipacionistas. Deste modo, vertemos nosso olhar para as discussões que tiveram lugar no senado, na câmara dos deputados e no conselho de estado e que tinham como foco o destino da escravidão. Ainda no âmbito da esfera do estado, buscamos também identificar as primeiras impressões sobre a Guerra Civil Americana e a abolição da escravidão nos Estados Unidos a partir do olhar da representação diplomática do Império brasileiro junto ao governo americano durante os primeiros anos do conflito, através da investigação das correspondências entre a legação do Brasil no Estados Unidos, mas especificamente nas cidades de Nova York e Washington e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sob a perspectiva de parte da sociedade brasileira, procuramos verificar como tal evento foi interpretado por meio da forma com que as notícias referentes ao conflito americano e a abolição da escravidão eram veiculadas entre os anos de 1861 e 1888 nos jornais da Corte mas também de algumas folhas que circularam em São Paulo. Por meio da análise da natureza e conteúdo das notícias, bem como da frequência com que as matérias apareciam naqueles periódicos, procuramos deste modo verificar de que maneira tal evento ecoou entre parte da sociedade brasileira, e de que forma tais notícias revelam as expectativas quanto aos rumos da escravidão no Brasil.

Mas a ressonância da Guerra Civil e os desdobramentos do pós-abolição americano também alcançaram o movimento abolicionista no Brasil. A interpretação dos resultados da

escravidão e da situação dos libertos no sul após a emancipação americana constituíram-se como recurso narrativo anti-escravista expressas em jornais abolicionistas, bem como os escritos e correspondências de alguns quadros do movimento pelo fim da escravidão no Brasil na década de 1880, como foi o caso de Joaquim Nabuco, cujas relações internacionais permitiram uma interface com o movimento anti-escravistas para além das fronteiras do império.

O evento americano reverberou no Brasil também a partir das expectativas de colonização e estímulo a produção de algodão, com a presença de parte da população branca do sul americano, que, uma vez derrotados pelo exército da União optaram por terras brasileiras no intuito de manter as relações sociais da escravidão.

Assim, por meio dos jornais, incluindo aqueles da imprensa abolicionista, documentação parlamentar e de natureza diplomática, escolhemos investigar a repercussão deste evento entre aqueles que discutiram o fim do trabalho servil no império e o rumo de mulheres e homens negros após o fim do cativeiro com base na experiência americana, mas também verificar em que medida o referido conflito impactou o Império. Reconhecemos, entretanto, que a opção pela natureza da documentação referida acima não foi possível ampliar a investigação para observar as impressões dos sujeitos sobre os quais incidia os debates resultados das impressões sobre o evento americano, ou seja, a população escravizada.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que as razões da Guerra Civil Americana e seus desdobramentos contribuíram para reafirmar a definição de um modelo de encaminhamento da abolição adotado no Brasil, ou seja, aquele pautado no gradualismo. Tal perspectiva fica evidenciada pela opção, mesmo após a abolição americana ter sido realizada de forma imediata e sem indenizações, de saídas emancipatórias por meio de leis reformistas do sistema escravista, a exemplo da lei do ventre Livre de 1871, adiando assim o fim do cativeiro.

O trabalho pretende ainda demonstrar, tomando a repercussão da Guerra Civil no Brasil como referência, como as abolições ao longo do século XIX estiveram conectadas, seja pela articulação dos movimentos anti-escravistas, seja pelos efeitos do ponto de vista político, social e econômico que o fim da escravidão em um país poderia representar para aqueles ainda mantinham o sistema servil.

O primeiro capítulo, intitulado “*Ecos da Guerra Civil: interconexões transatlânticas no debate sobre emancipação*” pretende discutir a dimensão transnacional da Guerra Civil e da abolição americana no final do século XIX. O objetivo é apresentar as primeiras impressões sobre a guerra no Brasil, contextualizando-as em seus aspectos políticos e sociais. Pretende-se apresentar um panorama das primeiras implicações do conflito americano que se encontram refletidas nas situações diplomáticas que envolveram o Brasil, mas sobretudo na repercussão

do evento nos debates sobre o fim da escravidão. Pretende-se ainda perceber a abolição, tomando o exemplo do evento americano, como um fenômeno do século XIX que se processa em cadeia do ponto de vista global, articulada com a mobilização antiescravista internacional.

No capítulo seguinte, abordaremos um dos primeiros impactos da Guerra Civil no Brasil. O fim da Secessão e da escravidão nos Estados Unidos em 1865 provocou o exílio de diversas famílias sulistas que deixaram suas terras e plantações de algodão devastadas para ocuparem cidades do Brasil e Cuba. O período da chegada de famílias confederadas no Brasil coincide com a política de imigração do governo imperial brasileiro para a criação de colônias de norte a sul do país. Tal política corresponde a uma das soluções pensadas para resolver o futuro da mão de obra, uma vez que a abolição americana anunciava que a instituição servil estava prestes a não mais existir, e que, no pensamento da elite política brasileira, a população escravizada, uma vez liberta, não corresponderia ao trabalhador ideal. O capítulo *“Impactos da Guerra Civil: imigração americana, imprensa e a política de colonização do estado imperial”*, portanto, dará ênfase a imigração americana enquanto um dos impactos da Guerra Civil, nos aspectos que se referem às condições materiais com que tais famílias imigraram, bem como de que forma os agentes do governo imperial projetaram tal imigração, e principalmente como isso se articula com a iminente perspectiva do fim da escravidão.

No capítulo 3, *“Repercussões da Guerra Civil: imprensa e as interpretações sobre o destino da escravidão”* abordaremos, sob o ponto de vista das folhas de notícias as impressões sobre o conflito americano. Os jornais, fontes de informação sobre os acontecimentos no exterior, obviamente não estiveram alheios a respeito do maior conflito já ocorrido na jovem República americana e dos desdobramentos sociais, econômicos e políticos da guerra, especialmente àqueles assuntos relacionados ao fim da escravidão, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. A partir da seleção dos assuntos veiculados ao tema da Secessão nas folhas de notícia e suas formas de abordagem, pretendemos identificar a dimensão da repercussão do conflito americano no Brasil, mas principalmente seu impacto sobre o pensamento de parte da sociedade brasileira a respeito da política sobre o destino da escravidão e o ideal de composição social e racial que se tinha em vista. Este capítulo aborda ainda quais as narrativas construídas pela imprensa sobre o lugar social do liberto no pós-abolição americano e como isso contribuiu para elaborar uma visão sobre as formas de encaminhamento da emancipação no Brasil.

“Resultados da Guerra Civil e da Abolição nos Estados Unidos: debates jurídico e parlamentar sobre os destinos da escravidão no Brasil à luz ou à contraluz do modelo americano” é o quarto capítulo da tese que pretende apresentar, por meio dos debates na esfera política parlamentar, as visões sobre a Guerra Civil. A crueldade da servidão norte-americana que teria

concorrido para que a abolição se precipitasse de forma violenta quase provocando a cisão do país era comumente usada como argumento para que o processo para o fim do cativeiro fosse conduzido de forma gradativa e sob uma perspectiva harmoniosa, evitando assim futuros conflitos. Este capítulo analisa os discursos de quadros do parlamento e de articulistas dos jornais para identificar de que forma a narrativa sobre a guerra, sobre a imigração americana e o lugar social do liberto no pós-abolição americano elaborou uma visão sobre as formas de encaminhamento da emancipação no Brasil.

O capítulo que finaliza a tese pretende abordar como no período de efervescência do abolicionismo no Brasil, a opinião pública e quadros do abolicionismo observaram os resultados da abolição americana, mas, sobretudo para o lugar do liberto no pós-abolição. Em “*A Guerra Civil na era do Abolicionismo: o pós-abolição americano e as narrativas sobre escravidão e liberdade nos Estados Unidos*”, abordaremos como os jornais, especialmente os abolicionistas, constituíram-se como um espaço de denúncia, mas também de propaganda contra o fim do cativeiro. Buscaremos compreender de que forma o movimento incorporou tais impressões e fez uso em suas narrativas para advogar em favor do término da escravidão e do destino dos escravizados entre os abolicionistas.

2. ECOS DA GUERRA CIVIL: INTERCONEXÕES TRANSATLÂNTICAS NO DEBATE SOBRE EMANCIPAÇÃO

De Washington, o representante da legação do Brasil nos Estados Unidos encaminhava em 2 de janeiro de 1861 um ofício ao então Ministro de Estados dos Negócios Estrangeiros informando o desenrolar da crise política que desembocaria na cisão daquela república naquele ano de 1861. Desencadeada durante a presidência de Abraham Lincoln, a Guerra Civil foi polarizada entre aqueles que buscavam a união nacional e a emancipação dos escravizados, representados pelos estados do Norte, e os estados confederados do Sul, que intencionavam manter a instituição servil.¹

O então representante do governo imperial brasileiro nos Estados Unidos, Miguel Maria Lisboa (1859-1864), alertava para a iminência do grave conflito que tomaria a jovem república e cuja razão principal interessava sobremaneira ao Império, ou seja, a instituição da escravidão.

[...] desde que começou a agitar-se a espinhosa questão os Estados do Norte e os Estados do Sul relativa à escravidão africana, que trouxe a União Americana à borda de um abismo de calamidades e de sangue, de precipitar-se no qual está ela ainda livre; todo o brasileiro amigo da sua pátria deve ter compreendido a necessidade de pôr-se alerta para evitar o contágio de ideias que tão seriamente podem afetar nossos interesses. Todos conhecemos a força com que a Europa se desenvolve e cresce a opinião que reclama a abolição da escravidão africana, e os progressos que nos últimos 25 anos essa opinião tem feito nos Estados Unidos: todos devemos calcular que o triunfo dessas ideias no norte do continente será infalivelmente precursor de novas tentativas para pô-las em prática também na ilha de Cuba e no Império do Brasil, e eu não duvido um instante de que ao sábio e previdente Governo de Sua Majestade terá já ocorrido a quanto importa observar com atenção a marcha dos acontecimentos e o meditar sobre a política e as medidas que nos convém adotar, a fim de evitar ou pelo menos minorar os efeitos do mal que nos ameaça ao longe.²

¹ O processo de emancipação acontece primeiro em 1863, quando o então presidente Abraham Lincoln abole a escravidão nos estados do sul. A abolição geral entra em vigor em 1865, por meio de uma emenda constitucional. Sobre o processo da guerra civil: EISENBERG, Peter Louis. **Guerra civil americana**. São Paulo: Brasiliense, 1999.; DRESCHER, Saymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.; e HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

² Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu (19/12/1860). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Washington, maço 233-3-09 (1859-1860). Arquivo do Itamaraty.

A mensagem, enviada no fim do ano de 1860, anunciava o que seria um dos conflitos mais sangrentos da história dos Estados Unidos dentro de suas fronteiras. Considerada como um dos maiores marcos da história norte-americana, a Guerra Civil (1861-1865) registrou as transformações das relações sociais, trabalhistas e raciais nos Estados Unidos e circunscreve-se no âmbito das mudanças do século XIX relacionadas especialmente aos eventos que concorreram para o fim do tráfico de africanos escravizados e da abolição do cativeiro nas Américas.

Conforme salientou Rafael Marquese ao analisar as implicações da abolição da escravidão americana no império do Brasil, a permanência da escravidão nos Estados Unidos respaldava igual prática no Brasil, que consequentemente se via escudado pelos americanos. Finda a escravidão naquele país, o Brasil obrigava-se a buscar saídas.³

As correspondências que se seguiram no início de 1861 entre o então correspondente do Império em Washington e o ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, o conselheiro João Luis Vieira Cansansão de Sinimbu, não só davam conta de informar o desenrolar das negociações, dos debates e demais acontecimentos que ocuparam o congresso americano sobre tal conflito, mas também tiveram lugar em outras instâncias políticas como, por exemplo, as convenções ocorridas em grande parte dos estados do Sul. Tais reuniões deliberavam a respeito do posicionamento daqueles estados frente à União e sua opção em aderir à Confederação que se formava para então defender o direito dos cidadãos daquela parte do território americano de manter a instituição que garantia o comércio e a propriedade sobre mulheres e homens negros, que por sua vez, constituam a segunda maior fonte de riqueza naquela parte do país depois da posse da terra.⁴

No incluso retalho do [N. 8875] do *New York Herald* de 26 de dezembro, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exca o manifesto que a Convenção da Carolina do Sul dirigiu aos povos dos Estados escravistas procurando justificar a sua retirada da Confederação dos Estados Unidos. Além desta publica manifestação foram pela mesma convenção nomeados comissários para cada um dos ditos Estados, afim de os convidarem a formar uma grande confederação meridional dos quinze onde existe a escravidão. Em quase todos eles achará a Carolina do Sul eco, e mesmo essa divergência de opinião sobre o modo de operar o comprimento da atual União, é provável que desapareça se o partido republicano persistir em negar-se as concessões que reclama o sul. Em todos os estados escravistas, menos no Maryland e no Delaware, estão já marcados os dias, em uns para a reunião da convenção, como o da Carolina do Sul, em outros para a convocação para a legislatura do Estado com o fim de deliberar sobre as circunstâncias extraordinárias do país. São os seguintes: No Missouri reuniu-se o legislativo ontem, na Florida reuniu-se a

³ MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, n. 51 (2015), pp. 37-71.

⁴ DRESCHER, Seymour., op. cit.2011. p.420.

convenção hoje, na Virginia e no Tennessee reúnem-se os legisladores no dia 7 do corrente, no mesmo dia se reúnem as convenções do Alabama e do Mississippi, e no dia 16 a da Georgia; no dia 17 se a legislatura do Kentucky, no dia 23 a convenção da Lousiana e no dia 28 a de Texas. Na Carolina do Norte estão já ha tempos em sessão a legislatura ordinária. O Estado de Delaware, único dos escravistas que não se tem manifestado no sentido da desunião é tão pequeno e o numero de escravos que nele existe, é tão diminuto que a sua [concorrência] ou divergência, não tiram ou dão força moral ao movimento do sul. No Maryland o atual governador é Unionista, e por isso se tem negado a convocar a legislatura; mas tão longe está ele de ser apoiado pela opinião publica, que tem corrido nos últimos dias o rumor de que nesse Estado, como o da Virginia, se organiza e arma gente para vir no dia 4 de março a Washington a impedir a instalação do presidente Lincoln.⁵

Acompanhar e dar conhecimento sobre o desenrolar da política americana era obviamente uma das atribuições da diplomacia brasileira. Entretanto, a matéria interessava sobremaneira ao governo imperial, uma vez que estava em jogo o destino da escravidão na recente república americana e por certo, conforme alertava Lisboa, tal fato poderia trazer sérias implicações para o Brasil. A composição dos estados confederados do Sul naquele momento e a possibilidade de vitória dos mesmos sobre a União implicaria na preservação do uso da mão de obra cativa nas propriedades produtoras de algodão e de fumo, bem como em todas as outras atividades permeadas pelas relações sociais de escravidão. No Brasil, por sua vez, a vitória da Confederação sobre os estados da União, configurando assim a permanência do cativeiro, respaldaria a insistência na mão de obra escrava e concorreria para a continuidade do comércio de pessoas, mesmo sendo essa prática já condenada internacionalmente desde a primeira metade do XIX. Por outro lado, a derrota dos estados escravistas comprometeria, como de fato ocorreu, a sobrevivência do sistema servil não só no Brasil como também em outros lugares onde a escravidão persistia, como foi o caso das colônias espanholas de Porto Rico e de Cuba, o que exigiu não só simplesmente a extinção da instituição, mas principalmente a urgência no processo que encaminharia o seu fim.

Quais as razões para empreender uma guerra sangrenta em razão da manutenção da propriedade escrava em plena segunda metade do século XIX, quando a instituição vinha sendo moralmente atacada do ponto de vista internacional, conforme ditava o “espírito da época”? E

⁵ Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu (02/01/1861). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Washington, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

o que de fato isto implicaria para o restante do mundo onde persistia o sistema escravista além das fronteiras americanas?

Trazer a historiografia sobre as condições que levaram ao conflito americano e a própria guerra em si mesma extrapolaria os limites deste trabalho, mesmo porque, o evento considerado um dos mais importantes da história e da memória norte-americana possui uma vasta literatura a respeito. Mas, restringir-se a simplesmente elencar as razões que produziram a cisão entre os estados do Norte e os do Sul seria empobrecedor. Optamos, portanto, por observar a Secessão e seus desdobramentos a partir das implicações deste evento para alguns grupos sociais no Brasil onde a instituição da escravidão ainda se mantinha e o evento americano tratou de abalar suas bases, assim como o fez também em outros lugares onde ela persistia. Escolhemos especialmente investigar a repercussão deste evento entre aqueles que discutiram o fim do trabalho servil no Império e o rumo de mulheres e homens negros após o fim do cativeiro com base na experiência americana, mas também verificar em que medida o referido conflito impactou o Império. Deste modo, o eco da Guerra Civil americana ressoou, do ponto de vista político, entre os quadros políticos do império brasileiro, identificado nas menções ao referido evento nos debates parlamentares que tratavam do fim do cativeiro entre as décadas de 1860 e 1880, e que, por conseguinte, resultaram leis emancipacionistas.

Mas sua ressonância também alcançou o movimento abolicionista. A interpretação dos resultados da escravidão e da situação dos libertos no pós-abolição americano constituíram-se como recurso narrativo anti-escravista. Tal evento também reverberou no Brasil a partir das expectativas de colonização e estímulo a produção de algodão, com a presença de parte da população branca do continente sul americano, que optaram por terras brasileiras quando a derrota da Confederação se avizinhava no intuito de manter as relações sociais da escravidão conforme veremos nos capítulos a seguir.

2.1. “À borda de um abismo de calamidades”

As razões que dividiram a União americana e que a levaram à guerra teriam natureza econômica? Observando parte da literatura a respeito, a economia sulista daquele período baseava-se quase que exclusivamente na *plantation* e no uso da mão de obra de pessoas de origem africana, escravizadas, que se concentrava na produção de algodão e de fumo voltada para atender o mercado interno mas principalmente o internacional.

O algodão, principal produto dos estados sulistas, teve sua expansão durante o século XIX com crescimento exponencial na década de 1850, o que foi responsável por posicionar os Estados Unidos como principal fornecedor mundial do produto.

Tâmis Parron analisa que a conjuntura do império britânico na primeira metade do século XIX, identificada especialmente com o fim da escravidão nas possessões inglesas no Caribe, favoreceu de forma particular a ampliação da produção algodoeira norte americana. A emancipação da população escravizada nas colônias britânicas abriu espaço para o deslocamento do império britânico do Ocidente para o Oriente. Consequentemente, “a reorganização imperial britânica significou aumento contínuo do consumo de algodão”⁶ concorrendo deste modo para acentuar o trabalho nas áreas onde nos Estados Unidos empregava-se a mão de obra escrava. Inclusive, segundo o historiador, teria sido esta a razão pela qual o abolicionismo encontraria, exceto a Grã-Bretanha, seu limite.

Tal fato reforçou o peso que a instituição da escravidão tinha para aqueles estados que aderiam à confederação que se formava.

Pelos maiores indicadores de dinamismo, tais como tecnologia agrícola, bancos e até mesmo manufatura, o sul de 1860 “estava acima da média mundial”, bem à frente do Brasil, seu maior equivalente escravista nas Américas. Um cálculo coloca a economia do sul entre as economias dos países europeus do meio da classificação, como Espanha, Áustria, Noruega e Portugal. Outros a colocaram em uma posição mais alta – entre economias mais avançadas da Europa contemporânea. Com o terceiro nível de renda per capita mais alta do mundo, o sul estava acima da França, dos Estados Alemães ou de qualquer outra região geográfica com 10 milhões de habitantes ou mais. Nesse aspecto ele só ficava atrás do norte dos Estados Unidos e anterior à guerra e da Grã Bretanha.⁷

Poderíamos assim atribuir a defesa do sistema escravista, levado às últimas consequências, já que resultou uma guerra, ao desempenho econômico do Sul. Mas não era o aspecto econômico que constituía a única razão para que a jovem República americana fosse conduzida ao estado de guerra que dividiu o país e pôs termo a mais de seiscentas mil vidas. A tese sobre o enriquecimento do Sul como fator determinante para a manutenção da mão de obra escrava pode ter suas controvérsias se observarmos algumas considerações de Eugene Genovese. Tal modelo, como observou o historiador marxista norte-americano, acabou por cercear o fomento

⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Pp. 221.

⁷ DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. p.422.

de uma economia industrial no Sul e definiu o atraso do desenvolvimento econômico daquela região. A opção pelo modelo de *plantation* teria, entre outros resultados, restringido a criação de indústrias, uma vez que não havia mão de obra disponível para atender e desenvolver esse setor econômico, nem tampouco aquela estrutura permitia a criação de um mercado interno consumidor, fomentando uma economia de mercado mas não uma sociedade de mercado. Tal fato é considerado por Genovese como uma dentre outras tantas contradições do sistema escravista implantado no sul.

A visão de mundo dos senhores de escravos nasceu da relação senhor-escravo incorporada à comunidade de fazenda e, simultaneamente, das influências do capitalismo (e em oposição a elas) as quais circundavam o Sul e estavam nele entranhadas. A mentalidade escravista refletia este mundo em guerra consigo mesmo.⁸

Cercear o crescimento industrial, portanto, parecia estar associado mais a uma estratégia dos proprietários de escravos do que a uma consequência das limitações da dinâmica produtiva estruturada a partir da *plantation*. As ações que limitaram o crescimento de tal mercado, segundo o autor, tinham como motivações o temor pelo surgimento de “uma burguesia urbana com interesses próprios e o dinheiro para defendê-los; um proletariado urbano de tendências imprevisíveis; uma mão-de-obra escrava semilivre que subvertesse a disciplina do trabalho no campo – temiam isto e muito mais.”⁹ Genovese, que se concentra em apontar fatores que limitaram a economia sulista, desenha um quadro bastante desfavorável a um potencial desenvolvimento daquela região baseado na escravidão sugerindo que a insistência neste modo de produção, o qual considera ineficaz e arcaico, baseava-se num estilo de vida construído a partir das relações sociais de escravidão. O fato é que abrir mão disso significava o fim do modo de ser e de existir sulista. Seu trabalho sobre a economia da escravidão, portanto, ultrapassa a análise da economia como único fator explicativo para que se possa compreender o empreendimento de uma guerra com vistas a manter uma forma de mão de obra. Em *A Economia Política da Escravidão*, de 1976, e especialmente *O Mundo dos Senhores de Escravos*, de 1979, o historiador advoga a ideia de que o modo de vida sulista esteve apoiado numa visão de mundo construída a partir das relações sociais de escravidão. Deste modo fazia todo sentido a luta pela manutenção deste mundo até suas últimas consequências, inclusive levando-o a um estado de

⁸ GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.141.

⁹ Idem . **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. p.154.

guerra e à divisão daquela jovem república.¹⁰ Seria também justamente a defesa desse modo de vida que faria com que muitos optassem por abandonar o território americano após o término da guerra em busca de locais que lhes pudessem garantir não só a propriedade de terras mas também a posse de pessoas.

A escravidão pode ter sido considerada imoral, em todo o mundo, mas para esses homens, apesar de suas dúvidas e conflitos internos, foi vista cada vez mais como a base de uma ordem social correta e, portanto, como a essência da moralidade nas relações humanas, sob essas circunstâncias, o conflito social entre Norte e o Sul tomou a forma de um conflito moral.¹¹

Deste modo, Genovese, assim como outros autores que apontaram a escravidão como razão de ser e estilo de vida sulista, nos oferece argumentos substanciais para compreendermos a ideia de manutenção da escravidão para além de uma perspectiva exclusivamente econômica uma vez que “a origem do orgulho sulista não era a União, nem a inexistente nação sulista; era a *plantation*, a que eles consideravam com a importância de um princípio político.”¹²

Sobre a questão da existência de semelhanças da cultura escravista entre os estados do sul dos Estados Unidos e o Brasil, podemos argumentar que a abolição na América do Norte colocava em cheque o sistema como um todo, inclusive o questionamento do poder dos senhores de escravos. A partir deste viés, quais foram os impactos de tal evento para este segmento no Brasil e em Cuba? Tal fato, ou seja, a perda das formas de ser e de existir baseados na posse sobre mulheres e homens escravizados, representaria igual ameaça para estes nos mesmos moldes do que significou para os proprietários do sul dos Estados Unidos?

A escravidão, ao mesmo tempo que limitava economicamente o Sul, dava-lhe o privilégio de desenvolver uma tradição aristocrática, uma classe dominante disciplinada e coesa, e uma mitologia toda própria.

A tradição e a ideologia aristocráticas intensificaram o atraso econômico sulista. O paternalismo e o hábito de comandar tornaram os proprietários de escravos uma linhagem de pessoas duras, determinadas a defender sua herança sulista. Quanto menos economicamente sólido fosse seu modo de vida, mais aferravam-se a ele. Foi esse estado de coisas – a hegemonia política e a ideologia aristocrática da classe dominante –, mais que fatores econômicos, que impediu a abolição espontânea da escravatura no Sul.¹³

¹⁰ Ex-colônia britânica, os Estados Unidos declararam sua independência em 4 de julho de 1776.

¹¹ GENOVESE, Eugene. op. cit. 1976.p.13.

¹² Ibidem. p.35.

¹³ Ibidem. p.38.

Investigar os desdobramentos da abolição da escravidão nos Estados Unidos ocasionada por uma guerra nos permite dimensionar este evento em sua perspectiva transnacional, para além de suas implicações do ponto de vista da economia e do mercado global. Mais uma vez Genovese, para substanciar sua tese que argumenta em favor da defesa da escravidão como condição de sobrevivência do modo de vida sulista, oferece algumas respostas nesse sentido ao abordar as semelhanças e diferenças entre as classes senhoriais no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. Seu estudo comparativo sobre as classes senhoriais dos três países sugere que aqueles grupos das colônias espanholas, por exemplo, muito embora se constituíssem a partir das relações escravistas, buscavam a manutenção da escravidão como “questão de conveniência, não de sobrevivência de classe.”¹⁴ Mas, ao se referir ao Brasil, cujas análises toma como base os estudos de C. R. Boxer, Caio Prado Junior, e especialmente Gilberto Freyre, identifica o patriarcalismo como ponto comum quando associa os senhores do nordeste do país àqueles do sul da confederação americana¹⁵.

Observando as análises de Ricardo Salles sobre a expansão da classe senhorial brasileira e seu estilo de vida durante a construção do estado nacional durante o século XIX, seria possível também associar tal grupo àqueles sulistas americanos. Segundo Salles, a base de construção dessa classe senhorial estava no “emprego generalizado da mão de obra escrava de origem africana em toda a parte, em diferentes ramos de atividades e por quase todos os setores sociais livres que podiam dispor de recursos para tanto”.¹⁶ Mesmo centrados nos grupos senhoriais do sudeste, e considerando a mudança de conjuntura econômica que altera o emprego massivo da mão de obra escrava no nordeste concorrendo para mudanças nas relações de trabalho, podemos concluir que há uma permanência no modo de ser e existir estruturados a partir da escravidão.

Teria o embaixador brasileiro, portanto, feito tal associação entre os senhores do Sul americano e os do Brasil prevendo assim uma resistência destes senhores quanto a futuras reformas no âmbito das relações escravistas que o momento histórico obrigava? Teria ele ainda projetado um futuro separatista também no Brasil? Residiria aí seu temor e preocupação quanto ao mal que se avizinhava de longe? É preciso considerar que, àquela altura, no que se refere aos senhores do Nordeste, estes eram possuidores de terras, mas já nem tanto de escravos, uma vez que o aumento da produção de café nas regiões do sudeste¹⁷ absorveu grande contingente da

¹⁴ GENOVESE, Eugene. op. cit. 1979.p.66.

¹⁵ Ibidem. p.83.

¹⁶ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.46.

¹⁷ Dados oferecidos por Ricardo Salles em seu estudo sobre a região de Vassouras demonstram que o auge da produção de café e da plantation escravista se dá entre os anos de 1851 e 1865. Ver nota 14 deste capítulo.

população cativa via tráfico interno, resultando em sua migração para aquela região¹⁸. Portanto, a ameaça parecia incidir nos senhores de homens e terras do Sudeste, que compunham uma classe senhorial formada não só por proprietários de escravos e plantadores, mas também por comerciantes.¹⁹

João Fragoso por sua vez, ao concentrar seus estudos nas famílias pertencentes à elite agrária cafeeira de Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, os define como homens que

[...] moviam-se num mundo onde ascensão social significava posições de mando e de prestígio, numa hierarquia ciosa de suas diferenças estamentais. Para tanto, eles afastavam-se do comércio, mesmo que isto implicasse na redução de lucratividade, e investiam suas fortunas mercantis em atividades e bens que lhes garantisse o sustento daquela posição de mando na sociedade. As fazendas escravistas ligadas à exportação permitiam tal intento.²⁰

Não é possível identificar pelo viés da abordagem escolhida por este autor, mesmo porque não parece estar na centralidade de seu estudo, se a sociedade agrária sobre a qual se debruça trazia um modo de ser e de existir estruturado nas hierarquias sociais constituídas a partir da escravidão de forma similar aos americanos do Sul dos Estados Unidos. Entretanto, após dez anos do fechamento do tráfico de africanos – o que implicaria na paulatina escassez do fornecimento da mão de obra escrava - uma abolição processada por meio de uma guerra e sem reparação para os antigos donos de escravos na América do Norte realmente representaria grandes preocupações para os senhores de homens, mulheres e terras, mas também para outros segmentos da sociedade brasileira.

Assim, entre estas e outras questões que serão abordadas mais adiante, o preocupado representante da legação informava o prenúncio do que a Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos trariam para o Brasil e para a colônia espanhola de Cuba. O “contágio de ideias” à qual ele se referia provocaria de fato, nas décadas seguintes, a urgência quanto à definição dos rumos da escravidão e os destinos de mulheres e homens negros nos últimos bastiões do cativo nas Américas.

¹⁸ CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.63. Conrad afirma que o tráfico interno ocorrido no Brasil foi semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, onde a indústria do algodão em expansão fomentou a procura por escravos elevando seu preço transformando alguns em exportadores e até reprodutores de escravos.

¹⁹ SALLES, Ricardo., op. cit. 2008. p.48.

²⁰ FRAGOSO, João. **Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/ Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

É sob essa percepção, expressa nos ofícios enviados para o Brasil, que Miguel Maria Lisboa mostrava que de algum modo a guerra ultrapassaria as fronteiras americanas e o desenrolar do conflito provocaria uma ressonância no Império, uma vez que, finda a escravidão nos Estados Unidos, restava ao Brasil e às colônias espanholas acabar com aquela forma de trabalho que já vinha sendo condenada moralmente no cenário internacional. Cabia ao responsável pela legação alertar ao governo imperial sobre os acontecimentos cujos caminhos não diziam respeito exclusivamente aos Estados Unidos, mas que também incidiam diretamente no destino da escravidão no Brasil.

2.2 . “O mal que nos ameaça ao longe”

O “contágio de ideias” parecia acender temores que mereciam, conforme apontava Lisboa, a atenção cuidadosa da política Imperial. Afinal, era necessário “evitar ou pelo menos minorar os efeitos do mal que nos ameaça ao longe”. Lisboa não deixa evidente qual seria esse mal que perturbaria o Império, entretanto, observar os eventos que remetem às emancipações no século XIX nos oferecem algumas pistas

As abolições durante a primeira metade do século XIX resultaram da circulação de ideias e concorreram para projetar outros processos de emancipação, especialmente a partir do entendimento de que as economias de cada estado e a circulação de informações no contexto do mundo atlântico são fatores que se interligam num sistema mais amplo e global.

A revolução do Haiti e a abolição dos escravos naquele país no final do século XVIII inauguram o processo das abolições que se seguiram ao longo de todo o século XIX. Liderada por escravizados e libertos, a revolução promovida pela população negra na antiga colônia francesa, e a primeira a libertar escravizados nas Américas, foi também aquela que promoveu profundas mudanças no que se a situação de senhores e antigos escravos, segundo o historiador Eric Foner.²¹ O fim da escravidão no Haiti ainda paira sobre as abolições como aquela que provocou a urgência para o encaminhamento da abolição do tráfico e do cativo, seja do ponto de vista do medo da onda negra, seja pelo entendimento de que a escravidão já não era compatível com o mundo civilizado.

²¹ FONER, Eric. **Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

O sucesso dos escravizados de Santo Domingo e seu impacto no mundo atlântico tiveram diferentes nuances. Provocou o medo das elites metropolitanas e coloniais na medida em que representou muito mais do que a possibilidade de fato de uma revolta escrava, ou ainda a perda de braços para a produção dos artigos nas zonas de *plantations*. Significava também a iminência do enegrecimento da sociedade, que carregava, ao olhar destas elites, sejam elas políticas, intelectuais ou econômicas, o sentido contrário ao que acreditavam ser a civilização, ou seja, significaria a barbárie, bem como todos os outros estigmas então atribuídos à população de origem africana.

Se os efeitos da Revolução Haitiana e as constantes referências à sua existência foram sentidas em todo o mundo americano, Cuba, no século XIX, oferece uma base fecunda para empreender esta análise. Ali tinha-se pleno conhecimento da revolução. De fato, o ponto mais a leste da ilha ficava a apenas oitenta quilômetros do Haiti, na parte leste do território, pouco povoada, houve temores e rumores contínuos de iminente invasão haitiana. Em Cuba, a Revolução Haitiana, portanto, foi sentida como uma ameaça premente.²²

Conforme analisou a historiadora Ada Ferrez, as narrativas historiográficas normalmente observaram a Revolução do Haiti como a representação do medo no mundo escravista do século XIX, em vez das expectativas e anseios da população escravizada diante do fenômeno revolucionário. A ênfase, no primeiro caso, normalmente é dada a partir do viés das preocupações que o mundo escravista, ou melhor, do ponto de vista dos estados e de suas elites políticas e econômicas, teria com as mudanças originadas com o fim da instituição servil. Entre elas estaria a alteração do status da população escravizada para liberta, bem como as suas múltiplas consequências, especialmente aquelas que se referem as alterações no âmbito das relações de trabalho.

O segundo caso diz respeito às abordagens que observam o processo revolucionário pela via da população escravizada ou por aqueles que, enquanto agentes do processo revolucionário buscaram empreender ações que visavam alterar o estado servil e compartilharam das mesmas expectativas de liberdade.

Por outro lado, entendemos que observar tal fenômeno pela via do medo provocado pelas revoltas e rebeliões, revela justamente o impacto que tal evento provocaria, desencadeando inclusive diferentes respostas em relação ao tráfico de escravos, à abolição da escravidão e ao controle da produção da cana de açúcar. Ferrer, por sua vez, designa tais diferenças como

²² FERRER, Ada. **A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana**. Almanack. Guarulhos, n. 03, p. 37-53, 1º semestre de 2012.

efeitos contraditórios da revolução, tomando como exemplo o aumento do número de escravizados traficados para a colônia espanhola para atender à demanda criada pelo declínio do açúcar no Haiti e o consequente aumento de sua produção em Cuba, sem perder de vista, claro, o igual aumento do controle da vigilância que recaiu sobre a população escravizada. A mesma “registrou um crescimento sem precedentes: entre 1774 e 1817, a população negra mais do que quadruplicou, passando de 75.180 (ou de 43,8% da população) a 339.179 ou 58,6%.”²³

A pesquisadora analisa ainda a ideia corrente na historiografia de que aquela revolução teria contribuído para a permanência de Cuba como colônia espanhola até o fim do século XIX. O medo das autoridades coloniais produziu uma vigilância e um conjunto de ações buscando garantir o controle da população escravizada e conter ameaças rebeldes, para, deste modo, não comprometer as atividades produtivas da ilha. A historiadora avalia que, apesar das tensões ocasionadas por rumores revolucionários, o episódio no país vizinho “ayodó a mantener a Cuba como colônia relativamente tranquila en una época de tumulto e revolución”²⁴.

Aliás, ao analisar o medo do Haiti entre as elites crioula cubana e metropolitana espanhola, a historiadora Consuelo Naranjo argumenta que a revolução haitiana foi apropriada e utilizada pelas mesmas elites ao compatibilizar a necessidade de mão de obra escrava com o discurso que preconizava a necessidade de civilizar a população de origem africana.

Haiti - o medo da revolta de escravos contribuiu para fortalecer a capacidade de manipulação da elite espanha crioula que, com base no seu poder econômico e consolidada pelas redes políticas e familiares tecidas em ambas as margens do Atlântico, conservo ao longo de todo o século XIX.²⁵

Para a historiadora Ada Ferrer, cuja tônica da abordagem se desloca do tradicional medo provocado pela revolução caribenha para apontar outros resultados do que se passou no Haiti, tal evento pode ser entendido para além do medo espalhado entre as elites crioula e metropolitana, uma vez que para os escravizados a mensagem do episódio haitiano teria outra natureza, ou seja, sua interpretação adquiriria outros vieses. Em virtude da proximidade local, Cuba rece-

²³ Ibidem. p. 41.

²⁴ FERRER, Ada. **Cuba en la sombra de Haiti: noticias, sociedad y esclavitud**. In: NAVARRO, Dolores González-Ripoll (org.). **El rumor de Haiti en Cuba: temor, raza y rebeldia, 1789-1844**. Consejo superior de Investigaciones Científicas, 2004. p.181.

²⁵ “Haiti – el miedo a los levantamientos de esclavos – contribuyó a fortalecer la capacidad de manipulación de la elite hispano-criolla que, basada en su poder económico y consolidada por las redes políticas y familiares tejidas a ambos los del Atlántico, conservó a lo largo de todo el siglo XIX.” OROVIO, Consuelo N. **La Amenaza haitiana, un miedo interesado: poder y fomento de la población blanca en Cuba**. In: NAVARRO, Dolores González-Ripoll (org.). Ibidem. 2004. p. 93.

beu proprietários refugiados juntamente com suas famílias e muitos deles estiveram acompanhados por mulheres e homens escravizados. Através deles, todo tipo de notícia e rumores sobre o episódio no Haiti chegavam à ilha caribenha e aos ouvidos de mulheres e homens que ainda se encontravam sob o jugo do cativo.

Assim, na Cuba pós-Haiti, as relações entre senhores e escravos se estabilizaram em um contexto no qual a escravidão ascendia, o crescimento econômico levava a uma demanda maior por trabalho e as informações sobre a Revolução Haitiana circulavam entre os escravos e os senhores que informavam as autoridades locais sobre o conhecimento que os escravos tinham acerca dos eventos em Saint-Domingue.²⁶

Percebe-se, portanto, que, ao lado das notícias sobre a revolução na antiga colônia francesa e que circularam em todo o Caribe e pela América, seguiam também ideias de liberdade entre os escravizados.²⁷ Deste modo, destaca-se tal evento como um fenômeno que toma seu caráter transatlântico, e que impacta especialmente os espaços escravistas próximos à ex-colônia francesa, tal como foi, por exemplo, o caso de Cuba.

Também a reboque da revolta haitiana, as abolições no caribe inglês seguiram de forma a acomodar as elites metropolitanas europeias. Ou seja, a adoção nos anos 1830 das políticas de aprendizagem nas colônias inglesas, por exemplo, promoveu uma abolição da escravidão condicionada e indenizatória. Tal como atentou o historiador Michael Craton, o receio de uma emancipação vinda de baixo, a reboque da Revolução do Haiti e das rebeliões na Jamaica de 1831 e 1832, motivou os políticos britânicos a libertarem os escravos de suas colônias de forma a não estagnar a produção das *plantations*.²⁸

A abolição da escravidão no caribe inglês, por sua vez, provocou grande impacto nos Estados Unidos para além das questões relacionadas a economia americana. As rebeliões escravas na Jamaica em 1831, as mobilizações em prol da emancipação e a abolição do cativo nas colônias inglesas em 1834 inspiraram os abolicionistas americanos. Podemos inferir que a criação da *American Anti Slavery Society*, uma das principais organizações abolicionistas americanas fundada em dezembro de 1833, é resultante desse processo de mobilização inspirado na abolição que se processou no Caribe. Não por acaso o dia 1º de agosto, que marca a abolição nestas colônias, era tão comemorado quanto o 4 de julho, data que marca a independência das

²⁶ FERRER, Ada., op. cit. 2012. p.46.

²⁷ BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

²⁸ CRATON, Michael. Escravidão e trabalho livre no Caribe. **Revista Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n.22, 1992.

treze colônias, em algumas regiões americanas, especialmente celebrado pelos abolicionistas americanos.²⁹ Aliás, no início década de 1830, segundo Seymour Drescher, os Estados Unidos vê explodir o abolicionismo.³⁰ Ao comparar o movimento americano com o britânico, afirma que “os abolicionistas do norte desejaram concentrar o meio século de mobilização abolicionista britânica em cinco anos”.³¹ Após a criação da referida associação, outras 1.346 organizações anti-escravistas foram criadas nos estados do norte nos cinco anos subsequentes. Tal fenômeno fica mais evidente quando se observa a rebelião de escravos ocorrida no estado da Virgínia, Estados Unidos, em 1831, liderada pelo escravo e pastor Nat Turner. Não é possível afirmar que tal rebelião tenha ocorrido na esteira daquelas que tomaram lugar no Caribe ao longo da primeira metade do século XIX. O fato é que tais rebeliões na década de 1830 acenderam o alerta entre as autoridades sobre a necessidade de vigiar e controlar a população escravizada.³²

No Brasil, um pouco mais distante do Haiti revolucionário, as respostas também não parecem ter sido muito diferentes. As notícias relacionadas às rebeliões escravas foram responsáveis por desencadear o temor entre as autoridades brasileiras. Ao abordar o medo das elites brasileiras em relação à população negra, Célia Maria Marinho Azevedo ressalta o impacto causado pela Revolução no Haiti (1791-1804).³³ Segundo a historiadora, o movimento dos negros haitianos, que resultou na independência daquele país, assombrou a sociedade imperial brasileira, especialmente os setores ligados à produção agrícola. O tal medo se tornou palpável com a revolta de escravizados na Bahia em 1835. O espectro da revolta dos Malês provocou a

²⁹ A obra de Rugemer aponta para a influência do processo de emancipação das colônias inglesas sobre o abolicionismo americano, e como a produção textual sobre o pós-emancipação no caribe britânico contribuiu para fomentar o debate sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos. Ver: RUGEMER, Edward B. **The Problem of Emancipation. The Caribbean Roots of the American Civil War**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009.

³⁰ Ao comparar o movimento abolicionista norte-americano ao brasileiro, Célia Maria Marinho de Azevedo argumenta que nos Estados Unidos as ações pelo fim da escravidão foram seccionais, seja do ponto de vista temporal, em que tal demanda se fez presente na revolução americana, mas também regional, que incluía o norte mas também o sul. Entretanto, o movimento antes gradualista, passa, a partir da década de 1830, a reivindicar o fim imediato da escravidão, que por sua vez contava com uma grande quantidade de jornais e de associações concentradas no norte do país. A tal movimento a autoria atribui às “conexões abolicionistas transatlânticas” desenvolvidas entre abolicionistas americanos e britânicos. Ver: AZEVEDO, Celia Maria M. de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2005.

³¹ DRESCHER, Seymour. op. cit. 2011. p.431.

³² Nat Turner, escravo do condado de Southampton, na Virgínia, promoveu uma insurreição de escravos em 21 de agosto de 1831. A revolta resultou na morte de mais de sessenta brancos e, em represália, mais de cem negros, entre escravizados e livres foram mortos. Os anos seguintes foram de fortalecimento dos códigos escravistas nos estados do Sul, mas também de outras revoltas como as de 1835 no condado de Monroe, na Geórgia. Ver: FRANKLIN, John H.; MOSS Jr., Alfred A. **Da escravidão à liberdade: a história do negro norte-americano**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989. p.153.

³³ AZEVEDO, Célia Maria M. de., op. cit. 1987. p.35.

mobilização das autoridades imperiais que passaram a aumentar o controle sobre os escravizados. João José Reis ressalta que o temor provocado pela revolta alcançou a Corte no Rio de Janeiro. Após a insurreição baiana, ampliou-se a vigilância sobre os cativos, sobretudo aqueles de origem muçulmana. Na corte, o controle abateu-se sobre as irmandades religiosas formadas por negros. As autoridades passaram a colher todos os tipos de dados possíveis sobre os membros das entidades, além de informações sobre dia, hora e local de reuniões.³⁴

Mas se as rebeliões escravas ocorridas ao longo do século XIX poderiam representar um temor para o previdente agente consular brasileiro nos Estados Unidos logo no alvorecer da Guerra Civil, tal ameaça não parecia ser tão infundada se observarmos a repercussão daquele conflito entre a população escravizada.

Os reflexos da Guerra Civil entre pessoas escravizadas receberam poucas, porém atentas análises que procuraram se desviar do ponto de vista dos agentes do estado imperial brasileiro, da Coroa espanhola e da elite crioula cubana para destacar a agência escrava em torno da emancipação. Assim, se observar a emancipação através das elites da época induz a concebê-la como um problema que diz respeito à falta de braços, à indesejável presença de uma população negra, ou ainda ao medo de uma revolta escrava e suas consequências, as abordagens que privilegiam outros agentes históricos, sobretudo aquelas que dão ênfase às perspectivas dos escravizados a partir das notícias sobre a emancipação americana, operam com as suas expectativas de liberdade e autonomia, que por sua vez fomentariam ações em prol do fim do cativeiro, entre elas revoltas e insurreições.

Em outubro de 1864, a província de Minas Gerais testemunhou uma rebelião escrava que ficou conhecida como Revolta do Serro. O episódio reuniu alfaiates, pedreiros, ferreiros e garimpeiros, crioulos e africanos, e teria acontecido na esteira das notícias sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos, segundo a historiadora Isadora Mota.³⁵

Arquitetada por escravizados nas regiões do Serro e de Diamantina, a rebelião não teria sido a única a surgir “[...] no bojo dos rumores sobre o que acontecia em terras norte-americanas. O espectro da guerra atravessou também outras regiões influenciando nas avaliações e medidas coercitivas empregadas pelas autoridades provinciais contra as lutas escravas.”³⁶

³⁴ REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. Revista USP. São Paulo, n.18, jun./jul./ago. 1993. p.8.

³⁵ MOTA, Isadora M. **O “vulcão” negro da Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP.

³⁶ A autora refere-se a outra revolta de escravos ocorrida em 1865, numa fazenda em Belém, na província do Pará, cuja inspiração teria como fundo os rumores da guerra civil americana e a abolição da escravidão nos Estados Unidos. Ibidem. p.192.

A autora ressalta, porém, que as motivações para as insurreições escravas não devem ser atribuídas à Guerra de Secessão exclusivamente, nem tampouco ao acesso às informações sobre os projetos emancipacionistas em andamento. As mobilizações de escravizados e livres com vistas à liberdade devem-se, sobretudo, “ao próprio cotidiano da escravidão que submetia os cativos a ritmos incessantes de trabalho, castigos corporais, constrangimentos morais e deslocamentos não consentidos que resultavam na desagregação de famílias ou solidariedades há muito constituídas.”³⁷ Nesse sentido, as revoltas que se originam de dentro do ambiente escravista como forma de negação das condições do cativeiro, eram interpretadas pelas autoridades, e possivelmente tinham sua dimensão radicalizada à luz do fenômeno da abolição americana.

Mas a repressão a levantes inspirados nos rumores sobre a Guerra Civil americana também espalhou-se pela ilha de Cuba. A historiadora Yaci Maia Mata percorreu algumas rebeliões ao longo da década de 1860 que contavam com a participação de escravizados, livres e libertos. Mata demonstra a clara circulação de informações e a influência de eventos externos à ilha, entre eles a revolução do Haiti, a rebelião de negros em Morant Bay, na vizinha Jamaica em 1865, e a própria emancipação dos escravos nos Estados Unidos.

Tais notícias teriam influenciado as mobilizações da população negra em torno de conspirações, especialmente aquelas que ocorreram na região do Cobre, em 1863 e em 1867, ambas envolvendo escravizados e homens livres de cor.³⁸ As informações sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos em 1863 abalaram também o comércio ilegal de escravos em Cuba. Curiosamente, poucos anos depois, em 1866, a Espanha decreta proibição do tráfico. As conspirações que mesclaram o caráter anticolonial e antiescravista resultaram no acirramento do controle da população negra da ilha pelos agentes da coroa espanhola.

E o que dizer do refrão “Avanza, Lincoln, avanza, que tu éres nuestra esperanza”, cantolado nas plantações cubanas pelos escravizados durante a Guerra de Secessão? O trecho da canção revela que os rumores do conflito entre os estados do Norte e os do Sul, e que garantiu a emancipação em todo o território americano, ecoou entre a população cativa na ilha de Cuba.³⁹

Tais rebeliões circunscrevem-se, portanto, no âmbito dos processos abolicionistas cuja agência dos escravos considerou o exemplo da emancipação americana, não só como ponto de partida, mas também de destino para uma liberdade entendida como poder sobre a negociação

³⁷ Ibidem. p. 195.

³⁸ MATA, Yaci M. **Conspirações da raça de cor. Escravidão, liberdade e tensões sociais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p. 75.

³⁹ Ao que parece, o refrão “Avanza, Lincoln, avanza, que tu éres nuestra esperanza” seria uma fonte de natureza oral já que não há registros materiais. Tanto os historiadores Rebecca Scott e Manuel Moreno Fraginals atribuem a referência do refrão ao folclorista e pesquisador de música afro-cubana. Rogelio Martínez Furé.

do seu próprio ritmo de trabalho, do controle de seu próprio tempo, de manutenção da família, da condição de ir e vir, do exercício da sua religiosidade, entre outras formas capazes de possibilitar viverem sobre si mesmos. Ambas as insurreições fazem parte de um conjunto de ações experimentadas por escravizados, libertos e livres durante o século XIX com vistas ao fim da escravidão, bem como revelam as conexões estabelecidas através da circulação das informações sobre as ações escravas em prol da liberdade, e que por isso mesmo já constituem fatores que também justificavam as preocupações dos agentes da diplomacia brasileira no alvorecer da Guerra Civil.

2.3. “Ao sábio e previdente Governo de sua Majestade”

Se a revolução no Haiti inaugura a pressão para o fim do cativo e desencadeia a onda abolicionista na primeira metade do século XIX, da mesma forma podemos afirmar que a vitória dos estados da União sobre os estados Confederados do Sul decretando a abolição da escravidão de forma imediata e sem indenizações reacendeu a discussão sobre o fim da escravidão de forma mais imperativa, inaugurando na década de 1860 um movimento de caráter emancipacionista nas sociedades onde a escravidão persistia.⁴⁰

No âmbito do estado imperial brasileiro, figuras do parlamento começam a propor medidas que amenizassem o estado da escravidão, como foi o caso do deputado Silveira da Mota que, já em 1861, primeiro ano da guerra entre os estados do Sul e os do Norte da América, apresentava ao Senado brasileiro um projeto que pretendia minimizar “o escandaloso systema de vender-se carne humana”.⁴¹ O projeto proibia a venda de escravizados sob pregão e em exposição em praça pública. A proposta, que inclusive tinha a simpatia e apoio do imperador Pedro II,⁴² incluía ainda a manutenção da família na ocasião da venda de um dos cativos proibindo assim separar marido, esposa e filhos. Silveira da Mota, que se utilizava inclusive do estado da escravidão nos Estados Unidos para argumentar em favor de seu projeto, bradava que “se acaso os Estados do Sul da Confederação norte-americana tivessem seguido esse systema de ir melhorando a condição legal dos seus escravos, talvez senhores, não víssemos hoje em

⁴⁰ CONRAD, Robert., op. cit. 1975. p. 88.

⁴¹ SENADO Imperial. Sessão de 17 de maio de 1861. **Anais do Senado Brasileiro**. Livro 1. p.41. Publicação e Documentação, Senado Federal. Disponível em: <> Acesso em: 21 de abril de 2013.

⁴² **Diário de Pedro II**, 17 maio 1862. vol. 9. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Museu de Petrópolis.

perigo a União norte-americana, talvez não víssemos hoje nos Estados Unidos duas bandeiras.”⁴³

Os eventos que emanciparam escravizados nas Américas desde o fim do século XVIII anunciavam a iminência do fim da escravidão, e a necessidade urgente, por parte das elites escravistas, de políticas que não comprometessem a produção dos estados, mas que também resolvessem a presença de uma população cuja cor e a origem eram indesejáveis, especialmente no que tange às perspectivas de constituição de uma sociedade civilizada segundo os moldes dos países europeus. Não por acaso, as políticas de imigração como meio de resolver o problema da mão de obra desconsideraram o ingresso da população negra no território e enfatizaram o de população branca exclusivamente, privilegiando aquela oriunda dos países ao norte da América e da Europa. Alguns episódios demonstram inclusive que a elite política imperial evitava o ingresso da população de origem africana ao proibir a entrada de qualquer pessoa de cor no país. Ao assumir a construção da estrada Madeira Mamoré, a empresa americana responsável pela obra teve o pedido de ingresso de trabalhadores negros americanos no Brasil negado pelo governo imperial. Para justificar sua proibição, a Coroa apelou para a lei de 7 de novembro de 1831, que entre os seus artigos proibia o ingresso em território do império de qualquer homem liberto que não fosse brasileiro.⁴⁴

Dois fatores aumentavam o incômodo do governo imperial: ser um dos últimos a manter escravidão e a pressão internacional sofrida por continuar a fazê-lo. Portanto, o destino da escravidão no Brasil também foi determinado por uma realidade exterior a ele e que se articula com as transformações em curso no âmbito internacional, da qual o fim da escravidão nos Estados Unidos, por meio de uma guerra civil, era parte significativa.

Em 1865, o representante da legação do Brasil em Nova York, Joaquim Maria Nascen-tes de Azambuja, em uma correspondência dirigida aos ministros dos Negócios Estrangeiros, os Conselheiros João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866), relatava os comentários expressos em alguns jornais americanos sobre sua recepção na Casa Branca. A matéria do *New York Times*, que se encontra anexada à correspondência, destacava

⁴³ SENADO Imperial. Sessão de 17 de maio de 1861. **Anais do Senado Brasileiro**. Livro 1. p.41. Publicação e Documentação, Senado Federal. Disponível em: < > Acesso em: 21 de abril de 2013.

⁴⁴ Em novembro de 1877, empresários americanos da Companhia Contractors Office Madeira & Mamoré Railway, dirigiram-se ao Consulado Geral do Brasil em Nova York “solicitando passaporte para trabalhadores negros destinados às obras daquela estrada, como os mais apropriados para suportarem o clima dessas paragens”. Tal pedido foi recusado pelo governo imperial com base na lei de 7 de novembro de 1831. Ver: **Carta do Antonio P. Carvalho Borges ao Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros**. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Washington, 23 de dezembro de 1877. Doc. 233/4/6. Arquivo do Itamaraty.

o discurso do presidente americano que, nas palavras do agente brasileiro, ressaltava a importância “em cultivar íntimas relações com este primeiro dos Estados da America do Sul”.⁴⁵ Entretanto, o jornal ressaltava que não seria a primeira vez que o governo americano sugeria tal aproximação. Durante a presidência de James Buchanam (1857-1861), o então ministro americano no Brasil, Richard K. Meade, ao discursar na ocasião em que apresentava suas credenciais, expressou a “esperança de que as duas nações viessem a se ligar por uma aliança”⁴⁶, que significava resistir à pressão do abolicionismo internacional. Ao analisar o episódio, o historiador Gerald Horne argumenta que o antigo ministro americano, o sulista Meade, demonstrava claramente sérios interesses em estabelecer uma aliança escravista com o Império brasileiro. Mesmo antes da Secessão, muitos sulistas americanos viam no Brasil uma oportunidade de criar um cinturão escravista nas Américas, e Meade utilizava de suas prerrogativas como embaixador americano no Brasil para empreender tal projeto.⁴⁷

Mas isso foram outros tempos. Para o presidente Andrew Johnson (1865-1869), tal aliança teria como condição o progresso da civilização pautado no “desenvolvimento de recursos materiais, melhoramento do comércio e a introdução, o mais cedo possível do trabalho livre e inteligente nos campos virgens do continente.”⁴⁸ Ou seja, a mensagem parecia significar um nítido recado para que o Império do Brasil adotasse o quanto antes a mão de obra livre e varresse a escravidão de seu território para que suas relações comerciais e diplomáticas pudessem se desenvolver de forma plena como dois países civilizados, leia-se: sem escravidão.

Qual será a influência de nossa extinção da escravidão sobre a mesma instituição no Brasil? Irá ela atizar o poder escravista em direção à novos zelos e novas demandas? Ou irá ela levar tal poder à relaxar seu domínio e decer espaço ao espírito da época? É ainda impossível dizer. A escravidão brasileira encontrou no café o mesmo incentivo para fortalecer-se e perpetuar-se que a

⁴⁵ Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascimentos de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York, 27 de setembro de 1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

⁴⁶ Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascimentos de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York, 27 de setembro de 1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

⁴⁷ HORNE, Gerald. op. cit. 2010. p. 229.

⁴⁸ Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascimentos de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York, 27 de setembro de 1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

nossa encontrou no algodão. Hoje, ela fornece dois terços de todo o café consumido no mundo, além de grande quantidade de açúcar, algodão, tabaco, arroz e outros produtos cultivados com mão de obra escrava.⁴⁹

A referência do jornal ao antigo ministro, portanto, parecia querer chamar a atenção para o estado da escravidão no Brasil. Mais do que a mensagem do presidente americano, o conteúdo da matéria do *New York Times* trazia questionamentos sobre a capacidade do Império brasileiro de por termo à escravidão. Tal afirmativa fica mais evidente quando o articulista afirma que a escravidão teria se tornado mais branda no Brasil se comparada à que se passara nos Estados Unidos. Para justificar sua afirmativa, recorre ao já citado projeto do deputado Silveira da Mota, que trata da proibição da separação da família por venda e o direito do escravizado de comprar sua própria liberdade. Para ele, estes artifícios dos quais o estado imperial brasileiro lançava mão, tinham em vista na verdade amenizar o estado da escravidão no país, e tais propostas nada mais eram do que formas estratégicas de prolongá-la e assim acomodar os diferentes interesses escravistas.

Mas, o maior desafio do Império para acabar com a escravidão, segundo o artigo do jornal americano, seria a classe dos donos de escravos. O tom do articulista, talvez inspirado nas características dos escravistas do Sul, é desafiador em relação à postura do Imperador que o reconhece como sendo favorável ao fim do cativeiro, mas que tinha como desafio o grupo de escravagistas. Apesar do episódio americano ter, de alguma forma, contribuído para abalar este segmento da sociedade brasileira quanto a seus interesses na manutenção do cativeiro, os negócios do estado imperial, segundo o jornal, ainda se encontravam bastante subjugados ao “poder escravo”, conforme o articulista denominava a classe dos proprietários de escravos.

Os desdobramentos no Brasil relativos à escravidão serão observados com grande interesse pelos Americanos. Diversas das dezenove províncias nas quais o império é dividido, tendo relativamente poucos escravos, há muito tempo têm se mantido sob a influência dominante do poder escravista nos negócios do império. Tal descontentamento deve ser grandemente ampliado pela destruição da escravidão nos Estados Unidos, levando à mais agitações. Tem sido sempre a política do Estado ceder, contra todos os seus melhores sentimentos, à pressão do poder escravista, na esperança de que todas as diferenças fossem, afinal, harmonizadas. Tal política é fútil, como nossa própria história

⁴⁹ “What is to be the influence of our extinction of slavery upon the institution in Brazil? Will it excite the slave power to new jealousies and new demands? Or will it incline that power to relax its hold, and give way to the spirit of the age? It is as yet impossible to say. Brazilian slavery has found the same incentive in coffee to strengthen and perpetuate itself that our own institution did in cotton. It now supplies two-thirds of all the coffee consumed in the world, beside large quantities of sugar, cotton, tobacco, rice and other slave-grown products.” Trecho do *New York Times*, anexado ao ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York, 27 de setembro de 1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

política prova conclusivamente. O poder escravista nunca é aquietado por concessões.⁵⁰

A mensagem do presidente, mas principalmente o conteúdo da matéria do *New York Times* acima citada, foram interpretados por Azambuja como um alerta do governo americano ao Brasil para que fossem tomadas as devidas providências para por termo à escravidão. Afinal, como bem alertava o jornal, os americanos verteriam olhos interessados para tão importante questão no Brasil.

Em 1867, dois anos após o fim da Secessão, o imperador Pedro II, na Fala do Trono - momento em que o monarca dirigia mensagens aos deputados e senadores - chamava a atenção para a necessidade de extinguir a escravidão. O monarca levantava-se publicamente diante de seu quadro político contra a questão servil para dizer que “o elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura -, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.”⁵¹ Os altos interesses se referiam às pressões do abolicionismo internacional, uma vez que a declaração do Imperador atendia aos questionamentos dirigidos ao Brasil pela sociedade abolicionista francesa *Comité pour l'Abolition de l'Esclavage*. O episódio, aliás, refletia a pressão exercida pela opinião pública internacional. Em 1866, o referido comitê emitiu uma nota questionando o posicionamento do governo imperial a respeito das ações com vista ao fim da escravidão.⁵² O impacto da nota resultou não só na resposta do imperador, mas também na iniciativa de solicitar ao então ministério a elaboração de projetos que visassem o fim do cativeiro.

De fato, a pressão internacional parecia provocar a urgência na busca de saídas alternativas para a questão servil de forma a conjugar interesses internos e ao mesmo tempo atender às expectativas do crescente movimento pela abolição da escravidão no âmbito internacional,

⁵⁰ “The developments in Brazil concerning slavery will be watched by Americans with no small interest. Several of the nineteen provinces into which the empire is divided, with comparatively few slaves of their own, have long been restless under the dominant influence of the slave power in the affairs of the empire. That discontent must be increased greatly by the destruction of slavery in the United States, and lead to more decided agitation. It has always been the policy of the Emperor to yield, against all his better feelings, to the pressure of the slave power, in the hope that all differences would ultimately be harmonized. That policy is futile, as our own political history proves conclusively. The slave power is one which is never to be quieted by concessions.” Trecho do *New York Times* anexado ao ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York, 27 de setembro de 1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

⁵¹ **FALAS DO TRONO. Desde 1823 até o ano de 1889**. Prefácio de Pedro Calmon. Brasília: INL, 1977.

⁵² COSTA, Emília V. da. **A Abolição**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

mas que também começava a tomar corpo no Brasil, especialmente no fim da década de 1870, mas especialmente nos anos de 1880. Ao governo de sua Majestade restava atentar para o movimento que tomaria corpo no Brasil e que se encontrava conectado a mobilização de âmbito internacional pelo fim do cativeiro

2.4. O espetáculo da guerra como cenário

As mobilizações pelo fim do cativeiro que caracterizariam o abolicionismo despontariam somente em fim dos anos 1870, e, principalmente na década de 1880 no Brasil. Especialmente no espaço urbano, onde o movimento incorporou, por exemplo, ações pelo fim do cativeiro caracterizadas pela organização de fugas e rebeliões protagonizadas por outros sujeitos sociais: mulheres e homens livres, libertos e escravizados, e, ainda, outros agentes históricos cuja atuação são anteriores ao abolicionismo da década de 1880. Tal mobilização incorporou a insatisfação das camadas populares composta por grupos sociais urbanos que compunham a mão de obra livre subvalorizada, como foi o caso de São Paulo ⁵³.

Mas durante os primeiros anos da Guerra Civil americana, os debates sobre o fim do cativeiro circunscreviam-se às arenas do estado imperial cujo tom era o do emancipacionismo. Os ofícios das representações diplomáticas do Brasil nos Estados Unidos não deixaram de tocar na questão da escravidão, porém os destaques eram o posicionamento dos estados do Sul e as negociações dos mesmos quanto à adesão à Confederação.

Quando dirijo a V. Exa em último ofício era a situação política desse país, tão crítica, tão complicada que ninguém supunha possível que ela piorasse. A Carolina do Sul houve por um ato solene da sua convenção declarado dissolvidos os vínculos que a [amarram] a Confederação dos Estados Unidos. Na Geórgia e Alabama, Mississippi e Flórida a mesma tendência de fracionar-se isoladamente se manifestava e fortalecia, e mesmo na Lousiania, que por ser a chave do Rio Mississippi, podia flutuar entre a [?] que por um lado a inclinam a esposar a causa dos estados escravistas, e os interesses materiais que por outro a ligavam aos ribeirinhos superiores daquele rio – Kentucky, Ohio e Missouri – mesmo na Lousiania digo o espírito de dissolução predominava. ⁵⁴

⁵³ MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: EDUSP, 2010.

⁵⁴ Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu (02/01/1861). **AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras**. Washington, Arquivo do Itamaraty, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

Da mesma forma, as notícias, que chegavam ao Brasil nestes primeiros anos e que circularam nos jornais da Corte, iam desde relatos sobre o andamento da guerra, com informações sobre a localização das batalhas; o número de soldados mortos e prisioneiros; a tomada de regiões pelos exércitos beligerantes; mudanças no comando dos grupamentos militares; entre outras informações sobre o cotidiano dos combates, até análises sobre a política americana em relação à guerra.

Embora tenha sido a razão principal da Secessão, a escravidão enquanto tema relacionado ao conflito americano aparece em menor número nos jornais nestes primeiros anos da Guerra Civil se comparado com o cotidiano das batalhas e das relações diplomáticas. O viés narrativo era a guerra como espetáculo, conforme noticiava o jornal *Atualidades*.

Nos Estados Unidos deram-se duas batalhas: uma em Ankietam-Kreek e a outra em Juka sobre o Mississipi.

Não se sabe ainda quem ganhou a primeira; quanto á segunda foram os federais que tomaram, segundo dizem, 500 prisioneiros e 36 peças de artilharia. O exercito federal no começo da campanha do Potomac estava disposto do seguinte modo:

90,000 homens com Mac-Clellan

10,000 “ “ Boutler, na Nova- Orleans.

60,000 “ “ Buell, no Kentucky.

21,000 “ “ Michel, na Caolina do Norte.

50,000 “ “ Wadsworth, defendendo Washington.

50,000 “ “ em diversos pontos.

Total 281,000.⁵⁵

Demonstrava-se todo o poderio da nova República americana e destacava-se sua capacidade bélica. Evidenciavam-se as inovações tecnológicas da guerra e o espírito inventivo dos americanos. Tal discurso permaneceria também durante o pós-guerra, período em que a capacidade de recuperação econômica do país após o conflito foi também atribuída ao espírito empreendedor, característica sempre conferida ao povo americano. O mesmo discurso contribuiria para justificar a promoção da vinda de americanos brancos sulistas para o Brasil após o fim do conflito entre os estados do Sul e os do Norte.

Mas, se por um lado os campos de batalhas estavam a quilômetros de distância do Brasil e a razão da guerra, ou seja, a abolição da escravidão restringia-se naquele momento aos debates que circularam na diplomacia brasileira e nas discussões parlamentares as quais veremos mais

⁵⁵ **Jornal Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano IV, n.4, 18 jan.1862. p.1.

adiante, a Secessão, em seus primeiros anos, adentrava o Brasil através dos portos da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão de forma bastante particular.

Durante a década de 1860, jornais da Corte destacavam as questões diplomáticas envolvendo a presença de navios confederados nas regiões do litoral brasileiro. Aliás, a circulação de embarcações procedentes dos Estados Confederados do Sul em costas brasileiras ocupou grande parte das notícias que se referiam a guerra e ao conflito entre os estados americano durante este período.

O Império brasileiro declarou neutralidade diante da polarização entre os estados da União americana e os estados Confederados do Sul. Nos jornais, o posicionamento adotado pelo Império era destacado quando os reflexos da Secessão “atracavam” os portos da costa brasileira. Os anos de 1863 e 1864 foram identificados como aqueles que mais registraram situações diplomáticas relacionadas à presença de navios beligerantes.⁵⁶

Ao entrar no Recife no início de maio de 1863, o vapor confederado *Florida* solicitou a permissão para ancorar naquele porto e proceder ao abastecimento e reparos necessários. O comandante da embarcação, J. N. Maffite encaminhou o pedido ao presidente da província de Pernambuco, João Silveira de Souza (1862-1864): “Declarando ter sofrido desarranjo grave na machina do seu vapor, e falta de carvão, pede permissão a esta presidência para ancorar por poucos dias neste porto, até que fique em estado de poder navegar, e promete fazer todos os esforços para que isso consiga o mais breve que fôr possível.”⁵⁷

A permissão para que o Flórida ancorasse e realizasse os procedimentos solicitados foram concedidas pelas autoridades assim como foram atendidas outras solicitações feitas para que navios confederados, que naquele mesmo período circulavam em costas brasileiras, pudessem ancorar em portos das regiões do Norte e do Nordeste para realizar reparos e outras assistências ao navio e sua tripulação.

Assim como ocorreu no Recife, portos da Bahia também receberam alguns navios de bandeira confederada. Provinham de jornais da província da Bahia, o *Jornal da Bahia*, de 13 de maio de 1863, por exemplo, notícias de que o porto de Salvador recebia no mesmo período, ou seja, maio de 1863, as embarcações procedentes de estados Confederados, como foi o caso dos vapores *Alabama* e *Georgia*.

⁵⁶ A pesquisa percorreu jornais da Corte e de São Paulo entre os anos de 1861 e 1888 e levantou a quantidade de notícias que tratavam da Secessão, o que nos permitiu levantar os principais temas sobre a guerra e seus desdobramentos, mas também quantificá-los. Tal metodologia permitiu verificar quais foram os assuntos mais recorrentes em cada década.

⁵⁷ **Jornal Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano V, n.421, 18 maio 1863. p.4.

As atividades dos navios confederados nos portos brasileiros não se restringiam à provisão de mantimentos e a procedimentos de reparos apenas. O jornal baiano informava que no porto desembarcavam também “prisioneiros tripulantes de navios americanos que tem incendiado, segundo o seu programa.”⁵⁸ Ou seja, navios pertencentes a União que uma vez atacados e incendiados, tinham seus passageiros e tripulação transformados em prisioneiros. O *Alabama*, por exemplo, desembarcou 84 prisioneiros, entre eles um cônsul americano, mulheres e até mesmo crianças que se encontravam à bordo da galera *Oneida*, que vinha de Xangai para os Estados Unidos e que foi interceptado pelo *Alabama*.⁵⁹

A presença destas embarcações causava rebuliço nas imediações do porto e os navios pareciam ser alvo de curiosidade, pois recebiam visitas que não pareciam ser apenas de pessoas responsáveis por inspecioná-los, conforme era o procedimento estabelecido pelas autoridades locais.

A aparição do Flórida pôs a cidade em alarma desde ontem pela manhã. A parte da rua do Trapiche em frente do caes conservou-se cheia de povo até noite fechada. Quando o medico do navio saltou pela manhã na rampa de Fóra de Portas, para ir á palácio, grande numero de pessoas, que esperavam vel-o saltar na rampa da rua do Trapiche, correram para o cães de Appollo, e seguiram dali após dele, a que, olhavam como um objeto de curiosidade, estacando na porta do palácio, onde o grupo foi-se aumentando com novos curiosos, de sorte que, finda a audiência e quando ele voltou, trazia um acompanhamento numeroso de moleques em guisa de batedores. Igual sorte tiveram os oficiais que saltaram á tarde, e julgamos que terão ainda hoje os que tiveram de vir á terra.⁶⁰

A presença destes navios, sua tripulação circulando pelas ruas e principalmente o cenário de prisioneiros de guerra sendo desembarcados colocavam a população destes portos como testemunha ocular do conflito ao norte do continente americano. É interessante perguntar se e de que forma a presença destas embarcações em portos brasileiros impactava não só o governo brasileiro, ali representado pelo presidente da província e demais autoridades, mas também a arraia miúda local que por certo não esteve alheia em relação ao que se passava nos Estados Unidos, uma vez que assistia a circulação não só da tripulação das embarcações mas o status de alguns passageiros. A curiosidade do populacho poderia não estar relacionada à presença da embarcação de um país estrangeiro simplesmente, mas de uma potência americana em estado de guerra, cujas razões diziam respeito à liberdade de mulheres e homens escravizados, assunto

⁵⁸ **Jornal Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano V, n.421, 18 maio 1863. p.4.

⁵⁹ **Jornal Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano V, n.421, 18 maio 1863. p.4.

⁶⁰ **Jornal Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano V, n.421, 18 maio 1863. p.4.

que interessava não só fazendeiros, proprietários de escravos e quadros políticos do Império, mas também a outros grupos sociais, como a população escravizada. Assim, para além dos jornais que noticiavam o dia a dia do conflito, a guerra e seus desdobramentos adentravam o território brasileiro através de seus portos, por meio da presença de embarcações de ambos os estados beligerantes, e que por certo chamava a atenção de grupos para além das autoridades locais e diplomáticas.

A solicitação do comandante Maffite, do *Flórida*, para que sua embarcação providenciasse os reparos necessários e os provimentos devidos para prosseguir viagem, foi atendida em conformidade com as instruções oficiais estabelecidas para tal caso. Cópias do ofício que concedia a permissão para que o vapor permanecesse no prazo de 24 horas no porto foram enviadas para a Associação Comercial Beneficente, ao comandante das armas, ao chefe de polícia, ao inspetor do arsenal de Marinha e ao capitão do porto de onde o *Florida* achava-se fundeado e também para o Consul Americano.⁶¹

A representação diplomática dos estados da União Americana no Brasil interpretou a situação como uma afronta, e mostrou-se mais do que descontente com tais episódios. Desconfiava-se de que o Império flertava com os confederados, uma vez que era sobejamente conhecida as intenções daqueles estados do sul dos Estados Unidos de estabelecerem um cinturão escravista nas Américas a partir de uma aliança com o estado imperial brasileiro.⁶²

O Brasil, porém, mantinha sua neutralidade diante do conflito. As notícias dos jornais demonstravam a fidelidade do Brasil ao posicionamento adotado pelo governo imperial e a afirmação de sua soberania diante de assuntos externos.

Os casos do *Florida* e do *Alabama*, entre outros navios confederados, repetiam o mesmo provocado pelo episódio da embarcação confederada *Sumter*, que logo no início da Guerra Civil, em 1861, aportava no Maranhão com a permissão do presidente daquela província, o que provocou a ira do governo americano.⁶³

Podemos, portanto, concordar com a conclusão de que nestes primeiros anos do conflito os “eventos americanos estavam presentes na imprensa da corte por dois motivos: de um lado, o conflito diplomático causado pela abertura dada ao navio confederado Sumter; de outro os eventos da guerra secessionista”.⁶⁴

⁶¹ Jornal **Atualidades**. Rio de Janeiro, Ano V, n.421, 18 maio 1863. p.4.

⁶² HORNE, Gerald. op. cit. 2010. p. 280.

⁶³ BARBOSA, Silvana M. **A imprensa e o ministério escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro** (1862-1863). In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana P. (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. vol.1. p.123-147. p.135.

⁶⁴ BARBOSA, Silvana M. A. **op. cit.** 2011. vol.1. p.135.

É curioso pensar por que os jornais deram tanto destaque ao cotidiano do conflito americano e às questões diplomáticas, e menos ênfase à questão da escravidão. A resposta pode estar relacionada com a conjuntura da década de 1860, na qual o Brasil esteve com as atenções voltadas para igual situação de guerra, no caso, o conflito com o Paraguai. Entretanto, é possível também desconfiar de tal silêncio sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos no espaço público, uma vez que esse período teria sido, segundo José Murilo de Carvalho, o de maior efervescência do ponto de vista do debate sobre reformas sociais e políticas, que incluíam o sistema representativo e a própria escravidão.⁶⁵ Talvez, as poucas referências a escravidão enquanto razão principal da guerra civil se devesse ao fato de que seu fim nos Estados Unidos sem indenizações aos ex-proprietários de escravos poderia fomentar um movimento que internacionalmente já pressionava os últimos estados escravistas, ou seja, o movimento abolicionista.

De todo modo, da carência de notícias sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos aos constrangimentos diplomáticos resultantes da presença de navios confederados em costas brasileiras, o conflito americano extrapolava suas fronteiras e tocava o Brasil em seus interesses.

2.5. Abolição como fenômeno transnacional

No início do ano de 1867, o conselheiro Nabuco de Araújo, informado a respeito do que se passava na Espanha, leva ao conhecimento do Conselho de Estado o projeto de abolição que seria submetido às Cortes espanholas. A proposta previa que seriam declarados livres todas as crianças menores de 3 anos, os escravos maiores de 60, as crianças que nascessem depois de promulgada a lei e todos aqueles escravos que haviam sido importados para a ilha de Cuba após o ano de 1840. Os outros seriam emancipados mediante pagamento de indenização aos seus senhores e o processo de abolição seria realizado dentro de 5 anos.⁶⁶

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Organização de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p.15. Obras que discutiram a emancipação e que inclusive fazem referência a abolição nos Estados Unidos foram publicadas justamente neste período, entre elas, **Cartas de um solitário**, de A. C. Tavares Bastos (1863); **Projecto de Lei para a Emancipação dos Escravos**, de Luiz Francisco da Camara Leal (1866); **Estudos sobre a emancipação dos escravos no Brasil**, de A. Silva Netto (1866); **A escravidão no Brasil**, de Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1867); *Trabalho sobre a extinção da escravidão*, de José Antônio Pimenta Bueno - Visconde de São Vicente (1868); e *Vítimas algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo (1869).

⁶⁶ José Thomás Nabuco de Araújo, **Ata do Conselho de Estado, 2 de abril de 1867, vol. 4**. Disponível em: <<<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro Conselho de Estado 1865-1867.pdf>>> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

A política imperial brasileira, portanto, parecia observar o encaminhamento da questão servil na Espanha como fonte para discutir o processo de emancipação no Brasil. Do mesmo modo, o governo espanhol acompanhou e discutiu o processo de abolição no Império brasileiro como parâmetro para o encaminhamento da abolição em Cuba. Porém, toda a articulação de ambos os estados para a aprovação de leis emancipacionistas nos anos 1870 parecem ter sido impulsionadas por razões comuns, entre elas, a Guerra Civil americana entre os anos de 1861 e 1865, e a abolição da escravidão, imediata e sem indenizações aos antigos proprietários de escravos nos Estados Unidos.

Em 21 de junho de 1871, o Ministro do Ultramar da Espanha recebia a seguinte mensagem de seu subsecretário: “De ordem do sr. Ministro de Estado, tenho a honra de passar as mãos de V. Ex. o anexo impresso que insere o projeto de lei sobre emancipação de escravos no Brasil que tem sido remitido a este Ministério pelo encarregado dos Negócios da Espanha no Rio de Janeiro.”⁶⁷

Além da carta do referido representante dos Negócios Estrangeiros da Espanha no Rio de Janeiro, uma série de impressos sobre as leis de emancipação no Brasil acompanhava a correspondência e servia de recurso para pesquisa e análise da comissão da Junta de Informação de Ultramar do Governo Espanhol, formada para tratar de reformas nas possessões ultramarinas espanholas, sobretudo no que refere à abolição da escravidão no final dos anos de 1870. Entre os documentos constavam também referências às obras do jurista brasileiro Perdigão Malheiros como “*Trabalho sobre a extinção da Escravatura no Brasil, 1869*”; “*Elemento servile – Parecer e Projecto de lei apresentado á camara dos Srs. Deputados na sessão de 16 de Agosto de 1870 pela comissão especial nomeada pela mesma camara em 24 de maio de 1870*”; “*Parecer no Conselho de Estado no anno de 1868 relativo ao elemento servile, 1871*”; e “*Parecer da Comissão Especial apresentada á câmara dos Deputados na sessão de 30 de junho de 1871*”, sobre a proposta do Governo, de 12 de maio de 1871. Ao que parece, a existência de tais documentos anexados aos anais do parlamento espanhol constituiu-se como indício do interesse sobre o processo de extinção do cativo no Brasil.

Mas o Brasil também verteu seu olhar para a Espanha no que se refere ao encaminhamento da emancipação. Em sessão do senado do Império do Brasil, o Barão de São Lourenço alegou que a “Espanha apesar de suas ideias livres não consumou a emancipação dos escravos

⁶⁷ Tradução: “De órden del Sr. Ministerio de Estado, tengo la honra de pasar á manos de V. E. el adjunto impreso que inserta el projecto de ley sobre emancipacion de esclavos en el Brasil que ha remitido á este Ministerio el Encargado de Negocios de España en Rio de Janeiro.” Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4882, doc. 156.

de Cuba, ato que apenas interessará uma diminuta parte da população.” O discurso, pronunciado no mês de setembro de 1871, parecia se referir à lei Moret proclamada em 1870 e aplicada nas colônias espanholas de Cuba e Porto Rico. Inspirado no exemplo espanhol, o parlamentar advogava uma solução de emancipação diferenciada para cada província brasileira de acordo com sua necessidade e urgência.⁶⁸

Examinar o processo de emancipação no Brasil e em Cuba a partir da experiência americana permite verificar a transnacionalidade da abolição no século XIX. Como já foi visto, o fenômeno da abolição não se circunscreve exclusivamente a processos internos de cada estado. A Guerra Civil repercutiu no Brasil e em Cuba tal como as abolições anteriores ao processo americano contribuíram, em certa medida, para o desfecho da escravidão nos Estados Unidos. Isso significa dizer que a análise do fenômeno da abolição nos permite ir além da comparação entre os processos que puseram a termo o cativeiro, mesmo reconhecendo que tal exercício é intrínseco e não escapa à construção do objeto aqui proposto.

A Guerra Civil e a abolição nos Estados Unidos são entendidas aqui como um fenômeno que produziu efeitos simultaneamente tanto no Brasil como nas colônias espanholas, como foi o caso de Cuba. Tais efeitos são identificados na repercussão da Guerra Civil conforme as diferentes situações vistas parcialmente até aqui, e que serão aprofundadas a seguir no que diz respeito ao olhar da elite imperial brasileira sobre o destino da escravidão. Tais efeitos contribuíram, por exemplo, para elaborar as impressões sobre a sociedade americana, e são sentidos a partir da imigração de parte da população branca norte-americana dos antigos estados confederados para o Brasil, o que por sua vez se associa a uma tendência imigrantista do estado imperial como uma das soluções para a falta de braços provocados pelo iminente fim da escravidão. Os efeitos da guerra são verificados ainda no debate sobre a elaboração de leis emancipacionistas ou ainda nas narrativas abolicionistas da década de 1880 que recuperaram os resultados da abolição da escravidão entre os egressos do cativeiro para corroborar a luta antiescravista, entre outros efeitos relacionados ao tema do destino do cativeiro no Brasil.

Tomaremos a perspectiva transnacional a partir das abordagens da historiadora Micol Seigel. Segundo esta autora, a história transnacional se dá ou se faz por meio do exame das unidades que transbordariam através das fronteiras nacionais em menor ou maior grau. Também, tal via de análise orientaria, segundo Seigel, uma nova compreensão sobre a relação entre

⁶⁸ SENADO Imperial. Sessão de 17 de maio de 1871. **Anais do Senado Brasileiro**. Livro 1,p.4. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp> Acesso em: 23 de abril de 2013.

a comparação e o processo de formação do objeto, permitindo o questionamento da neutralidade da comparação como método.

Tal perspectiva metodológica implica manejar diferentes operações. No exercício de estabelecer interconexões, verifica-se a necessidade de, ao buscar compreender e fornecer respostas a um determinado fenômeno histórico comum a dois contextos distintos, não se perder de vista o contexto interno de cada lugar analisado, sobretudo os processos que concorreram para estabelecer uma formação cultural e política específica de uma nação.

A perspectiva transnacional diz respeito também à cultura política de cada estado e a como ela responde a fenômenos internos e determina a condução de processos políticos específicos, como foi o caso das abolições. Esta abordagem exige atentar para as convergências nas respostas comuns ao mesmo fenômeno histórico, porém sem ignorar as singularidades dos contextos e das culturas políticas dos estados, ou seja, invoca o desafio de observar o que é localmente construído.

Portanto, mesmo que em meio às pressões internacionais para o fim da escravidão, sejam elas exercidas pelas ações das associações antiescravistas como a *American Anti Slavery Society* da Inglaterra ou mesmo pela Guerra Civil Americana, Brasil e Cuba, os últimos bastiões da escravidão, elaboraram respostas bastante próximas para o destino do cativo, que podem ser expressas por meio das leis promulgadas durante as décadas de 1870 e 1880. Em 1871, um ano após a Espanha instituir a lei Moret, citada anteriormente, era a vez de o Brasil promulgar sua primeira lei emancipacionista libertando, através da Lei Rio Branco, as crianças de ventre escravo. Mas a lei que concedia a liberdade aos sexagenários no Brasil viria somente quatorze anos depois⁶⁹. Cuba ainda receberia mais duas leis, a do Patronato em 1880 e a de 1886 que pôs termo em definitivo a escravidão na ilha, e o Brasil daria o mesmo rumo somente em 1888, com a promulgação da lei Áurea.

A cronologia da emancipação nestes dois lugares nos mostra também que as soluções adotadas correspondem a situações sociais, econômicas e geopolíticas específicas. No caso de Cuba, por exemplo, sendo a ilha uma colônia espanhola do outro lado do atlântico, experimentou uma avalanche revolucionária anticolonialista mesclada com o movimento antiescravista que se intensifica nos anos 1860.⁷⁰ Já o Brasil, foco de nossa análise, a guerra do Paraguai na

⁶⁹COSTA, Emília V da., **op. cit.** 2008.

⁷⁰Em outubro de 1868 é deflagrada em Cuba uma revolta contra o governo espanhol pela independência da Ilha que duraria cerca de dez anos. Ver: SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1991.; FERRER, Ada. *Cuba Insurgente: raza, nación y revolucion. 1868-1898*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

década de 1860 concentrou as atenções dos políticos do Império, implicando na definição de um olhar sobre a Secessão e também sobre a abolição americana, exemplificado, por exemplo, pela libertação de escravizados para atender o contingente do exército imperial, tal como a União americana procedeu quando do conflito com os estados confederados. Significa dizer, assim, que as circunstâncias pelas quais as leis foram aprovadas resultam da articulação entre fenômenos políticos internos e de processos de emancipação gestados anteriormente à década de 1870.⁷¹

Enquanto nos Estados Unidos a proposta de libertação dos escravos levava à Guerra Civil, Brasil e Cuba, ainda, aparentemente procuravam não se confrontar com a questão, vindo a fazê-lo quando a guerra civil sinalizava que a moral condenatória da escravidão impediria o projeto civilizatório propalado por suas elites.

Não há dúvidas de que a Guerra Civil, que levou à abolição da escravidão nos Estados Unidos, provocou efeitos de natureza econômica, política e social no Brasil e em Cuba. Como pudemos verificar, a abolição enquanto fenômeno transnacional, produziu mudanças nos caminhos da escravidão aonde ela ainda resistia. O que nos leva a pensar que é impossível estabelecer análises sobre o processo de emancipação de forma isolada e sem considerar as conexões não só do abolicionismo internacional, que funcionaram como elemento de pressão, mas também das dinâmicas econômicas, políticas e ideológicas que abriram caminho para o trabalho livre, mesmo reconhecendo os seus limites nesse período de transição após trezentos anos de relações de escravidão.

Há uma vasta literatura a respeito do fim da escravidão no Império do Brasil e na colônia espanhola de Cuba que é unânime em apontar o evento americano como fator de influência nos rumos do cativo no final do século XIX. Entretanto, nosso desafio é identificar de que forma e em que medida tal fenômeno influenciou a política brasileira no que se refere ao encaminhamento da escravidão. A tarefa exige verificar como a elite política da época, bem como o movimento que reivindicou o fim da escravidão no Brasil, manejou os resultados da guerra, e como esta concorreu para definir o processo de abolição no Império. Algumas perguntas conduzem nossa investigação. Qual a amplitude da guerra nos caminhos para a abolição no Brasil? Aonde e de que modo o evento da Secessão de fato incidiu nos assuntos da política imperial? Por que

⁷¹Vale destacar, por exemplo, que a Junta de Informacion, as ações da Associação Abolicionista Espanhola e especialmente as mobilizações em torno da independência da ilha mescladas ao antiescravismo são variáveis históricas que concorreram também para o encaminhamento da abolição dando complexidade à reflexão sobre este tema.

a abolição da escravidão, tanto no Brasil quanto em Cuba, foram realizadas quase vinte anos após a americana? Por que diante da constatação de que a instituição da escravidão, condenada mundialmente durante todo o século XIX, considerada sinônimo do atraso civilizatório, foi realizada de modo ainda a permitir a permanência das relações de escravidão? Aonde se encontra de fato o impacto do conflito nos rumos da política imperial no Brasil para o destino escravidão e dos milhares de pessoas escravizadas? Quais foram as circunstâncias ou as condições sociais, políticas, econômicas e por que não dizer ideológicas que fizeram com que a proposta emancipacionista tivesse sido a opção do Império brasileiro mesmo diante da abolição americana ter sido realizada de forma imediata e sem indenizações? Perseguir essas respostas é o que vai nos oferecer um olhar para a relação entre a abolição americana e o destino da escravidão no Brasil.

3. IMPACTOS DA GUERRA CIVIL: IMIGRAÇÃO AMERICANA E A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL

No projeto sobre a abolição da escravidão levado ao Conselho de Estado em 2 de abril de 1867, o conselheiro Manuel Veira Tosta, o Barão de Muritiba, apresentava em seu voto a preocupação com uma possível guerra civil, “e talvez com ela a servil e com ela a de cores”⁷² caso a proposta fosse levada a cabo. O barão de Muritiba temia que os atentados de escravos contra seus senhores, violência comum à época segundo ele, pudessem se agravar após o fim do cativeiro. Parecia assombrar o parlamentar uma revanche escrava. Mas a preocupação do Barão não era exclusivamente com a população escravizada que, com a abolição, se tornaria livre. Em seu voto, negativo à propôs

ta, ele fez questão de alertar para que se

[...] pretendemos atrair a colonização norte-americana do Sul, para o nosso país, a abolição direta contraria evidentemente. Parece-me impossível que as vítimas sacrificadas a abolição, venham habitar a terra, em que esta medida tende a realizar desgraças semelhantes. Ali ao menos ligava-os o amor da terra natal; aqui nem simpatias tem esperança de encontrar.⁷³

O alerta do conselheiro referia-se à iniciativa do estado imperial em promover a colonização americana, que por ocasião da guerra civil aproveitou-se do interesse com que muitas famílias dos estados confederados do Sul, derrotados no conflito, apresentavam em imigrar e fincar moradia em terras do Brasil, em especial a Amazônia.

Não há como negar que a política de imigração do estado imperial com o propósito de colonizar suas terras brasileiras encontrava-se articulada ao iminente fim da escravidão, mesmo que outras abordagens sugiram outros vieses interpretativos⁷⁴.

Ao analisar a política de colonização já no período regencial, por exemplo, José Juan Pérez Meléndez argumenta que a tradição historiográfica de associar a colonização ao fim da

⁷²Barão de Muritiba. *Ata do Conselho de Estado. 2 de Abril de 1867*, <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

⁷³Barão de Muritiba. *Ata do Conselho de Estado. 2 de Abril de 1867*., <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

⁷⁴MELENDÉZ, José Juan P. *Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, n. 68, p.35-60, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n68/a03v34n68.pdf>>> Acesso em: 19 de setembro de 2016.

escravidão acaba por negligenciar outros fatores como, por exemplo, aqueles articulados à dinâmicas internacionais, uma vez que a “colonização pode lançar alguma luz sobre a relação entre processos ou acontecimentos ultramarinos e o desenvolvimento político no Brasil durante as décadas pós independência”.⁷⁵

A década de 1830 e o início de 1840 presenciaram um ímpeto crescente no sentido de erigir as regulamentações e instituições que posteriormente definiriam a política imperial. A colonização fazia parte desse crescimento inédito em iniciativas de construção institucional, mas um exame atento sugere que os numerosos esforços para promover a imigração, administrar assentamentos diversificados e apoiar empreendimentos privados especializados em projetos coloniais não derivavam de uma concepção consistente de boa governança. Pelo contrário, a série de leis, regulamentações e contratos relacionados à colonização aprovados ao longo da Regência era o reflexo dos trancos e barrancos de um processo de definição de políticas que ainda reagia, em grande parte a acontecimentos externos e crises imprevistas. Em outras palavras, as medidas tomadas pelos políticos ou homens de Estado durante a regência para planejar algo semelhante a uma política de colonização coerente era mais do que um simples eco das prerrogativas soberanas das elites políticas: eram suas respostas a situações internas que surgiram em razão de fenômenos internacionais que estavam além do controle dessas elites, como, por exemplo a Guerra Civil portuguesa, a abolição da escravatura em territórios britânicos e a consolidação do *Zolverrein*, que forçou a migração dos reinos alemães.⁷⁶

Destacar este aspecto é importante uma vez que nosso interesse não é trazer o tema da imigração e da colonização, a partir da experiência americana, para o cerne do presente estudo, ou colocá-la como objeto principal de nossa análise, mesmo porque tal exercício deslocaria o objetivo primeiro da tese. A relevância da questão levantada por Melendéz está na compreensão de que fenômenos internacionais contingenciam assuntos internos, o que vai de encontro a nossa perspectiva de análise sobre a Guerra Civil e a abolição americana enquanto fenômenos transnacionais.

Entretanto, percebemos a imigração americana duplamente ligada à questão da escravidão. A partir de 1850, quando se desenha um novo quadro econômico representado pelo aumento do valor do escravo e do tráfico interno, o Estado imperial é obrigado a buscar alternativas para manter aquela que era a sua maior fonte produtiva, ou seja, a agricultura, que até aquele momento era sustentada pela mão de obra da população de origem africana escravizada. Tal preocupação não era por acaso.

⁷⁵ MELENDÉZ, José Juan P., op. cit. 2014.

⁷⁶ Ibidem. 39.

Com a supressão do contrabando, a produção do principal artigo de pauta de exportações, o café, se expandiu apenas até 1855 - e isso graças às últimas mudas plantadas na época do comércio ilegal, em 1849 e 1850. Nos dez anos seguintes (1856-1865), pela primeira vez no século XIX, a colheita brasileira patinou a olhos vistos, incapaz de superar a marca de 180 mil toneladas métricas.⁷⁷

Por outro lado, mais ao norte do continente americano, a vontade que muitos sulistas brancos americanos demonstravam ter em imigrar para o Brasil ao fim do conflito americano ia além da tentativa de reconstruir suas vidas que haviam sido devastadas pela Guerra Civil. Tal desejo articulava-se, entre outros objetivos, com o interesse em manter uma estrutura social baseada na mão de obra cativa e nas relações constituídas a partir de hierarquias raciais e de supremacia branca, possível somente de serem concretizadas naqueles lugares onde a escravidão ainda persistia.

Assim, a imigração de parte da sociedade sulista branca para o Brasil resulta, de um lado, dos efeitos decorrentes do fim da escravidão nos Estados Unidos, e por outro, diz respeito à política brasileira voltada para resolver a falta de braços que se avizinhava após 1850. A rota de imigração para o Brasil foi assim traçada a partir do fim da escravidão, mas, ironicamente, também em função de sua permanência.

Olhando a partir da perspectiva da experiência americana sobre o fim da escravidão, importa verificar qual o contexto da chegada destes confederados em terras brasileiras, mas, sobretudo de que modo sua presença se articula de algum modo com o fim da escravidão. Vejamos!

3.1. Guerra Civil e a opção pelo exílio

No último ano da Guerra Civil, 1865, o então representante do Brasil nos Estados Unidos, Joaquim Maria Nascentes d’Azambuja, informava por carta de 30 de setembro ao conselheiro José Antônio Saraiva que

Continuam muitos americanos pertinentes dos Estados do Sul dirigir-se à legação Imperial manifestando o mais ardente desejo de emigrar para o Império. No estado de agitação em que estão aqui os espíritos não espera ter os gozos

⁷⁷ PARRON, Tâmis. **A política no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.271.

sociais que tinham antes da Guerra, e querem os procurar sob proteção de nossas leis e de nossas instituições livres.⁷⁸

A afirmação de Azambuja referia-se às cartas de que tomou conhecimento logo que chegou aos Estados Unidos em setembro de 1865 para ocupar o cargo de representante do Brasil em sua legação em Nova York. Segundo ele, antes mesmo de apresentar suas credenciais, foi inteirar-se junto ao Consulado Geral e aos Vice-consules do

[...] teor das proposições que haviam recebido estes nossos agentes da parte de habitantes do Sul que reduzidos a miséria pelo confisco de suas propriedades e liberdade dada a seus escravos, manifestavam em suas cartas á esta legação o desejo de procurarem á sombra das liberais instituições do império, e no remanso da paz, uma vida mais tranquila aonde pudessem desenvolver sua energia e indústria e ser mais garantidos os seus direitos individuais, seu futuro e o futuro de suas famílias.⁷⁹

Azambuja chegava aos Estados Unidos em meio ao fim da guerra mais sangrenta já vivida por aquele país em seu território e que ameaçou dividi-lo. O representante da legação se deparou com algumas das consequências daquele episódio para o Brasil: uma leva de cidadãos americanos que buscavam a legação no intuito de transferirem-se para o Império e lá constituírem uma nova morada. As proposições que Azambuja tomou conhecimento estavam expressas em dezenas de cartas escritas por cidadãos de ambos os estados beligerantes enviadas à legação do Brasil na cidade de Nova York solicitando um conjunto de diferentes informações sobre o Império. O principal conteúdo das cartas normalmente indagava sobre as condições e as facilidades oferecidas pelo estado imperial para aqueles que desejassem imigrar. Os dados requeridos são diversos e as informações solicitadas vão expressas de uma forma mais geral, como, por exemplo, quais seriam as vantagens oferecidas aos imigrantes, até outras mais específicas, que merecem maior atenção.

Jas. H. Nauman⁸⁰, por exemplo, cidadão americano procedente de Maysville, cidade localizada no estado de Kentucky, indagou em sua correspondência de 8 de outubro de 1865 sobre as facilidades de se alistar no exército imperial. Já J. W. Dunklin, de Collirene, do condado de Lownders no Alabama, interessado pela região às margens do rio Tietê, informava desejar imigrar com um número de cem a mil famílias de plantadores de algodão e perguntava

⁷⁸ **Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos**, Seção Central, Nova York, 30 de setembro de 1865. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁷⁹ Ofício de 24 de janeiro de 1866. **Legação do Brasil em Nova York**. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁸⁰ Os nomes foram aqui escritos conforme apresentados no documento. Os nomes em sua maioria vieram com abreviações, destacando-se o sobrenome.

quais seriam as condições oferecidas pelo governo para concessão de terras. Mas entre outras questões, Dunklin perguntava também “se os índios do Sul do Brasil são pacíficos ou hostis.”⁸¹ Tanto Nauman como Dunklin fazem parte dos 75 cidadãos americanos que, ao longo de todo o ano de 1865, enviaram cartas à legação imperial nos Estados Unidos demonstrando interesse em viver em terras brasileiras. O desejo de ingressar no exército imperial, o temor, e por que não dizer, a curiosidade sobre o comportamento dos índios no Brasil são temas que aparecem em menor número nas cartas enviadas por aqueles que buscavam informações sobre o país ao sul da América. Porém, não deixam de ser curiosas as intenções, mas também o imaginário destes americanos em torno do Império e de seu território que alguns evidenciaram em suas correspondências e que o representante da legação deixou transparecer ao reproduzir o resumo daquelas cartas.

Na correspondência enviada por Azambuja ao ministro dos Negócios Estrangeiros seguiu um anexo com o resumo das referidas 75 cartas. Por tal conteúdo é possível extrair alguns dados e traços significativos a respeito destes americanos, e principalmente de suas intenções com relação ao Brasil. O anexo continha, além dos nomes dos cidadãos americanos, sua procedência (cidade ou condado e estado), data da correspondência e o objeto principal da carta: as solicitações de dados e demais informações sobre as condições de imigração para o Império do Brasil. Por certo, tais cartas constituem um recorte parcial, uma vez que sua existência não necessariamente atesta que seus remetentes tenham de fato imigrado, ou mesmo que tenham trazido consigo o número de conterrâneos que se propunham arregimentar. Também, é fato que as correspondências não são representativas do ponto de vista do número de pessoas que se interessaram em trocar os Estados Unidos pelo Brasil. A relevância destas correspondências está, porém, no fato de que sua emissão ocorre justamente durante o ano de 1865, período em que a guerra tem seu desfecho com a vitória dos estados da União sobre os estados Confederados do Sul. Além disso, tal conteúdo apresenta uma pequena amostra do contexto do pós-guerra nos Estados Unidos em particular as condições em que muitos americanos se encontraram ao fim do conflito a ponto de optarem pelo exílio, mas também suas expectativas de futuro e sua visão de mundo a partir da nova ordem social que se instaurava, principalmente no que se refere à questão racial. Por fim, é possível extrair ainda um breve perfil daqueles que demonstraram interesse em transformar algumas regiões em colônias para as famílias americanas.

⁸¹ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção de 24 de janeiro de 1866, dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Destes 75 autores, todos homens, e, ao que parece todos brancos, cerca de 17 eram procedentes dos estados da Virgínia e Virgínia Ocidental, seguidos do Kentucky (12), Georgia (7), Arkansas, Carolina do Sul e Mississippi (6), Carolina do Norte (5), Missouri e Illinois (4), Tenesse, New York, Massachusetts, District of Columbia, Maryland (2), Pensylvania, Alabama, Texas, Visconsin (1).

Conforme podemos constatar, a maioria das cartas enviadas teve origem nos estados da Virgínia e Virgínia Ocidental. O que teria ocorrido para que tais estados tivessem fornecido o maior número de interessados em se exilar no Brasil? Tal procedência pode ter relação com o fato de a região ter sido a capital dos Estados Confederados, mas também onde se localizava Appottomax, o palco da rendição do exército do Sul. Porém, o mais provável teria sido as condições precárias com que a região ficou após conflito. Entre todos os estados que se transformaram em palco das batalhas entre confederados e unionistas, a Virgínia e a Virgínia Ocidental teriam sofrido os resultados mais danosos, pois foram o cenário onde a guerra se desenrolou em sua forma mais belicosa⁸², o que possivelmente teria concorrido para que grande parte das mulheres e homens brancos daqueles estados decidissem abandoná-los para reconstruir suas vidas em outras paragens.

⁸² OLIVEIRA, Ana Maria C. de. **O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil**. São Paulo: União Brasil-Estados Unidos, 1995. p.79.

No entanto, importa saber, a priori, que o teor das perguntas sobre o Brasil deixa claro que o objetivo de parte da população americana interessada nas características geográficas, climáticas, sociais e principalmente nas potencialidades econômicas do Império era o de estabelecer permanência no país e de reconstruírem suas vidas aos moldes daquela que tinham nos Estados Unidos. Por outro lado, importa ainda compreender como o governo imperial se posicionou diante da demanda destes imigrantes, e como isso se articula ou não às expectativas e projetos do governo imperial sobre o destino da mão de obra e da população escravizada no Brasil.

A emissão das cartas concentra-se, em sua maioria, nos meses de julho (32 cartas) e agosto (17 cartas) de 1865, ou seja, os meses seguintes ao término da guerra com a rendição das últimas tropas sulistas. O fato de estas cartas terem chegado durante todo o ano em que se deu o desfecho do conflito não indica, porém que seus autores teriam sido os primeiros americanos a apresentar o desejo de emigrar. Tal como sinalizou Gerald Horne, mesmo antes do fim da guerra, havia indícios de que já no ano de 1864 fazendeiros da Carolina do Sul desejavam mudar-se para o Brasil.⁸³ Aliás, o desejo de ocupar territórios para além das fronteiras americanas, especialmente ao sul da América, era um antigo desejo e fazia parte do espírito americano, especialmente o do sulista. Não por acaso, após a sua independência, os Estados Unidos se lançaram a uma ação expansionista que resultou na anexação das regiões onde hoje se localizam o Oeste americano e parte dos estados do Sul, como por exemplo, o Texas e o Novo México, antes possessões espanholas. Mesmo antes do fim do conflito da Secessão essas investidas voltaram-se também para a região do Caribe. Tais ações definiam o espírito imperialista americano.

A perspectiva de expansão sulista é substanciada na obra *American Mediterranean, Southern Slaveholders in the Age of Emancipation*, de Matthew Pratt Guterl.⁸⁴ A inspiração na tradição do imperialismo romano, segundo este autor, é um aspecto que compõe o ideário sulista americano. A perspectiva de uma expansão territorial nas Américas compunha o nacionalismo confederado, e as tentativas de anexar regiões do Caribe e do México constituem elementos que apontam a perspectiva do expansionismo sulista. Jefferson Davis, presidente dos esta-

⁸³ HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p 285.

⁸⁴ GUTERL, Matthew P. **American Mediterranean. Southern Slaveholders in the Age of Emancipation**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

dos confederados, propunha, através da expansão para o Caribe, uma confluência solidária econômica e cultural com outras sociedades escravistas como vetor do expansionismo confederado.

Dos dezenove estados de onde partiram as cartas dirigidas à legação, Missouri, Kentucky, Illinois, Maryland, Distrito de Columbia, Pensylvania, Viscounsins, Massachusetts e Nova York não faziam parte dos estados confederados. Mas o fato de pertencerem à União não significava, porém, que o desejo de imigrar de alguns dos seus habitantes não estivesse interligado aos efeitos provocados pela guerra. Mesmo não compondo oficialmente o grupo separatista, alguns, como foi o caso do Kentucky, Missouri e Maryland, possuíam grande número de fazendeiros escravistas, o que explica as cartas procedentes daqueles estados. Por sinal, o Kentucky, que está localizado geograficamente ao lado da Virgínia, foi o estado a enviar o segundo maior número de cartas depois da capital confederada. Outros fatores poderiam explicar por que pessoas procedentes dos estados da União, que tampouco possuíam mão de obra cativa, demonstravam o desejo em imigrar. Entre estes fatores estaria o alcance da propaganda empreendida pelo governo imperial através dos jornais que circulavam nos Estados Unidos como o *The Brazil Emigration Reporter*⁸⁵ e o *Anglo Brazilian Times*.

Do conteúdo das referidas 75 cartas, extraímos os assuntos os quais consideramos terem sido os de maior interesse dos candidatos a imigrar e que nos ajudarão a compor duas perspectivas de análise. A primeira diz respeito às características daqueles que apresentaram o desejo de trocar as terras americanas pelas brasileiras buscando compor um breve perfil dos mesmos. O segundo aspecto relaciona-se com a política de imigração promovida pelo governo imperial a partir também das demandas destes pretensos imigrantes americanos.

O assunto mais recorrente entre os interessados a mudar para o Brasil se apresenta de forma bem genérica. Normalmente perguntavam quais eram as vantagens oferecidas pelo governo imperial aos cidadãos americanos. Observando mais adiante seu conteúdo, percebemos que o que eles chamariam de vantagens vão se descortinando na medida em que os objetos de interesse e benefícios que contavam receber do governo imperial vão sendo especificados e detalhados.

J. S. Malone, da cidade de Nashville, no Tennessee, escreveu em nome de vários indivíduos de sua cidade e perguntava qual era o custo da passagem para o Brasil em um navio a vela e qual seria a melhor estação do ano para se fazer a viagem. Já Robert Campbell, do Texas, desejava saber os valores das passagens dos navios a vela, mas também das embarcações a

⁸⁵ OLIVEIRA, Ana Maria C. de., op. cit. 1995. p. 95.

vapor. Para Malone, Campbell e quase todos os outros autores das cartas, a pergunta mais recorrente dizia respeito às condições de transporte e acesso destes imigrantes ao Império. A maioria indagava o preço das passagens, o que nos aponta para o fato de que, embora sofrendo os reveses financeiros provocados pela guerra, alguns pareciam ainda dispor de recursos para custear sua viagem, como foi o caso de Robert C. Campbell que, escrevendo do Texas, informava dispor de capitais e perguntava se poderia comprar terras já cultivadas e com escravos. Assim como Campbell, procedentes da Virgínia intencionavam dirigir-se para o Império “levando capitais bastante para formar uma florescente colônia.”⁸⁶, conforme afirmava em seus nomes John D. Imboden, do condado de Charlotte. Muitos inclusive, como apontava Azambuja, eram procedentes de famílias abastadas que “se dispunham na adversa fortuna que lhes trouxe o triunfo das armas federais, pela aversão á nova organização introduzida naqueles estados e pelos sentimentos altivos que dominam na raça anglo saxônica, expatriar-se para outros estados deste continente”.⁸⁷

Fica evidente, portanto, que a opção pelo exílio não tinha muitas vezes uma relação exatamente com a perda completa dos recursos a ponto de não conseguirem empreender a retomada de suas atividades produtivas em sua terra natal. Tal escolha tem relação com a incompatibilidade de uma futura convivência igualitária entre pessoas negras e brancas que a nova ordem social impunha e da qual o próprio Azambuja reconhece:

O choque entretanto que sofreram os habitantes do Sul foi um dos mais rudes; ha ainda muitos descontentes que difficilmente se resignarão tendo perdido toda a sua fortuna e sendo obrigados a viver, antes senhores e possuidores de escravos, no meio destes hoje seus iguais e ombreando com eles em todos os gozos, direitos e prerrogativas sociais.⁸⁸

Outros se propuseram a imigrar e consigo levar seus conterrâneos, entre eles familiares e vizinhos, somente caso o governo imperial se comprometesse a auxiliar no custo das passagens, como propôs James R. Allen, da capital confederada de Richmond, na Virgínia. Outros ainda, talvez por rumores de que o governo imperial forneceria o transporte gratuito, indagavam se era verdade que todas as despesas de transporte seriam pagas, como sugeriu J. L. Sullivan, da Carolina do Norte. Em sua carta enviada para a legação em 22 de julho, ele pergunta se era

⁸⁶ Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁸⁷ Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁸⁸ Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York, 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

“exato” que o “governo do Brasil concede seiscentas jeiras de terra a emigrantes dos Estados Unidos e passagem gratuita.”⁸⁹

Seguido das vantagens a respeito do transporte e os meios de se chegar ao Brasil estava o interesse pela concessão de terras. Afinal, muitos daqueles que desejavam imigrar tinham, ou perdido suas plantações que haviam sido devastadas pela guerra, ou vislumbravam refazer suas vidas em um lugar onde pudessem manter as antigas relações de escravidão e, mais do que isso, não serem obrigados a conviver de forma igualitária com aqueles que até bem pouco tempo eram suas propriedades, ou seja, as mulheres e homens negros escravizados. Para estes, a convivência com pessoas de cor só seria possível enquanto escravizadas.

O interesse demonstrado em estabelecer uma colônia também dependia das condições da terra em muitos termos. A. de Caradeuc, de Augusta, na Georgia, assim como H. F. Bocock, da Virgínia, desejavam imigrar para um lugar fértil e salubre. Outros queriam se informar sobre qual a extensão de terra que seria destinada aos imigrantes. O mesmo J.L. Sullivan, que havia perguntado sobre a gratuidade das passagens, indagava ainda se era verdade que o governo imperial oferecia seiscentas jeiras de terra. Geo. W. Print, de Boston, Massachussets, queria confirmar se além das cem jeiras de terras, o governo concedia também sementes e emprego. Do Mississipi, James J. Thompson dizia representar uma numerosa colônia que desejava estabelecer-se às margens da embocadura do Amazonas e, para tanto, solicitava oitenta jeiras de terra para cada família. Também interessado na região do Amazonas estava o ex-capitão do exército confederado Henry M. Price. Representando vários habitantes do sul, queria ele concessão de terras às margens do Amazonas onde pretendia “empregar braços escravos crendo que a escravidão é instituída por Deus e conforme com a escritura”.⁹⁰ Samuel A. Burger e Geo F. Platt queriam saber “que porção de terreno concede o governo imperial aos solteiros e aos casados.”⁹¹ Além das mil jeiras, W. M. Gordon, do Tenesse, indagava se o governo imperial concedia também “escravos de lavoura, provisão por um ano, animais domésticos, instrumentos de agriculturas, etc. para informações de muitas pessoas do sul.”⁹²

Grande parte daqueles que embarcaram em direção ao Brasil estabeleceram moradia na província de São Paulo, como veremos adiante. Entretanto, a Amazônia parecia ser o destino

⁸⁹ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção de 24 de janeiro de 1866, dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Arquivo do Itamaraty.

⁹⁰ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁹¹ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

⁹² Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

mais popular e atrativo, especialmente para aqueles que, como James J. Thompson, do Mississipi, demonstrava ter algum conhecimento da região ao declarar querer estabelecer sua colônia na embocadura do Amazonas. Tal conhecimento e interesse não eram por acaso. Incursões de comerciantes americanos na região da Amazônia eram, já em 1830, mais bem sucedidas do que aquelas realizadas por franceses e ingleses, conforme salienta Gerald Horne.⁹³ E o que dizer das investidas científicas realizadas por viajantes americanos na região? A historiadora Maria Helena Machado demonstrou como a exploração científica esteve também a serviço dos habitantes do Sul em suas pretensões expansionistas na Amazônia.⁹⁴ Ao analisar os viajantes norte-americanos no Brasil, Machado toma o caso do tenente Matthew Fontaine Maury para demonstrar as intenções dos americanos em relação àquela região do Brasil:

Atento aos interesses de um Sul escravista, Maury, ao estudar as correntes e ventos do Atlântico, se convenceu de que o cenário privilegiado para a expansão dos interesses sulistas encontrava-se na Amazônia. Esses interesses diziam respeito à expansão comercial do Sul, cada vez mais pressionado pelos grupos comerciantes de Nova York, se quanto conectava ao problema territorial.⁹⁵

O caso envolvendo Matthew Maury é exemplar. Ex-diretor do Observatório da Marinha em Washington, Maury, segundo considerações do agente da legação em Nova York, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, era um “homem inteiramente devotado á causa dos antigos estados confederados”.⁹⁶ Nascido no estado da Virgínia, Maury tinha particular interesse na Amazônia e escreveu o livro *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*, publicada em 1853. A obra era conhecida entre os americanos, mas também entre brasileiros, conforme sugeriu Azambuja. Maury orientou uma expedição realizada pelo jovem William Lewis Herndon em 1850 com o objetivo de investigar os recursos naturais da região, a fauna, a flora e os minerais disponíveis. Quando questionado sobre a posição do governo brasileiro, Maury opinou alegando que o país não seria capaz de

[...] impedir cidadãos americanos, tanto dos estados livres como escravistas, de irem para lá com seus bens para colonizar e revolucionar e republicanizar

⁹³ HORNE, Gerald. op. cit. 2010. p 159.

⁹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. **Brasil a todo vapor. Raça, ciência e viagem no século XIX**. São Paulo, 2005 Tese (Livre docência em História), USP.; **Os Abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão**. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus S. (orgs.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGHistória/UFF, 2011.

⁹⁵ Ibidem. p.12.

⁹⁶ **Carta de Joaquim Maria Nascentes de Azambuja ao conselheiro Antonio Francisco de Paula Souza. Legação Imperial do Brasil**, Nova York, 29 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

e anglo-saxonizar aquele vale, do que de impedir o pente das armas de disparar depois que a faísca é ateadada. Aquele vale será a válvula de escape dos nossos estados sulistas; quando tiverem uma superpopulação de escravos, o tráfico de escravos será suspenso, e eles mandarão seus escravos para a Amazônia. Assim como o vale do Mississippi foi a válvula de escape para os escravos dos estados nortistas, agora livres, assim será a Amazônia para o Mississippi.⁹⁷

O resultado da expedição de Herndon pelo Brasil rendeu a publicação *Exploration of the Valley of the Amazon, 1851-1852*, que tratava inclusive da predestinação dos americanos em espriarem-se por todo o hemisfério e cuja vendagem foi bastante expressiva, contando cerca de 10 mil exemplares na primeira edição.⁹⁸ As investidas na região da Amazônia, portanto, têm na procura por novas áreas produtivas e na exploração científica os caminhos para empreender o projeto sulista de expansão do território, uma expansão que teve como objetivo a criação de colônias para a população branca que avistava moradia no Brasil, mas que também fora destinada à população americana escravizada.

Pela popularidade e o alcance obtidos pelas publicações tanto de Maury quanto de Herndon⁹⁹, é possível compreender por que a Amazônia era vislumbrada como lugar de interesse, destino e de desejo dos candidatos a imigrar. As previsões de Maury quanto ao ingresso da população escravizada procedentes dos estados escravistas americanos na Amazônia não se confirmaram muito em virtude do posicionamento do governo brasileiro, que impediu que tal projeto seguisse adiante. Ao investigar as pretensões do governo americano em criar colônias para além das fronteiras americanas para receber a população de cor, a historiadora Maria Clara Sampaio avaliou que, assim como o Brasil, outros países da América Central e Caribe que também estiveram à espreita do projeto americano de colonização da população negra escravizada.¹⁰⁰

Já no que se refere à procedência dos estados americanos, bem como ao perfil sócio econômico dos interessados, Maury havia acertado. Nem todos eram grandes proprietários rurais, fazendeiros ou donos de escravos, como também nem todos vinham de estados confederados. Havia entre os interessados “indivíduos de todas as classes e profissões”.¹⁰¹ O carpinteiro

⁹⁷ HORNE, Gerald. *op. cit.* p. 165.

⁹⁸ *Ibid.* p.168.

⁹⁹ *Ibid.* p.168.; Ver também: MACHADO, Maria Helena P. T., *op. cit.* 2011. p.14.

¹⁰⁰ SAMPAIO, Maria Clara S. C. **Fronteiras negras ao Sul: as propostas dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860.** São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História), USP.

¹⁰¹ **Carta Joaquim Maria Nascentes de Azambuja ao conselheiro Antonio Francisco de Paula Souza. Legação Imperial do Brasil,** Nova York, 29 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Jamis M. Witt, procedente da cidade de Chicago, no Illinois, por exemplo, indagava sobre qual “o salário que poderia obter um indivíduo com essa profissão no Brasil.”¹⁰² Já George Upsher Mayo, de Charleston, Carolina do Sul, informava que dois ou três americanos engenheiros e medidores de terras perguntavam em que atividades poderiam se ocupar no Império e se ali poderiam exercer suas profissões. Representando vários indivíduos da Georgia, Geo. W. H. Whitaker, de Landerville, escrevia em nome de alguns agricultores, médicos, jurisconsultos e operários.

A. de Caradeuc, da cidade de Augusta, na Georgia, não informa sua ocupação mas dizia representar “várias famílias do estado da Carolina do Sul compostas de agricultores, maquinistas, engenheiros, etc. para estabelecerem uma colônia em lugar fértil e salubre e com facilidade de comunicação para outros povoados.”¹⁰³ De Kemper, cidade localizada no estado do Missouri, D. C Greenwood, escrevia em nome de “um certo número de lavradores e mecânicos, ferreiros, carpinteiros, fabricantes de carro, etc”.¹⁰⁴ Croghan Bettison, de Louisville, no Kentucky, prometia “promover a imigração de avultado número de operários e agricultores”.¹⁰⁵

Portanto, o grupo de interessados era composto, não só por pessoas de diferentes classes sociais, como também de lugares profissionais distintos. Havia pequenos agricultores; profissionais liberais, como engenheiros, médicos e profissionais de pequenos ofícios como marceneiros, ferreiros, carpinteiros, e outros tantos que buscaram reconstruir suas vidas fora dos Estados Unidos depois da Guerra e viam no Império do Brasil a grande oportunidade. A opção pelo exílio esteve relacionada à precariedade ocasionada pela guerra, mas também e especialmente pela iminente situação jurídica que igualaria a população negra a branca, conforme sinalizou Azambuja. As observações do representante da diplomacia brasileira não deixavam de ter lá seus fundamentos. A Reconstrução, instituiu igualdade jurídica entre a população branca e negra, inclusive, com a possibilidade da população de cor ocupar cargos eletivos.

Além disso, a competição no âmbito do mundo do trabalho que a nova ordem também iria instaurar era um componente a mais que acabava por definir a escolha por deixar os Estados Unidos.

¹⁰² Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹⁰³ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹⁰⁴ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹⁰⁵ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Dois outros pontos também se destacaram entre os questionamentos dos candidatos a imigrar. William Pettigrew, de Augusta, na Georgia perguntava se havia tolerância de religião, uma vez que o Império era oficialmente católico, e a população americana majoritariamente protestante. T. W. B. Crems, de Saint Louis, no Missouri, além de questionar se havia liberdade de religião, perguntava também sobre as leis e as condições de naturalização. Assunto que também foi questionado por Robert Campbell (Texas), Thomas H Simmes (Arkansas), Jah. D. White (Georgia).

Quase todos os que encaminharam correspondências diziam representar diversos grupos compostos por homens, mulheres e crianças. Dos 75 homens que se dirigiram a legação, 33 informaram desejar levar parentes e vizinhos ou falava em nome de um grupo. O que significa que poucos foram aqueles que pareciam querer se lançar sozinhos e aventurar-se solitariamente no projeto de colonização.

James H. Nowman, da Virgínia, se comprometia, assim como o já citado Dunklin, a levar de cem a mil famílias. Já Joseph Abney dizia levar de mil a cinco mil famílias da Carolina do Sul se o governo imperial lhes oferecesse vantagens. Já Sr. John Guillet, do estado do Missouri, se propunha a levar o modesto número de duas ou três famílias compostas de sete a nove pessoas adultas e de oito a doze crianças. Os números são dos mais variados.

Tais representantes funcionariam como agentes de intermediação entre os interessados a imigrar e o governo imperial. Entre suas funções estava a de visitar o Brasil a fim de tratar das condições da colonização. As viagens destinavam-se ao conhecimento do país, de seu clima e das melhores regiões em termos de fertilidade da terra, acesso e facilidades de comunicação para estabelecer a colônia.

William Wood, general dos antigos estados confederados e representante de cidadãos americanos desejosos em ir para o Brasil, não estava entre os autores das cartas enviadas a legação do Brasil em Nova York. Até porque, na ocasião, Wood já estava no Império juntamente com “vários outros agentes representantes de um grande número de habitantes do Sul”¹⁰⁶ para tratar do estabelecimento de colônias e assentamentos da população do Sul em terras da Coroa. O nome do general Wood constava da lista de passageiros do paquete Santa Maria com entrada na corte vindo do porto de Santos em 26 de novembro de 1865. O que indica que o General Wood já se encontrava no Brasil e percorrendo as terras imperiais no fim do ano de 1865. Wood encontrava-se acompanhado dos também americanos Brown, Hammin, Dr. Warne

¹⁰⁶ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

e Dr. Gaston. O general e os demais agentes da imigração, entre eles o fazendeiro sulista Brown, vinham de uma expedição pelo interior de São Paulo onde percorreram terras da região de Campinas e Araraquara, onde encerrou sua expedição pelo interior da província de São Paulo, segundo informava o *Jornal do Commercio* no fim de novembro de 1865. O objetivo da excursão era avaliar as condições da província para receber as famílias que pretendiam imigrar.¹⁰⁷

Alguns autores buscaram compreender quais fatores teriam levado os sulistas derrotados na Guerra Civil a estabelecerem-se em lugares um pouco mais ao sul do Equador. A instituição da escravidão foi um dos motivos convergentes nas abordagens que explicam tal opção.¹⁰⁸

Em consonância com as abordagens eugênicas do século XIX, a crença na escravidão marcou o perfil da sociedade sulista baseada na ideia de supremacia racial branca e onde o trabalho servil era a base que definiria hierarquias sociais bem como formas de produção. Portanto, para muitos dos sulistas que buscaram pouso mais ao sul da América, o emprego da mão de obra cativa foi uma das preocupações apresentadas pelos escravistas que desejavam imigrar.

Além dos já citados Robert C. Campbell, Henry M. Price e W. M. Gordon, outros mencionaram o emprego de escravos como uma das questões que precisavam ser atendidas pelo governo imperial brasileiro. S. R. B. Watton, da cidade de Pine Bluff, condado de Jefferson, no Arkansas, perguntava se os braços eram livres ou escravos, sendo de sua convicção de que “só o trabalho do escravo pode ser empregado na cultura da cana de açúcar e do algodão.”¹⁰⁹ Seu conterrâneo do Arkansas, Thomas H. Simmes, queria saber por qual valor poderia empregar escravos. R.C. Prather, da cidade de Hickman, condado de Fullon no Kentucky “Deseja as seguintes informações: preço das terras, condições para a naturalização, culto religioso, educação, instruções do país, impostos etc. E se as leis do Brasil permitem aos emigrantes o emprego

¹⁰⁷ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, Ano 43, n.329. 27 nov. 1865. p.3.

¹⁰⁸ Entre alguns dos autores que abordaram a imigração confederada para o Brasil estão Maria Helena P. T. Machado, em *Os Abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão*(2011); Gerald Horne, em *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*(2010); Luciana da Cruz Brito, em *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista* (2014); Ana Maria Costa de Oliveira, em *O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil*(1995); e Eugene Harter, em *A colônia perdida da Confederação. A imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra de Secessão*(1985).

¹⁰⁹ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

de braços escravos.”¹¹⁰ L. H. Fitzhugh, do condado de Albemarle, Virgínia, também perguntava “quais as leis de propriedade, qual o preço dos escravos, dos animais de lavoura etc e que favores deve esperar os imigrantes”¹¹¹.

À medida que a Guerra Civil toma seu fim e se conforma a derrota dos estados confederados, a opção pelo exílio em países onde a escravidão persistia emerge como fato real e como um forte indício do desejo de manutenção da identidade confederada, notadamente marcada pela tríade: escravidão, comércio e expansão territorial. O memorialista Eugene C. Harter elabora uma visão mais sutil do que, em sua perspectiva, podemos chamar de saga confederada. Com base em relatos orais e registros familiares, ele analisa que no Brasil os confederados

[...] encontraram um meio para preservarem seu modo de viver, livres do contato com os conquistadores militares. Era a solução para o dilema de viver num sul modificado, onde a derrota e a invasão dos ianques ameaçavam aquele caráter suave da comunidade e dos costumes que caracterizavam os sulistas. No Brasil eles poderiam sobreviver com dignidade.¹¹²

Um olhar atento permite compreender que o que ele denomina preservar seu modo de viver, costumes e a sobrevivência com dignidade dizem respeito não só à proteção da ocupação dos territórios confederados, mas também à permanência da escravidão, cuja instituição definia uma ordem hierárquica social e racial, na qual a população branca figuraria no topo. O sul modificado indica justamente o desmonte desta pirâmide social e racial, e da suposta igualdade entre libertos e seus antigos senhores, entre negros e brancos ao findar da guerra e da efetiva emancipação. É justamente esse temor, para além dos motivos relacionados acima, que conduziu alguns milhares de confederados esperançosos de recriar o velho sul em uma saga migratória que, inclusive, não tinha só o Brasil como destino.

Harter afirma que grande parte dos sulistas buscou se estabelecer em terras do Norte, do Canadá e do México.¹¹³ Muitos, entretanto, além do Império do Brasil, partiram também para colônia espanhola de Cuba.

A proximidade daquela colônia espanhola no Caribe aos estados do sul americano fez com que a ilha se destacasse como um dos principais destinos das famílias confederadas. Aliás,

¹¹⁰ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹¹¹ Anexo ao ofício número 3 da 2ª. seção 24 de janeiro de 1866 dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Legação Imperial nos Estados Unidos. 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹¹² HARTER, Eugene. **A Colônia Perdida da Confederação. A Imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra de Secessão**. Rio de Janeiro: Nordica, 1985. p. 7.

¹¹³ Ibid, p. 25.

diferente do Brasil cujo conhecimento parecia se resumir à Amazônia e à Corte, havia um conhecimento substancial sobre a ilha como um paraíso escravista, aonde seria possível de fato reproduzir o *southern american way of life*. Não só o interesse dos americanos em anexar a ilha caribenha vinha de longa data, mas também o trânsito entre o sul americano e a colônia espanhola ¹¹⁴ aonde “Em meados da década de 1850, crianças da elite cubana eram educados nos Estados Unidos, os estados da ilha açucareira eram povoados com mecânicos norte-americanos e um número de sulistas americanos eram ausentes donos de terra ou proprietários em Cuba.”¹¹⁵

Com a derrota dos estados confederados para o exército da União, Cuba tornou-se um dos destinos mais atrativos para as famílias sulistas. Ao analisar a trajetória de algumas delas por meio de suas memórias e correspondências, Matthew Pratt Guterl pontua a tentativa de exilados americanos de reconstruir suas vidas, muito embora as transformações das relações de trabalho por meio da introdução de trabalhadores livres, chineses e irlandeses em Cuba se colocassem como um desafio.¹¹⁶

A busca de solidariedade e reconhecimento entre os estados que mantinham o trabalho escravo, a exemplo de Brasil e Espanha, procurava criar uma aliança pela defesa deste sistema, e transformá-lo numa forma de organização social comum. Esta ação guiaria a política estrangeira confederada. Não por acaso a ocasião da guerra civil cria um clima favorável para o estreitamento de relações entre confederados e o estado espanhol¹¹⁷.

Entretanto, a partir do conflito entre o Norte e o sul americano, o projeto de anexação fica temporariamente em suspenso, mesmo porque o reconhecimento dos estados confederados pela Coroa espanhola, segundo Wayne H. Bowen, figurou como possível moeda de troca para garantir que Cuba se mantivesse como território espanhol.¹¹⁸

A guerra terminava com grande parte do território do sul dos Estados Unidos e sua produção agrícola devastados. O exílio de mulheres e homens brancos do sul americano constitui um dos episódios que marcam a construção de uma experiência coletiva e que, ao mesmo

¹¹⁴ SCOTT, Rebecca. **Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.p. 2.

¹¹⁵ GUTERL, Matthew P. op. cit. 2008. p.86.

¹¹⁶ Ibid., p.99.

¹¹⁷ BOWEN, Wayne H. **Spain and the American Civil War**. Columbia: University of Missouri Press, 2011. Nesta obra, Bowen acompanha o comportamento do governo espanhol em relação ao desenrolar da guerra civil americana e pontua que as difíceis relações entre Estados Unidos e Espanha ao longo do século XIX teriam sido justamente causadas pelas seguidas investidas do primeiro de anexar a ilha. É sobejamente conhecido o interesse americano em anexar Cuba ao seu território, o que de fato ocorreria em 1898.

¹¹⁸ Ibidem.

tempo, define a identidade americana. O conflito permanece como o mais sangrento da história daquele país, mas também como um dos mais marcantes na memória coletiva americana.

3.2. À sombra das liberais instituições do império: estado, escravidão e projetos de imigração

Nas circunstancias extraordinárias em que acham estes Estados ha uma intervenção mais direta da administração para remover os entraves que se opõe a expansão do mesmo principio, e esta intervenção está definida nas atribuições conferidas aos funcionários dos Freedmen's Bureaux enviadas para os problemas que sobre tantas fases apresenta a abolição da escravidão e o contato do trabalho do colono branco com o da gente de cor cujos hábitos, cuja inteligência e atividade tanto diferem das capacidades superiores da outra raça.

Aguardaremos a solução destes problemas; por enquanto não se trata entre nós senão da distribuição de terras publicas, de estabelecimentos de colônias, e de medida legislativa e administrativas que atraiam com preferencia para o nosso pais a população que subabunda em outras ou que por diferentes causas especiais se dispunham a emigrar.

É o que recomenda o Governo Imperial aos seus Agentes e é o que tem sempre em vista esta legação pelo que respeito aos habitantes descontentes do Sul.¹¹⁹

D'Azambuja observava com atenção e expectativa o desempenho da sociedade americana após a guerra e a abolição da escravidão. Interessava-lhe saber as mudanças que tal evento provocaria nas relações entre os brancos e negros cujas capacidades eram consideradas por ele inferiores. Tal interesse percorreria as décadas seguintes, especialmente quando o tema da abolição da escravidão vinha à baila. Observar os desdobramentos da abolição nos Estados Unidos era ao mesmo tempo projetar o encaminhamento do fim da escravidão no Brasil. Mas a despeito daqueles resultados, interessava-lhe, sobretudo, as vantagens que o Império obteria a partir da indisposição de parte da população branca do sul em conviver com a população liberta em terras americanas. Portanto, cabia a Coroa, naquele momento oportuno, criar as condições favoráveis para estabelecer a colônia americana no Brasil.

A partir das indagações levantadas pelos americanos sobre o Império é possível afirmar que informações sobre a imigração circularam durante o ano de 1865, o que concorreu para que nos anos subsequentes o Império começasse a receber as famílias sulistas.

O número de americanos que imigrou para o Brasil entre os anos 1860 e 1870 é controverso. Eugene Harter, por exemplo, calcula que cerca de vinte mil sulistas entre fazendeiros,

¹¹⁹ **Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos**, Seção Central, Nova York, 30 de setembro de 1865. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

agricultores, militares, governadores, senadores, mecânicos, maquinistas, pastores, professores e até mesmo escravos alforriados teriam imigrado.¹²⁰ Já Gerald Horne contesta esta estimativa sugerindo um número bem menor, talvez a metade daquele indicado por Harter.¹²¹

A escolha, porém, de terras brasileiras como destino não teria sido aleatória. O representante da legação do Brasil nos Estados Unidos alegava que a maior parte dos americanos preferia optar pelo Brasil em virtude da “amenidade de seu clima, riqueza e fertilidade de seu solo, abundância de seus rios navegáveis e antes de tudo pelo paternal e hospitaleiro governo que preside a seus altos destinos”¹²². Segundo Horne, mesmo antes do estopim da guerra que dividiria os Estados Unidos, já havia um significativo interesse dos sulistas pelo Brasil, especialmente pela região da Amazônia.¹²³

O período da chegada de famílias confederadas coincide com a política de imigração do governo imperial brasileiro para a criação de colônias de norte a sul do país. A necessidade, não só de ocupar o território, mas também de substituir de forma progressiva a mão de obra cativa, concorreram para o fomento da imigração. Após o fracasso da experiência em fazendas de São Paulo com o emprego do sistema de parceria entre fazendeiros e colonos portugueses, suíços e alemães, o desejo de uma população branca e com experiência no trato da terra e na cultura do algodão em imigrar interessava de sobremaneira ao Império, mas especialmente a elite política e econômica de São Paulo.¹²⁴

São Paulo foi a província mais favorecida pela presença daqueles imigrantes, talvez em virtude da mobilização que fizeram o presidente da Província, Sr. João da Silva Carrão e o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o conselheiro Antônio Francisco de Paula Souza. Em carta dirigida ao ministro Paula Souza, o deputado Aureliano Candido Tavares Bastos criticava a concentração da imigração americana naquela região, argumentando que a parte “compreendida entre a estrada de ferro do Recife e a foz do São Francisco, uma extensão de 60 léguas de costa sobre outras tantas do sertão”¹²⁵, mas especialmente a região da Amazônia seriam ideias para a cultura do algodão.

¹²⁰ HARTER, Eugene. *op. cit.*, p. 26.

¹²¹ HORNE, Gerald., *op. cit.*, p. 286.

¹²² **Cópia de carta anexa ao ofício da 2ª seção, de 24 de janeiro de 1866 pela Legação Imperial dos Estados Unidos. Carta apresentada por Joaquim Maria Nascente d’Azambuja ao Conselheiro Antonio Francisco de Paula e Souza.** 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹²³ HORNE, Gerald. *op. cit.*, p. 286.

¹²⁴ OLIVEIRA, Ana Maria C. de., *op. cit.*, 1995. p.28.

¹²⁵ **Carta de Aureliano Tavares Bastos ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza.** 15 de dezembro de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865. 12.15/1 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

Em 19 de Abril de 1865, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, que se apresenta como amigo e primo do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o conselheiro Paula Souza, dirige a este uma carta informando, além de questões ligadas a composição de grupamentos militares para a guerra contra o Paraguai, que ele havia recomendado o General Wood a todos os lavradores conhecidos seus cujas fazendas ele desejava visitar. Dizia Peixoto estar certo “que será por todos tratado como um príncipe, e ate dei-lhe dinheiro por que ele estava sem recursos para as suas despesas particulares”.¹²⁶ Wood parece ter sido recebido com pompas e circunstâncias segundo relatos de Ricardo Gumbleton Daunt em carta também dirigida ao Ministro Paula Souza.

A presente faço para dizer a V. Ex. que todo o povo (e eu item está profundamente grato a v. Exc. pela maneira que tem acolhido a ideia da imigração do povo dos estados recentemente confederados, vê nisso não prova de seu desejo de ser útil ao país. Eu apoio essa imigração com fanatismo - Sou apologista aproximado dela, em muito odeio e abomino a alemã – moral, social, política, industrial e filosoficamente esta imigração dos estados confederados será utilíssima ao Brasil em um grau que nem um comedor de opio em sonhos poderia imaginar e o general Wood e companheiros chegarão aqui à 19 deste e partirão à 21. O sr. Joaquim Eggidio os hospedou com benevolência a magnificamente no belo palacete que sua mãe acaba de construir e que é mobiliado por um luxo raro. As pessoas mais gradas que se acharão na cidade e que não estimam impedidas, os visitarão. O povo em massa está entusiasmadíssimo com sua vinda.¹²⁷

De fato, Wood parece ter voltado para os Estados Unidos levando uma ótima impressão do povo brasileiro, ou pelo menos daqueles bastante interessados em recebê-lo. Os comerciantes da Praça do Rio de Janeiro, por exemplo deram as suas boas vindas ao general demonstrando estarem “Cônscios do grande benefício que hão de trazer ao país estes emigrantes, laboriosos, ativos, industriais, o governo e o povo receberão de braços abertos esta comissão, como hão de receber com júbilo e cordial amizade todas essas famílias que vierem assentar entre nós os seus parentes, tomando o Brasil por sua pátria adoptiva”¹²⁸, ao que o sr. general Wood responde, entre vivas o Imperador Pedro II, que

Se o nosso relatório for favorável – vós e tudo quanto temos visto até agora tem-nos impressionado favoravelmente – traremos para o vosso país, com rapidez que as facilidades de comunicação permitem, cinquenta mil, mesmo

¹²⁶ **Carta de Bernardo Avelino Gavião Peixoto ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 19 de abril de 1865.** Acervo Paula Souza, PS ca. 865.04.19 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

¹²⁷ **Carta de Daunt. Ricardo Gumbleton ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 14 de outubro de 1865.** Acervo Paula Souza, PS ca. 865.10.24/2 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

¹²⁸ **Jornal Correio Paulistano.** São Paulo, n.2815, 14 out. 1865. p.3.

cem mil famílias dos melhores mais enérgicos e mais empreendedores cidadãos da América do Norte. Viremos com nossas mulheres e filhas, com nossos trabalhadores e artistas, com as nossas ferramentas, com nossas máquinas e instrumentos, com os meios, enfim, para desenvolver os recursos do Brasil.¹²⁹

Mas sua admiração residia principalmente nas condições da terra e das facilidades com que o governo Imperial estava disposto a oferecer àqueles desejosos de assentar morada no Brasil.

Havia toda uma organização dirigida a atender os futuros colonos conforme sugere o despacho do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Império que “transmitia o orçamento para a construção de uma casa para a acomodação dos emigrantes americanos que forem estabelecer em Cananea nos lugares denominados Jequié e [Paraibuba]”¹³⁰ e solicitava o pagamento ao engenheiro Diniz Street pelos serviços prestados. O major Ernest Diniz Street fazia parte de uma comissão de engenheiros nomeada pelo governo imperial para acompanhar a comitiva norte-americana liderada por William Wood que percorreria as regiões de São Paulo, Paraná e Santa Catarina para avaliar as condições das terras para onde seriam levadas milhares de famílias oriundas do sul dos Estados Unidos.¹³¹

Após percorrer as cidades como Jundiahy, Campinas, Limeira, Rio Claro e Araraquara, Wood relata por meio de carta ao então presidente da Província de São Paulo, João da Silva Carrão, suas impressões a respeito da terra.

Nas vizinhanças de Araraquara, vimos e examinamos uma longa extensão de território, em cujos limites encravam-se as fazendas do Lageado, Cambuy e Monte-Alegre.

Esta última fazenda está sita sobre uma planície ondulada que oferece magnífico sitio para levantar uma cidade. Este terreno está assente entre dois cursos d'água que descendo vão formar um rio de considerável queda, que perfeitamente adapta-se a constituir um sobreno motor para qualquer espécie de máquinas que se intente.

Esta parte do país compõe-se em parte de florestas, e em parte de longas planícies vestidas de crescida relva, entremeada de pequenos arbustos. O terreno ocupado pelas matas adjacentes á serra, e junto ao rio Jacaré, é de cor roxa (vermelha-escura) inteiramente adaptada á cultura do café e da cana de açúcar; ao passo que o solo das outras matas é de aspecto ligeiramente acinzentado, e evidentemente apropriado á plantação do algodão, do fumo e do trigo. As planícies são de interior qualidade em relação ás outras para o cultivo, mas ainda assim estamos persuadidos que o uso do arado nas terras vermelhas d'esta natureza, dará um rendimento que ha de compensar o trabalho de lavoura. No

¹²⁹ Jornal *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 2815, 14 out. 1865. p.3.

¹³⁰ **Despacho do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas**, 12 de julho de 1866. Inspetoria Geral de Terras e Colonização, Caixa 1212. Arquivo Nacional.

¹³¹ Jornal *Correio Paulistano*. São Paulo, n.2815, 14 out. 1865. p.3.

presente estas terras são empregadas exclusivamente em pastagens e é incontestável que estão nas melhores condições para os misteres da criação do gado. Depois de havermos acabado de examinar estas terras, tomamos caminho de Brotas, Jahú e Sapé, para explorarmos os terrenos sitos entre Jahú e o Jacaré, ao correr do Tieté. O solo, nas vizinhanças do rio Jahú é de superior qualidade, algumas vezes porém irregular em sua conformação, ao passo que os terrenos que assentam junto ao rio Jacaré, e estendem-se até as margens do Tieté oferecem declives grandemente ondulados, cobertos de abundantes arvores apropriados á feitura de cercas - e outras domesticas necessidades. O solo d'esta região mais plana, não é tão bom como o dos terrenos elevados e ateados em outeiros; produz no entretanto bem, e sua cultura é de maior facilidade.

O pequeno ribeiro que atravessa esta larga extensão de terras, pode servir aos usos ordinários do lavrador, não é porém suficiente para o estabelecimento de maquinas importantes; e a principal fonte de aguas com que contamos é o rio Jahú que presta-se admiravelmente ao estabelecimento de oficinas e de outros engenhos mecânicos.

Este território adjacente ao Tieté e ao Jacaré é ainda escassamente povoado, e a maior parte dos possuidores de largas extensões de terra n'esta região tem nos mostrado desejo de dispor d'elas para acomodação dos emigrantes das províncias do sul dos Estados Unidos da América.¹³²

A pedido e às custas do governo imperial brasileiro, engenheiros eram contratados para realizar a medição e a avaliação das terras para promover a colonização das famílias confederadas. Em correspondência de 18 de outubro de 1866, dirigida ao ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, o representante da Inspetoria de Obras Públicas informava que estava devolvendo requerimento e papéis que tratavam de pedido dos americanos Bonnes e Mullan ao Governo Imperial para consignar uma quantia dirigida à edificação de casa às margens do Rio Iguaque para receber imigrantes americanos.¹³³

Grande parte das notícias a respeito da imigração americana para o Brasil se concentra mais especificamente nos anos de 1866 e 1867. O que coincide justamente com o mapa criado a partir dos dados da agência de colonização, que indica o ano de 1867 como aquele em que o Império recebe americanos em maior número se comparado a outras nacionalidades.

Tabela 1: Comparativo da entrada de imigrantes em 1867

Região/ nacionalidade	Americanos	Alemães	Franceses	Italianos	Inglese	Espanhóis	Portugueses
Campinas (SP)	123				1		
Cananéia (SP)	13		9		11		
Colônia Dom Pedro (SC)	237	61	76	10	108	2	
Iguaque (SP)	232	1	1		4	4	
Santos (SP)	58	4	1		1		
Rio Doce (ES)	151				2		
São Leopoldo (ES)	11	48	7		21	1	
Província do Rio Grande do Sul	125	15	41	2	48	1	
Província do Paraná	26	2	22		11		

¹³² **Jornal Correio Paulistano**. São Paulo, Ano XII, n. 2848, 23 nov. 1865. p.2.

¹³³ **Ofício da Inspetoria Geral de Terras e Colonização**, 18 de outubro de 1866, caixa 1212. Arquivo Nacional.

Província de Minas Gerais	66		12		10		
Província do Rio de Janeiro	13				3		
Província do Pará	27	1		1	3		
Província de Pernambuco	3				1		
Província da Bahia	4						
TOTAL	1089	132	169	13	224	8	

Fonte: Arquivo Nacional, Inspetoria Geral de Terras e Colonização – caixa 1212.¹³⁴

Mapas da Agência Oficial de Colonização, informando a entrada de imigrantes neste período, mostram que o número de americanos foi maior se comparada a outras nacionalidades nas regiões de Iguape, Campinas e Cananéia, na Província de São Paulo; na Colônia Dom Pedro (hoje cidade de Brusque) em Santa Catarina; na região do Rio Doce, na província do Espírito Santo, e nas províncias do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Bahia.

A promoção da imigração para o Brasil está associada a alguns fatores já citados como, por exemplo, a perda progressiva da mão de obra escrava. A partir da lei de 1850, com a proibição do tráfico atlântico de escravos, duas grandes preocupações começam a perfilar as cabeças de autoridades políticas e donos de terras. Uma de caráter econômico, que diz respeito à estagnação da produção com a perda de mão de obra escrava. E outra de ordem social e racial que era o perigo do enegrecimento da população brasileira, e, por conseguinte, sua degeneração. Na carta ao ministro Paula Souza em que comenta a notícia sobre a imigração americana publicada no Correio Paulistano de 26 de dezembro de 1865, Antonio José Maria Pego Junior vê a necessidade de atender a algumas necessidades do Brasil, entre elas o fim da escravidão.¹³⁵

No caso da imigração americana, vislumbravam-se outras questões que também eram vistas como vantagem e que animavam a promoção da imigração sulista, entre elas a qualidade de seus trabalhadores e sua experiência no trato com a escravidão, bem como a possibilidade de alavancar a produção de algodão, especialmente na província de São Paulo¹³⁶.

Espírito mais empreendedor, mais experiente no labor das terras, maior capacidade em mecânica e em todos os outros ramos da indústria humana, energia e tenacidade, não poderia encontrar o governo Imperial como elementos de produção e de prosperidade para o paiz.¹³⁷

¹³⁴ Quadro comparativo elaborado a partir da análise da entrada de estrangeiros durante o ano de 1867. Inspetoria Geral de Terras e Colonização, 1867, caixa 1212, Arquivo Nacional.

¹³⁵ Carta de Antonio José Maria Pego Junior ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 26 de dezembro de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865.12.26/3 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

¹³⁶ OLIVEIRA, Ana Maria Costa de. , *op. cit.*, 1995.

¹³⁷ Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York, 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Joaquim Maria Nascimentos d’Azambuja avaliava que o Império pouco tinha se aproveitado da ocasião de precariedade e penúria com que muitas famílias sulistas haviam ficado após a guerra. Para d’Azambuja, a Coroa devia ter intensificado a propaganda imigrantista para assim angariar maior interesse da população americana do Sul em trabalhar e firmar moradia no Brasil.¹³⁸ Para ele, o governo imperial deveria ter se prevalecido de tal oportunidade para arregimentar grande quantidade de cidadãos americanos para incrementar a colonização e consequentemente alavancar a lavoura do algodão.

Nos primeiros meses que se seguiram a terminação da guerra, antes de bem definida aquela política por conveniências da administração, grandes vantagens poderia ter tirado o Governo Imperial das disposições favoráveis que manifestarão os povos dos antigos Estados Confederados que então ainda se consideravam na posição de países conquistados.¹³⁹

Se por um lado o governo imperial regozija-se por receber tais imigrantes e com eles aproveitar a oportunidade de fomentar a indústria do algodão, por outro, via também a necessidade de estabelecer alguns critérios que pudessem selecionar os imigrantes. Ao que parece, nem todos oriundos dos Estados Unidos eram desejados.

Mas a vinda de imigrantes dos estados confederados para o Brasil não parecia ser uma unanimidade. Os jornais advogavam contra e a favor da presença da população oriunda do sul dos Estados Unidos, conforme veremos no capítulo a seguir. Quais as razões para tal diferença? Podemos sugerir que a manutenção do Brasil no conflito com o Paraguai demandava recursos de que o Império não dispunha, e que por isso não deveria financiar o projeto de colonização.¹⁴⁰

Questionavam-se os recursos empreendidos. Engenheiros americanos eram pagos pelo governo Imperial para realizar a análise e a medição de terras. Além disso, recursos da Coroa eram destinados à criação de estalagens ou hospedarias para receber e abrigar temporariamente os cidadãos americanos antes de se estabelecerem em definitivo nas colônias.¹⁴¹ Questionavam-se as condições dos contratos. Interrogava-se ainda a respeito da “classe” de pessoas que emigrariam, e uma das preocupações seria a vinda de libertos procedentes dos Estados Unidos. Tal

¹³⁸ **Carta do Joaquim Nascimentos de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central**, Nova York, 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹³⁹ **Carta do Joaquim Nascimentos de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central**, Nova York, 24 de janeiro de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹⁴⁰ A Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870 e envolveu Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, e o Paraguai de outro, provocados por disputas de fronteiras. Tal conflito será abordado ao longo do capítulo 4 da tese.

¹⁴¹ Tanto os jornais como a documentação do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas confirmam a contratação de engenheiros americanos para realizar a medição e avaliação das terras, construção de poços para abastecimento de água, construção de hospedaria, para promover a colonização das famílias confederadas. Inspectoria Geral de Terras e Colonização, caixas 1210 e 1212. Arquivo Nacional.

preocupação não seria à toa, uma vez que imigrantes sulistas tentaram entrar no Império acompanhados de negros e negras.¹⁴²

3.3. O sonho desfeito

Ao fim e ao cabo, a tentativa de recriar o velho sul em terras mais distantes nem sempre correspondeu às expectativas dos confederados, principalmente no que se refere à manutenção da escravidão. Apesar da permanência do cativo até o final do XIX, a crença em recriar um sul mais distante – conforme intitula Horne – esbarrou nas formas diferenciadas de hierarquias sociais, que por vezes apresentavam remotas, porém possíveis e reais formas de mobilidade social aos negros e negras. Ao que parece, havia um desconhecimento sobre a realidade das relações raciais no Brasil e, mesmo com visitas de confederados para verificar custos e a viabilidade da colonização das terras, o interesse em reproduzir uma vida sulista e superar as perdas causadas pela guerra, sejam elas materiais ou afetivas, manteve as expectativas com relação ao Brasil.¹⁴³

Assim como Horne, a historiadora Luciana da Cruz Brito avalia que a decisão de deixar os Estados Unidos em busca de terras brasileiras e cubanas representava a recusa em viver numa sociedade pós-escravista. Tomando como fonte de análise as correspondências de mulheres e homens brancos do sul dos Estados Unidos imigrados para o Brasil, ela conclui que “as famílias confederadas não contavam com as particularidades do escravismo e das relações raciais no país latino americano, o que faria da sua experiência algo muito mais complexo do que podiam imaginar.”¹⁴⁴

Aspectos materiais também concorreram para o breve retorno das famílias sulistas. Já em 1869, as notícias davam sinais de que o projeto de emigração americana para o Brasil estava em vias de declinar, e as razões, sinalizadas nas folhas de notícia, pareciam também estar relacionadas a outras questões conforme sugere o trecho do artigo publicado no jornal *A Reforma*:

¹⁴² A historiadora Wlamyra Albuquerque, ao analisar o tratamento dado pelo Estado imperial à presença de negros e negras libertos no Brasil, recuperou o caso de tentativas de imigração para o Brasil, um deles o do americano branco J. A. Cole, que em 1866 tentou imigrar com uma mulher negra e duas crianças. O fazendeiro, que havia comprado terras em Campinas, teve seu pedido recusado e depois de uma batalha jurídica, a mulher e as crianças foram deportadas. Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁴³ BRITO, Luciana da C. **Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História), USP. p.174.

¹⁴⁴ Ibid.. p.160.

Consta nos mais que o Sr. Ministro americano manda buscar á cidade do Des-terro os colonos da colônia Príncipe D. Pedro, que abandonados n'esta localidade e reduzidos a miséria para ali tinham se retirado; e pretende reuni-los aos que já estão n'este porto afim de reenvia-los para os Estados Unidos.¹⁴⁵

Além disso, o desenvolvimento do abolicionismo no Brasil vislumbrava o fim de uma estrutura social, jurídica e econômica que a escravidão sustentava. De forma progressiva, ações em prol do fim do cativeiro, para além daquelas empreendidas pelos escravizados como a formação de quilombos, passaram a ser realizadas no campo da justiça, do jornalismo e da política. A partir dos anos de 1860, quando o abolicionismo se populariza, tais ações ganham corpo nos principais centros urbanos e se intensificam na década de 1880.¹⁴⁶ O crescimento do abolicionismo colidia com as expectativas confederadas de manutenção do uso da mão de obra escrava.

O iminente término do trabalho escravo, bem como a ameaça da mistura de raças, fez com que alguns desistissem do Brasil. Não por acaso, boa parte das famílias confederadas regressou aos Estados Unidos, inclusive a do memorialista Harter, cujos pais retornaram em 1935.

3.4. Penha do Rio do Peixe, hedionda Tombuktu! eu te saúdo!!¹⁴⁷

A onda de cidadãos que escolheram exilar-se em terras brasileiras conseguiu adquirir propriedades, exercer suas profissões e até mesmo casar e constituir família inclusive com pessoas da chamada boa sociedade, conforme veremos adiante. Porém, alguns daqueles que resolveram não retornar aos Estados Unidos depois de passado o vendaval da Guerra Civil, novamente tiveram que acompanhar, e enfrentar a contragosto e com bastante resistência, por sinal, o processo de desmonte do escravismo, só que desta vez no Brasil. Tal processo se deu a partir do crescimento do movimento abolicionista no final dos anos 1870, mas, sobretudo ao longo da década de 1880. E foi justamente na região onde a maior parte dos brancos sulistas resolveu

¹⁴⁵ Jornal **A Reforma. Local**, n.32, 27 jun. 1869. p.2.

¹⁴⁶ As ações empreendidas em prol do fim do cativeiro revelam que o abolicionismo no Brasil ultrapassou o universo letrado dos parlamentares, dos intelectuais, jornalistas e profissionais liberais. A mobilização em prol da liberdade compreendia desde iniciativas dos próprios escravizados, por meio de fugas e acúmulo de pecúlio para compra de sua alforria, formação de quilombos rurais e urbanos, como foi o caso do Quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, que contou com a colaboração da Confederação Abolicionista; e o Quilombo Jabaquara, fundado por militantes abolicionistas na cidade de Santos, até a realização dos chamados meetings abolicionistas para arrecadar fundos para promover alforrias. Sobre abolicionismo no Brasil Estados Unidos e Cuba ver: AZEVEDO, Célia Maria M. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma historia comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.; COSTA, Emília V. da. **A Abolição**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.; DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.; MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: EDUSP, 2010.; SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/ Editora UNICAMP.

¹⁴⁷ **Revista Ilustrada**, Ano XIII, 16 de junho de 1888, n. 501, pg.6.

se fixar, que a campanha contra a escravidão teve um grande impacto. Por volta da década de 1880, as áreas de plantação de café na província de São Paulo sofreram com o aumento de fugas e evasões da população escravizada apoiadas por diversos segmentos da sociedade que aquela altura lançava mão de diferentes ações para esfacelar a instituição servil. Conforme observou a historiadora Maria Helena Machado no seu livro *o Plano e o Pânico*, o abolicionismo reunia diferentes grupos sociais, raciais e nacionais, que atuando, seja no espaço urbano ou no universo das fazendas, enfrentavam o poder público e senhorial por meio de motins, *meetings* abolicionistas, promoção de fugas, entre tantas outras formas que tomou o abolicionismo na década de 1880.

Penetrando nas senzalas e eitos, desde os princípios da década, os setores mais avançados do abolicionismo se esforçavam por estabelecer pontos de contato entre a inquietação escrava das fazendas e a movimentação das cidades. Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas, foram aspectos do transbordamento do movimento abolicionista das cidades em direção às fazendas.¹⁴⁸

A resistência ao crescente movimento que tomava as cidades, os campos, as fazendas e as senzalas ficou evidente a partir do episódio do assassinato de Joaquim Firmino de Araújo Cunha, então delegado de polícia da pacata cidade de Penha do Rio do Peixe. Na verdade, quando Joaquim Firmino foi morto já não era o titular do cargo na cidade, uma vez que havia sido demitido em 11 de fevereiro de 1888, curiosamente no mesmo dia em que fora brutalmente assassinado. Para o seu cargo assumiu o delegado Luiz Antonio Ribeiro. O caso ganhou grande repercussão e quase todos os grandes jornais da época deram destaque aquele acontecimento. Tal episódio talvez não tivesse ganhado tanto interesse se não se tratasse da morte de um abolicionista declarado sob circunstâncias tão dramáticas. A memória em torno de Joaquim Firmino, por exemplo, o alçou ao status de mártir da abolição em várias regiões do interior de São Paulo. Segundo Jácomo Mandato, a repercussão do caso fez com que a Princesa Isabel não retardasse a assinatura da lei emancipadora de 13 de maio daquele ano, três meses após o nefando crime ocorrido na até então pacata e desconhecida Penha do Rio do Peixe, a futura Itapira.¹⁴⁹

A historiadora Maria Helena Machado chamou a atenção para o caso do assassinato do delegado Firmino, cuja razão teria sido a veia abolicionista deste, acusado pelos fazendeiros da

¹⁴⁸ MACHADO, *op.cit.*, p. 27.

¹⁴⁹ MANDATO, Jácomo. Joaquim Firmino, *O mártir da Abolição*. Itapira: J. Mandato (edição do autor), 2001.

região de acobertar escravos em processo de emancipação e ainda participar abertamente de *meetings* abolicionistas.¹⁵⁰

Mas o que teria de fato ocorrido para que tal acontecimento ganhasse tanto destaque? Segundo as notícias que percorreram especialmente os jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, uma leva de cerca de 140 pessoas, fazendeiros em sua maioria, adentraram a residência do delegado Joaquim Firmino naquele dia 11 de novembro de 1888, tirando-lhe a vida por meio de linchamento. Sua esposa, que na ocasião estava presente juntamente com a filha do casal, também sofreu as ações violentas da turba enfurecida e ficou gravemente ferida.

Um grupo de cerca de 100 pessoas percorreu as ruas da povoação, às 4 horas da manhã de ontem, dando tiros e fazendo manifestações hostis a algumas pessoas, e, em seguida dirigiu-se á casa do delegado de polícia, cujas janelas foram arrombadas e a casa invadida, dando-se, n'essa ocasião a morte do delegado, que achava-se ali com a família, ficando igualmente ferida a sua esposa. Tendo conhecimento d'estes tristes sucessos, por telegramas das autoridades judiciais da localidade, o Exmo. Presidente da província fez seguir para ali a força acima mencionada, com o major Guilherme José do Nascimento, nomeado delegado de policia devendo assumir o exercício imediatamente.

O assassinato contra o qual o governo recebera anteontem reclamações pelo seu procedimento irregular, com relação a fuga de escravas das fazendas, incitando-os a abandona-las, havia sido demitido, e nomeado para substitui-lo o cidadão Luiz Antonio Ribeiro.

A gravidade dos acontecimentos explica o fato de ter cassada a sua nomeação, seguindo para ali, afim de assumir o exercício desse cargo, uma autoridade militar.

O Diário Popular diz: “os tais fanáticos do escravismo, entre os quais salientam-se membros da situação, há dias instaram com o presidente da província, pedindo a demissão do delegado Araujo Cunha, indicando outro pra substitui-lo. É o próprio presidente quem o declara, acrescentando que ontem havia sido lavradas as duas portarias, uma demitindo a referida autoridade, outra nomeando o indicado para substituto.

Á vista dos acontecimentos de hoje, a presidência já cassou a nomeação do tal substituto, e diz que vai mandar para o Rio do Peixe um delegado militar.

Urgentíssimo é o que o Sr. Presidente mande proceder contra a horda assassina, pois aquele fato pode ser pura e simplesmente a declaração de guerra entre os dois campos, abolicionistas e escravocratas, guerra que até agora se tem conseguido evitar. É preciso que o governo saiba onde está o perigo.¹⁵¹

O caso aqui não teria destaque e nem seria alvo de nossa observação se a violência desferida contra o delegado Joaquim Firmino e sua esposa não tivesse sido liderada por “dois evadidos da República escravocrata do Mississipi” que “reúnem fazendeiros e capangas, e vão

¹⁵⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. **op. cit.**, p. 26.

¹⁵¹ **Gazeta de Notícias**, Ano XIV, n. 44, 13 de fevereiro de 1888, p. 1.

de madrugada sitiar a casa do delegado de polícia. Matam-no como não mataram jamais a um cão danado, a tiros de revolver, facadas a pauladas!”¹⁵²

Os “dois evadidos da república escravocrata do Mississipi” eram os fazendeiros James Hankins Warne (também conhecido como James Warne e James Henru Warne) e John Jackson Klink, ambos veteranos do exército confederado que adquiriram notoriedade na região. James Hankins Warne, chegou ao Brasil em 3 de outubro de 1865. Segundo o *Correio Mercantil* era colaborador do *New York Herald*, e viera na mesma embarcação que trazia a bordo o “General Wallace Wood, principal agente e comissário de alguns milhares de famílias que se propõem a imigrar para o Brasil.”¹⁵³ Segundo Jácomo Mandato, Warne era formado em medicina e exerceu a profissão em cidades próximas da região de Bragança, interior de São Paulo. Ao mudar-se para Atibaia contraiu núpcias com Joaquina de Araújo Cintra que vinha de uma família de posses e influente na região. Joaquina era sobrinha do rico comendador João Batista de Araújo Cintra, e filha de Joaquim Floriano de Araújo Cintra, de quem a moça herdou a fazenda São Joaquim, que por sua vez passou a ser administrada por Warne depois que largou o exercício da medicina na região. Já John Jackson Klink, além de fazendeiro, chegou a participar da vida política da região tomando assento na câmara de vereadores, segundo Mandato. Além dos nomes arrolados no processo publicados em jornais da época, não conseguimos encontrar maiores informações sobre Klink.

O motivo da revolta dos fazendeiros era o fato de que o delegado não fazia questão de esconder a sua veia abolicionista e atuava abertamente pela causa em favor do fim da escravidão na região, utilizando-se, para tanto, de algumas das estratégias comuns do abolicionismo da época que era o acoitamento de escravizados fugidos. O delegado Firmino, que era procedente de Mogi Mirim, tomou posse como delegado de polícia em Penha do Rio do Peixe em 19 de setembro de 1885. Mas desde 1887, juntamente com seu conterrâneo de Mogi Mirim, Joaquim Ulisses Sarmiento, participava do movimento abolicionista na cidade onde fora escolhido para atuar como chefe de polícia. Ao que parece, o delegado Firmino participava ativamente das atividades em prol do fim do cativeiro conforme o evento realizado em 10 e 17 de julho de 1887, onde membros do clube Euterpe comercial, de sua cidade natal de Mogi Mirim, haviam

¹⁵² *Revista Ilustrada*, Ano XIII, 16 de junho de 1888, n. 501, p.6.

¹⁵³ *Correio Mercantil*, Ano XXII, n. 271, 4 de outubro de 1865, p. 1.

sido convidados para participar de um tipo de evento muito comum à época. O *meeting* abolicionista foi realizado no largo da Matriz em Penha do Rio do Peixe e promovido pelos amigos Firmino e Sarmiento.¹⁵⁴

As ações de Firmino, porém não se limitavam a participar e promover eventos de cunho abolicionista. Havia rumores de que delegado acoitava escravos fugidos em sua casa. O caso ganhava mais gravidade na medida em que Firmino costumava abrigar em sua residência escravos pertencentes a pessoas de prestígio na região. Dormiam em sua residência dois homens escravizados sendo que um deles era de propriedade do major David José Pereira da Silva, e o outro de Joaquim Rodrigues de Moraes Bastos.¹⁵⁵ Além de dar asilo a cativos, o delegado recusava-se a fazer diligências em busca dos escravizados que fugiam das fazendas da região, ação que se tornava frequente naqueles anos finais da escravidão com a atuação de quadros do abolicionismo. O fato é que o comportamento abolicionista do delegado acabou por revoltar os fazendeiros da região que se levantaram violentamente não só contra ele, mas também contra sua família. Quando o julgamento da morte do delegado aconteceu, a abolição da escravidão tinha acabado de ser decretada. Após dezoito horas de debates, defesas e acusações, todos os arrolados no processo foram absolvidos.¹⁵⁶

Quando os imigrantes americanos aportaram no Brasil para reconstruírem suas vidas e estabelecer moradia e até mesmo adquirir cidadania, conforme o desejo de alguns, suas qualidades foram ressaltadas pela opinião pública. Os jornais comentavam as vantagens em se ter homens inventivos e empreendedores que contribuiriam para alavancar a indústria nacional, ou seja, a agricultura. No entanto, já no fim do cativeiro, pareciam na verdade contribuir para a permanência da escravidão considerada o atraso do país. Eles se posicionaram contrários ao fim da instituição servil e ainda incitavam os demais fazendeiros da região para que ressissem ao movimento emancipador.

Se no julgamento da morte de Joaquim Firmino os americanos Warne e Klink saíram vitoriosos, uma vez que foram absolvidos juntamente com os demais fazendeiros, por outro lado perderam a luta pela escravidão. Naquele início do ano de 1888, logo após o episódio do assassinato do delegado Joaquim Firmino, todos os últimos escravos de Penha de Rio do Peixe deixaram as fazendas em que trabalhavam e “dirigiram-se a pé para Mogi Mirim”.¹⁵⁷ O episódio

¹⁵⁴ MANDATO, Jácomo. Joaquim Firmino, *op.cit.*, 2001, p. 19.

¹⁵⁵ *Ibid*, p.18.

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Ano XIV, n. 161, 18 de junho de 1888, p. 1.

¹⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, Ano XIV, n. 45, 14 de fevereiro de 1888, p. 2.

em Penha do Rio do Peixe demonstra que os fazendeiros daquela localidade reagiram ao movimento abolicionista e foram as vias de fato para defender a posse daqueles que ainda consideravam suas propriedades. Era o desejo desesperado de manter o sistema servil.

4. REPERCUSSÕES DA GUERRA CIVIL: A IMPRENSA E AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESTINO DA ESCRAVIDÃO

Em 1865, com a vitória dos estados da União, terminava uma guerra que ameaçou dividir os Estados Unidos. O motivo do conflito, a escravidão, interessava e chamava a atenção principalmente daqueles estados que ainda mantinham o trabalho escravo como forma de mão de obra e base de suas relações sociais. Os jornais, fontes de informação sobre os acontecimentos no exterior, obviamente não deixaram de veicular notícias a respeito do conflito e dos desdobramentos da guerra, especialmente aqueles assuntos relacionados ao fim da escravidão, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

De uma maneira mais ampla, podemos verificar, a partir desta fonte, como se deu a repercussão do conflito americano no Brasil, especialmente no que se refere a seu impacto sobre o pensamento de parte da sociedade brasileira a respeito dos destinos da escravidão e o ideal de composição social e racial que se tinha em vista. Além disso, esta fonte de informação espelha também as polarizações políticas em torno do debate sobre o cativeiro e o destino da população escravizada a partir do episódio americano.

Nosso entendimento é de que a imprensa resulta de dinâmicas sociais, e deste modo se apresenta como “resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”.¹⁵⁸

Esses momentos finais do século corresponderiam ao período de formação da grande imprensa nacional, isto é, da transformação de jornais que passavam de "experiências isoladas, aventuras passageiras" a grandes e estáveis empresas constituídas e mantidas através de grupos, sem dúvida envolvidos nesse debate enquanto segmentos da sociedade que se organizavam, veiculando, refletindo e produzindo novas representações.¹⁵⁹

Nesse sentido, o uso dos jornais buscou, entre outros objetivos, identificar as interpretações sobre o episódio americano para além da esfera política imperial, articulando as razões do conflito nos Estados Unidos, ou seja, a abolição da escravidão, com o fim do cativeiro no Brasil. Ao adentrar as matérias que se referem à guerra entre os confederados sulistas e os unionistas do norte, procurou-se entre outros fins, verificar as representações sobre a sociedade americana, suas relações raciais e de que forma se apresentam, mas sem perder de vista seu

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 15.

¹⁵⁹ Ibid. p.16.

diálogo com os projetos sobre o destino da escravidão no Brasil, que é o objeto ao qual se debruça este estudo.

Ao acompanhar os jornais da corte do Rio de Janeiro entre 1861 (ano que dá início a Secessão) e 1888 (fim da escravidão no Brasil), procurando identificar o conteúdo das matérias nos órgãos de notícia sobre os desdobramentos da guerra civil e da abolição americana, identificamos os títulos que fizeram referência à Guerra de Secessão e seus resultados. Ao longo destas três décadas, o tema da Guerra Civil e da abolição da escravidão foram veiculados no *Correio Mercantil*, *A Pacotilha*, *A Pátria*, *A Reforma*, *Atualidades*, *Correio da Tarde* (Campos dos Goitacazes), *Correio da Tarde (Rio)*, *Diário de Notícias*, *O Nacional*, *O Parlamentar* e *O Século XIX*, no que se refere ao Rio de Janeiro. A imprensa carioca era particularmente importante em virtude de sua posição nacional, uma vez que era sede da Corte imperial, mas também pela quantidade de jornais que lá circularam durante esse período. Entretanto, se por um lado São Paulo não era o centro político do país, por outro, sua imprensa se constituía como fórum central e importante para a época. Além disso, concentrava grande parte da elite econômica, puxada pela produção e exportação de café. Esse dado se torna relevante quando se constata a diferença no tratamento dado pelos jornais a alguns temas ao longo das três décadas como, por exemplo, a questão da imigração americana. Portanto, *O Correio Paulistano*, além do jornal abolicionista *A Redenção*, no que tange a São Paulo, foram as folhas escolhidas para verificar a repercussão do conflito americano.

Mas esse não é o único dado que diferencia as duas localidades e que vão se refletir nos jornais. A concentração de boa parte da mão de obra escravizada na região de São Paulo, e que vai concorrer para um abolicionismo mais radical ao longo da década de 1880, oferece subsídios para sugerir que os caminhos para o fim da escravidão articulam-se com o exemplo do episódio americano. Enquanto em São Paulo o abolicionismo pautava-se por ações no campo da justiça ou na promoção de fugas, na Corte, o abolicionismo dos salões e das redações de jornais voltava-se para os resultados do pós-abolição americano, através das relações estabelecidas entre abolicionistas na Corte e a diplomacia americana, e sua repercussão diante dos quadros políticos do império.

Assim, o tema da abolição americana e seus desdobramentos também não passaram despercebidos pelos abolicionistas. Os jornais constituíram uma entre outras tantas formas encontradas pelo abolicionismo para empreender ações em prol do fim do cativeiro. Consideramos como tais aqueles títulos representantes de associações abolicionistas, como o periódico *Lincoln*, do Club Gutemberg e o *O Abolicionista*, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

O já citado jornal de São Paulo, *A Redenção*, não era oficialmente representante de uma associação abolicionista, entretanto, seu redator-chefe era Antônio Bento, líder dos Caifazes, grupo responsável por ações de libertação de escravos na região de São Paulo.¹⁶⁰ Incluímos também aqueles declaradamente antiescravistas e que traziam em seu quadro editorial articulistas ligados ao movimento antiescravista e que usavam este meio de informação como espaço da propaganda pelo fim do cativeiro em suas diferentes formas, tais como denúncias de maus tratos ou anúncio de alforrias. São eles o *Cidade do Rio*, o *Gazeta da Tarde* e o *The Rio News*. A maioria dos jornais deste teor, como foi o caso do Jornal *O Abolicionista* e o *Gazeta da Tarde*, circularam entre o final dos anos 1870 e a década de 1880, o que confirma que o abolicionismo, especialmente aquele que lança mão dos jornais como meio de divulgação da campanha, tenha se intensificado a partir da década de 1880¹⁶¹.

A partir do conteúdo das matérias dos jornais, o qual acompanhamos desde o despoitar da guerra civil em 1861 até a abolição no Brasil em 1888, identificamos os seguintes temas relacionados à guerra civil e à abolição americana, e que resultaram no quadro a seguir.

Tabela 2: Quantificação dos temas por década

Temas		1860	1870	1880	TOTAL
1	Secessão/guerra	39	3	3	45
2	Imigração/colonização	31	6	2	39
3	Abolição/emancipação	10	8	19	37
4	Escravidão	13	1	13	27
5	Mov. abolicionista	1	3	18	22
6	Negros no pós-abolição	2	8	8	18
7	Questões raciais	4	2	3	9
8	Trabalho	1	1	4	6

Fontes: *Correio Mercantil*, *A Pacotilha*, *A Pátria*, *A Reforma*, *Atualidades*, *Correio da Tarde* (Campos dos Goitacazes), *Correio da Tarde* (Rio de Janeiro), *Diário de Notícias*, *O Nacional*, *O Parlamentar*, *O Século XIX*, *O Abolicionista*, *The Rio News* e o *Redenção*, *Lincoln*, *Cidade do Rio* e *Gazeta da Tarde*.

¹⁶⁰ OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da Década de 1880**. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

¹⁶¹ A análise sobre a imprensa abolicionista será abordada oportunamente no capítulo 5, último da tese, que trata da repercussão da Secessão entre o movimento abolicionista.

Os dados parecem ser bastante representativos dos assuntos que remetem à guerra civil e que interessaram à imprensa da época. Além disso, é possível verificar quais temas tiveram maior relevância a cada década que se seguiu ao conflito americano. O quadro permite ainda estabelecer algumas análises e conclusões sobre os interesses que a guerra provocava ao longo dos anos.

Antes de nos debruçarmos sobre os jornais e acompanhar a guerra por este veículo, é preciso atentar para alguns aspectos relevantes que caracterizaram a imprensa durante o século XIX. Muitos títulos não possuíam uma constância em termos de publicação, ou seja, havia uma irregularidade na frequência com que os jornais eram produzidos e distribuídos. Outro aspecto diz respeito ao próprio período de existência dos títulos. Muitos duravam pouco tempo, em alguns casos apenas um ano, outros duravam por vezes duas ou três edições. É o caso, por exemplo, do periódico semanal *A Pacotilha*, que circulou somente entre 1866 e 1867 com 44 edições. O que nos sugere que, nesses casos, o número de matérias que veiculavam artigos referentes à guerra civil era pouco, por um lado, mas não tanto se consideramos essas características dos jornais. Há uma terceira característica que é a reprodução de matérias publicadas em outros jornais. Era comum que alguns títulos apresentassem em suas edições artigos já publicados em outros jornais, fossem eles nacionais ou estrangeiros.

Há outro aspecto que merece destaque e observância quanto ao uso dos jornais, porém do ponto de vista da pesquisa. Nem sempre todos os jornais estão completos, com todos os números dos títulos disponíveis, seja do ponto de vista da existência das edições ou das condições físicas da fonte que possam comprometer sua visualização. Utilizaremos o mesmo jornal *A Pacotilha* para exemplificar. Nos exemplares que se encontram no arquivo digital da Biblioteca Nacional estão disponíveis somente os números referentes ao ano de 1866. Há, entretanto, a ausência das edições de 1 a 6 e de 10 a 17. Tendo observado essas características, vejamos o que jornais nos falam sobre a Secessão.

4.1. Ao Brasil, “será bom que acorde de seu letharge”

Em junho de 1861, o jornal *O Nacional* trazia a seguinte notícia sobre o conflito que despontava nos Estados Unidos:

As notícias da conflagração em que estão radendo [ardendo] os Estados Unidos da América do Norte são de muita importância para todo o mundo; mas para o Brasil são ellas de uma importância muito especial, quer pelo lado político, quer no ponto de vista comercial. Se o nosso governo não tem ainda

pensando sobre isto, será bom que acorde do seu letharge, porque o negócio não é para menos.¹⁶²

A data da notícia mostra que sua veiculação se deu logo no alvorecer da guerra entre o sul e os norte-americanos, trazendo o alerta para o que estaria por acontecer com o Brasil. O perigo, conforme seguia a matéria, dizia respeito às implicações sobre o ponto de vista comercial, vislumbrando as futuras dificuldades que o Brasil enfrentaria quanto aos negócios de exportação e importação de produtos com aquele importante parceiro comercial, uma vez que na visão do articulista “Os Estados Unidos são ao mesmo tempo os nossos melhores fregueses para a compra do nosso principal produto de exportação, que é o café, e os nossos principais fornecedores de um gênero de primeira necessidade, que é a farinha de trigo.”¹⁶³

De fato, as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos naquele período eram responsáveis por grande parte dos produtos vendidos ao exterior, especialmente o café, o principal artigo de exportação brasileiro. Durante o século XIX, os Estados Unidos aparecem como o maior comprador do produto, uma vez que o crescimento expressivo de sua população urbana condicionou também o aumento do consumo, que passou de 25 gramas para 4 quilos *per capita* anual, segundo dados de Rafael Marquese e Dale Tozmich¹⁶⁴.

Nas fábricas, no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais, nas escolas ou em qualquer outro lugar no qual a cadência fosse ditada pelo tempo do relógio, o estimulante se tornou onipresente. Não por acaso, Brasil e Estados Unidos – o paradigma do novo modo de vida industrial e do consumo de massa – foram as duas pontas principais da cadeia de mercadoria ao longo do século XIX, algo que se estreitou na centúria seguinte.¹⁶⁵

Portanto, sendo os Estados Unidos um grande mercado consumidor do principal produto cultivado no Brasil, era legítima a preocupação apresentada pelo articulista do jornal quanto aos desdobramentos que o conflito americano provocaria. Em sua avaliação, a guerra afetaria sobremaneira a produção e as exportações de café brasileiro. O café, mais do que o principal produto do país, simbolizava a riqueza imperial cujo valor encontrava-se expresso no brasão do reino que carregava juntamente com a coroa imperial as figuras de ramos de café e de fumo.

¹⁶² Jornal **O Nacional**. Ano 1, n.3, 05 jun.1861. p. 2.

¹⁶³ Jornal **O Nacional**. Ano 1,n.3, 05 jun.1861. p. 2.

¹⁶⁴ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX**. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 42.

¹⁶⁵ Ibid. p.56.

Houve, entretanto, aqueles que, em vez de projetarem prejuízo, vislumbraram as oportunidades que poderiam advir da crise econômica norte-americana provocada pela guerra. O prejuízo provocado pela guerra às *plantations* nos estados do sul abriu lacunas na produção de algodão, prejudicando o fornecimento deste artigo a nível mundial. Tal fato serviu de estímulo para que fazendeiros e até mesmo políticos do império promovessem o cultivo do produto. A expectativa quanto ao crescimento de uma produção algodoeira em terras brasileiras também animou o governo imperial em relação à imigração daqueles americanos sulistas que, derrotados no conflito, resolveram emigrar para o império. A presença deste grupo no Brasil e a subsequente criação de colônias era animada pelo fato de que estes imigrantes dominavam a produção de algodão e trariam todo o conhecimento sobre o seu cultivo para o Brasil.

Quando achou pelo mundo o brado altíssimo da guerra civil entre os estados do norte e os do sul da União Americana, o governo brasileiro, prevendo inteligentemente os efeitos imediatos da luta sob o ponto de vista comercial, de pronto envidou esforços afim de que fosse dado no país o máximo desenvolvimento possível á cultura do algodão, até então limitada a algumas zonas acanhadas que, pouco, bem pouco, produziam para a exportação.

É fora de duvida que esses esforços do governo, secundados eficazmente por muitos cidadãos e ativos, empreendedores e inteligentes, darão em poucos anos os mais animados resultados.

Na província de S. Paulo, sobre tudo, onde era em 1860 quase nula a cultura do algodão, os progressos feitos neste novo ramo da lavoura foram tais, que poucos anos depois o algodão exportado para o consumo das fabricas estrangeiras atingia a importantíssima cifra de 400 mil arrobas!¹⁶⁶

Verifica-se, portanto, que as vozes que bradaram sobre o conflito, do ponto de vista econômico, criaram diferentes interpretações a respeito do que a guerra poderia provocar. Mas não eram só as relações comerciais que, ora ameaçadas pela guerra, assombravam o articulista do *O Nacional*. As ideias que vinham do norte relacionadas ao fim da escravidão eram também fonte das preocupações que não só o Estado imperial, mas também setores da sociedade brasileira em geral precisavam atentar.

Letharge era a forma como o articulista do *Nacional* definia a maneira com a qual o império tratava a questão da escravidão no Brasil, indicando que seu destino já estaria resolvido com a Lei de 1850 que pôs fim ao tráfico de mulheres e homens africanos para o Brasil. Assim, enquanto nos Estados Unidos a proposta de abolição levava a uma guerra civil, Brasil e Cuba aparentemente procuravam não se confrontar diretamente com a questão, o que fica claro quando, mesmo sendo os últimos países escravistas, o sistema teria seu fim somente vinte anos

¹⁶⁶ Jornal *A Patria*. Ano IV, 04 out. 1872. p.3.

depois da emancipação dos escravos nos Estados Unidos. Até ali, leis emancipacionistas garantiam a sobrevivência do sistema.

Entretanto, a guerra civil ressoava e resvalava na necessidade de cuidar do tema da escravidão pelo menos era o que apontavam alguns poucos jornais que veicularam o conflito e que circularam na Corte nestes primeiros anos da Secessão. *O Nacional*, que alertava para os problemas econômicos que assolariam o Brasil com a guerra nos Estados Unidos, também chamava a atenção para a necessidade de enfrentar o quanto antes a questão da escravidão.

Mas a situação dos Estados Unidos desperta ainda no nosso espírito outra ordem de ideias e de reflexões que queremos aproveitar logo a ocasião para deixar consignadas.

O principal motivo da separação dos estados do sul é a necessidade de manter no seu território a escravidão, que eles reputam por ora como indispensável ao progresso do país, como elemento de riqueza e prosperidade pública, de poder nacional enfim. Devemos supor que, uma vez conseguida a separação, os estados do sul não somente continuarão a manter a escravidão, como até hão de admitir a introdução de braços africanos escravos, o que é muito mais lógico e muito mais político do que admitir a escravidão pátria. Perguntaremos nós agora: porque razão o Brasil, que tem as mesmas necessidades e os mesmos interesses que os estados do sul da União Americana, não terá a coragem de proceder do mesmo modo? É mais outra questão que fica a cargo dos nossos políticos responder.¹⁶⁷

O trecho do artigo do órgão noticioso chamava a atenção para a questão central do conflito, ou seja, a escravidão. O assunto interessava ao Brasil sobremaneira uma vez que, conforme associou o articulista, o país detinha os mesmos problemas, as mesmas questões, ou seja, a mesma base de “riqueza e prosperidade pública, de poder nacional”. O bojo da matéria traz o alerta para que o estado imperial observasse com atenção os desdobramentos da separação dos estados do Sul, o que projetaria a formação de um conglomerado escravista e assim concorreria para permanência do tráfico de pessoas escravizadas. O articulista revela ainda uma visão bastante clara a respeito do significado que a escravidão tinha para a população do sul, e reconhece a instituição como base estrutural daquela parte da sociedade americana.

Percebe-se que o paralelo estabelecido entre as características do sistema escravista em ambos os países indica, que o articulista demonstra o conhecimento de alguém que pertence ao grupo interessado nos desdobramentos da guerra, sugerindo também o lugar social ao qual o autor pertence.

¹⁶⁷ Jornal *O Nacional*. Ano 1, n.3, 05 jun. 1861. p. 2

Mas nos idos de 1860, o jornal *Nacional* parecia, porém, ser um dos poucos a tratar de tal assunto, ou seja, a tocar na questão da escravidão como razão principal da Secessão. Assim, nestes primeiros anos da guerra, os jornais pareciam acompanhar o governo imperial em sua letargia quanto ao tratamento da questão. Os assuntos que se relacionavam à guerra nestes primeiros anos se concentraram basicamente na polarização dos estados americanos, na opção destes estados em aderir ou não à confederação e na guerra civil em seu caráter bélico.

4.2. A guerra civil: teatro de qual combate?

A guerra, conforme é possível extrair da tabela 2 apresentada anteriormente, acerca dos temas nas décadas de 1860, 1870 e 1880, foi o assunto mais recorrente entre todos os jornais. Reunimos, no tema da guerra civil assuntos relacionados a questões diplomáticas, como por exemplo, os casos de navios confederados em costas brasileiras, vistos no primeiro capítulo; o andamento de negociações políticas entre a União e a Confederação; informações sobre manobras militares, resultado de batalhas, avanço de tropas, ocupação de territórios, mudanças no comando dos grupamentos militares situação das finanças da guerra, estratégias militares dos estados beligerantes; leis de recrutamento dos exércitos, incluindo o da população negra para compor o corpo militar e atuar na guerra, e, finalmente, o envolvimento da Inglaterra e da França no conflito. Mas, o foco na guerra não se restringia às dinâmicas militares.

Convém examinar mais longamente quais são as consequências da luta que testemunhamos; não é no talento dos generais, na coragem dos soldados, na audácia da marinha, que vejo mais fortes garantias para o triunfo definitivo da União, é sim no espírito político do povo americano, nas virtudes dessa constituição, que feita para a paz, tem servido bem para a guerra, nos costumes dessa democracia ciosa de suas liberdades, mas pronta a armar, nos dias de perigo, o poder executivo de uma autoridade quase irresistível; no patriotismo desses homens de estado que considerando-se meros servidores da nação, só enxergam no poder um depósito sagrado.¹⁶⁸

O trecho acima é parte de um longo artigo intitulado “*A guerra civil nos Estados Unidos 1861-1863, O Governo Federal, os Exércitos e os Partidos*”, publicado no jornal *Atualidades*. O artigo, cujas informações dimensionam a importância das razões do conflito do ponto de vista

¹⁶⁸ Jornal *Atualidades*. Ano V, n.602, 28 dez. 1863, p. 1.

internacional, demonstra também que as informações não se restringiam à dinâmica dos exércitos. Os valores americanos que envolviam a guerra como motores do conflito eram destacados, e nesse bojo, a escravidão é subdimensionada como vetor da crise entre os estados do Norte e os do Sul. Às razões da guerra são atribuídos valores característicos da jovem república americana e sua defesa como principal motivação. Ainda assim, a questão da escravidão aparecia vez por outra entre as narrativas que trataram da guerra civil. Conforme visto no primeiro capítulo, o tema da escravidão e da abolição não estava em destaque quando o assunto era a Secessão. Tal fato pode ser constatado se considerarmos a diferença entre os números das notícias que fizeram referências à guerra e àquelas que se referiram à abolição/emancipação e Escravidão. Se observarmos a década de 1860, a guerra é mencionada 39 vezes enquanto os temas da abolição/ emancipação são mencionados 23 vezes.

A historiadora Silvana Mota Barbosa argumenta que havia poucas notícias referentes ao conflito americano. Ao analisar o papel da imprensa sobre a Secessão, Barbosa sugere que a ausência de notícias sobre a Guerra civil se deu pelo cerceamento do império às informações sobre o tema da escravidão, e não porque a imprensa optou por destacar outros assuntos. Abordar o tema da abolição naquele momento, sobretudo quando a referência era o processo americano, ou seja, realizada de forma imediata e sem indenização, tocava nos interesses escravistas de manutenção da mão de obra e das relações sociais de escravidão, especialmente após a lei de 1850 que proibiu em definitivo o tráfico de africanos para o Brasil.

Muitas das análises que se debruçam sobre o fim da escravidão no Brasil reconhecem que a abolição nos Estados Unidos no início da década de 1860 constituiu-se, de fato, como um elemento de pressão para que a elite política brasileira se visse obrigada a colocar o tema como pauta da política imperial.¹⁶⁹ Basicamente, tais indícios são identificados nas esferas do Estado,

¹⁶⁹ Entre alguns dos trabalhos que enfocam ou tangenciam a questão servil no Brasil a partir da guerra civil americana estão MACHADO, Maria Helena P. T. **Os Abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão**. In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). **Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós- abolição no Brasil**. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011; BRITO, Luciana da Cruz. **Impressões norte-americanas sobre a escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História), USP.; SAMPAIO, Maria Clara S. C. **Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização para Afro-Americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História), USP.; MOTA, Isadora M. **O “vulcão” negro da Chapada: rebeliões escravos no sertão diamantino (Minas Gerais, 1864)**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado e História). UNICAMP.; PARRON, Tamis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.; AZEVEDO, Célia Maria M. de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada**. São Paulo: Annablume, 2003.; HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. No que este tema refere-se a Cuba estão: MATA, Yaci M. **Conspirações da “raça de cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História), UNICAMP.; SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e

tais como os debates parlamentares presentes na câmara dos deputados, no senado e no conselho de Estado, conforme iremos verificar no capítulo seguinte. Ainda sob a esfera do estado imperial, são encontradas também referências nas correspondências trocadas entre os órgãos da diplomacia brasileira. É preciso destacar, no entanto, que a ação de recorrer aos episódios e aos desdobramentos do fim da escravidão americana como fonte para os discursos nessas esferas, no mais das vezes se constituiu como recurso retórico para corroborar opções narrativas correspondentes ao posicionamento político diante do tema da escravidão. O mesmo tom também seguiu par e passo as narrativas que vão perfilar os jornais da época. Deste modo, o tom discursivo adotado pelos órgãos de notícia sobre o destino da escravidão não serão uma unanimidade sobre os assuntos que gravitaram em torno da Guerra Civil.

Fonte privilegiada sobre os acontecimentos na América do Norte, os órgãos de notícia informavam desde batalhas às articulações políticas. Conforme sugere Silvana Mota Barbosa, a Secessão e a abolição também foram tratadas pelos órgãos noticiosos de acordo com o posicionamento favorável ou contrário do órgão ao governo imperial.

Ao analisar a guerra de Secessão nos jornais, e como os temas da escravidão e da emancipação estavam sendo tratados pela imprensa da Corte entre 1860 e 1863, especificamente as folhas *Jornal do Comercio*, *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Atualidades*, Silvana Mota Barbosa sugere que a abordagem dada a estas notícias correspondia, em primeiro plano, ao posicionamento do jornal diante do governo imperial. A historiadora argumenta que o tema da escravidão relacionado ao conflito americano esteve presente inicialmente no *Correio Mercantil*. As matérias eram enviadas pelo correspondente no exterior A. A. Teixeira de Vasconcelos que, segundo a autora, "procurou explorar todos os argumentos, hipóteses e temas em debate ao tratar da questão americana".¹⁷⁰ Aliás, conforme apontado, era comum que algumas matérias publicadas em periódicos estrangeiros fossem transcritas em folhas brasileiras. Entre os assuntos principais, destacava-se a questão comercial, mas também a colonização e a modernização da agricultura: assuntos que também resvalavam no problema da escravidão, uma vez que tais tópicos eram oportunos para criticar o governo.

Terra/Editora da UNICAMP, 1991.; . *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.; FRAGINALS, Manuel M. **Cuba, Espanha, Cuba: uma história comum**. Bauru: EDUSC, 2005.; e BOWEN, Wayne H. **Spain and the American Civil War**. Columbia: University of Missouri Press, 2011.

¹⁷⁰ BARBOSA, Silvana. M. **A Imprensa e o Ministério escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)**. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana P. (orgs.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. vol. 1. p.127.

A colonização associada à questão da agricultura esteve presente em grande parte das notícias referentes aos assuntos relacionados aos Estados Unidos. Aliás, seguindo o quadro sobre os temas mais recorrentes, a questão da imigração e da colonização de americanos brancos provenientes do sul foi o segundo mais veiculado depois daqueles que se referiam aos combates e movimentação de tropas.

4.3. “O profundo desprezo dos norte-americanos pelo homem de côr preta”

O título que inaugura a análise nos órgãos de notícia sobre o tema da imigração de homens e mulheres provenientes do sul dos Estados Unidos para o Brasil foi tirado de um comentário de um jornalista do *Correio da Tarde*, em que o mesmo analisa as declarações de Lincoln sobre a abolição e as propostas de colonização da população de origem africana. Mas os comentários sobre o fim da escravidão não eram uma constância nos periódicos daquela época. A maior parte das notícias sobre a imigração/colonização, cujo tema foi o segundo mais recorrente entre os órgãos de notícia depois da guerra civil, começam a aparecer de forma mais abundante no Brasil a partir do ano de 1866, ou seja, o ano seguinte ao fim da contenda entre o sul confederado e a União. O ano coincide com a chegada de imigrantes brancos oriundos dos estados confederados ao Brasil a caminho de um novo sul, uma vez que, como foi visto no capítulo anterior, muitos pretendiam recomeçar suas vidas em outros países empregando o mesmo sistema de mão de obra que adotavam nos estados da Confederação, ou seja, a cativa. O tema da imigração e da colonização reúne artigos que tratam das condições da chegada das famílias americanas, das subvenções do estado imperial para a promoção da imigração, das suas vantagens e do retorno dos sulistas aos Estados Unidos.

A imigração americana relacionada à guerra civil, entretanto, não aparece nos jornais somente na segunda metade da década de 1860 com a chegada das famílias sulistas. Ainda nos primeiros anos da guerra civil, havia outros sujeitos dos projetos de imigração e eles tinham uma outra cor. A imigração e a colonização que os jornais se referiam naquele momento tinham como público alvo homens e mulheres de origem africana de condição livre ou libertos nos Estados Unidos.

Diz-se que Lincoln anuncia, na sua mensagem, a abolição pacífica da escravidão, providência que se entende com os Estados do sul, que julga sublevados e não separados.

Fala em transportar os negros, e até os já emancipados, a um clima apropriado, onde possam colonizar.¹⁷¹

A notícia da declaração de Abraham Lincoln veiculada pelo *Correio da Tarde* em janeiro de 1862 segue acompanhada da proposta do então presidente para resolver a questão da presença da população negra liberta em território americano. A proposta para solucionar tal questão seria a criação de colônias na África, como foi o caso da Libéria, criada nos anos de 1820, ou em lugares cujo clima fosse “apropriado”, o que parecia se referir muito bem ao ambiente dos trópicos, típico dos países ao sul dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil.

A criação de colônias destinadas a remover a população de origem africana dos Estados Unidos volta a ser abordada em uma outra edição do *Correio da Tarde*, num artigo publicado em 6 de Fevereiro de 1862. Desta feita, a matéria, bem mais extensa do que a primeira, era uma reprodução de um artigo do *Correio Mercantil* de Lisboa. O teor, mais do que informativo, tecia críticas à adoção de tal política migratória promovida pelo governo Lincoln.

Eis o que diz M. Lincoln:

"Nos termos e em virtude do acto do congresso intitulado - Lei para confisco das propriedades empregadas em fins insurgentes, votada a 6 de Agosto de 1861 - julgou-se perdido o direito alegado por alguns indivíduos sobre o trabalho de outros indivíduos. Uma porção destes últimos, já liberados, acha-se a cargo dos Estados Unidos, e cumpre prover á sua sorte de um ou outro modo."

Como se vê, não se proclama o direito dos negros á liberdade e á igualdade com a raça branca. Não se cura de adoptar medidas em favor de homens reduzidos á oppressão mais injusta. O benévolo Lincoln só parece occupar-se dos pretos por causa de interesse dos contribuintes brancos.

Uma porção de negros acha-se a cargo dos Estados Unidos: eis o que o preoccupa. Receia que lhe tomem conta de alguns punhados de milho e de mandioca comprados pelo thesouro de Washington para nutrir a raça maldita.

Os negros libertos podião empregar os braços em ganhar a vida honestamente se fossem admitidos nos campos, nas fabricas, nas oficinas dos habitantes do norte; e seria em tal caso ociosa a menção que delles se faz no documento da presidência. Mas a essa comunidade de trabalho, a essa mistura de raças oppõe-se formalmente o orgulho norte-americano, e não ha esperança de remover ou attenuar o preconceito entre esses modelos de republicanismo, entre esse fervoroso apóstolo da igualdade e da fraternidade.¹⁷²

¹⁷¹ Jornal *Correio da Tarde*. Ano VIII, n.21, 31 jan. 1862. p.1.

¹⁷² Jornal *Correio da Tarde*. Ano VIII, n. 26, 06 fev. 1862. p.2

Chama a atenção o teor da crítica feita ao presidente Lincoln e à sua política de emancipação da população negra escravizada. A crítica recaía também sobre a concepção de república estadunidense cujo conceito de igualdade e fraternidade, segundo o articulista, não eram extensivos àqueles que seriam em grande parte responsáveis pela produção e crescimento material do país. Ao mesmo tempo, o articulista aponta a presença do preconceito racial como característico daquela sociedade, motivo pelo qual a permanência da população negra em solo americano estaria comprometida pelo então projeto colonizador.

Mais do que o tom de censura do artigo do jornal lisboeta à política norte-americana de exclusão da população de origem africana, surpreende sua veiculação em um jornal brasileiro em um momento no qual o assunto da escravidão associado à guerra civil era praticamente ausente nos jornais que circularam na Corte, especialmente naqueles primeiros anos da década de 1860. Por outro lado, a opção pela veiculação da matéria sugere a tendência antiescravista do órgão noticioso, o que é possível perceber pelas observações e críticas que não se limitaram ao trecho acima citado:

O presidente vae mais longe. Alludindo ás medidas que cumpre adoptar para fundar colônias de negros em um clima apropriado, indica implicitamente o proposito de enxotar para a Costa d'Africa, onde já existe o deposito americano intitulado Liberia, não são os escravos fugidos do sul, como demais entes de origem africana.

Seria bom também considerar, acrescenta o presidente Lincoln, se a população de cor livre, que já se acha nos Estados Unidos, poderia ser individualmente compreendida nessa colonização.

É impossível sofisma em presença de expressões tão categóricas, e os que tanto fazem valer a odiosa escravidão do sul, não são sinceros deixando de estigmatizar a inconcebível aversão do norte para com todos os homens de cor, aversão que em parte alguma do mundo é tão vivaz, tão insultante, tão insuportável, pois nega a essa parte do gênero humano, não só todos os direitos políticos, como os civis, e os naturais, classificando-a a par dos animais imundos.

O presidente não propõe a abolição da escravatura; só recomenda o afastamento dos negros existentes nos estados do norte, na mente de que a ausência da gente de cor deixará lugar vago para os brancos, que já residem ou que forem residir para a América. Mas a transplantação de cinco ou seis milhões de negros não é tarefa exequível para aos legisladores ou para as autoridades dos Estados Unidos; e a não ser por um plano geral de assassinato e extermínio, não parece possível eliminar da superfície do território um número de indivíduos tão crescido.¹⁷³

O projeto de colonização para a população de origem africana em território exterior aos Estados Unidos é entendido pela historiadora Maria Clara Carneiro Sampaio como o não

¹⁷³ Jornal *Correio da Tarde*. Ano VIII, n.26, 06 fev. 1862. p.2.

reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade americana, da população afrodescendente como partícipe da construção da sociedade estadunidense. Seu lugar estaria garantido enquanto cumpridor de um papel social definido pela escravidão. Uma vez extinta a instituição, “não mais cumprindo o papel social que lhes foi imposto, os negros e negras são considerados por muitos como uma espécie de estrangeiro, cuja presença no país é altamente indesejada.”¹⁷⁴

Uma matéria publicada no jornal *A Pátria*, de 25 de outubro de 1871, indica que tal pensamento também passou pelo Brasil como solução para “o problema da abolição da escravidão”, conforme escrevia o autor da notícia.

Uma das ideias que devia ser considerada no desenvolvimento da moção, e como fundamental, era a da colonização de braços importados da África, pela sua natureza e condições rotineiras do serviço de nossa indústria agrícola, principal fonte da receita do Estado e base da riqueza territorial, por consequente produção, os mais aptos e capazes.

A colonização concebida, devia incluir a condição de retorno periódico para a costa d’ África, dos braços africanos escravos há mas tempo existindo no Brasil, assim levando eles educação agrícola, hábitos de trabalho, costumes e instrução, tudo influndo á civilizar aquela parte barbarizada do mundo. E produzindo o retemperamento das raças, facto que nos Estados Unidos da América, hoje esta sendo digno de menção.¹⁷⁵

O redator da folha, que também havia feito parte da assembleia da província, levava àquele fórum uma moção que não só indicava o retorno da população escravizada para a África, mas também que tal ideia tinha origem nos Estados Unidos.

A imigração de pessoas negras oriundas do sul dos Estados Unidos, ao que conseguimos apurar, recebeu pouca atenção dos órgãos de notícia na década de 1860 se comparado com a imigração da população branca oriunda do sul. Na década de 1860, somente os jornais *A Atualidade* e o *Correio da Tarde* abordaram a questão da imigração da população liberta. Talvez porque a liberdade e o destino de negros e negras na recém república fossem ainda temas espinhosos na década de 1860 no Brasil. Porém, ainda que de forma esporádica, quase rara, o assunto da colonização da população negra em lugares exteriores à fronteira norte-americana não passou despercebido também aos órgãos de notícias da Corte durante aquele período.

Já o jornal *A Atualidade* referiu-se mais diretamente à imigração da população negra dos Estados Unidos para o Brasil. A curta menção encontra-se publicada em 7 de outubro de 1863, em uma longa matéria que continuaria na edição seguinte (o que era também uma outra carac-

¹⁷⁴ SAMPAIO, Maria Clara S. C., **op. cit.** 2014.

¹⁷⁵ Jornal *A Pátria*. Ano XIII, n.10, 25 out. 1871. p.1.

terística de muitos jornais do período) e que noticiava principalmente os acontecimentos políticos envolvendo os países da Europa, os Estados Unidos, México e Brasil. A matéria tem início com uma análise de um texto publicado no jornal inglês *Morning Star*. O texto do jornal inglês tece críticas à continuidade da escravidão no Brasil mesmo após o fim do tráfico e atribuía tal crescimento à venda de cativos procedentes do Nordeste nas praças de comércio do Rio de Janeiro. A intenção do articulista inglês era denunciar as formas de encaminhamento para o fim da escravidão no Brasil, apontando para a desconfiança sobre o governo imperial ao facilitar a vinda de negros e negras oriundos dos Estados Unidos. Diz o jornalista inglês:

Presentemente o governo brasileiro propõe facilitar a abolição da escravidão tanto em seu próprio território quanto nos Estados Unidos recebendo deste último país um grande número de negros livres sob a mais séria garantia não só de uma inteira liberdade, como ainda da manutenção de sua independência industrial. O sentimento que revela este oferecimento é sem duvida mui diferente dessa exaltação da escravatura como satisfação perfeita em si mesma e permanente, a que nos tem acostumado os teólogos e oradores da confederação.¹⁷⁶

O jornalista do *A Atualidade* conclui, a este respeito, que a folha inglesa tinha nitidamente uma tendência antiescravista, acusando o *Morning Star* de jornal “abolicionista por excelência”.¹⁷⁷ Não se pôde, porém, identificar de que forma ou de que fonte o articulista inglês obteve tal informação. Sabe-se que o governo americano realizou diversas negociações não só com o Brasil, mas também com outros países da América latina e do Caribe para que recebessem a população negra dos Estados Unidos. No Brasil, tal incumbência ficou a cargo do ministro americano James Watson Webb. Entretanto, tal projeto não obteve sucesso conforme apontou a historiadora Maria Clara Sampaio. Tal como nos Estados Unidos, tais países não viam a população negra como integrantes de suas sociedades, uma vez que a ela eram atribuídos todos os estigmas relacionados ao atraso. Portanto, tal projeto de colonização aos moldes do que aconteceu na Libéria não se efetivou.

Mas a matéria no formato em que é publicada, concluída em forma de crítica ao texto do jornalista inglês, nos remete a um contexto de crise entre o Brasil e a Inglaterra. De alguma forma, a notícia revela um pouco do jogo político que envolvia a questão da escravidão e das

¹⁷⁶ Jornal *A Atualidade*. Ano V, n.539, 7 out. 1863. p.1.

¹⁷⁷ Jornal *A Atualidade*. Ano V, n.539, 07 out. 1863. p.1.

relações diplomáticas entre aqueles dois impérios. Deste modo, o uso de tais informações parece, pelo lado inglês, servir de subsídio para pressionar o Brasil na resolução da questão da escravidão.

Mas o assunto não se encerraria ali. Em 1883, o *Correio da Tarde*, do município de Campos, voltava a tocar na questão. Passados vinte anos da abolição americana, alguns resultados informavam e serviam de alerta e orientação para o destino da população negra no Brasil.

O Popular Science Mouthly examinando o acrescimento da população negra dos Estados Unidos, chega a conclusões pouco tranquilizadoras. Apos a abolição da escravatura o acrescimento da população negra é superior á dos brancos. Assim, enquanto que de 1870 a 1880 a raça branca aumentava 29 por cento, a raça negra aumentou 34 por cento. D' aqui a um século, admitindo que a proporção continue, a população negra será dupla da branca nos Estados do Sul da América. Este aumento é tanto mais perigoso e mais difficil de combater, quanto a sua causa reside não na emigração, mas na fecundidade superior da raça negra. Mais que nunca os prejuízos das raças estão em todo seu vigor; os casamentos mistos são cada vez mais raros.

O autor do artigo a que nos referimos prevê uma crise social terrível no dia em que os negros tendo por si o numero, queiram sair da condição inferior que lhes é imposto pela antipatia dos brancos.

Como solução do problema o aludido escritor propõe que se desterrem (os negros para a América do Sul e – que se arranjem lá como poderem.¹⁷⁸

O artigo ao qual o articulista se refere foi escrito pelo professor E. W Gilliam e publicado na revista *The Popular Science Montly* em fevereiro de 1883.¹⁷⁹ O artigo chama a atenção para o crescimento da população negra americana, cujo ritmo desenvolvia-se de forma superior ao da branca, e para o perigo que isso representava. A matéria do jornal ao qual se refere o artigo da revista americana ocupa um pequeno trecho da primeira página do *Correio da Tarde* de Campos, mas apresenta algumas questões reveladoras. Observar e acompanhar o desempenho da população negra no pós-abolição nos Estados Unidos, aliás, seria um dos assuntos mais recorrentes, tanto no que se refere ao grau de crescimento populacional, passando por sua integração na sociedade americana, e principalmente aos resultados da produção, assunto que em particular interessava às elites política e econômica do Império, mas não só. Quadros do abolicionismo também lançaram mão de tais informações para argumentar em favor da abolição conforme veremos adiante.

¹⁷⁸ Jornal *Correio da Tarde*. Campos, Ano I, n.2, 05 jun. 1883. p.1.

¹⁷⁹ GILLIAM, E. W. The African in the United States. In: **The Popular Science Monthly**. New York Popular Science, volume 22, Fevereiro, 1883, p. 433. Disponível em: <<https://archive.org/stream/popularscien-cemo22newy#page/n447/mode/2up>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

Mas outro aspecto chama a atenção na notícia: o reconhecimento do preconceito racial como característica da sociedade norte-americana. Havia, assim, uma leitura sobre as relações raciais nos Estados Unidos, e ela é identificada com a impossibilidade de convivência igualitária entre brancos e negros, ou ainda pela crise que estaria por vir caso os negros alcançassem um número populacional maior que os brancos. Ao que parece, pairava ainda o eco da revolução dos negros haitianos.

4.4. “Os americanos dos Estados Unidos do Sul, não podendo ter escravos querem vir para Brasil, onde os há”

O título acima foi retirado do texto em forma de carta publicado por Azuos Agarb, um dos articulistas do jornal *A Pacotilha*. O jornal costumava utilizar-se de diversas formas literárias, mas também de ilustrações para dirigir críticas à sociedade mas também às esferas da política imperial como a câmara e o senado. A folha noticiosa nasce em 1866, ano em que começam a chegar as primeiras levas de imigrantes norte-americanos ao Brasil. Assim, a imigração enquanto iniciativa da coroa para incrementar a lavoura do algodão e colonizar terras brasileiras, recebeu várias críticas de muitos jornais assim como procedeu *A Pacotilha*.

Se as notícias que tratavam da imigração da população de cor eram quase inexistentes durante os anos 1860, as que abordaram a presença da população branca foram inúmeras. É preciso observar, contudo, que a quantidade de matérias veiculadas sobre os assuntos relativos à guerra e a imigração correspondem obviamente ao momento do fato histórico em si. Os assuntos que tratam da imigração americana se concentram, portanto, na segunda metade da década de 1860, pois foi justamente nesse período que o Império, aproveitando-se dos resultados da Secessão, passa a promover tal incentivo, e que os antigos habitantes do sul começam a deixar os Estados Unidos e a se transferir para o Império do Brasil e para a colônia espanhola de Cuba. O mesmo não acontece na década de 1880, quando as notícias a esse respeito já são quase nulas.

À medida que a guerra civil, suas motivações e consequências imediatas vão tomando distância no tempo, as notícias também vão se tornando mais escassas. Portanto, sua veiculação atende a uma demanda determinada pelo tempo dos acontecimentos. É nesse sentido que vemos como a colonização, enquanto assunto relacionado à Secessão vai ser destacada nos anos subsequentes ao fim da guerra civil recebendo diferentes abordagens, cujo tom seguia de acordo com o posicionamento do jornal diante das ações da Corte e de sua composição política.

A imigração americana será, para além dos impactos do fim da guerra civil e da abolição da escravidão verificados com a chegada das famílias sulistas, uma das fontes de ataque ou de defesa do governo imperial expressas por meio da imprensa. O *Correio Paulistano*, que foi o jornal que mais veiculou matérias relativas à imigração americana, publicou 10 matérias a este respeito durante a década de 1860, duas durante a de 1870 e nenhuma durante a década de 1880. O mesmo ritmo seguiu-se entre os jornais que circularam na Corte do Rio de Janeiro. O *Correio Mercantil*, jornal carioca que mais abordou a imigração americana, não teve publicação sobre o assunto nos anos 1870 e 1880, por exemplo. Ressaltamos, entretanto, que não consideramos entre os números as informações que constam na parte do jornal indicando o movimento dos portos, espaço onde eram registradas a entrada e saída de passageiros, uma vez que nos restringimos às matérias que comentaram a guerra e que, neste caso especificamente, teciam análises sobre a presença dos imigrantes norte-americanos no Brasil.

Tanto os jornais da Corte como os de São Paulo, mas especificamente o *Correio Paulistano*, abordaram a imigração americana. Entretanto, há algumas diferenças não só quanto ao volume, mas também quanto ao teor das notícias entre os dois lugares, muito embora o *Correio Paulistano* reproduzisse, vez por outra, algumas matérias publicadas em folhas do Rio de Janeiro, o que era comum à época. As diferenças encontram-se no tamanho, na quantidade, mas especialmente no teor das notícias. Enquanto as folhas cariocas traziam matérias curtas e em edições espaçadas, o *Correio Paulistano*, por exemplo, publicava longos artigos em duas ou mesmo em até três edições, também característica comum naqueles anos.

Mas o principal ponto a ser observado diz respeito à diferença quanto ao conteúdo das matérias. Os jornais abordaram os mesmos temas, mas deram tons distintos advogando contra e a favor da presença da população oriunda do sul dos Estados Unidos. Portanto, a vinda dos egressos dos estados confederados para o Brasil não parecia ser uma unanimidade. Vejamos.

Voltando ao jornal carioca *A Pacotilha*, a carta publicada em 1 de setembro de 1866 era dirigida a Priminha, personificação do jornal e personagem criada para ser a destinatária fictícia das cartas que discorriam sobre os acontecimentos sociais e principalmente políticos do país, entre eles o assunto do momento, ou seja, a imigração americana. A carta tecia críticas à criação de uma associação de Imigração Internacional no Rio de Janeiro em 1866, para justamente atender e fomentar a imigração americana. A entidade tinha como objetivo angariar recursos

junto ao Império para empreender o projeto de colonização norte-americana. Entre as suas ações estava a de facilitar a concessão das passagens aos candidatos a imigrar ¹⁸⁰:

Formou-se uma nossa associação denominada Imigração Internacional - isto é, não emigração entre nações, que pretende atrair dos Estados Unidos do Sul imensa população para povoar o vasto território desta nossa mal dirigida pátria. Que contradição, minha priminha! Os americanos dos Estados Unidos do Sul não podendo ter escravos, querem vir para o Brasil, onde os ha; e estes nossos homens, fanatizados por tudo quanto é do estrangeiro, acreditam que é as nossas leis, os nossos rios, os nossos campos, as nossas florestas, e muito principalmente a nossa constituição, a mais liberal do mundo, que os movem a estabelecer-se em nosso país. ¹⁸¹

Reconhecia-se que a opção dos norte-americanos pelo Brasil vinha da possibilidade de adquirir escravos, o que nos sugere, assim como outros artigos revelarão, uma visão sobre as características da sociedade americana, neste caso, seu caráter escravista. Ainda discorrendo sobre a criação da Sociedade Internacional de Imigração, o articulista afirma que a intenção final da mesma era a liberdade dos escravos, criticando o projeto de colonização como solução precipitada para resolver o problema da mão de obra no país.

Que é o cancro, que é desumano, que é anti-cristão, que é tudo quanto é mal, concordo, mas o meio de extingui-la será o de afogadilho, já e já, sem termos amparado a nossa lavoura, nem provido o meio do emprego dos libertos, e muitas e muitas outras medidas sejam tomadas, e não é mais do que dizer: Liberté, fraternité et égalité? ¹⁸²

A crítica, portanto, não recaía somente sobre os americanos que pretendiam no Brasil adquirir e manter propriedades humanas. Ela era extensiva à coroa quanto ao que se pensava sobre o destino da escravidão no Império. A carta segue denunciando as vantagens oferecidas aos sulistas americanos.

Agora, dizem os entusiastas: demos passagem a esses homens, que nos vêm ensinar a trabalhar, que nos trazem a moralidade de costume; demos campos e florestas onde eles quiserem, as melhores e as de mais fácil comunicação com os centros comerciais, isenção de direitos, e mais ainda, sejam brasileiros e gozem de todos os direitos, e mais ainda, sejam brasileiros gozem de todos os empregos de cidadão brasileiro, possam ocupar todos os direitos políticos

¹⁸⁰ SILVA, Tânia S. da. Imigração norte-americana, “esperança de civilização”. *Anais do Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011. p.1-15. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030183_ARQUIVO_Imigracaonorteamericana\(ANPUH1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030183_ARQUIVO_Imigracaonorteamericana(ANPUH1).pdf)> Acesso em: 16 de dezembro de 2016.

¹⁸¹ Jornal **A Pacotilha**. Ano I, n.21, 01 set. 1866. p. 3 e 6.

¹⁸² Jornal **A Pacotilha**. Ano I, n.21, 01 set. 1866. p. 3 e 6.

de cidadãos brasileiros, possam ocupar todos os cargos, como deputado, senador e ministro da coroa.¹⁸³

Emigração.

Vinde! esta terra, estas florestas são vossas; regenerai-nos. A raça latina está caduca, eu vos dou o Brasil.

A Pacotilha, Ano I, n. 21, 01 set. 1866. p.8.

A ilustração fazia parte do mesmo número do *A Pacotilha* que abordou a imigração e a criação da Sociedade Internacional de Imigração.¹⁸⁴ A legenda da imagem, que ao que tudo indica traz a figura do Ministro da Agricultura e Obras Públicas, Antônio Francisco de Paula Sousa, apresenta a crítica da folha noticiosa à política de imigração.

¹⁸³ Jornal *A Pacotilha*. Ano I, n.21, 01 set. 1866. p. 3 e 6.

¹⁸⁴ Jornal *A Pacotilha*. Ano I, n.21, 01 set. 1866. p. 8.

Questionavam-se os incentivos financeiros para a realização da colonização americana, especialmente no momento em que o Brasil encontrava-se em guerra contra o Paraguai. Eram contestados os recursos empreendidos para o pagamento de engenheiros americanos para realizar análise e medição de terras e os recursos do Império destinados à criação de estalagens ou hospedarias para receber e abrigar temporariamente os cidadãos americanos. A manutenção do Império no conflito demandava recursos de que o país não dispunha, e que por isso não deveria financiar o projeto de colonização.

A desconfiança quanto aos americanos, publicada em forma de lamento na carta e através da ilustração, demonstra o sentimento em relação à vinda dos americanos, e não difere do teor dos artigos ou noticiários de outros jornais.

Ainda no mesmo mês de setembro daquele ano de 1866, o *Correio Mercantil* também publicava em sua folha, na seção “Publicações a pedido”, um longo artigo reproduzido do *Diário de São Paulo* intitulado “*São Paulo, Emigração Americana*”. A matéria igualmente abordava a criação de uma organização internacional no Rio de Janeiro para incrementar a imigração americana no Brasil. O articulista descreve a Sociedade Internacional de Imigração como uma entidade “composta de estrangeiros e de alguns espertalhões nacionais”.¹⁸⁵ Porém, a crítica ao surgimento daquela Sociedade era uma dentre outras inúmeras que a matéria apresentava a respeito da imigração americana. Diferente do *A Pacotilha*, o artigo do *Correio Mercantil* não relaciona as causas da imigração ao encaminhamento da escravidão. Desta feita, identifica-se a imigração americana como mais um meio de se estimular a corrupção no Império.

É tristemente lamentável a conduta dos nossos governos ante o estrangeiro! Uma prova está na famosa emigração americana, apoiada por alguns especuladores nacionais e estrangeiros da praça do comércio do Rio de Janeiro, e completamente subvencionada pelos nossos cofres. Há coisa mais ridícula do que esse *americanismo* que o Sr. Paula Souza procurou impor ao país? É tempo de falar-se ao governo e ao país toda a verdade, despida de qualquer rebuço ainda o mais transparente. A corrupção lavra desde os mais altos funcionários até as camadas inferiores da nossa sociedade. O dinheiro tudo gera, e resolve os mais estranhos problemas da vida social brasileira.¹⁸⁶

“Voz pública”, “consciência pública”, “espírito público” eram os termos que o articulista utilizava para denominar o papel de uma imprensa comprometida em denunciar o que estaria por trás do incentivo à imigração americana, ou seja, a corrupção do Estado imperial.

¹⁸⁵ Jornal *Correio Mercantil*.n. 260, 20 set. 1866. p. 2.

¹⁸⁶ Jornal *Correio Mercantil*.n. 260, 20 set. 1866. p. 2.

Assim como o projeto de imigração de norte-americanos, a Guerra do Paraguai era também citada como meio pelo qual quadros do governo imperial, segundo o articulista, acumulavam riquezas provenientes dos cofres públicos do Império.

Convém que o povo das províncias manifeste tendências contrárias à corrupção que lavra na Corte.

A guerra tem sido um meio de enriquecimento para os grandes figurões do Império; estadistas, diplomatas, generais, comandantes de corpos, todos têm enriquecido com o escândalo de ser isso assas notório e com a imoralidade da indefectível recompensa de títulos e condecorações. Quem ignora que a guerra há sido prolongada muito de propósito afim de que os sacos dos patriotas fiquem completamente cheios? A questão dos fornecimentos e da compra de navios e de armamento, sempre em manifesto prejuízo dos cofres públicos, coroa toda essa série de escândalos que o empréstimo contraído em Londres iniciara.

Se da guerra passarmos às obras públicas, a corrupção ostenta-se aí impudentemente orgulhosa. A esse respeito, o mal tem-se estendido nas províncias. O empreiteiro, mediante uma mínima parte de seus lucros, resolve as consciências mais emperradas e consegue entregar ao governo obras mal construídas e incompletas. Quem há por aí que ignore a história medonha das obras públicas gerais, provinciais e municipais, em todo o Império?¹⁸⁷

As políticas de subvenção da vinda das famílias americanas, através de descontos nas passagens, oferta de hospedagem provisória, isenção de impostos na importação de pertences e instrumentos de trabalho¹⁸⁸ e outras tantas formas de incentivos oferecidos pelo Império, eram consideradas meios para que se fomentasse a indústria da imigração, cujos principais objetivos seriam o incentivo à lavoura, o ingresso de máquinas, o desenvolvimento de linhas telegráficas e a abertura de estradas. Por outro lado, também era a partir dela que grupos compostos por nacionais e agentes americanos se utilizariam para adquirir fundos provenientes do Estado imperial, segundo a matéria. Deste modo, o ministro da Agricultura e Obras Públicas, o conselheiro e ministro do Império Antônio Francisco de Paula Souza, assim como o agente americano William Wood, aparecerão nos jornais como os principais responsáveis pela imigração, mas também pelos meios duvidosos pelos quais ela se realizava.

O articulista acusa ainda os responsáveis por tal projeto de promoverem uma mudança na concepção sobre a sociedade americana antes considerada “sem raça e sem religião”. Para que aquela imigração pudesse ser aceita, propagandeavam-se as vantagens que o Império e a sociedade brasileira poderiam adquirir ao receber um povo laborioso e que traria capitais para

¹⁸⁷ Jornal **Correio Mercantil**, n. 260, 20 set. 1866. p. 2.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Ana Maria C de. **O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil**. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995. p. 92

o desenvolvimento social e econômico do Império. As observações seguem chamando a atenção para as mudanças que o Estado imperial estaria disposto a fazer para receber estes imigrantes, entre elas aceitar a prática da religião protestante. Ao que parece, o projeto de imigração americana contribuiu para forjar concepções sobre a identidade americana pautada no trabalho e na religião. O articulista alertava ainda para o perigo que a propaganda da imigração nos Estados Unidos poderia provocar ao trazer toda a sorte de aventureiros e criminosos. Por fim, argumenta que o projeto mascarava o real problema que o Império deveria enfrentar, que eram as dificuldades de alavancar a lavoura, concluindo que a imigração era, assim, uma medida paliativa para aquela questão.

4.5. “Venham que temos terras a perder de vista”

Enquanto algumas folhas de notícias, especialmente as cariocas, demonstravam um certo grau de preocupação, e por que não dizer, desconfiança não só quanto a esta presença, mas também quanto à promoção da vinda destes imigrantes, o jornal *Correio Paulistano* propagandeava a imigração americana. O artigo “*Emigração Americana*”, por exemplo, mereceu três edições, tendo sido publicado nos dias 06 de julho, 14, 15 e 26 de outubro de 1865.¹⁸⁹ A matéria tratava, entre outros assuntos, da emigração como resultado natural da guerra, das expedições realizadas por agentes norte-americanos pelo interior da província de São Paulo e demais regiões do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para avaliar e escolher terras destinadas a assentar a população oriunda do sul dos Estados Unidos. Mas o conteúdo dos textos tratava especialmente das grandes vantagens que tal iniciativa poderia proporcionar tanto para os americanos como para o povo brasileiro.

Alguns desses emigrados procurarão de preferencia o México e Cuba como mais vizinho, outros talvez as colônias inglesas, muito, porém, hão de dirigir os olhos para a América do Sul, e especialmente para o Brasil cujo clima, solo e organização social apresenta tanta semelhança com os daqueles estados, e oferece as maiores vantagens para a cultura do algodão, açúcar e tabaco, que lhes são já tão conhecidos e familiares. Com essas ideias nosso único desejo é despertar a atenção do governo brasileiro para as grandes vantagens que lhe podem trazer trabalhadores habilitados, como os são os do estados do sul, para o grande estímulo da produção e vastos melhoramentos da cultura e fábricas,

¹⁸⁹ Jornal *Correio Paulistano*. Ano IX, n.1922, 06 jul. 1865. p.3.; n.2815, 14 out. de 1865. p.3.; n.2816, 15 out.1865. p. 2.; e n. 2825, 26 out. 1865. p. 3.

visto como método empregados por aqueles lavradores é reconhecido como melhor.¹⁹⁰

A matéria parecia ir de encontro ao projeto do governo imperial, muito embora no final dos anos 1860 fosse difícil “estabelecer com precisão a que grupo político o *Correio* se ligava, já que primeiro se posicionou de forma conciliatória e depois sucessivamente conservador e, por fim, definitivamente republicano.”¹⁹¹

O *Correio Paulistano* apresentava, por exemplo, as qualidades naturais do Brasil como atributos que interessariam ao povo americano. As vantagens oferecidas pelo Império eram publicizadas entre os americanos e pareciam justamente chamar a atenção e seduzir a população do Sul a migrar para o Brasil. A folha paulista, portanto, parecia compartilhar das pretensões do governo imperial, do governo da província de São Paulo.

A costa septentrional e oriental do Brasil, em quase toda a sua extensão, assemelha-se em clima e capacidade de produção a seu país natal: e embora nas regiões mais altas do interior de algumas províncias do norte, onde as secas são frequentes e destruidoras, o algodão seja escasso e incerto, a lavoura desta planta é coroada do mais feliz êxito até os limites meridionais do Rio Grande do Sul.¹⁹²

Mas o teor das notícias não dizia respeito somente às possíveis vantagens aos imigrantes americanos, mas também ao povo brasileiro. Aos sulistas americanos eram atribuídas características que demonstravam, por um lado, o seu grau de evolução do ponto de vista tecnológico, o que contribuiria para o avanço material do Brasil.

Muitos artigos os qualificavam como povo laborioso, industrioso e apontava as vantagens pedagógicas para a população brasileira em receber imigrantes com tais características, consideradas primordiais para a evolução do Brasil, o que contribuiria para o seu destino civilizatório.

Os sulistas dos Estados - Unidos, que combinam com a gente nativa do Brasil em matérias de elemento servil e tratamento de escravatura, e que além disso sabem melhor cultivar os gêneros intertropicais, do que outro povo qualquer, constituem, na opinião dos citados estadistas, a gente mais adaptada para as presentes circunstâncias do país. Portanto, o governo tem tomado medidas tendentes a convidar essa emigração de sulistas.¹⁹³

¹⁹⁰ Jornal *Correio Paulistano*. Ano IX, n.1922, 06 jul. 1865. p.3.

¹⁹¹ SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 66.

¹⁹² Jornal *Correio Paulistano*. Ano IX, n.2733, 03 out. 1862. p. 3.

¹⁹³ Jornal *Correio Paulistano*. Ano XVI, n 3815, 03 mar. 1869. p. 2.

Por outro lado, a necessidade de mão de obra aliada a necessidade de criar vias de comunicação e transporte com vistas ao aumento da produção e desenvolvimento da região do café, contribuiu para um discurso que tendia a promover a vinda dos americanos sulistas, especialmente para São Paulo. Não por acaso foi a região que mais recebeu a colonização americana, mas também foi no *Correio Paulistano* que a tendência a propagandar a vinda desta população foi mais recorrente. Ressaltava-se a importância das migrações para o crescimento do país, a qualidade dos trabalhadores americanos e o conhecimento dos mesmos no trato com a escravidão. Como já foi visto, após a guerra civil, o mercado brasileiro e a elite imperial viram grandes possibilidades de alavancar a produção de algodão, e a imigração americana animava tal perspectiva.

Já a historiadora Tania Soares da Silva¹⁹⁴ sugere que aqueles que eram críticos à vinda de imigrantes não consideravam a colonização como solução efetiva para o problema da mão de obra, uma vez que o incentivo era direcionado para os pequenos proprietários e não para atender a grande plantação. Tal argumento não deixa de ter suas razões se observarmos as previsões um tanto quanto preocupadas do conselheiro do Império Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

A imigração, quando for abundante de sorte que se possa derramar por todo o país em procura de trabalho, há de trazer de necessidade alguma modificação no modo de serem aproveitadas as nossas terras. Os grandes proprietários terão de dividir as suas fazendas e talvez propensão no correr dos tempos para o sistema adotado em Inglaterra, se não quiserem manter a antiga rotina do trabalho feito por escravos, que como é hoje sabido não pode ser tão produtivo.

É assunto entretanto este um pouco delicado, que exige muita meditação e que por bom senso publico melhor resolverá do que os melhores cálculos administrativos.¹⁹⁵

4.6. “A emancipação dos povos e das raças é uma das necessidades da época”¹⁹⁶

Se os temas relacionados à Secessão e os desdobramentos que reverberaram nas folhas de notícia da Corte, como foi o caso da imigração, tomavam os jornais na década de 1860, a principal razão da guerra, ou seja, a escravidão, era bem menos citada. Tal silêncio pode estar relacionado a outro assunto de Guerra que tomava a atenção da sociedade brasileira, a Guerra

¹⁹⁴ SILVA, Tânia S. da. *op. cit.* 2011.

¹⁹⁵ **Carta de Joaquim Maria Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil em Nova York**, 24 de maio de 1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

¹⁹⁶ **Jornal Correio Mercantil**. Ano XVIII, n.69, 11 mar. 1861. p. 1.

do Paraguai. Mas tal silencia poderia também estar relacionado ao cuidado em não tocar em uma questão ainda tão delicada para o Brasil naquele momento. Ao mesmo tempo, não abordar de forma sistemática tal assunto evitava estimular o surgimento de movimentos em prol do fim do cativeiro, especialmente uma abolição que se realizasse aos mesmos moldes daquela que recentemente havia ocorrido ao norte do continente, ou seja, sem compensações aos proprietários. Os temas que dizem respeito mais diretamente à questão servil e à população negra associados à guerra civil aparecem com menor frequência no momento em que estoura o conflito, mas também no período posterior à emancipação nos Estados Unidos, se comparados com os temas já abordados até aqui. Seguindo dos assuntos das batalhas, combates e da imigração, o tema da escravidão, que constitui de fato o motivo da guerra civil, reúne artigos que tratam do estado do cativeiro nos Estados Unidos e da conjuntura política norte-americana que teria levado a tal polarização em torno da escravidão.

Em 11 de março de 1861, o *Correio Mercantil* publicava em sua coluna “Notícias do Exterior” o artigo intitulado “*A escravidão e o novo presidente dos Estados Unidos*”. O artigo, escrito por um francês cujo nome não conseguimos identificar, girava em torno dos debates sobre o resultado da eleição americana que elegeu Abraham Lincoln, mas principalmente sobre as expectativas em relação às intenções do novo presidente que como “já o sabem os nossos leitores, era o candidato do partido republicano, desse partido que, colocando os homens acima das cousas, o direito natural acima de toda a convenção, considera a escravidão como o mais revoltante dos abusos, e quer, à custa mesmo de todos os sacrifícios, a liberdade dos negros na paz livre da União Americana.” Tanto esse como o artigo intitulado “*Os Partidos e a Eleição presidencial nos Estados Unidos*”, datado de 5 de fevereiro de 1861 naquela mesma folha, chamavam a atenção para o debate em torno das interpretações da legislação americana sobre a escravidão atribuindo-lhe a natureza das disputas políticas que se deram nos Estados Unidos naquele período e que determinava a adesão ou não dos estados à recém criada Confederação. O artigo de 11 de março da referida folha segue reconhecendo que a questão central da guerra era aquela mesma que envolvia todos os outros lugares aonde ainda perpetuava aquela forma de trabalho, ou seja, a escravidão, ao mesmo tempo alertava para a complexidade da falta de braços que a emancipação ocasionaria.

Na seção que tratava das notícias do exterior, o *Correio da Tarde* reproduzia o artigo do jornal francês *L’Opinion Nationale* que também anunciava a eleição do republicano Abraham Lincoln. O artigo “*A Liberdade e a Escravidão nos Estados Unidos*” atribuía a liber-

tação dos escravos a um verdadeiro ato revolucionário, e a abolição da escravidão era considerada condição para que o país completasse sua independência e seguisse o caminho de progresso e prosperidade.

Não basta que uma nação seja francamente independente de todo o mando e domínio estranho: cumpre também que os indivíduos de que se compõe, movam-se desembaraçadamente, que cada qual possa conformar-se com leis justas, dar expansão a seus pensamentos, palavras e ações, colher o fruto legítimo de seu trabalho, prosperar e crescer em inteligência e virtude. É este o sentido da ultima eleição presidencial nos Estados Unidos. Cabe ao ano de 1860, lugar muito honroso nos anais da humanidade.¹⁹⁷

Os jornais aqui apresentados e que veicularam matérias com tal tema seguem a tendência da época de advogar a favor do fim do trabalho servil. Ao observar as matérias que trataram deste assunto, percebe-se a preocupação em fornecer até mesmo dados quantitativos sobre a condição da escravidão nos Estados Unidos através da comparação entre os estados do norte e os do sul. Uma edição do *Correio da Tarde* publicado no início do ano de 1861 informava por exemplo que:

A união americana compõe-se de trinta e três Estados distribuídos em duas secções: dezoito Estados livres ao Norte, e quinze Estados de escravos ao Sul. Os primeiros ocupam uma superfície de 612, 597 milhas quadradas; os outros 851,448. Assim os Estados do Sul tem território na quarta parte mais extenso. De mais, tem clima mais saudável e temperado, a exceção da baixa Luiziana, terras férteis, extensas matas, cinquenta rios sempre navegáveis, alguns até a mais de 3,000 quilômetros do mar, numerosos portos no Oceano Atlântico no golfo do México, minas inexauríveis de carvão e ferro. Por conseguinte, esta secção da republica se acha enriquecida, de todos os dotes da natureza: no entanto comparada com a outra secção infinitamente menos favorecida, ficasse muito somenos quer em povoação, quer em opulência, quer em moralidade.¹⁹⁸

Os números que representam a produção agrícola, industrial e comercial, o número de habitantes, a produção intelectual bem como o quantitativo que demonstravam o acesso à educação são acionados para medir a evolução dos estados beligerantes, compará-los, e, sobretudo para demonstrar que aqueles estados cuja mão de obra baseava-se na escravidão encontravam-se em desvantagem em relação aos estados livres. Também são apontadas algumas caracterís-

¹⁹⁷ Jornal *Correio da Tarde*.n.10, 16 jan.1861. p.1.

¹⁹⁸ Jornal *Correio da Tarde*.n.10, 16 jan.1861. p.1.

ticas dos homens do sul, especialmente os fazendeiros e proprietários de escravos daquela região, como recurso discursivo a fim de corroborar o atraso dos estados do sul, e deste modo, advogar em favor da abolição da escravidão. Neste aspecto, é curiosa a mudança sobre as impressões em relação à população do sul. Diferentemente das notícias que propagandeavam a sua imigração para o Brasil, aquelas cujo teor era favorável à abolição, qualificavam os habitantes do sul de forma a caracterizar o atraso da região.

Durante o ano de 1856 a 1857, a exportação dos Estados Unidos para a Grã-Bretanha e para suas dependências subiu a 214.742.000 dólares. Desta forma os estados do Sul (compreendendo o Delaware, o Maryland, o Kentucky e o Missouri) forneceram 90.000.000; enquanto os estados livres davam 124.742.000. – Durante o mesmo ano a importação para os Estados Unidos, de Inglaterra e de suas colônias, elevou-se a 168.517.000 dólares. Destes os estados confederados consumiram apenas 34.500.000 e coube 134.017.000 aos estados livres.

Nenhuma demonstração poderia tornar-se mais sensível do que a desses dados.

Com efeito, toda a população dos separatistas não excede muito de um terço da dos Estados Unidos. Pode-se fixar aquela em 9.101.767 almas. Deduzindo-se 3.520.118 escravos, fica uma população livre de 5.518.649. Ora, nesses estados do Sul há grande número de partidários da União, de onde resulta que o número acima de 5.000.000 de homens livres deve ser reduzido a 4.000.000 pelo menos, para termos a soma exata dos separatistas.

Aqueles que têm percorrido o país de que tratamos sabem que a riqueza individual, representada ali pelo número de escravos, não passa de uma mediania vulgar. O homem do Sul abunda em ostentações, viaja à Europa para gastar em alguns meses a renda de muitos anos. Têm uma sala de recepção bem mobiliada, mas o interior desguarnecido dos móveis necessários ao *confort* da existência. Geralmente a alimentação dos senhores não excede de bananas assadas, toucinho e carne seca. Seus vestidos habituais consistem em uma jaqueta escura de algodão, fabricada pelos próprios escravos.

Vê-se bem a distância que separa estes países dos estados livres do Norte. O aspecto daqueles recorda bem a triste imagem das nossas províncias do interior. Ali, como aqui, além do branco senhor de escravos, do fazendeiro, do proprietário, há o pobre, a classe baixa excessivamente numerosa.

O estudo do estado social e do desenvolvimento moral e material dos estados confederados, de que acabamos de traçar um quadro ligeiro, tem servido muito para firmar o juízo da Europa acerca da solução da guerra.

Não se pode desejar o triunfo do Sul, assim como não se deveria nunca esperar daí vantagem alguma para o seu progresso, ou para o aumento do comércio europeu. A decadência seria irremediável, não menos do que a agravação da sorte dos escravos.¹⁹⁹

Tais informações, uma vez divulgadas, serviam de parâmetro comparativo para a condição da escravidão no Brasil. Assim, a ação de recorrer ao período da escravidão nos Estados

¹⁹⁹ Jornal *Correio Mercantil*. Ano XVIII, B00296, 10 nov. 1861. p.1.

Unidos vai de alguma forma servir de subsídio para pensar o estado da escravidão no império. Porém, o tom da abordagem seguia muita das vezes conforme o posicionamento diante da questão em pauta.

O assunto da escravidão nas folhas de notícias esteve presente de forma mais recorrente na década de 1860, mas também na década de 1880, período este que coincide com o crescimento do movimento abolicionista no Brasil. Considerando ser um período de desmonte do escravismo, as narrativas sobre a escravidão americana concentradas na década de 1880 normalmente versavam sobre as desvantagens do sistema escravista. Assim como aqueles jornais que, no alvorecer da guerra, abordaram a escravidão enquanto razão da Secessão, as folhas que versam sobre este assunto na década de 1880 apontaram as diferenças entre o Norte e o Sul, igualmente ressaltando as vantagens do primeiro.

Os assuntos sobre a guerra eram abordados não só pelos jornais correntes, mas também por aqueles notadamente abolicionistas. As matérias diziam respeito normalmente à superação da guerra do ponto de vista da integração da população liberta na sociedade americana. Alguns destacavam a participação e o bom desempenho dos libertos ao ingressarem nos exércitos do Norte.²⁰⁰

Assim, ao longo das duas décadas que se seguiram à Secessão até o fim da escravidão no Brasil, o evento americano e seus desdobramentos verificados na imigração da população branca do sul, bem como o projeto de remoção da população de origem africana do território americano, entre outros assuntos, foram abordados pelos jornais conforme a latência do evento em si, mas também conforme o posicionamento do órgão noticioso diante do quadro e da conjuntura política que se apresentava. Se na década de 1860, a questão da escravidão como elemento central da disputa entre os estados beligerantes era silenciada nos jornais, sendo privilegiados outros assuntos em torno da Guerra que dividia o país, na década de 1880, o passado escravista nos Estados Unidos, mas principalmente a situação da população negra no pós-abolição, foram recursos que, incorporados às narrativas antiescravistas, integraram a campanha abolicionista.

²⁰⁰ Sobre recrutamento e participação de libertos na Guerra de Secessão ver: IZECKSOHN, Vitor. **Slavery and War in the Americas: Race, Citizenship and the State Building in the Unites States and Brazil, 1861-1888**. Charlottesville and London: University of Virgínia Press, 2014.; e Resistência ao recrutamento par ao exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.27, p. 84-109, 2001.

Portanto, observar o processo de emancipação dos escravos nos Estados Unidos em todas as suas nuances, desde o alvorecer do conflito em 1861, passando pela declaração de abolição em 1863, o desfecho da guerra em 1865, o período da Reconstrução, especialmente no que se refere à condição dos libertos, seja pelas consequências econômicas, seja pelas novas condições impostas pelo trabalho livre, ou ainda sobre o lugar de cidadão e os limites da liberdade dos negros e negras egressos do cativeiro, significava também pensar o destino da escravidão de negros e negras no Brasil.

5. RESULTADOS DA GUERRA CIVIL E ABOLIÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS: DEBATES JURÍDICOS E PARLAMENTARES SOBRE OS DESTINOS DA ESCRAVIDÃO À LUZ OU À CONTRALUZ DO MODELO AMERICANO

A década em que estoura a Guerra Civil nos Estados Unidos parece ter sido decisiva para o destino da escravidão no Brasil, quando são colhidos os primeiros reflexos do fechamento do contrabando de mulheres e homens negros africanos no ano de 1850. O cenário é constituído pelas mudanças dos pontos de vista econômico e político, cujas implicações, articuladas ao fim da escravidão nos Estados Unidos, será o objeto principal deste capítulo.

Para a compreensão da década de 1860 como momento importante no processo de derrocada do escravismo, é preciso observar a conjuntura do período, sobretudo no que se refere às visões sobre a escravidão na esfera social e política. Não é nosso objetivo reproduzir todas as análises já desenvolvidas de forma substancial pela historiografia em torno dos debates travados na esfera do Estado sobre as propostas de encaminhamento do fim da escravidão no Brasil²⁰¹. Entretanto, uma vez que o Estado é uma das esferas em que o destino da escravidão é delineado e onde também se refletiram os debates sobre a Guerra Civil e da Abolição Americana, entendemos que é preciso recuperar tal contexto a partir do diálogo com alguns autores com ênfase nas questões que se referem ao olhar sobre a crise da escravidão. Tal exercício se faz necessário para compreendermos a dimensão do efeito da abolição americana sobre o pensamento dos parlamentares a respeito do fim iminente da escravidão, e, também, sobre as expectativas em relação ao pós-abolição, especialmente no que tange as relações raciais. É sob essa perspectiva que parte do discurso sobre a emancipação se fez à luz ou à contraluz da experiência americana.

Há um consenso na historiografia de que a instituição da escravidão, que levou milhares de pessoas negras a três séculos de cativeiro, chegava ao século XIX moralmente condenada. A década de 1860, com os desdobramentos do fim de tráfico internacional de africanos no Brasil, parece ter sido crucial para colocar uma pedra de cal na instituição nas décadas seguintes. Podemos dizer que o fim do tráfico internacional de mulheres e homens africanos escravizados

²⁰¹ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008; MAMIGONIAN, Beatriz G. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Almanack Guarulhos, n. 02, p. 20-37, 2º semestre, 2011; MENDONÇA, Joseli Nunes. **Entre a mão e os anéis: A lei dos Sexagenários e os caminhos de abolição no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; PARRON, Tamis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

em 1850, somado à Guerra Civil e à abolição da escravidão nos Estados Unidos, para além das pressões do abolicionismo internacional, o britânico em especial, são eventos que desencadearam uma pressão sobre a elite imperial brasileira, especialmente sobre seu quadro político para que pensassem em saídas de forma mais eficaz para a escravidão no Brasil. Tal pressão era conflitante com os interesses de grupos econômicos do país conforme avalia Sidney Chalhoub: “Em meados de 1850, a classe dominante do país - burocracia governante e grandes proprietários de terras e escravos – se ‘conciliara’ em torno da defesa da escravidão a qualquer custo, tornando o Estado imperial fiador de uma instituição que naquele momento ramificava a ilegalidade e a corrupção pela sociedade inteira”.²⁰²

Entre as consequências do fechamento do comércio ilegal de africanos está também o decréscimo na população de homens e mulheres escravizados. Após um crescimento vertiginoso oriundo do descumprimento da lei de 7 de novembro de 1831²⁰³, na década em que estourou a guerra que dividiria os Estados Unidos o Brasil viu declinar progressivamente o número do contingente cativo. Uma das razões desta queda é atribuída por Robert Conrad à baixa taxa de reprodução natural entre a população cativa.²⁰⁴ O resultado de um número maior de mortes do que o de nascimentos foi a diminuição progressiva da população escravizada.

Essas condições incluíam uma proporção baixa de mulheres em relação para os homens, escassez de casamentos e de vida familiar, a desatenção habitual para com a prole dos escravos, o uso frequente de severo castigo físico, trabalho esgotante tanto para mulheres quanto para homens, roupas inadequadas, alimentação e habitação deficientes e pouco higiênicas, juntamente

²⁰² CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 202.

²⁰³ Conforme observou Sidney Chalhoub, 42% das importações de africanos nos três séculos de escravidão no Brasil se concentraram na primeira metade do século XIX, e a maioria havia sido destinada a região Sudeste mesmo durante os tratados internacionais sobre tráfico de escravos e a promulgação de legislação que o tornava ilegal. CHALHOUB, Sidney. **op. cit.** p. 35.

²⁰⁴ Desde a década de 1970, estudos inseridos no campo da demografia histórica e da família escrava vêm demonstrando que, em determinadas regiões e conjunturas históricas houve reprodução endógena, ou seja, crianças nascidas das escravas sobreviviam e excediam o número de mortos entre a população escravizada. Historiadores conectaram a estrutura de posse de cativos em seus contextos econômicos com as possibilidades de formação de famílias escravas e a significativa presença de crianças tanto em médias e grandes propriedades cafezeiras quanto em regiões integradas à economia voltada para o mercado interno. Sobre famílias escravas em grandes e médias propriedades, ver, dentre outros SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Em regiões dedicadas à produção de alimentos, ver KNOX, Miridan. **Escravos do sertão. Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1993. PAIVA, Clotilde A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1996.

com cuidados médicos pouco eficientes, epidemias e (para os africanos importados recentemente) um novo ambiente pouco saudável.²⁰⁵

Tal queda concorreu para o estímulo à imigração promovida pelo governo imperial, conforme visto nos capítulos anteriores. A ameaça representada pela iminente falta de braços fez com que a Coroa propagandeasse as oportunidades para europeus e norte-americanos oferecendo a distribuição de lotes de terra visando a colonização do império. O agravamento da questão da mão de obra fez com que o governo imperial voltasse a discutir inclusive a imigração de chineses que eram trabalhadores mais baratos, e cujo trato era considerado mais fácil, pois não “ofereciam as perigosas pretensões políticas dos europeus”, segundo observou Robert Conrad. A proposta declinou, muito em virtude dos argumentos racistas que recaíam sobre os chineses.²⁰⁶

Outro reflexo do término do comércio internacional de pessoas procedentes da África foi o aumento no fluxo migratório da população escravizada dentro do território do Império. Nos dez anos seguintes à lei que pôs fim ao tráfico internacional, seus efeitos são sentidos com o crescimento do tráfico interprovincial de escravos, sobretudo para o sudeste, região economicamente em expansão, e que passou a receber a maior parte da população cativa. A massa escravizada concentrou-se especificamente no vale cafeeiro que percorria as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, fato que despertaria o interesse particular dos plantadores na sobrevivência do sistema escravista conforme apontou Robert Conrad.²⁰⁷

Do ponto de vista social, o período posterior ao fim de tráfico em 1850, é observado por Sidney Chalhoub como um período de precarização ou fragilidade da liberdade. Os limites entre a condição de livre e escravizado se tornava cada vez mais tênue em virtude das necessidades dos escravocratas em manter a mão de obra cativa. Pesquisando os registros da Casa de Detenção da Corte entre os anos de 1860 e 1870, por exemplo, Chalhoub constata que a atuação da polícia da Corte funcionava como um braço forte do poder senhorial no controle social da população escravizada. Seguindo os dados colhidos pelo historiador, 61% das detenções resultavam da solicitação dos senhores por fuga; 29,7% delas referentes a crimes diversos; 6,1% por motivos particulares e 3% sem identificação da razão da detenção. Tais dados, porém, indicam ainda que não só o órgão do Estado esteve a serviço de particulares, mas também que o índice

²⁰⁵ CONRAD, Robert, *op.cit.*, p. 35.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 47.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 5.

da população escrava que se evadia demonstra a permanente busca, no espaço da rua, de estratégias de autonomia e independência dos cativos em relação aos donos. A procura pela liberdade se torna mais comum nos últimos anos da escravidão quando a instituição começa a ruir e a perder legitimidade, inclusive nos espaços jurídicos conforme observou a historiadora Maria Helena Machado.

Embora a última década da escravidão tivesse sido perpassada pela atuação repressora da polícia em nome da defesa da sacrossanta propriedade escrava, é também verdade que este axioma já não dava conta de agasalhar uma sensível mudança de rota do comportamento policial e judiciário. Autoridades locais, delegados e subdelegados de polícia, promotores, juizes e advogados começavam a manifestar certa resistência em condicionar o cumprimento das leis à absoluta dependência da vontade dos senhores de escravos.²⁰⁸

No que se refere ao quadro político, a década de 1860 parece não se diferenciar daqueles impasses que tomaram os debates sobre a escravidão no parlamento na década de 1850. Independente da filiação partidária havia contrários e favoráveis ao fim da escravidão. Em verdade, todos a princípio reconheciam aquele cancro, como assim era comumente chamada a instituição da escravidão, porém havia uma distância entre desejar e efetivar seu fim, mesmo porque sua manutenção estava articulada não só a interesses econômicos, mas também sociais. O sistema escravocrata envolvia todo o tecido social do Império, cujas amarras retardavam a resolução da questão servil. O caso da aplicação da lei de 1831 é significativo nesse sentido uma vez que

Poucas ou nenhuma provas existiam para sugerir, por exemplo, que o Governo Imperial ou qualquer ministério viesse jamais a tomar medidas para libertar as centenas de milhares de africanos (e sua prole) transportados para o Brasil depois de 7 de novembro de 1831, todos legalmente livres segundo artigo primeiro da lei antitráfico dessa data. O governo brasileiro, na verdade, jamais tomou quaisquer medidas para devolver a liberdade a esses africanos escravizados.²⁰⁹

A Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos foram incorporadas às

²⁰⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. **Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: a história de Benedita Maria Albina da Ilha, ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)**. Revista Afro-Asia, n. 42 (2010), p. 157-193. As conclusões da historiadora Maria Helena P. T. Machado resultam de uma imersão na história de Benedita Maria Albina da Ilha, ou Ovídia, cujo caso exemplifica perfeitamente a fragilidade da liberdade naqueles últimos anos da escravidão no Brasil.

²⁰⁹ CONRAD, Robert, **op. cit.**, p. 55.

narrativas parlamentares em meio ao quadro da diminuição progressiva da mão de obra cativa, e de seus desdobramentos refletidos no fomento à imigração, mas também da tentativa de manutenção da escravidão. O teor destas narrativas reflete não só uma visão da sociedade americana, mas também e principalmente, as linhas de pensamento sobre o encaminhamento do fim da escravidão no Brasil. Qual a dimensão daquele conflito nas discussões no âmbito de Estado sobre a força daquela instituição?

5.1. Adoçando o rigor da instituição

Entre 1861, ano em que estoura o conflito nos Estados Unidos, a 1871, ano da lei do ventre livre no Brasil, a primeira de caráter emancipacionista, a questão da escravidão emergia vez por outra nas sessões do parlamento brasileiro. Já no início da guerra entre os estados do Norte e os estados Confederados do Sul, os debates sobre as leis relacionadas aos escravizados tomam conta do discurso de alguns parlamentares com vistas ao fim progressivo do cativo.

O já citado deputado do partido liberal, José Ignácio Silveira da Mota, por exemplo apresentou ao Senado brasileiro em 1861 um projeto para minimizar “o escandaloso systema de vender-se carne humana”. O projeto, que visava proibir a venda de escravizados sob prego e em exposição em praça pública, teve inclusive o apoio do imperador Pedro II que em seu diário registrou o posicionamento “a favor do projeto de Silveira da Mota minorando o estado infeliz da escravatura”.²¹⁰ Segundo o deputado, com tal medida

... ao menos demos com este exemplo um testemunho de superioridade em relação a America do Norte, aos Estados do Sul, onde a instituição da escravidão tem conduzido a consciência até de seus legisladores à profunda aberração de decretarem em suas leis, como decretou o estado da Carolina do Sul no seu código negro, que os escravos não têm alma.

.... Temos a mesma instituição da escravidão, mas tratamos de adoçá-la, e não marchamos debaixo da suposição de que os escravos não têm alma, como o decretarão os legisladores da Carolina do Sul.²¹¹

Possivelmente alarmado pelas consequências drásticas que a polarização sobre a questão da escravidão levou os Estados Unidos, ou seja, à Guerra e à cisão do país, o parlamentar

²¹⁰ **Diário de Pedro II**, volume 9, 17 de maio de 1862.

²¹¹ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 17 de maio de 1861. Livro 1, pg. 43.

sugere que o fato do Império não dispor de um código negro²¹², tal como nos Estados Unidos, significava, para além da superioridade moral do Brasil no trato da escravidão apontada pelo autor, que o tratamento da população escravizada no Império estava condicionado ao reconhecimento de sua humanidade, e por isso a necessidade de “amenizar” a condição dos escravos.

No intuito de melhorar o estado da escravidão no Brasil, o projeto do Sr. Silveira da Mota segue incluindo a proposta de manter a família unida no ato da venda de um dos cativos proibindo assim separar marido, esposa e filhos. Para tanto, recorre a um argumento baseado em estatutos religiosos. Segundo ele, sendo o Brasil um país católico e o casamento um sacramento previsto por aquela religião, o senhor de escravos, ao separar os cônjuges no ato da venda estaria interferindo em um ordenamento religioso no qual não teria autoridade, sendo esta uma atribuição exclusiva do foro eclesiástico.

O senhor exerce um direito que só compete aos tribunais eclesiasticos, o direito de decretar a separação *quoad torum et cohabitationem*! Se acaso ha necessidade de vender, se ha uma execução, se o valor de um dos cônjuges chega para o pagamento, mais racional é que se venda o casal, porque assim salvam-se os princípios da nossa religião, os princípios da moral de todos os povos; não ficará ao arbitrio do senhor separar um cônjuge do outro.²¹³

As palavras do parlamentar indicam que o Estado deveria impor limitações ao direito dos senhores que admitissem a união de escravizados perante aquele sacramento, que por sua vez não era o único aplicável aos escravizados. O batismo também era comum aos nascidos de ventre escravo. Ao admitir os laços de matrimônio entre mulheres e homens escravizados e a formação da família a partir de tal união, o parlamentar demonstra reconhecer a humanidade da população cativa. Apesar da contestação do fato ter sido feita por outros parlamentares, como foi o caso do Visconde de Itaboraí que dizia desconhecer tal prática entre fazendeiros conhecidos seus, a defesa do Silveira da Mota revela não só a comprovação da existência comum do casamento entre os escravizados, mas também que tal união realizava-se com reconhecimento

²¹² MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013. P. 104. Segundo o Dicionário da Escravidão de Clóvis Moura, O Brasil não teve uma legislação para regular os direitos e comportamento dos senhores sobre seus escravos uma vez que a escravidão não foi instituída oficialmente e nem mesmo foi mencionada na constituição de 1824. Já Eduardo Spiller Penna argumenta que se a carta de 1824 não discorre do ponto de vista legal sobre a escravidão, o mesmo não ocorria com relação a outras leis imperiais, principalmente aquelas de foro criminal bem como posturas municipais que regulavam o comportamento de senhores e escravos. PENA, Eduardo Spiller. **Pajens Casa Imperial, jurisconsulto, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Pg. 73.

²¹³ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 17 de maio de 1861. Livro 1, p. 43.

e consentimento de seus senhores.²¹⁴

A ideia de Silveira do Mota, entretanto, não era inédita. Medidas que atenuassem o estado da escravidão também foram propostas em 1823 por José Bonifácio em *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*.²¹⁵ Tal projeto tinha como objetivo “abolir o comércio da escravatura e de emancipar gradualmente os atuais cativos” sem o qual o Brasil “não pode progredir e civilizar-se sem cortar, o quanto antes, pela raiz êste cancro mortal, que lhe rói e consome até as últimas potencias da vida, e que acabará por lhe dar morte desastrosa”. Portanto, antes que tal calamidade ocorresse, Bonifácio escreveu este opúsculo com 32 artigos que previam o fim da escravidão no Império, porém de forma gradual.²¹⁶ Entre as propostas, havia a distribuição de terras a “todos os homens forros que não tiverem ofício ou modo certo de vida”; a liberdade àqueles que, dispondo do valor pelo qual foi vendido ou avaliado, quisessem pagar por ele; a restrição de castigos físicos por meio de “surras ou castigos cruéis senão no pelourinho da cidade, vila ou arraial, obtida a licença do juiz policial, que determinará o castigo à vista do delito”; medidas regulamentando o trabalho das escravas grávidas e no período puerperal, que, por exemplo, salvaguardassem as escravas a partir do terceiro mês de gravidez, para não serem obrigadas “a serviços violentos e aturados”, atendo-se, a partir do oitavo mês, aos trabalhos domésticos. Ao nono mês não deveriam trabalhar “senão em casa a tecer e fiar”: “depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este durante um ano não trabalhará longe da cria”. Além das gratificações às mães escravas, que teriam uma hora de descanso a mais daquelas estabelecidas “e assim à proporção dos filhos vingados que for tendo”, e as mães de cinco filhos ficariam forras, “porém sujeitas a obedecer e morar com o marido, se for casada. Foram ainda propostas medidas que visavam coibir a separação da família no ato da venda de um dos cativos, matéria do artigo de número 9, que previa que “Nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava sem vender, ao mesmo comprador, a mulher e os filhos menores de doze anos. A mesma disposição tem lugar a respeito da escrava não casada e seus filhos dessa idade”.²¹⁷

²¹⁴ O trabalho de Robert Slenes sobre o casamento na comunidade escrava demonstra que tal prática era comum desde o século XVIII e que a elite agrária, especialmente a de São Paulo, viu benefícios no matrimônio ao considerar seu caráter moralizador. Ao comparar os índices de nupcialidade entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, o autor mostra que “os senhores de São Paulo, imbuídos dessa ideologia, teriam continuado a buscar o aval da Igreja para as uniões entre os seus escravos ao longo do século XIX, enquanto seus colegas de ofício no Rio iam desistindo do costume”. SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Pg. 91.

²¹⁵ Andrada e Silva, José Bonifácio. **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura**. Santos: Instituto Santista de Estudos Políticos, 1965.

²¹⁶ CHALHOUB, op. cit., p. 43.

²¹⁷ Andrada e Silva, José Bonifácio. op. cit. p. 39.

O parlamentar seguiu a argumentação e defesa de sua proposta recorrendo ao exemplo dos Estados Unidos ainda outras vezes naquela sessão. Desta feita, para defender sua ideia avaliava o *status* do escravo no âmbito da justiça, argumentando que

Se acaso, senhores, nos Estados do Sul da União Norte-Americana não fosse ainda hoje consagrado em lei que o escravo não tem direito de defesa pessoal, que o escravo nunca pode ser testemunha senão contra os seus companheiros, nem informante, como em nossa legislação, dos Estados Unidos até o princípio inadmissível e absurdo de poder-se reduzir á escravidão aqueles que adquirirão já a liberdade; se não estivessem consagrados esses absurdos todos, talvez as contestações entre os Estados do Norte e os do Sul não chegassem ao ponto de arriscar a União norte-americana. Mas a escravidão nos Estados do Sul não está mantida hoje com os mesmos rigores com que forão feitas há muitos annos as legislações negras da Carolina e Louziania e de outros estados.²¹⁸

Ao que parece, Silveira da Mota atribui a crise americana ao fato daquela sociedade não reconhecer a humanidade do escravo, reduzindo-o exclusivamente a uma simples propriedade. O teor da comparação com os Estados Unidos parece demonstrar que a crueldade da servidão norte-americana e as limitações impostas à população cativa concorreram para que a abolição da escravidão se precipitasse de forma violenta e quase provocando a cisão do país. Para ele, a fronteira entre a liberdade e o cativo na república americana eram muito largas e praticamente intransponíveis ao acusar, por exemplo, a facilidade com que se levava um liberto ou liberta de volta ao cativo. O Brasil, segundo ele, apesar de dispor daquela mesma instituição odiosa seria diferente, e, portanto, não deveria observar os passos dos Estados Unidos e tomá-lo como modelo. Portanto, precavido diante desse quadro, e dispondo de uma escravidão considerada por Mota como mais branda, o Estado Imperial brasileiro teria a oportunidade de conduzir o processo para o fim do cativo de forma gradativa e sob uma perspectiva harmoniosa, evitando assim futuros conflitos, especialmente aqueles aos moldes dos Estados Unidos, ou ainda evitando os fantasmas das revoltas que assombravam as sociedades escravistas desde a revolução haitiana.

Percebe-se então que a necessidade de marcar uma distinção entre a escravidão naquele país e no Brasil se move como um jogo argumentativo que, ao rejeitar a condução do processo do fim da escravidão nos Estados Unidos, ao mesmo tempo define o formato pelo qual o destino da instituição deveria seguir no Brasil.

²¹⁸ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 17 de maio de 1861. Livro 1, p. 43.

Porém, recorrer a tais argumentos, em especial à crise pela qual passava os Estados Unidos atribuindo-a à escravidão, demonstra mais uma vez que o evento da guerra era alçado como recurso discursivo e retórico para sustentar a defesa de sua proposta e de seu ponto de vista sobre os caminhos da escravidão no Brasil. O rumo por ele defendido, por sua vez, não previa objetivamente a extinção do cativeiro, conforme o calor que o momento exigia, mas sim seu prolongamento, como de fato o mesmo Silveira da Mota deixa evidente ao se dirigir ao presidente da casa declarando que o “adoçamento” que propunha “a essa instituição não fere de maneira alguma o direito de propriedade, não fere as conveniências publicas”.²¹⁹

Assim, percebe-se, por outro lado, que a opção por minorar a instituição da escravidão significava ao mesmo tempo o seu prolongamento. Antes mesmo do decreto do presidente Lincoln que libertaria de forma integral e sem indenização a população escravizada do sul dos Estados Unidos em 1863, o projeto de Silveira da Mota apoiado pelo Imperador Pedro II indicava que o fim da escravidão seria uma questão a ser resolvida a longo prazo. Portanto, se por um lado estava claro que era preciso dar um fim àquela forma de trabalho considerada odiosa, por outro, era preciso conduzi-la de forma a acomodar os interesses e não ferir o direito de propriedade e as conveniências públicas conforme ressaltava o parlamentar. Nesse sentido, as mortes de confederados e unionistas nos campos de batalha da Secessão tiveram, durante estes primeiros anos do conflito, um papel pouco significativo no que tange aos debates sobre a transição da mão de obra escrava para a livre. O discurso pouco radical quanto ao fim da instituição naqueles anos, ou mesmo o silenciamento das razões do conflito americano no espaço público, sugere que a questão servil teria sim o seu termo, porém em um período mais distante.

Em 1862, Silveira da Mota novamente recorreria ao conflito americano para discutir um projeto seu que havia sido apresentado quase dez anos antes, em 1851. A proposta visava atender à demanda de braços nas lavouras do Sudeste e consistia basicamente em remover a população cativa do espaço urbano deslocando-a para as áreas rurais favorecendo, ao mesmo tempo, o crescimento do trabalho livre nos espaços urbanos.

Senhores, é preciso que o governo olhe com atenção para esta questão da escravatura nas grandes cidades; é preciso que o governo olhe com atenção para esta questão da escravatura no império, o nobre ministro da justiça e do comercio deve saber o movimento extraordinário que ha da população escrava do Norte do Império para o sul; mais de 40,000 escravos creio que foram importados do ano de 1851 para cá.²²⁰

²¹⁹ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 17 de maio de 1861. Livro 1, p. 43.

²²⁰ **Anais do Senado**, Sessão de 16 de agosto de 1862, p. 97.

De acordo com o parlamentar havia um grande número de cativos nas cidades que, diante da iminente diminuição da oferta de escravos provocada pelo fechamento do tráfico internacional, poderia atender o motor da economia do Estado imperial, ou seja, a agricultura. Para tanto, Silveira da Mota propunha estabelecer uma taxaço sobre os escravos das cidades e, deste modo, conter o volume daquele contingente de pessoas que viessem a ser vendidas na praça do Rio de Janeiro. Mas a preocupação do parlamentar era também que esse fluxo migratório ocasionasse uma grande ausência de mão de obra nas províncias do norte, já tão penalizadas por “um clima torrido, que convida menos a colonisaço que o do sul”.²²¹ Na visào do parlamentar, o governo deveria atentar para as consequências de uma possível falência econômica das províncias do norte, uma crise que poderia resvalar para a oposição entre o norte e o sul do Império, tal como se passava nos Estados Unidos naquele momento. O sucesso do café, portanto, faria com que o poder do Sul se tornasse mais forte que o do Norte.

Não foi exatamente, senhores, depois que, ha muitos anos, na União Americana o Norte aboliu a sua escravatura, e ficou a escravatura do Sul, que se foi criando em todos os interesses industriais do Sul um interesse antípoda dos interesses do Norte? Depois de criada e vigorada essa antítese de interesses, não foi que apareceu a explosão que ainda não acabou? Pois, senhores, quando se está sangrando o Norte todos os dias de seus braços, o que se faz? Uma de duas: ou se faz com que a indústria do Norte fique inteiramente sem braços, e então ele ha de ser conduzido pela natureza das cousas, pela necessidade, a criarem uma indústria com interesses opostos aos nossos, e por tanto seus habitantes serão nossos inimigos, ou então essa tolerância do governo pôde ser encarada por outra face: o governo, uma vez que tolera essa mudança de situação entre as diferentes províncias do império, parece que tem em vista mesmo criar um principio diametralmente oposto entre o Norte e o Sul.²²²

Mas Silvério da Mota nem sempre advogou pela contenção do fluxo de escravos do Norte para o Sul do Império. Robert Conrad chama a atenção para a mudança quanto ao posicionamento do parlamentar ao recuperar o episódio em que Silvério da Mota contraria um projeto que proibia o tráfico interno proposto em 1854 na Câmara por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, apoiado pelos deputados de províncias do Nordeste. Teria a Secessão e a divisão do país entre União e Estados Confederados inspirado a mudança de ideia daquele parlamentar?

O projeto de Silveira da Mota proposto em 1861 foi aprovado com todas as propostas em 1868, tornando-se o decreto de número 1.695, de 15 de setembro de 1869, ou seja, oito anos

²²¹ Ibid., p. 97.

²²² Ibid., p. 97.

após sua apresentação na plenária do senado. A morosidade na aprovação da lei, bem como no tratamento da questão servil na década de 1860, pode ser atribuída a dois fatores. O primeiro refere-se ao conflito com o Paraguai, que acabou levando o Brasil à guerra com aquele país, tomando todas as atenções do quadro político da época.²²³ O segundo relaciona-se com a ideia de um encaminhamento gradual para o fim da escravidão. Pensamento comum inclusive entre os quadros políticos da coroa espanhola, conforme veremos em breve, que juntamente com o Brasil, ainda nutria com a mão de obra escrava as suas colônias no Caribe.

5.2. Lincoln: o herói mundial?

Em 18 de abril de 1865, o jornal *Correio Mercantil* noticiava, em sua primeira página, um “atentado que assombrou na noite de 14 de abril a cidade de Washington, e pouco depois todo o vasto território dos Estados Unidos. O homem inteligente, audaz e de vontade indomável, que debelou a ponderosa confederação do Sul, Abrahan Lincoln, caiu sobre um punhal de um assassino naquela noite fatal”.²²⁴ Tratava-se do atentado que levaria à morte o presidente americano que há poucos anos havia decretado o fim da escravidão nos Estados Unidos. O conteúdo da matéria foi reproduzido do jornal americano *Word*, que narrou com detalhes o acontecido do qual extraímos um breve trecho.

O presidente Lincoln, sua senhora e amigos assistiam do seu camarote particular, na segunda ordem, ao lado direito do cenário a comedia O nosso primo Americano, quando no terceiro ato, e no momento em que houve a pequena pausa, aguardando-se a entrada de uma personagem, ouviu-se a detonação de uma pistola, que pouca impressão teria causado, se quase ao mesmo tempo, não se visse um homem saltar do camarote do presidente ao palco, cerca de dez pés de altura, brandindo na mão uma grande faca, atravessar o cenário, tomando para o lado em que há um beco onde, sobe-se depois, montando em um cavalo, partiu a toda brida e desapareceu-se como um relâmpago na rua Tenth. Foi tão rápido e inesperado esse sucesso, que todo o auditório ficou estupefato, e só despertou aos gritos que deu a senhora do presidente pedindo socorro.²²⁵

A morte do presidente americano, cuja autoria foi do ator J. Wilkes Boot, simpatizante

²²³ A Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870 e envolveu Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, e o Paraguai de outro, provocados por disputas de fronteiras. Sobre a Guerra do Paraguai ver SALLES, Ricardo, **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. IZECKSOHN, Vitor. **Slavery and war in the Americas: race, citizenship and the state building in the Unites States and Brazil, 1861-1888**. Charlottesville and London: University of Virgínia Press, 2014.

²²⁴ *Correio Mercantil*, Ano XXII, n. 136, 18 de abril de 1865, p. 1.

²²⁵ *Ibid.*, p. 1.

da causa confederada, ocupou não só as páginas dos jornais.²²⁶ Poucos anos depois da proposta de Silveira da Mota em 1861, o episódio do assassinato trouxe à baila o evento da Guerra civil e da abolição da escravidão nos Estados Unidos nas arenas do Senado. A pauta tratava da proposta de José Antônio Pimenta Bueno para que o senado brasileiro enviasse uma moção ao senado americano lamentando o assassinato do presidente Lincoln. O que seria uma discussão sobre quem entraria com tal representação ou se caberia ao senado proceder a tal iniciativa do ponto de vista constitucional, acabou resvalando em um debate a respeito da escravidão. Tal conteúdo é revelador dos impasses que o evento americano causava aos membros daquela casa representativa quanto ao tema da abolição.

O presidente dos Estados Unidos, senhores, foi um horóe; merece tudo quanto os parlamentos, os congressos, os chefes de governo e as coroas europeas tem manifestado em seu favor. Qual pode ser o motivo por que Abrahão Lincoln mereceu essa ovação geral? Por suas letras? Nao. Por ser presidente dos Estados Unidos? Também não.

Nós, senhores, assim como todo o homem amigo da lei, inimigo do crime, sentimos e lastimamos actos de tamanho horror, como foi o assassinato; mas todos os governos europeos, todos os congressos, todos os senados, a camara pares de Portugal, e assim por diante todas essas grandes corporações que mandarão dar pezames ao governo dos Estados Unidos, fizerao essa demonstração somente pelo assassinato do chefe de um governo?...

Fallamos claro, senhores, toda essa ovação é devida ao grande princípio sustentado pelo presidente dos Estado-Unidos, pela grande Victoria conseguida por elle, pela energia, pela firmeza de vontade, pela longanimidade de que se achou elle cercado e possuído, e com as quaes conseguiu a Victoria a mais estrondosa na luta a mais gigantesca que é possível considerar-se, ou que relata a história. É a este principio, é como bemfeitor da humanidade, é como aquelle que reconheceu a justiça de uma grande causa e pugnou por ella, que todas as nações têm sentido profunda dor pela morte de Abrahão Lincoln.

O Brasil está nas mesmas circunstâncias, nem podíamos nós, senhores proceder de outra forma; era de nosso dever darmos uma demonstração de que, se ainda entre nós existe o cancro que nos definha, circunstancias de alta política forçao o Brasil a não ter já feito justiça e reconhecido o dever de acabar com esse cancro horroroso.²²⁷

O pronunciamento foi do senador Visconde de Jequitinhonha, o mais ferrenho na defesa daquela moção. Jequitinhonha justificou seu voto favorável à proposta do colega de São Paulo

²²⁶ O **Correio Mercantil** acompanhou o assassinato do presidente Lincoln por meio da publicação do andamento do processo edições 193, 205, 233, 236, 237e 238, do ano de 1865. O Mercantil também publicou, como era de costume do jornal, a sessão do Senado em que Pimenta Bueno propõe moção ao Senado americano.

²²⁷ Visconde de Jequitinhonha. **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 05 de junho de 1865. Livro 2. p. 18.

argumentando que, pelo fato do Brasil ainda manter a instituição da escravidão, seria dever da casa render tal homenagem reconhecendo que a ação de Lincoln não era só relevante para os Estados Unidos. Nas entrelinhas, tal evento era importante para o mundo, mas especialmente para aqueles que ainda mantinham aquela forma de trabalho. O Brasil deveria demonstrar aos americanos e ao mundo que considerava a instituição da escravidão como odiosa apesar de ainda mantê-la. Para o parlamentar a importância da homenagem estava no fato daquele presidente, cuja nação possuía a mesma instituição, ter enfrentando o “cancro horroroso” que era a escravidão, matéria que o Império por “circunstâncias da alta política” ainda não podia enfrentar. Tais circunstâncias pareciam se referir aos quadros políticos que, ora articulados aos interesses da elite agrária, retardavam o enfrentamento da questão servil no Brasil.

Embora a proposta da moção tivesse sido aprovada, a justificativa do Visconde de Jequitinhonha foi pouco acompanhada por outros colegas da casa.²²⁸ Teófilo Benedito Ottoni, por exemplo, concordava com a proposta cuja ideia também lhe havia ocorrido, mas que em virtude das calorosas discussões que o tema poderia suscitar acautelou-se no “receio de que esta manifestação toda filantrópica podesse dar pretexto a explicações odiosas por motivos óbvios tirados da posição excepcional do nosso país”.²²⁹ Realmente não parecia ser sua intenção tocar em tão delicado assunto. Seu medo residia na delicada situação do Brasil de ser um dos únicos Estados a manter ainda, junto com as colônias espanholas, o sistema escravista. Para ele, a razão da moção deveria ser mais em virtude de ser Lincoln um cidadão e representante máximo da admirável república americana do que por seu feito em si. O papel de Lincoln na condução do processo é minimizado quando Ottoni atribui a deflagração da guerra “a ambição pessoal de Jefferson Davis e de outros que o acompanharão os motivos da rebelião que assolou aquela república”.²³⁰

Jequitinhonha substancia a defesa de sua proposta insistindo no papel que Lincoln teve para a república americana “Por que teve a força de vontade e a energia necessária para sustentar a Guerra até se conseguir a abolição dos escravos nos Estados Unidos”.²³¹ O parlamentar segue destacando a importância daquele presidente a partir de suas observações quanto ao estado da escravidão no Brasil e rebatendo os argumentos de que haviam herdado aquela instituição e que por isso não poderiam culpar a si mesmos por sua existência.

²²⁸ A sessão de 06 de junho aprova a moção proposta por Pimenta Bueno. **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 06 de junho de 1865. Livro 2. p.18.

²²⁹ Teófilo Benedito Ottoni. **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 05 de junho de 1865. Livro 2. p. 20.

²³⁰ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 03 de junho de 1865. Livro 2. p.18.

²³¹ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 03 de junho de 1865. Livro 2. p.18.

Nós não creamos a instituição, é verdade; mas hoje reconhecemos que esta instituição é injusta, que é iníqua, temos a obrigação de abolir, de a extinguir pelos meios cordatos mais discretos, menos dolorosos que forem possíveis; porém discretos e menos dolorosos que forem possíveis; porém não declarar formalmente que, por que ela existe, havemos de continuar a sustentá-la!²³²

O debate sobre a representação junto ao senado americano é oportuno para revelar como o teor das discussões delineava também os rumos da escravidão no Brasil. Apesar de defender a abolição da escravidão decretada por Abraham Lincoln como motivo principal da moção dirigida ao senado americano para homenagear o falecido presidente e se solidarizar com aquele órgão representativo americano, o autor da moção deixa transparecer mais uma vez que o Brasil deveria utilizar-se de cautela sobre tão delicada questão. Não havia dúvidas para aquele parlamentar de que a escravidão teria seu termo, porém, como ele mesmo declara, o Brasil não precisava seguir os passos daquela República.

Senhores, eu não digo nesta ocasião que sigamos o exemplo de Abraham Lincoln porque para que chegassem aos Estados Unidos o estado em que se acha hoje passaram muitos anos, sofreram muito, lutaram muito, derramarão muito sangue, gastarão muito dinheiro, civilizaram-se muito, tiveram muitas cautelas, tomarão medidas policiais as mais enérgicas. Façamos nós mesmos, senhores, mas não deixemos de forma alguma reconhecer o princípio, para que se não diga temos a coragem de declarar a verdadeira causa por que também acompanhamos esta grande ovação geral de todo o mundo civilizado; para que se não siga, Sr. Presidente, que motivos mesquinhos deram ocasião ao ato estrondoso proposto pelo nobre senador pela provincial de São Paulo, que se discute atualmente. Não, não são motivos mesquinhos; pelo contrario, é profunda convicção que temos na realidade foi um ato de extraordinária e generosa justiça praticada por Abrahão Lincoln, e que não podemos ainda praticar; mas que este reconhecimento digno fique claramente presente as nações cultas, que desde que nós o pudermos fazer o faremos; desde que as nossas circunstâncias o permitirem não recuaremos diante dos extraordinários sacrifícios das dolorosas consequências que tais acontecimentos, que tais atos sempre arrastão aos povos.²³³

É nesse sentido que verificamos o papel da Guerra Civil, e seus reflexos. Eles estiveram circunscritos aos debates sobre o cativo nas esferas parlamentares muito embora seu papel fosse substanciar discursos favoráveis ou contrários às propostas de encaminhamento do fim da escravidão. O exemplo da Guerra Civil e da abolição da escravidão, bem como seus efeitos,

²³² **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 03 de junho de 1865. Livro 2. p.18.

²³³ **Anais do Senado Brasileiro**, sessão de 03 de junho de 1865. Livro 2. p. 18

estiveram nas narrativas parlamentares e eram alçados como modelo e contra-modelo dependendo do posicionamento do parlamentar diante das propostas sobre o fim da escravidão.

5.3. Do outro lado do Atlântico, um espelho espanhol

Seguir as pegadas deixadas pelos agentes do Estado para analisar a questão servil não é tarefa inédita, nem tampouco se constitui como único caminho possível para confirmar os reflexos do conflito americano. Entretanto, compreendemos que os debates travados nas arenas do parlamento e que deságuam na elaboração das leis constituem-se como mais uma janela para observar como o destino da escravidão e dos libertos era pensado e sobretudo engendrado. Sobre tudo porque tais ideias em discussão não estavam descarnadas dos personagens a quem as mesmas leis se direcionavam e atingiam. Aliás, os debates e a formulação das leis se orientam, mesmo que de forma assimétrica, a partir das relações entre as forças sociais envolvidas. Conforme observou a historiadora Keila Grinberg, o campo jurídico, embora muitas vezes delineado por aqueles que ocupam lugares de poder, não é necessariamente determinado para se alinhar aos interesses destes setores sociais, o que leva a crer que a seara jurídica é estruturada por diferentes grupos que a acionam. No caso das sociedades escravistas, conforme demonstra Grinberg, a historiografia sublinhou que libertas e libertos, escravas e escravos acionaram a justiça para garantir seus interesses e direitos.²³⁴

No caso das sociedades escravistas modernas, nas quais seres humanos formalmente classificados como “coisas”, praticamente sem personalidade jurídica, esta perspectiva abriu possibilidades surpreendentes de análise, ao evidenciar que a justiça se constitui, entre outras formas de ação política, um importante fórum onde indivíduos escravizados questionavam sua própria condição.²³⁵

A abordagem que ora enfatiza os registros oficiais e da esfera dos estados também se

²³⁴ GRINBERG, Keila. **Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994. Levantando questões acerca da agência feminina sob a escravidão e das dinâmicas de gênero no processo de abolição, a historiadora Camillia Cowling observou que tanto no Brasil como em Cuba, a emancipação gradual, encaminhada por “leis de ventre livre”, criava oportunidades específicas para que as mulheres pudessem evocar argumentos baseados na maternidade enquanto direito nas petições legais por liberdade tanto para si mesmas quanto para suas filhas e filhos. Ver COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

²³⁵ GRINBERG, Keila. **Escravidão e liberdade nas Américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 10.

aproxima da análise feita pela historiadora Joseli Nunes Mendonça, que ao investigar o encaminhamento da abolição no Brasil por meio da atividade parlamentar, reconhece e identifica “as lutas presentes nas relações sociais de escravidão e travadas em torno da liberdade”.²³⁶ É nesse sentido que continuaremos a seguir os fragmentos deixados por parlamentares e juristas sobre a Guerra Civil e o fim da escravidão nos Estados Unidos para investigar suas impressões sobre o conflito, sobretudo sobre os caminhos que deveriam delinear o fim da escravidão. No caso a seguir, observaremos a Guerra civil por uma outra janela e para uma outra direção com o intuito de verificar de que modo a elite política espanhola se apropriou do conflito para elaborar as diretrizes sobre a questão servil em Cuba, e de que modo tais respostas se aproximam ou se distanciam daquelas dadas pela elite política imperial brasileira. Para tanto, verteremos nosso olhar para as discussões sobre as mudanças administrativas que o governo espanhol pretendeu implantar na ilha de Cuba através da criação da Junta de Informação. Entre as principais matérias debatidas naquele órgão esteve a questão do trabalho servil.

Compartilhando de algumas circunstâncias presentes no Brasil, ou seja, a presença da escravidão como fonte de mão de obra para as plantações de açúcar em suas colônias no Caribe, a Espanha também assistiu à Guerra civil americana e ao fim da instituição nos Estados Unidos. Igualmente forçada a pensar um destino para escravidão e para as milhares de mulheres e homens escravizados responsáveis pela rentável produção de cana de açúcar em Cuba e Porto Rico, a elite política metropolitana e colonial espanhola se viu, não só confrontada tanto pela pressão do abolicionismo internacional, mas também pelo evento americano, passando igualmente a buscar saídas para resolver a questão servil.

É preciso, porém, alertar para algumas particularidades de Cuba. Durante os anos 1820, enquanto grande parte das colônias americanas promovia suas independências, a elite colonial havaneira permanecia fiel à Coroa espanhola. Rafael Marquese relativiza o atraso da independência cubana de 1898 ao observá-la dentro de uma conjuntura geográfica e política específica.²³⁷ Excetuando o Haiti, algumas das colônias do Caribe permaneceram atreladas às suas metrópoles até o século XX, e alguns territórios da região ainda continuam ligadas às nações europeias. A permanência desse laço entre Cuba e Espanha, que se estendeu até o fim do século XIX, está relacionada ao crescimento do escravismo na ilha. Se por um lado o espectro da

²³⁶ MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.14.

²³⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar.. **A Escravidão caribenha entre dois Atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas**. In: PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

revolução haitiana assolou todo o mundo atlântico e provocou o temor das elites coloniais, por outro, deixou como herança para Cuba o lugar de maior produtora de açúcar da região, fomentando, assim, o comércio transatlântico de africanos e o adiamento do fim do trabalho escravo na ilha. Portanto, ao iniciar as discussões sobre independência na década de 1860, a questão da escravidão parece ter sido deslocada desta pauta, já que a boa rentabilidade da produção agrícola cubana dependia quase que exclusivamente de uma mão de obra escrava. Não por acaso, somente em 1865 é criada a primeira organização abolicionista na Espanha, a Sociedade Abolicionista Espanhola. Em 1868, com o início da Guerra dos Dez Anos pela independência intensificou-se a luta pela abolição em Cuba, conforme observou Iacy Maia Mata.²³⁸

A Junta de Informação, órgão ligado ao Ministério de Ultramar, surgiu para tratar das reformas nas possessões ultramarinas espanholas, entre elas o encaminhamento da abolição.²³⁹ Chama a atenção sua data de criação, 1866, um ano depois da guerra que pôs fim à escravidão nos Estados Unidos. A composição inicial da Junta reflete as demandas da elite política antilhana ansiosa por reformas que garantissem maior liberdade política. O comissionado era composto por eleitos pelos ayuntamientos (órgão administrativo local), senadores e autoridades que tivessem ocupado alto cargo administrativo da ilha. Entre eles figuram alguns abolicionistas como José Antonio Saco, cuja obra *Historia de la esclavitud desde los tiempos mas remotos hasta nuestros dias*²⁴⁰ tornou-se referência sobre a escravidão nas Antilhas.

Entretanto, de acordo com Maria Dolores Acebrón²⁴¹, a coroa espanhola incluiu alguns representantes a fim de assumir o controle das reformas e conter a tendência independentista do grupo. Composta por diferentes correntes políticas das Antilhas, a comissão da Junta de Informação objetivou levar ao conhecimento das autoridades espanholas metropolitanas a proposta de reformas que gerissem o governo da ilha, especialmente no que se refere à sua população do ponto de vista do trabalho e de sua condição social entre outros assuntos.

Interrogatórios foram elaborados pelos agentes da coroa espanhola e dirigidos aos membros da comissão que formava a Junta de Informação para que respondessem sobre direitos políticos da população, organização dos governos locais, mas, sobretudo “Sobre la manera de reglamentar el trabajo de la población de color, asiática y los medios de facilitar la inmigración

²³⁸ MATA, Yaci Maia. **Conspirações da “raça de cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

²³⁹ ACEBRÓN, 2002. Maria Dolores Domingo. **La Junta de Informacion en Madrid para las reformas en las Antilhas, 1866**. Revista Hispania, LXII, núm. 210, (2002).

²⁴⁰ SACO, José Antônio. **História de La Esclavitud.(vol.I)**. Biblioteca de Los Clássicos Cubanos. Havana: Imagem Contemporânea, 2006.

²⁴¹ ACEBRÓN, op cit, 2002.

que sea más conveniente en las provincias de Cuba y Puerto Rico”.²⁴² Em sua maior parte, o debate da comissão resumiu-se em quatro grandes temas, a saber: negros escravos, negros livres, população asiática e imigração. Podemos inferir que o destaque aos temas sobre trabalho e imigração tenha como pano de fundo principal o fim iminente da escravidão. E o tema da abolição da escravidão norte-americana era vez por outra usado como recurso retórico no tratamento das questões relativas à mudança do *status* da população escravizada.

Questões que diziam respeito ao fim da escravidão nos Estados Unidos perturbavam alguns membros da Junta, como, por exemplo, o embargo de produtos agrícolas cultivados por mão de obra escrava, conforme ajuizou Duque de La Torre em sua resposta ao relatório.

Todos sabemos às custas de quantos sacrificios tem ganhado sua liberdade nos Estados Unidos da America do Norte - parte de cujo território se encontra a uma distancia de apenas seis horas de Havana, - quatro milhões de escravos africanos; - e todos sabemos também que apenas por ter realizado esse gigantesco acontecimento. Se no Congresso prohibir a introdução no país de frutas producidas por braços escravos, seria a ruina completa para a ilha de Cuba, que vende nos Estados Unidos mais da metade de seus productos.²⁴³

Tanto o processo de encaminhamento da abolição no Brasil como os resultados da Guerra Civil Americana são contrapontos que influenciaram os discursos que militaram contra e a favor de uma emancipação lenta e gradual conforme defendia o sr. Santos Guzman em uma sessão da Junta de Informação que se reuniu na cidade de Madri em 1879.

Nos Estados Unidos do Sul, a opinião publica não exigia mais que a abolição gradual da escravidão; não exigiu jamais outra coisa. Mesmo Lincoln, assinalava como termino a sua extinção total o ano de 1900. Variou a opinião de Lincoln pelas circunstâncias que sobrevieram? De maneira nenhuma, Sr. Portuondo: Lincoln foi sempre partidario da abolição gradual da escravidão. E a guerra de Secessao não teve por causa e objeto, como afirmava o senhor, Portuondo, a abolição da escravidão, senão que nasceu dos antagonismos sociais, políticos e económicos que existía entre o norte e o sul da União americana, e de outras questões de diversa natureza que não são deste lugar. E se Lincoln decretou ofim da abolição imediata da escravidão, foi pura e simplesmente como arma de guerra, porque sabia que a ruina do sul havia de ser a consequência direta da abolição da abolicão imediata; e que por conseguinte não

²⁴² Ibid, p. 152.

²⁴³ “Todos sabemos á costa de cuantos sacrificios han ganado su libertad en los Estados Unidos del Norte da América – parte de cuyo territorio disto solo seis horas de la Habana, - cuatro millones de esclavos africanos; - y todos sabemos también que apenas realizado ese gigantesco acontecimiento, se en el Congreso de prohibir la introducion en el país de frutos producidos por brazos esclavos, lo que seria una ruina completa para la Isla de Cuba que vende en lo Estados Unidos más de la mitad de sus productos.” **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, 3489, PAC. 2 doc. 3., Seccion del 10 de maio de 1867, pg.12.

poderia sustentar a guerra y tornaria o Norte triunfante. Quer dizer que na história dos Estados Unidos temos a norma segura para resolver nossa questão.²⁴⁴

Vê-se que Guzman minimiza a escravidão como motivo central do conflito e razão da divisão do país ao recorrer ao argumento de que Lincoln buscou inicialmente a abolição gradual como melhor saída e solução para a crise que se deu nos Estados Unidos entre a União e os Estados Confederados. Mas para aquele membro da Junta, parece que a abolição teria se precipitado de forma imediata por circunstâncias de natureza política e econômica, por uma necessidade de controle político do Norte sobre o Sul via ruína deste último, mas não exatamente por uma questão humanitária ou pela pressão que o abolicionismo internacional impunha. Portanto, abolir a escravidão de forma progressiva era também garantir o controle não só da população escravizada, mas também o da própria ilha, arrefecendo os clamores independentistas.

O teor das respostas ao interrogatório sobre esses temas revela a polarização dos grupos de interesse sobre a ilha, como por exemplo, aqueles partidários da coroa que contrariavam o discurso de abolição conforme ilustra a parte da resposta do representante da coroa espanhola na Junta, José Suarez de Argudin, ao interrogatório onde defende a manutenção da escravidão.

Alguns supõem que a escravidão é um inconveniente para adquirir população branca, porque esta não quer confundir-se com os escravos; e os que isso dizem não vêem os fatos irrecusáveis que os desmentem... Não vêem os Estados Unidos sacrificando direitos certos e propriedades adquiridas ao amparo da lei e estas e aqueles atropelados num dia e com um só decreto. E porque tanta precipitação e tanta injustiça? “disse textualmente o Sr. Suarez de Argudin. Ah! Para cometer dois atentados. É o primeiro para obrigar aos Estados do Sul a que forçosamente continuem associados aos do Norte: e é o segundo a abolição da escravidão intencionalmente adotada para realizar o primeiro, ou o que é o mesmo, a rebelião dos escravos contra seus amos. A este recurso, claramente injusto e atropelador, acudiu o governo federal quando viu que a luta se dilatava e aos estados Confederados não era possível submeter-los a União, não oferecendo aos escravos igual liberdade, iguais direitos e iguais gozos so-

²⁴⁴ “En los Estados Unidos del Sur, la opinión publica no exigia más que la abolición gradual de la esclavitud; no exigió jamás otra cosa. Lincoln mismo, señalaba como termino á su extinción total el año de 1900. ¿Varió la opinión de Lincoln por las circunstancias que sobrevinieron? De ninguna manera, Sr. Portuondo: Lincoln fue siempre partidario de la abolición gradual de la esclavitud, y la guerra de secesion no tuvo por causa y objeto, como afiraba el Sr. Portuondo, la abolición de la esclavitud, sino que nació de los antagonismos sociales, políticos y económicos que existían entre el Norte y el Sur de la Unión americana, y de otras custiones de diversa índole que no son de este lugar. Y si Lincoln decretó al fin de la abolición inmediata de la esclavitud, fue pura y simplemente como arma de guerra, porque sabia que la ruina del Sur había de ser la consecuencia directa de la abolición inmediata; y que por consiguiente no podría sostener la guerra y quedarían el Norte triunfante. Es decir que en la historia de los Estados Unidos tenemos la norma segura para resolver nuestra cuestión.” Discurso do Sr. Santos Guzman na sessão de 21 de outubro de 1879 da Junta Informativa sobre as reformas de Cuba. **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, 4814, PAC. 2, doc. 9.

ciais aos do presidente da República. E quais são as consequências desta mudança fatal? A perda de algodão, de açúcar e de todas as produções dos estados do Sul, que valiam 246.598, 313 pesos anuais, que se repartiam entre colhedores, os manufatureiros, o comercio, os consumidores e as dependências e relações destas quatro classes. E que bem obtiveram os escravos com a liberdade que lhes foi concedida? Nenhum. Por que a liberdade dos escravos tem sido em todas as partes, o que nos Estados Unidos será sempre, o caminho que os leve ao ócio, ao vício e à inutilidade a mais absoluta. Que é assim que a liberdade repentina dada aos escravos dos Estados Unidos está em aberta oposição as doutrinas e princípios que aconselham educar e preparar os povos, para depois das as instituições que possam ser benéficas tanto quanto as compreendam e observem religiosamente; mas conceder a um negro escravo e ignorante, direitos dos que tem a mais pequena noção, o livre arbítrio e a faculdade que lhe permita dispor da sua pessoa como melhor lhe pareça e conceder tudo isto depois que outras nações o tenham praticado com fatais resultados, assim para os libertadores como para os libertados, é erro que só pode ter lugar no furor das revoluções, se com ele se consegue o triunfo da causa que as produz, que é o que tem acontecido nos Estados Unidos. E que sorte sofrem hoje os negros livres nesse país? Uns vivem da caridade pública, outros morrendo de fome e o resto mal dizendo a condição presente, que consideram pior que a que tiveram quando eram escravos. Assim se tem inutilizado 4.000.000 trabalhadores com prejuízo para eles mesmos e para a sociedade, que com mais ou menos repugnância tem que mantê-los. Incrível, claramente incrível parece que um país elevado a civilização dos Estados Unidos, tenha procedido como o tem feito com seus escravos. Atacar a propriedade, dizer ao escravo: és dono da tua vontade e livre como qualquer cidadão da republica e afundar as fazendas que representavam uma imensa riqueza. Não tem sido possível fazer e nem tem sido feito mais que para alcançar a submissão dos confederados mesmo que fosse como tem sido sepultando-os nas ruínas do que antes constituía a sua opulência.²⁴⁵

²⁴⁵ “Algunos suponen que la esclavitud es un inconveniente para adquirir poblacion blanca, porque esta no quiere confundirse con los esclavos; y los que esto dicen, no ven los hechos irrecusables que los desmienten... No ven á los Estados Unidos sacrificando derechos ciertos y propiedades adquiridas al amparo de la leu y estas y aquellos atropellados en un dia y con un solo decreto. Y por que tanta precipitacion y tanta injusticia? ” dice textualmente el Sr. Suarez de Argudin. Ah! Para cometer dos atentados. Es el primero para obligar á los Estados del Sur á que forzosamente continúen asociados á los del Norte; y es el sugundo la abolicion de la esclavitud, intencionalmente adoptada para realizar el primero, ó lo qu es los mismo, el alzamiento de los esclavos contra sus amos. A este recurso, á todas luces injusto y atropellador, acudió el Gobierno federal cuando vió qu la lucha se dilataba y á los Estados confederados no era posible someterlos á la Union, no ofreciendo á los esclavos igual libertad, iguales derechos é iguales goces sociales á los del presidente de republica. Y cuales san las consecuencias de ese cambio fatal? La perdida de algodón, del azúcar, y de todas las producciones de los Estados del Sur, que valian 246.598, 313 pesos anuales, que se repartian entre los cosecheros, los manufactureros, el comercio, los consumidores y las dependencias y relaciones de estas cueatro clases. Y qué bien han obtenido los esclavos con la libertad que se les ha concedido? Ninguno, porque la libertad d elos esclavos ha sido en todas partes, lo es en los Estados Unidos y lo será siempre, el camino que los lleve al ócio, al vicio y á la inutilidad más absoluta. Que Asi es qu la libertad repentin da á los esclavos de los Estados Unidos, está en abierta oposicion á las docttrinas y principios aconsejan educar y preparar á los pueblos, para despues darles las instituciones que puedan serles benéficas en tanto las comprendan y observen religiosamente; pero conceder á un negro esclavo é ignorante las mapas amplia libertad, derechos de los que tienen la más pequeña nocion, el libre albedrío y la facultad que le permitia disponer de su persona como mejor la paza y conceder todo esto despues que otras naciones lo han praticado con fatales resultados, asi para los libertadores como los libertados, es error que solo puede tener lugar en el furor de las revoluciones, si con el se consigue el triunfo de la causa que las produce, que es lo que ha sucedido en los Estados Unidos. Y que suerte sufren hoy los negros libres en ese país? Unos viven de la caridad publica, otros muriéndose de hambre y el resto maldiciendo la condicion presente, que consideran peor que la que tvieron cuando eran esclavos. Así se

A citação é por certo longa, porém, bastante ilustrativa das preocupações em relação ao pós-abolição nos Estados Unidos, sobretudo as preocupações com as colônias espanholas, caso a libertação dos escravos fosse levada a cabo. Ele elenca, a partir da experiência americana, as diferentes razões que contestavam a libertação da população cativa nas possessões espanholas, que por sua vez são avaliadas por aquele membro da Junta como contrárias às doutrinas que outrora orientaram a preparação daquela população para viver em liberdade nas possessões inglesas no Caribe já na primeira metade do século XIX. É curioso observar o alinhamento deste pensamento com aqueles da elite imperial do Brasil no que se refere aos argumentos em defesa da abolição gradual como, por exemplo, a defesa da propriedade privada e o iminente caos na produção agrícola. Mas o alerta do parlamentar estava também associado ao perigo que a população negra liberta poderia representar no pós-abolição, por prever um destino de precariedade e de ociosidade. Para este parlamentar, cujo olhar para a população negra era mediado pelo racismo, a abolição imediata nos Estados Unidos, a liberdade e a possibilidade de igualdade de direitos, poderia representar o caos social na medida em que desafiava a ideia de controle, especialmente do ponto de vista do trabalho.²⁴⁶

O surgimento da Junta corresponde às transformações na política espanhola, especialmente no que se refere à sua relação com a administração de suas possessões no Caribe e com a elite crioula. Deste modo, situando os agentes históricos, o enfoque a partir dos membros da Junta oferece como recorte as concepções sobre a questão servil representada pela elite colonial cubana nas arenas da política espanhola.

Gradual foi a maneira advogada por alguns membros da Junta do Governo Espanhol na comissão formada para elaborar o projeto de abolição nas colônias espanholas no final dos anos de 1870. Verifica-se que o período entre o fim da década de 1860 e a década de 1880 apresenta as discussões com vistas às leis emancipacionistas de 1870, a Lei Moret e de 1880. Já a lei do Patronato coincide com a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) em Cuba, conflito resultante do

han inutilizado 4.000.000 trabajadores, con perjuicio de ellos mismo y de la sociedad, que con más ó menos repugnancia tiene que mantenerlos. Increíble, á todas luces increíble parece que un país elevado pa la civilizacion de los Estados Unidos, haya procedido como lo ha hecho con sus esclavos. Atacar la propiedad, decir al esclavo eres dueño de tu voluntad y libre como cualquier ciudadano de la republica, y hundir las haciendas que representaban una inmensa riqueza, no ha podido hacerse ni se ha hecho más que para alcanzar el sometimiento de los confederados, aunque fuese, como ha sido, sepultándolos en las ruinas de lo que antes constituía su opuiencia.” **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, Junta de información, caixa 4931, doc. 1. p. 65.

²⁴⁶ O trabalho de Walter Fraga Junior investiga as experiências de pessoas egressas do cativeiro em suas relações de trabalho no pós- abolição na região do Recôncavo baiano. O autor demonstra como este segmento da sociedade sofreu a tentativa de controle do seu ritmo de trabalho e de continuidade das relações de escravidão. FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: UNICAMP, 2006. Ver também FONER, Eric. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

movimento pela independência, e o período da restauração do domínio espanhol sobre a ilha.²⁴⁷ Se o evento da abolição americana é adotado como modelo e contramodelo nos discursos sobre o destino da escravidão no âmbito da Junta de Informação, o mesmo se dá em relação ao debate nas Cortes. Recompondo a representação da elite política crioula após a restauração em 1879, por exemplo, o mesmo tom de retórica permeia os debates quando as falas se remetem a abolição da escravidão nos Estados Unidos.

Na seção de 21 de outubro de 1879, onde se reuniu em Madri a comissão para encaminhar reforma na ilha de Cuba, um de seus membros, o já conhecido sr. Santos Guzman, representante eleito por Havana, sai em favor da abolição gradual, argumentando que

Quer dizer que nas história dos Estados Unidos temos a norma segura para resolver essa questão. Queremos afundar Cuba? Pois o camino temos aberto; decrete-se a abolição imediata da escravidão e o governo então não terá força suficiente, não poderemos nos defender nem contera a avalanche revolucionária. Queremos salvar Cuba? Pois então decrete-se a abolição gradual. Isso é o que que quería Lincoln para o Sul.²⁴⁸

Ao que parece, a avalanche revolucionária temida pelo senhor Guzman, aparenta carregar diferentes significados, que vão desde o medo de que Cuba pudesse se tornar um futuro Haiti²⁴⁹, ou que a ordem social, econômica e especialmente política pudesse sair do controle das esferas do governo metropolitano, na medida em que Cuba já havia experimentado algumas insurreições em prol de sua independência com a participação inclusive de escravizados e libertos.

Havia também aqueles que defendiam sua independência e incorporavam o fim da escravidão como parte da agenda do movimento. Na mesma sessão, outro representante de Cuba,

²⁴⁷ A Lei Moret foi aprovada em 4 de julho de 1870, e previa que todas as crianças nascidas de ventre escravo, a partir de setembro de 1868, bem como todos os escravizados com idade superior a setenta seriam considerados livres. A lei de Patronato foi aprovada em Madri em 1880. Segundo Rebecca Scott, tal lei constituía um estatuto intermediário entre escravo e livre, denotando uma emancipação gradual. Desse modo, a lei impunha a manutenção dos laços das relações escravistas entre libertos e ex-senhores, na medida em que o senhor detinha o direito de trabalho do ex-escravo e o representava em ações civis e judiciais. Ver: SCOTT, Rebecca. **Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1991.

²⁴⁸ “Es decir que el la história de los Estados Unidos tenemos la norma segura para resolver nuestra cuestión. ¿Queremos hundir a Cuba? Pues el camino lo tenemos abierto; decrete-se la abolición inmediata de la esclavitud y el Gobierno entonces, no tendrá, fuerza bastante, no podremos defendernos ni contener la avalancha revolucionaria. ¿Queremos salvar á Cuba? Pues entonces decrete-se la abolición gradual.” **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, Sección del 21 de Octubre de 1879, pg. 43. Ultramar, 4814, PAC. 2 doc. 9.

²⁴⁹ FERRER, Ada. **A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana**. Almanack. Guarulhos, n. 03, p. 37-53, 1º semestre de 2012.

o senhor Bernardo Portuondo y Barceló, figura que inclusive estabeleceu relações com o movimento abolicionista no Brasil, conforme veremos no capítulo a seguir, lança mão do mesmo recurso, ou seja, a experiência de abolição americana.

Quatro milhões de escravos trabalham no sul. Como trabalham? Sob um sistema de exploração cuja só a lembrança gela o coração e verdadeiramente espanta. Um calculo numérico, frio, exato, puramente comercial inspirava ese procedimiento de exploracnao. O escravo não era homem, era um órgão de certo mecanismo: como tal se alimentava e se tinha em condições de vida tais que realizasse o que em mecánica costumamos chamar o rendimento da máquina: não menos do que necessário, porém não mais do que suficiente para producir um efeito útil, determinado. Realmente causa horror semelhante proceder. Assim, isso que não tem acontecido nunca entre nós e que não acontece, o que provocou lá depois da liberdade? Pois não faz muitos días, muito poucos, um jornal bastante lido, se não dos mais lidos em Madri, tem se referido a situação na qual se encontram hoje os pobres negros do Sul. E aquí se vê o contraste: não são esses 4.000.000 de homens dos que alçando-se em armas contra os poderes constituídos e violentando e quebrantando a lei, e faltando abertamente a ela. Tem cometido assassinatos nem nenhuma classe de atentados; tem sido absolutamente o contrario: hoje aqueles propietarios, aqueles negociantes do sul, sem coração, o que fazem? Soberbos, despeitados, estão dando motivos para que os negros em grandes massas pacíficamente supliquen, peçam trabalho como uma esmola e abandonem aquelas regiões onde nasceram e cresceram, e de cujo solo eles tem perfeito conocimiento para ir buscar outros terrenos, onde tranquilamente e sem estar submetidos a outra tiranía filha da anterior, possam ganhar sua subsistencia.²⁵⁰

Com o fim da Secessão, Portuondo vê a população egressa do cativeiro da mesma forma que seu colega parlamentar favorável a abolição gradual, ou seja, uma população em estado precarizado. Mas num caminho diferente de seu colega, ele atribui tal fato ao comportamento dos antigos propietarios de escravos e das plantações do Sul de não reconhecerem os libertos

²⁵⁰ “Cuatro millones de esclavos trabajaban en el Sur. ¿Cómo trabajaban? bajo un sistema de explotación, cuyo solo recuerdo hiela el corazón y verdaderamente espanta, Un calculo numérico, frio, exacto, puramente comercial inspiraba ese procedimiento de explotación. El esclavo no era hombre, era un órgano de cierto mecanismo: como á tal se alimentaba y sel tenia en condiciones de vida tales que realizára lo que en mecánica solemos llamar el rendimiento de la maquina: no menos de lo necesario, pero no más de los suficiente para producir un efecto útil, determinado. Realmente causa horror semejante proceder. Asi y todo, eso que no ha pasado nunca entre nosotros, y que no pasa, ¿qué provocó allí después de la libertad? Pues no hace muchos días, muy pocos, un periódico bastante leído, sin no de los más leídos en Madrid, ha referido la situación en que se encuentran hoy los pobres negros en el Sur. Y aquí se ve el contraste: no son esos cuatro millones de hombres de los que alzándose en armas contra los poderes constituidos y violentando y quebrantando la ley, y faltando abiertamente á ella, han cometido asesinatos ni ninguna clase de atentados; ha sido absolutamente lo contrario: hoy aquellos propietarios, aquellos negociantes del Sur, sin corazón, ¿qué hacen? Soberbios, despechados, están dando motivos para que los negros en grandes masas pacíficamente supliquen, pidan trabajo como una limosna, y abandonen aquellas regiones donde nacieron y crecieron, y de cuyo suelo tienen perfecto conocimiento para ir á buscarlo á otros terrenos en donde tranquilamente y sin estar sometidos á otra tiranía hija de la anterior, puedan ganar su subsistencia.” Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4814, PAC. 2 doc. 9., Seccion del 21 de Octubre de 1879, pg. 41.

como trabalhadores livres. A precarização do trabalho foi interpretada por Portuondo como motivo principal para que aquela população procurasse outras terras ou tivesse a sua condição de vida relegada à pobreza.

Portuondo também integra a representação política cubana em Madri, entretanto, a diferença entre ambos não está somente na polarização sobre o destino da escravidão e da população negra, mas se encontra também articulada ao grupo político do qual fazem parte, ou seja, o primeiro alinhado com os interesses metropolitanos e o segundo ao movimento em prol da independência da ilha, que naquela altura já incorporava a abolição da escravidão como pauta.²⁵¹

Apesar da complexidade e diferença no que se refere à situação política em Cuba, percebe-se que as diretrizes para o encaminhamento da escravidão não estão em oposição às daquelas do Brasil. Os últimos países a manter a escravidão pareciam concordar com o gradualismo, compreendido como forma de preparar a população negra para liberdade, mas ao mesmo tempo controlá-la.

Como garantía de orden e preparación para o dia em que no final tenha de terminar em Cuba a institución servil, parece conveniente que se acordem algunas disposiciones reglamentais, que sin relegar a disciplina, eviten los abusos de los três ou de seus empregados, melhorem a condição e o caráter do escravo, consolidem nele os afetos e a família e o apego a propriedade e lhe preparem assim para que não retroceda a barbárie quando alcance a liberdade.²⁵²

Mediados pelo racismo, membros da Junta também viram na imigração uma opção para garantir a produção de cana de açúcar, mas também extinguir a população negra daquele território espanhol. Acompanhado de uma “serie de medidas que conduzcan progressivamente á la extincion d la esclavitud”, estava a imigração da população branca como parte da resposta que o Sr. Ducheé dava àquele interrogatório:

Como as reformas sabiamente projetadas pelo governo de S. M. Serão o mais poderoso estímulo para a imigração y reconhecida como a urgencia de aumentar a população branca numa ilha onde o elemento africano alcança tais proporções, das quais quatro quintas partes está sem arar e cuja grande quantidade

²⁵¹ MONTAUD, Inés Roldán de. **Política y Elecciones en Cuba durante la restauración**. Revista de Estudios Políticos (Nueva Época). Nu. 104, abril-junho, 1999.

²⁵² “Como garantía de órden y preparacion para el via em que al fin haya de terminar em Cuba la institución servil, parece conveniente que se acuerden algunas disposiciones reglamentais que sin relegarla disciplina, eviten los abusos de los três ó de sus empleados, mejoren la condicion y el carácter del esclavo, consoliden em el los afectos e família e el apego á la propiedad y le preparen asi para que no retroceda a la barbárie cuando alcance la libertad.” Dom. Ducheé. **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, 3489, PAC. 2 doc. 2., 16 de janeiro de 1867.

de recursos naturais estão na sua maior parte sem explorar, encontram-se na necessidade urgente de povoar um país quase despovoado, uma nova e poderosíssima razão que advoga pelas indicadas reformas.

É por isso que se colocam e sem prejuízo de ir adotando as medidas que o novo sistema for aconselhando, será removido todo o obstáculo a imigração branca e proibida todo o tipo de colonização ou imigração coletiva da raça negra pelos prejuízos e perigos que traria seu aumento naquele país.²⁵³

Percebe-se, portanto, uma convergência nas respostas às questões que o fim da escravidão nos Estados Unidos colocou para ambos os Estados escravistas nos dois lados do Atlântico. Não por acaso, havia uma interlocução entre os legisladores sobre propostas legislativas sobre as formas de traçar o destino da escravidão.

5.4. Quem tem medo de gente livre?

O Brasil serviu de parâmetro para o governo espanhol sobre a forma com a qual a abolição deveria suceder. Documentos sobre a Lei do ventre livre e referências a obras como as do jurista brasileiro Agostinho Marques Perdigão Malheiro sobre a emancipação escrava eram encaminhados para análise e pesquisa da referida comissão conforme visto no primeiro capítulo.²⁵⁴ Vejamos quais ideias permeavam o pensamento daquele jurista sobre o destino da escravidão.

Testemunha atenta da Guerra Civil americana, o jurista mineiro Perdigão Malheiro sinalizou o fim da escravidão na América do Norte como um alerta para a sociedade brasileira ao

²⁵³ “como las reformas sabiamente proyectadas por el gobierno de S. M. serán el mas poderoso estimulo para la immigracion, y reconocida como lo está urgência de aumentar la poblacion blanca em una islã donde el elemento africano alcanza tales proporciones, cuyas quatro quintas artes esta sun roturar y cuyos cuantiosos recursos naturales estan su mayor parte por explotar, se encuentra el la necesidad urgente de poblar um pais casi despoblado uma nueva y poderosíssima razon que aboga por as indicadas reformas. Em tato que se plantean, y sin prejuízo de ir adoptando las medidas que el nuevo sistema vaya aconsejando es de removerse todo osbtáculo á la imigracion blanca y proybir toda espécie de colonizacion ó immigracion colectiva dela raza negra por los prejuízos y peligros que traeria su aumento em aquel país.” Dom. Duchéé. **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, 3489, PAC. 2 doc. 2., 16 de janeiro de 1867.

²⁵⁴ Entre eles encontravam o “Trabalho sobre a extinção da Escravatura no Brasil, 1869”; “Elemento servile – Parecer e Projecto de lei apresentado á camara dos Deputados na sessão de 16 de Agosto de 1870 pela comissão especial nomeada pela mesma camara em 24 de maio de 1870”; Parecer no Conselho de Estado no anno de 1868 relativo ao elemento servile, 1871; e “Parecer da Comissão Especial apresentada á camara dos Deputados na sessão de 30 de junho de 1871, sobre a proposta do Governo, de 12 de maio de 1871. **Arquivo Histórico da Espanha**, **Ultramar**, 4882, docs. 162, 163, 164 e 165.

indagar que “A gigantesca contenda de sangue nos Estados Unidos do Norte da América, inaugurada em 1861, terminou pela derrota do Sul, e consequentemente pela abolição – A Espanha e Portugal tratam do assunto quanto às colônias – É possível que o Brasil se mantenha em unidade por muito tempo em relação a semelhante questão?”²⁵⁵

Perdigão Malheiros escreveu uma das obras que, segundo o historiador Carlos Henrique Gileno, teria exercido grande influência no movimento abolicionista na década seguinte. *A Escravidão no Brasil: ensaio jurídico, histórico e social*, cujo primeiro volume é publicado em 1866, ou seja, um ano após o fim da Guerra de Secessão, traz uma análise jurídica da escravidão. Baseado no estudo da escravidão e direito romanos e na legislação do Império brasileiro, Malheiros debate e rebate as condições da escravidão no Brasil. Tal estudo não chega a se constituir em uma proposição da abolição imediata do cativo, mas, sim em uma análise que, ao reconhecer a humanidade do escravizado, propõe alterações no funcionamento das instituições.

Em relação à lei penal, o escravo, sujeito do delito ou agente dele, não é coisa, é pessoa na acepção lata do termo, é um ente humano, um homem enfim, igual pela natureza aos outros homens livres seus semelhantes. Responde, portanto, pessoal e diretamente pelos delitos que cometa; o que sempre foi sem questão. Objeto do delito, porém, ou paciente, cumpre distinguir. O mal de que ele pessoalmente possa ser vítima não constitui o crime de dano, e sim ofensa física, para ser punido como tal, embora o ofensor fique sujeito a indenizar o senhor; nesta última parte, a questão é de propriedade, mas na outra é de personalidade.²⁵⁶

Apesar de ser favorável ao fim do cativo, não é de se espantar que a obra de Malheiros sugira o melhoramento do estado da escravidão em vez de seu fim imediato. O temor de um colapso econômico e de uma desorganização social conduziu o tom de um debate em prol de uma emancipação sem bruscas rupturas na produção, nem nas relações sociais e de trabalho. Tal questão ficaria clara no discurso feito na sessão da Câmara em julho de 1871 onde ele se pronuncia terminantemente contra a proposta do governo sobre a Lei do Ventre Livre. Em tal discurso, Malheiros recorda a lei elaborada por Silveira da Mota declarando-se inclusive favorável e considerando a medida como um dos caminhos para amenizar o cativo, e, assim, aos poucos ir preparando a emancipação. Afinal, na visão de Malheiros, os futuros libertos deveriam estar preparados para viver como cidadãos e homens que valorizassem o trabalho. Tal

²⁵⁵ MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil: ensaio jurídico, histórico e social. Vol. 1.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866. Comentário da Nota 387.

²⁵⁶ MALHEIROS, **op. cit.**, Capítulo II, item 13.

pensamento pode ter sofrido influência do processo de emancipação nas colônias britânicas, que em 1833 adotaram o programa de aprendizado. Tal como observou o historiador Michael Craton, o receio de uma emancipação vinda de baixo, a reboque da Revolução do Haiti e da rebelião jamaicana de 1831 e 1832, motivou os políticos britânicos a libertarem os escravos de suas colônias de forma a não estagnar a produção das plantations²⁵⁷. Para tanto, instituiu o sistema de aprendizado onde os escravizados trabalhariam por mais quatro anos nas lavouras numa forma de estágio antes da liberdade plena. Durante esse período, esperava-se que os libertandos desenvolvessem valores pautados no gosto pelo trabalho dirigido à acumulação e ao consumo. Além disso, garantia compensações aos proprietários dos cativos através do trabalho coercitivo.

O jurista toma seu próprio caso como exemplo, ao revelar ter batizado e educado suas crianças, libertado as escravas do sexo feminino, mantendo, porém, os do sexo masculino sob a escravidão no intuito de ir educando-os “afim de que, quando lhes conceda a liberdade em idade conveniente (como é minha intenção), elles possam achar em si, a seus semelhantes e á sociedade”.²⁵⁸

Com vistas ao fim progressivo da escravidão, Malheiros tinha planos bastante definidos para a libertação dos escravizados. Para ele, a alforria seria o caminho para a promoção da liberdade. Segundo seus cálculos, a escravidão estaria extinta em vinte anos, considerando a estatística das mortes, dos nascimentos e das alforrias.

Pela estatística levantada no ano passado, em relação a esta corte, onde as condições são mais favoráveis á escravidão, vê-se que no decênio até 1870, tinham morrido mais de 29,000 escravos; nascerão pouco mais de 14.000, libertarão-se mais de 13,000; de sorte que feita a compensação entre o nascimento de um lado, os óbitos e alforrias de outro, teremos em favor da extinção da escravidão 4.2%. Se elevarmos esta proporção a 5%, conforme um calculo feito; e que li em um artigo Resenha da semana, que se publica aos domingos, e que é um trabalho digno de ler-se.

... temos esta base de 5% em favor da extinção natural da escravidão. O calculo ali feito parte da estatística de 1850 pela qual se estimava existirem no Império 2.500,000 escravos; e por um processo que escuso reproduzir, porque o tempo urge, mas que ali se pode ver, o resultado é o mesmo. Ora, se assim marcha a questão a favor da extinção, pelo excesso sobre os nascimentos, proveniente da soma dos óbitos e alforrias, é evidente que sem outro processo, em 20 anos talvez a escravatura estaria extinta.²⁵⁹

²⁵⁷ CRATON, Michael. **Escravidão e trabalho livre no Caribe**. Revista Estudos Afro-asiáticos, n. 22, Rio de Janeiro, 1992.

²⁵⁸ Discurso de Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881) na Sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para a reforma do estado servil. pg.23. <<http://www.brasili-ana.usp.br/bbd/handle/1918/01274100#page/56/mode/1up>>

²⁵⁹ Discurso de Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881) na Sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para a reforma do estado servil. pg. 44. <<http://www.brasili-ana.usp.br/bbd/handle/1918/01274100#page/56/mode/1up>>

Situado entre o desejo pelo fim do cativeiro e o temor de suas conseqüências sociais e econômicas, a posição ambígua de Malheiros, assim como a dos parlamentares citados anteriormente, pode ser justificada por David Brion Davis, na qual “o conceito de homem como um bem material sempre levou a contradições na lei e nos costumes”.²⁶⁰ Portanto, para Malheiros, um dos primeiros desafios parecia estar no confronto aos direitos de propriedade.

É essencial e da maior importância ir firmando estas idéias; porquanto teremos ocasião de ver que, em inúmeros casos se fazem exceções às regras e leis gerais da propriedade por inconciliáveis com os direitos ou deveres do homem-escravo, com os princípios de humanidade, e naturais. E assim veremos que é, de um lado, errônea a opinião daqueles que, espíritos fortes, ainda que poucos, pretendem entre nós aplicar cegamente e sem critério ao escravo todas as disposições gerais sobre a propriedade, bem como, de outro lado, não o é menos a daqueles que, levados pela extrema bondade do seu coração, deixam de aplicar as que devem sê-lo; apesar de que, em tal matéria, é menos censurável o procedimento dos últimos. – Em todas as questões sobretudo e com especialidade nas que se referem ao estado de livre ou escravo, deve-se temperar com maior equidade possível o valor das leis gerais, sem, todavia, ofender o direito certo, liquido, e incontestável de propriedade, resguardando-o tanto quanto seja compatível com a garantia à favor da liberdade. Nesta conciliação está toda a dificuldade.²⁶¹

5.5. Escravidão: um impasse civilizatório

As elites políticas do Brasil e da Espanha buscavam saídas para as futuras alterações nas relações de trabalho como forma de garantir a manutenção da produção e o controle da massa de homens e mulheres oriundos do estado de escravidão. Entretanto, os dilemas da questão servil foram radicalizados pela Guerra Civil Americana. O conflito que se tornou o mais sangrento dos Estados Unidos, levando a termo mais de seiscentas mil almas, ecoou de forma inconveniente às elites obrigando aquelas sociedades, cuja produção era regida pelo sistema escravista, a responder sobre a questão escrava de maneira mais urgente.

Muito pela força da pressão internacional, algumas atitudes pontuais do imperador D. Pedro II durante a década de 1860 denotavam sua inclinação para resolver o problema da escravidão, como, por exemplo, as proibições do uso do chicote nos castigos físicos, em 1865, e

²⁶⁰ DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pg. 257.

²⁶¹ MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **op. cit.** Capítulo III, item 28.

do emprego de escravos em obras do governo, em 1866.²⁶² Neste mesmo ano de 1866, a organização francesa Comitê pela Abolição da Escravidão enviou uma mensagem ao imperador apelando para que o monarca extinguisse a escravidão no Brasil, ao que o imperador respondeu pública e favoravelmente em sua Fala do Trono de 1867.

Outras ações indicariam a inclinação do monarca em resolver a questão do trabalho servil. No fim de 1865, Pedro II solicitou ao Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno, que elaborasse um projeto de reforma da escravidão. O mesmo foi apresentado ao Conselho de Estado no início de 1867 como base para que os membros daquele parlamento o apreciassem e respondessem se a escravidão deveria ser abolida diretamente, e em caso afirmativo, quando a mesma teria lugar e, por fim, “como e com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?”²⁶³

O problema da extinção da escravatura no Brasil, visto o estado atual da opinião do mundo civilizado, requer da sabedoria e previdência dos altos poderes do império, o mais sério cuidado para que os acontecimentos, que vão acelerando por toda a parte o termo deste trato, hoje condenado sem reserva, não venham colher desprevenido o Governo em assunto tão grave e onde melhor que ninguém lhe cabe a iniciativa a fim de obviar grandes transformações e desgraças.²⁶⁴

Os votos eram quase todos unânimes e positivos quanto à extinção da escravidão. Afinal, havia consenso de que tal instituição era odiosa e internacionalmente condenada e incompatível com os rumos da civilização a qual o império tanto almejava. Todavia, quando a matéria se referia ao momento em que a abolição teria lugar e como ela seria realizada as respostas denotavam uma preferência por estendê-la. Muitas das razões oferecidas como justificativas recaíam sobre a prudência quanto à manutenção da produção agrícola, mas principalmente no que se refere ao controle da população que se tornaria livre no pós-abolição. Mesmo o mais favorável à causa da abolição, o político Nabuco de Araújo, pai do abolicionista Joaquim Nabuco, alertava para a forma de encaminhamento da abolição e advogava em favor de um processo gradual, argumentando que a “abolição imediata e simultânea precipitaria o Brasil em um abismo profundo e infinito. Como garantir a ordem pública contra uma massa de mais de dois

²⁶² CONRAD, *op. cit.* p. 95.

²⁶³ *Ata do Conselho de Estado*, 2 de abril de 1867., Acesso em: 15 de outubro de 2015.

²⁶⁴ *Ata do Conselho de Estado*, 2 de abril de 1867., Acesso em: 15 de outubro de 2015.

milhões de indivíduos, cujo primeiro impulso seria o abandono do lugar onde suportou a escravidão, para os quais a primeira prova de liberdade seria a vadiação?”²⁶⁵

A tentativa de levar a cabo a abolição na sessão de 1867 no máximo considerou a abolição do ventre como solução mais aceitável. Ficava claro que os agentes do estado imperial, à revelia das pressões externas, avaliaram que o encaminhamento para o fim da escravidão deveria manter-se distante do exemplo ocorrido nos Estados Unidos, “onde ali custou rios de sangue, uma guerra tremenda, cujas consequências ainda não se pode prever”.²⁶⁶ O exemplo americano constituía-se como um contra modelo.

Nos anos seguintes à Guerra Civil, a proposta de ruptura radical com a escravidão aos moldes americanos parecia ainda distante. Projetos foram elaborados e levados à apreciação e votação no Conselho de Estado. Mas a matéria que seria fonte de debates em diferentes instâncias da política brasileira durante o final dos anos de 1860 disputou as atenções com a Guerra do Paraguai.

A guerra demandava a atenção dos políticos da época. Para alguns, o debate sobre o fim da escravidão teria que dar lugar à resolução do conflito com o país vizinho. A questão servil, embora matéria importante para a época, poderia aguardar, conforme o conselheiro Visconde de Abaeté ajuizou em seu voto sobre os projetos de abolição: “Não é oportuno tomar medidas diretas para o fim de abolir a escravidão, enquanto durar a guerra contra o Paraguai, e, depois de feita a paz, enquanto não se separar por algum modo o estado de perturbações em que se acham as finanças do País”.²⁶⁷

Para outros, a guerra contra o Paraguai oportunizava empreender o projeto de emancipação através da alforria para aqueles que ingressassem no exército com o objetivo de atender à urgência para o aumento, não só da composição do quadro militar, mas também para responder às pressões do abolicionismo internacional. Porém, o processo deveria ser feito com a máxima cautela e prudência, a fim de não comprometer a disponibilidade de mão de obra à serviço da lavoura.

Está pendente sobre nós uma questão que parece prenha de resultados, que podem tornar muito mais funestos que a guerra do Paraguai: é a emancipação. Neste ponto temos já sofrido e havemos provavelmente de continuar a sofrer a pressão de Governos estrangeiros e poderosos. Esta questão tem sido já agitada na imprensa, e muitas vezes de um modo que lhe tem parecido excessivamente imprudente; a agitação amainou com a guerra, mas há de despertar

²⁶⁵ **Ata do Conselho de Estado**, 2 de abril de 1867. , Acesso em: 15 de outubro de 2015.

²⁶⁶ **Ata do Conselho de Estado**, 2 de abril de 1867. , Acesso em: 15 de outubro de 2015.

²⁶⁷ **Ata do Conselho de Estado**, 2 de Abril de 1867. , Acesso em: 15 de outubro de 2015.

mais viva e incandescente depois de terminar. É uma questão que não deve ser tratada se não com muita cautela e reserva, e de modo que a emancipação seja muito gradual e lentamente realizada.²⁶⁸

Discutia-se a respeito do custo e das finanças para manutenção do Brasil no conflito, mas principalmente sobre o aumento do número de soldados do exército na Guerra do Paraguai.

Neste contexto, onde urgia a questão da emancipação, a alforria da população escravizada foi reclamada pelo monarca como uma forma de ajudar a compor o quadro do exército e ao mesmo tempo realizar a emancipação. O imperador ordenou que o Conselho de Estado opinasse sobre as seguintes questões: a opção pela alforria como forma de engrossar as fileiras do exército no conflito com o Paraguai; quais escravos seriam preferíveis para proceder ao recrutamento e por que meio tal projeto poderia ser realizado.²⁶⁹

A proposta do imperador polarizou o Conselho de Estado, que debateu a proposta no fim do ano de 1866. Parte de seus membros reconhecia na medida uma alternativa para atender às necessidades da campanha contra o Paraguai. Ao mesmo tempo, tal opção acalmaria as expectativas da pressão internacional quanto à urgência na resolução da escravidão conforme alertava o Visconde de Itaboraí, muito embora o parlamentar fosse desfavorável à medida e concordasse que a melhor opção seria o recrutamento de estrangeiros. Para o conselheiro, o emprego de homens de outras nacionalidades, além de ser menos oneroso, oferecia outras vantagens. Após o fim do conflito com Paraguai, o império poderia aproveitá-los para empreender o projeto de colonização.

O debate seguiu revelando as grandes preocupações da elite política do Estado imperial, mas também as polarizações sobre o tema da emancipação. No segundo quesito, cogitou-se libertar em primeiro lugar os escravos que pertenciam ao Estado, em segundo os das ordens religiosas, e em terceiro os de particulares. No primeiro caso, ou seja, a opção pela alforria aos escravos pertencentes ao Estado, os conselheiros desfavoráveis, como foi o já citado Visconde de Itaboraí, argumentavam que, incluindo as mulheres, crianças e idosos, o número de escravos contabilizava 1.427 e que, portanto, excetuando o referido grupo, aqueles aptos para a guerra não seriam suficientes para completar o quadro de soldados que o exército demandava. Deste modo, seria desnecessária tal medida.

²⁶⁸ **Ata do Conselho de Estado**, 5 de novembro de 1866. , Acesso em:15 de outubro de 2015.

²⁶⁹ **Ata do Conselho de Estado**, 5 de novembro de 1866. , Acesso em:15 de outubro de 2015.

Quanto à liberdade concedida a escravos de particulares, a situação seria ainda mais delicada. Temia-se tocar na questão da propriedade privada e a consequente reação da classe dos proprietários de escravos. A indenização como medida para ressarcir os proprietários por suas perdas para o exército do império era encarada como dispendiosa para os cofres da coroa, já tão penalizados pelos custos na guerra contra o Paraguai. Embora os membros do conselho reconhecessem a incoerência da igreja por manter uma instituição moral e mundialmente condenada, o mesmo argumento aplicava-se em relação às ordens religiosas, ou seja, tal medida também incidiria nos cofres do Estado imperial. Cogitou-se também a proposta de enviar os escravizados em lugar daqueles donos que não estivessem aptos ou em condições de atender ao recrutamento.

Outro aspecto que demandava preocupação do Conselho de Estado era o prejuízo que tal medida poderia provocar à produção agrícola, uma vez que os braços empregados na lavoura acabariam sendo deslocados para outros campos, no caso, os campos de batalha na campanha contra o Paraguai.

Porém, o mais preocupante quanto a lançar mão dos escravos pertencentes a particulares era o que a medida poderia provocar entre a população escravizada. A liberdade concedida aos escravizados mediante o ingresso no serviço no exército poderia causar uma avalanche de fugas, segundo alguns conselheiros, ou mesmo insubordinações diante da possibilidade da liberdade. Ao mesmo tempo, armar braços escravos provocaria um risco para os senhores que temiam não só a promoção de fugas, mas também possíveis vinganças e revoltas, conforme avaliou o conselheiro Torres Homem.

Que o estado liberte parte dos escravos em nome da humanidade e civilização, ou se faça no único interesse de obter soldados, isto é indiferente, os efeitos morais são os mesmos sobre a massa geral da escravatura não compreendida na alforria. Em ambos os casos origina a esperança, desperta aspirações, e provoca sentimentos incompatíveis com a segurança dos proprietários e com a ordem publica, no regime monstruoso da escravidão.²⁷⁰

A experiência de recrutamento de escravizados na Guerra de Secessão como forma de alforriá-los aparece como exemplo nas discussões do Conselho de Estado, conforme sugeria o conselheiro Torres Homem.²⁷¹

²⁷⁰ **Ata do Conselho de Estado**, 5 de novembro de 1866. , Acesso em: 15 de outubro de 2015.

²⁷¹ O historiador Victor Izecksohn elabora um estudo comparativo entre as Guerras Civil Americana e a Guerra do Paraguai, no que tange aos esforços governamentais para compor o exército, sobretudo a respeito de como o in-

O que praticou-se nos Estados Unidos na última guerra civil não pode servir de lição ao Brasil. A Abolição imediata da escravidão no sul da União, se havia tomado depois de começada a luta, um dos pontos cardeais da política do Governo Federal. Empregando contra a rebelião batalhões de escravos do Sul, ele empregava seus auxiliares naturais, os que iam combater a favor de sua própria causa, e, portanto, os mais interessados no triunfo da União.²⁷²

Mas o recurso a experiência americana de recrutamento dos libertos e seu ingresso no quadro militar também foi utilizado de forma favorável nos debates daquele fórum. No voto dado por Nabuco de Araújo, o conselheiro argumentava que o chamado de Lincoln para admissão de escravizados no exército e na marinha foi atendido, e que os mesmos tiveram bom desempenho durante a Secessão.²⁷³

A década de 1860, no olhar do historiador Robert Conrad, nos mostra que a declaração do presidente Lincoln golpeava a escravidão nos Estados Unidos e ao mesmo tempo condenava à morte a instituição no Brasil e em Cuba. Mas o processo com que tais políticas foram encaminhadas revela a tendência a estender ao máximo as relações de escravidão, o que parece evidente quando observamos as falas dos parlamentares nas quais a abolição da escravidão nos Estados Unidos é tomada como referência conforme temos visto até então.

Do ponto de vista social, as mobilizações pelo fim do cativo através das ações do abolicionismo em suas diferentes nuances, agentes e ações, parecem ter concorrido de forma mais efetiva para a derrocada da instituição.

Ao fim e ao cabo, a proposta aprovada foi a que concedia liberdade aos escravos de propriedade do Estado imperial que se encontravam em condições para servir os quadros do exército. O decreto 3.725, de 6 de novembro de 1866, dava liberdade também às esposas dos recrutados.²⁷⁴

Mesmo desafiados pelo fim da escravidão nos Estados Unidos, as propostas do parlamentar Silvério da Mota e as ideias do jurista Perdígão Malheiros e dos membros da comissão para o fim da escravidão em Cuba revelam como alguns quadros políticos dos últimos rincões

gresso de homens negros, sejam eles livres ou escravizados, contribuiu para o debate sobre emancipação e cidadania entre os diferentes grupos raciais e sociais no Brasil e nos Estados Unidos. Ver: IZECKSOHN, Vitor. **Slavery and war in the Americas: race, citizenship and the state building in the Unites States and Brazil, 1861-1888**. Charlottesville and London: University of Virgínia Press, 2014, e Resistência ao recrutamento par ao Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, 84-109.

²⁷² **Ata do Conselho de Estado**, 5 de novembro de 1866. , Acesso em:15 de outubro de 2015.

²⁷³ **Ata do Conselho de Estado**, 5 de novembro de 1866. , Acesso em:15 de outubro de 2015.

²⁷⁴ **Coleção Leis do Império**, 1866, p. 313.

do cativo nas Américas pretendiam encaminhar o processo de extinção da instituição do trabalho servil, ou seja, de forma lenta, gradual, e especialmente sem conflitos. A abolição da escravidão no Estados Unidos, portanto, seguia sendo observada como um contra-modelo.

6. A GUERRA CIVIL NA ERA DO ABOLICIONISMO: O PÓS-ABOLIÇÃO: O PÓS-ABOLIÇÃO AMERICANO E AS NARRATIVAS SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS ESTADOS UNIDOS

Em 12 de fevereiro de 1888, o jornal *Correio Paulistano* noticiava o assassinato do delegado na cidade de Penha do Rio do Peixe, na província de São Paulo.²⁷⁵ Segundo aquela folha de notícias, seguia para aquela região um “contingente de força policial, de 5 praças, em consequência do conhecimento que teve a administração de distúrbios havidos naquela localidade e do assassinato do delegado de polícia, Joaquim Firmino de Araújo Cunha, na madrugada de ontem”.²⁷⁶

O crime contou com o envolvimento de cidadãos americanos moradores da região que incitaram a ira de fazendeiros contra o delegado. A revolta dos fazendeiros tinha como motivo o fato de que aquele agente da lei estivera acobertando homens escravizados em processo de emancipação, mas principalmente por ele se posicionar abertamente abolicionista.

O caso aconteceu no último ano de vigência da escravidão do Brasil, quando muitos ex-confederados já haviam desistido do país e voltado para os Estados Unidos. Se a opção das famílias do antigo sul americano pelo Brasil tinha como principal razão a existência da escravidão, seu retorno para a terra natal relaciona-se ao fato de que a instituição naquela década de 1880 já dava sinais bastante claros de que seus dias estavam contados.

6.1. O patriótico movimento

Atitudes como a do delegado de Penha do Rio do Peixe eram uma entre tantas outras praticadas por aqueles que já não mais concordavam com a escravidão e que se utilizavam de diferentes ações para acabar com a instituição. Tal comportamento indicava o crescimento do

²⁷⁵ O caso foi introduzido no capítulo 2 e também foi tratado pela historiadora Maria Helena Machado. MACHADO, Maria Helena P. T. *Os Abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão*. In ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs). *Caminhos da Liberdade: histórias da Abolição e do Pós abolição no Brasil*, 2011, pp1028, Niterói: PPG Versão digital: <http://www.historia.uff/sticto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf>.

²⁷⁶ Tal caso já foi mencionado no capítulo 2, e a ele agora retornamos pontualmente para dar um panorama do abolicionismo na década de 1880. *Correio Paulistano*, Ano XXXIV, n. 9435, 12 de fevereiro de 1888, p. 2.

sentimento antiescravista, mas, sobretudo, a intensificação de diferentes ações que, ora protagonizadas por escravizados, livres e libertos, eram incorporadas por outros grupos sociais e raciais, e ganhavam outros contornos em prol da liberdade de mulheres e homens cativos. Essas ações concorreram para minar efetivamente o sistema servil e caracterizaram o movimento abolicionista naqueles anos de 1880.²⁷⁷

As matérias que se seguiram à tragédia em Penha do Rio do Peixe são bastante elucidativas daquele momento de mobilização pelo fim do cativeiro. O *Correio Paulistano* relatou o episódio, cuja dimensão remetia ao assunto do momento, ou seja, a abolição da escravidão. A matéria registra algumas particularidades sobre o movimento na província de São Paulo. O artigo, cujo trecho segue transcrito abaixo, rebatia as críticas do jornal carioca *Novidades*, que acusava o movimento abolicionista de ser o agente da ruína das plantações paulistas, e que isto deveria “servir de exemplo aos fazendeiros do Rio de Janeiro”.²⁷⁸ Em que se pesem as críticas dirigidas pela folha fluminense, possivelmente orientadas por disputas políticas, as ações e reações ao abolicionismo em São Paulo revelam, a partir dos acontecimentos em Penha do Rio de Peixe, a dimensão e os resultados das mobilizações pelo fim do cativeiro naquela província.

Há mais de seis meses que o movimento emancipador acelerou-se na província; mais de 60.000 escravos têm sido libertados, depois do encerramento da matrícula, sendo que talvez a terça parte á título incondicional; municípios inteiros estão completamente livres, e muitos são aqueles em que o número de escravos está reduzido á proporções insignificantes, aproximando-se a época da sua libertação total; a capital da província, com a sua população superior a 50.000 habitantes, no espaço de poucos dias, ficará completamente expurgada de escravos; tudo, enfim, faz acreditar que a extinção da escravidão, na província de S. Paulo, estará completa no fim do ano de 1888. Entretanto, as condições normais da vida social na província não têm sofrido notáveis alterações. Com exceção de algumas fazendas abandonadas, nos municípios onde se tem tentando obstar a obra da emancipação, o trabalho agrícola continua a fazer-se com a mesma atividade que caracteriza o agricultor paulista e com a mesma confiança nos seus resultados; os libertos trabalham com regularidade, sendo inteiramente falso que se tenham aglomerado nas cidades, entregues á ociosidade; os fazendeiros residem nas fazendas com suas famílias, que aí encontram atualmente mais segurança e outras condições de bem estar; as lavouras apresentam o aspecto animados das boas colheitas, sendo vastas as plantações de cereais, que se fizerem já no período agudo da transformação do trabalho; as estradas de ferro estão em plena atividade, e as companhias cuidam do prolongamento das suas linhas, conservando as ações de cada uma delas os mesmos valores; os bancos da província prosseguem nas suas operações, dando ao credito o mesmo elastério do período anterior á transformação, e novos bancos projetam-se na capital; os imigrantes chegam aos milhares e encontram

²⁷⁷ MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico. O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

²⁷⁸ *Correio Paulistano*, Ano XXXIV, n. 9442, 21 de fevereiro de 1888, p. 2 e 3.

colocação com toda a facilidade; tudo, enfim, denota que a marcha da província no caminho do progresso não encontra obstáculo na obra da emancipação. As cenas de sangue da Penha do Rio do Peixe e o abandono de algumas fazendas são factos isolados, que se explicam pela obstinação de alguns espíritos tímidos ou atrasados em quererem prolongar os dias da escravidão, conservando-se estacionários no meio do movimento geral.

Porque imputar á causa emancipadora o bárbaro assassinato do delegado de policia da Penha do Rio do Peixe, quando os autores desse atentado revoltante foram os adversários dessa causa, aqueles que não quiserem seguir os conselhos da prudência e da previdência, acompanhando o patriótico movimento dos seus comprovincianos, e que lhes ha de servir de gloria nos anais da historia da humanidade?

Porque lançar á conta do sistema de transformação do trabalho adoptado nesta província, o abandono de algumas fazendas, e certa perturbação nas condições normais do trabalho agrícola em alguns municípios, quando é certo que, na generalidade dos casos, as libertações não têm desorganizado o trabalho, sendo a desorganização consequência de falta de aplicação oportuna do sistema que temos aconselhado?²⁷⁹

De fato, o articulista do *Correio Paulistano* estava certo quando calculou que o fim do cativeiro estava próximo. Havia um movimento inclusive por parte de alguns fazendeiros que, prevendo o inevitável fim da instituição servil, começaram a libertar seus escravos na região cafeeira de São Paulo, conforme informavam as folhas de notícia, a exemplo do *Cidade do Rio* que, em 22 de novembro de 1887, reproduzia a notícia direto da redação do *Diário Mercantil* de São Paulo informando que “os Srs. Barão da Serra Negra, Dr. João Conceição e barão de Rezende libertaram todos os seus escravizados, em número de 900. Julga-se que diversos fazendeiros do mesmo município acompanhem o movimento”.²⁸⁰ Muitos fazendeiros, entretanto, concediam a alforria de forma condicional, visando atrelar o liberto a sua propriedade e consequentemente garantir a manutenção da produção de sua lavoura. O Jornal *Cidade do Rio* mantinha uma coluna denominada “Movimento Libertador” em São Paulo, onde divulgava o movimento de alforrias naquela província. Naquele ano de 1888, muitas alforrias ainda eram concedidas de forma condicional.

Em Bragança, o sr. Samuel Saul, tendo concedido liberdade a seus escravizados, sob a condição de prestação de serviços pelo prazo de três anos, acaba de limitar o prazo até ao fim da próxima colheita de café, estabelecendo desde já aos libertos, em número de 7, o salario de 5 mensais.

.... No Descalvado, o Sr. José Vicente da Silveira libertou 15 escravizados com a condição de lhe prestarem serviços até 31 de dezembro de 1888.

²⁷⁹ *Correio Paulistano*, n. 9439, 17 de fevereiro de 1888, p. 2.

²⁸⁰ *Cidade do Rio*, Ano I, n. 54, 22 de novembro de 1887, p. 3.

.... Em Casa Branca, o Sr. Manoel Theodorico Gomes alforriou quatro escravizados para depois da próxima colheita de café, ganhando desde já os homens 25\$ e as mulheres 10\$000.

.... Na vila do Uma, o major Manoel José Vieira Machado concedeu liberdade a todos os seus escravizados com a condição de lhe prestarem serviço por dois ou três anos, sendo o que de prazo de dois anos não terão terras para cultivarem.²⁸¹

Naqueles anos de 1880, quando as agitações tomavam as cidades e as áreas rurais, as fugas e as sedições eram reais e faziam parte da leva de ações que denotavam o fim da escravidão através de figuras notórias do abolicionismo, principalmente por anônimos que, diante da realidade da fazenda e das relações sociais de escravidão, buscaram agenciar formas de liberdade. Na obra *O Plano e o Pânico*, a historiadora Maria Helena Machado, ao investigar os movimentos sociais durante a década em que a escravidão fora abolida, demonstra como as ações do abolicionismo em São Paulo envolviam diferentes agentes históricos, com lugares sociais e raciais distintos e de múltiplos matizes.²⁸² E diferentemente da normalidade que o articulista do *Correio Paulistano* pretendia transparecer, na década de 1880, conforme apontou Machado, o abolicionismo penetrou as fazendas desafiando o poder público, a manutenção da ordem e ao mesmo tempo minando o poder senhorial. Tais ações eram divulgadas pelos jornais que se posicionavam a favor do movimento abolicionista, como era o caso do *Cidade do Rio*. O jornal, de propriedade do abolicionista negro José do Patrocínio, publicava em as “cenar da escravidão” um panorama das agruras do sistema como forma de advogar em favor do fim da instituição. Em sua edição de 24 de novembro de 1887, narrava a dramática fuga de uma família de escravizados no interior da província de São Paulo.

Da estação do Pantojo, na linha Sorocabana, escreveram o Diário Popular, de São Paulo:

A 17 passaram por aqui, entre homens e mulheres, 12 pretos fugidos guiados por um preto velho, que se dizia liberto, mas com mulher e filhos cativos. Disseram que vinham de São João do Rio Verde e com destino a essa capital. Aqui se dividiram, seguindo 9 a pé, e o preto velho, mulher e filha tomaram o expresso para S. Paulo.

Na casa em que aqui se asilaram contaram as peripécias tristes da fuga - o cansaço, a fome, a sede, vendo-se obrigados a matarem afogados dois filhinhos, ambos do sexo masculino, por não poderem carregá-los mais, pois que eles não podiam caminhar e eram muito pesados - estorvando e pondo em perigo a fuga, a marchas forçadas.

²⁸¹ *Cidade do Rio*, Ano II, n. 9, 12 de janeiro de 1888, pg. 2.

²⁸² Cf. MACHADO, 2010.

Em Sorocaba, quando tentavam atirar ao rio uma outra pretinha de nome Felizarda, a mãe desta conseguiu arrancá-la às mãos dos algozes. Felizarda foi dada pelos pretos ao dono da casa em que eles aqui estiveram recolhidos.²⁸³

A narrativa demonstra que o articulista tendia a observar o episódio como uma saga da população negra em sua busca pela liberdade. Separação, morte, “o cansaço, a fome, a sede” colore um quadro de drama, mas também de aventura. Ao mesmo tempo em que o trecho informa a respeito das evasões no interior paulista também parece dispor de tal conteúdo para denunciar as condições do cativo.

O jornal *A Redenção*, logo em suas primeiras edições, publicou a famosa obra *A Cabana do Pai Thomaz*, de autoria da escritora americana Harriett Beecher Stowe. Aliás, os jornais abolicionistas não só publicaram a obra, como divulgavam espetáculos teatrais que a reproduziam as cenas da escravidão americana.²⁸⁴ A denúncia sobre o estado da escravidão nos Estados Unidos, bem como a ênfase na recuperação da sociedade americana e o desempenho da população liberta no pós-abolição, portanto, são aqui identificados como estratégias narrativas do abolicionismo brasileiro.

Os jornais, sobretudo aqueles ligados às organizações abolicionistas, constituíam-se, deste modo, como instrumento da propaganda antiescravista. É por esse viés que os temas da Guerra Civil, da escravidão, mas, sobretudo, do pós-abolição nos Estados Unidos, serão utilizados nas folhas diárias como recurso para argumentar em favor do fim da escravidão no Brasil.

Entre 1860 e 1880 contabilizamos as notícias dos jornais que argumentavam em favor do fim da escravidão, porém recorrendo aos acontecimentos ou personalidades cuja atuação concorreu para pôr fim àquela instituição nos Estados Unidos. Entre os jornais identificados estão *A Redenção*, *A Reforma*, *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano*, *The Rio News*, *O Abolicionista* e o jornal *Lincoln*. Entre as matérias incluem-se a biografia do líder abolicionista Frederick Douglas; a transcrição de discursos do abolicionista americano William Lloyd Garrison; do ministro americano Henry Hilliard; matérias que apontam as conexões do Brasil com o abolicionismo internacional, como por exemplo, a publicação de mensagens de membros da Sociedade Abolicionista Espanhola dirigidas aos abolicionistas brasileiros; além de outras matérias que discorriam sobre o movimento que pôs fim à escravidão nos Estados Unidos. Tais

²⁸³ **Cidade do Rio**, Ano I, n. 56, 24 de novembro de 1887, p. 3.

²⁸⁴ A peça foi encenada no teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, em 1884 e 1887, conforme informavam o **Gazeta da Tarde**, ANO V, n. 88, de 16 de abril de 1884, p. 2; e o **Cidade do Rio**, Ano I, 12 de novembro de 1887, p. 2.

notícias se referiam ao estado da produção econômica americana, mas sobretudo a respeito da situação em que se encontrava a população liberta no pós-abolição. Verificamos que as notícias com esse teor concentram-se em sua maior parte na década de 1880, o que coincide com o crescimento do movimento abolicionista, sobretudo com o surgimento das organizações, que por sua vez criaram seus próprios jornais como meio de divulgação das ideias abolicionistas, mas também das atividades do movimento, como foi o caso do jornal *O Abolicionista*, criado em 1880 e veículo da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, assim como o jornal *Lincoln*, do Club Gutemberg, criado em 1883.

Voltando ao crime de Penha do Rio do Peixe, o jornal *A Província* noticiou em sua primeira página um longo artigo sobre aquele acontecimento trágico. A matéria narrou o episódio e atribuiu o assassinato do delegado Joaquim Firmino à causa da abolição. Para o articulista de *A Província*, a tragédia havia acontecido em decorrência da revolta dos fazendeiros contrários à marcha das emancipações que tomavam a região de São Paulo. Era o reverso do fim do cativo protagonizado por aqueles inconformados proprietários de escravos, conforme afirmava o título do artigo.

O Reverso

Contra o abolicionismo opunham, como argumento para aterrorizar, os horrores que haviam de vir da liberdade em massa. Pintavam as levas de negros saqueando, incendiando, matando. Os quadros mais tristes recebiam da imaginação terrorista as cores mais carregadas e os lances de mais efeito.

O que se deve esperar de uma massa de brutos de tantos indivíduos mal educados, com seus ódios por longos anos sublocados, com suas paixões sopitadas, de um momento para outro lançados na sociedade como homens livres? É a resposta que se tinha com todos os sinais de quem se acha seriamente amedrontado era esta: “As cenas as mais torpes, as mais comprometedoras da ordem publica, da paz das famílias e da tranquilidade do lar”

E tudo veio provar o contrario.

Os escravizados que não obtém dos senhores concessões justas, como outros já têm feito, abandonam as fazendas sem violência, sem atos de desrespeito, sem roubos, sem furtos, atravessam cidades e vilas, passam por casas nas estradas e não praticam nenhum ato de desonestidade e tornam-se credores da estima publica.

Os brutos elevam-se moralmente e pagam com o respeito a lei, á moral, à sociedade, os maus tratos, os sofrimentos, as injustiças e embrutecimentos a que foram sujeitos na escravidão.

Ai mesmo onde os brancos, os homens livres, se arregimentam, saqueiam, matam perturbam a paz publica, eles vingam-se saindo sem reagir contra aqueles que assim procedem com o fim de conservá-los na escravidão. Vergonhoso exemplo para os brancos!

Os fazendeiros da Penha do Rio do Peixe ofendem a civilização da província de São Paulo e oferecem um triste e lamentável contraste com os seus escravos, os tais brutos que tanto o amedrontavam os retardatários e prudentes que

combatiam a abolição e todas as medidas emancipadoras que tendiam a retirar do cativeiro as turmas de infelizes.²⁸⁵

O trecho é revelador e oferece um recorte do momento de dismantelamento do sistema escravista na região cafeeira de São Paulo ao apontar a reação violenta dos proprietários de escravos como resposta à ação abolicionista. Por outro lado, tal trecho indica também as condições com as quais a população escravizada se defrontava ao deixar o cativeiro, ou seja, sem recursos ou destino certo.

Raoul Girardet, a partir de sua análise sobre as construções mitológicas, nos ajuda a compreender as discussões em torno da questão da escravidão apresentadas pelos jornais. O debate, naquele momento, já não mais se dava a partir do questionamento sobre o fim da instituição, mas sim acerca da maneira com a qual tal processo deveria ser conduzido. Segundo este autor, que recorre à análise do mito como função explicativa para as angústias dos grupos sociais, as circunstâncias históricas de recorrência ao mito são normalmente dadas a partir de momentos de instabilidade e crise política ou social e é “definida e desenvolvida a partir do obscuro sentimento de ameaça, testemunho de incerteza ou de pânico”.²⁸⁶ Para a elite política e para alguns fazendeiros da região cafeeira, portanto, a abolição poderia anunciar uma crise e significar a iminência do caos não só econômico mas também social.

A liberdade por meio das ações abolicionistas encarnava o mito do caos ou mesmo da conspiração em vários sentidos, e a recorrência àqueles mitos poderia se dar de maneiras distintas. Para alguns, a conspiração estaria associada às mobilizações em torno do fim da escravidão e da liberdade de mulheres e homens escravizados, por meio da promoção de fugas, mas também pelo temor de atentados, saques e atitudes revanchistas da população liberta contra seus antigos senhores. Já o medo do caos articulava-se à perda da mão de obra. A iminência da falta de braços nas plantações sugeria a falência da lavoura e a ruína da economia, além do medo da perda de suas próprias fortunas. De qualquer modo, seja pela atitude dos fazendeiros inconformados ou não, o conflito na localidade de Penha do Rio do Peixe e demais regiões submetidas às ações abolicionistas, tinha como natureza o movimento que pretendia livrar os últimos escravos daquele regime de trabalho. A polaridade sobre essas questões e o clima em torno das fugas e sedições são utilizados pelos jornais de acordo com o entendimento em torno da forma de encaminhamento da escravidão. Aqueles que consideravam a reforma do sistema com vista

²⁸⁵ **A Província**, Ano XIV, n. 3863, 16 de fevereiro de 1888, pg. 1.

²⁸⁶ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 57.

ao fim da abolição a longo prazo viam no movimento das fazendas o perigo das sedições, mas principalmente o rompimento dos valores de propriedade delineados por uma perspectiva liberal. Já os que advogavam pela abolição viam o movimento das senzalas como ações legítimas, e as reações contrárias àquelas mobilizações significavam a contracorrente do processo civilizatório que o momento exigia. As ações dos fazendeiros de Penha do Rio do Peixe, portanto, eram interpretadas por meio dessas correntes de pensamento.

Para além das ações de violência provocadas pelos fazendeiros, destacam-se nas observações do articulista as características atribuídas à população egressa do cativeiro ou prestes a adquirir a liberdade. Mediados pelas concepções racistas sobre a população negra, mulheres e homens submetidos àquele sistema de trabalho ora são considerados como bárbaros, ora como dóceis. No momento derradeiro da escravidão, os sentimentos de medo pela possibilidade de insurreições e revoltas como forma de vingança pelas condições intrínsecas à escravidão desencadeavam interpretações dos atos violentos como inatas àquela população, considerada naturalmente inferior, e cujo estado a escravidão potencializava. Por outro lado, o fato de deixarem as fazendas pacificamente, sem provocar distúrbios ou saques, poderia também ser atribuído a características relativas à raça, pois “a imagem recorrente do escravo bestial poderia apontar tanto para o escravo passivo – aquele que levava a vida tão resignado quanto um vegetal – como para o escravo violento – aquele que ninguém poderia impedir de cometer crimes”.²⁸⁷ Ambas as representações norteiam a construção de uma imagem sobre a população negra que se traduz como a causa dos males sociais em virtude de suas mazelas provocadas pelo estado da escravidão, mas também por suas características associadas à questão da raça, e que, por sua vez, norteará, no momento seguinte à abolição, as ações de controle sobre essa população.

Veremos em seguida que para o movimento abolicionista de caráter urbano, e que envolvia seguimentos da sociedade letrada, interessava sobremaneira o comportamento do liberto no pós-abolição americano para embasar a luta pelo fim da escravidão no Brasil. Portanto, passados alguns anos da Guerra civil e do fim da escravidão nos Estados Unidos, interessava saber aos abolicionistas o desempenho e as condições de vida daqueles homens e mulheres egressos do cativeiro. E é desta forma que o movimento abolicionista vai olhar o evento americano para projetar o destino da escravidão e advogar pelo fim daquela instituição.

²⁸⁷ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 110.

6.2. Olhares sobre cativo e liberdade nos Estados Unidos

Na década de 1860, a Guerra civil e o fim da escravidão nos Estados Unidos obrigaram as elites escravistas do Brasil e da Espanha a tratar de uma questão que relutavam enfrentar de uma maneira mais efetiva, ou seja, a abolição da instituição servil. Mas como vimos, a opção naqueles anos que se seguiram ao conflito americano foi por um processo lento e gradual, o que concorreu para que tais grupos optassem pelo emancipacionismo. Passados quase vinte anos da declaração de Lincoln que libertou as mulheres e os homens negros escravizados no sul dos Estados Unidos, o abolicionismo irrompe no Brasil. Àquela altura, a população egressa do cativo no sul da União americana já vivia seus primeiros anos em estado de liberdade. Diferente dos outros estados escravistas, a liberdade imediata e não indenizatória, mas especialmente o período da Reconstrução nos Estados Unidos pós-abolição alçou a população negra ao status de igualdade civil, pelo menos do ponto de vista legal em seus primeiros anos. Ao adquirir o direito de usufruir das prerrogativas políticas, a população egressa do cativo pôde se candidatar a cargos eletivos, garantindo a representatividade daqueles que outrora se encontravam despossuídos de quaisquer direitos fossem eles sociais ou políticos. A mudança de status de tal envergadura por certo impactou o mundo que ainda vivia sob a égide do sistema servil. Deste modo, o pós-abolição nos Estados Unidos, moldado por tal experiência, foi “atordoante no mundo do século XIX, sendo a única tentativa feita por um poder externo, em aliança com os escravos emancipados, de moldar uma democracia inter-racial a partir das cinzas da escravidão”.²⁸⁸ Mas quais eram as reais condições daquela população, e como o contexto do pós-abolição americano foi interpretado e apropriado em forma de discurso no Brasil no período em que o movimento abolicionista vivia seu apogeu? Vejamos.

Em 01 de setembro de 1881, o jornal *O Abolicionista* publicava um artigo que trazia informações sobre o “Progresso da Raça Africana nos Estados Unidos”.²⁸⁹ A matéria foi reproduzida do jornal *Gazeta de Notícias* do dia 27 de agosto de 1881, e apresentava trechos da carta de José Carlos Rodrigues²⁹⁰ na qual ele comentava a respeito da conversa que havia tido com o

²⁸⁸ FONER, Eric. **Nada além da liberdade: emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988. p. 76.

²⁸⁹ **O Abolicionista**, Ano II, n. 11, 01 de setembro, 1881, p. 6.

²⁹⁰ Natural do Rio de Janeiro, José Carlos Rodrigues formou-se em direito em São Paulo. Poucos anos depois de trabalhar como advogado no escritório de Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Carlos Rodrigues mudou-se para os Estados Unidos, e em 1870 cria o periódico **Novo Mundo**, jornal que trazia artigos com argumentos contra a escravidão. Conforme consta da correspondência do Luiz Gama, o advogado e jornalista José Carlos Rodrigues teve contato com quadros do abolicionismo no Brasil. FERREIRA, Lígia. **Com a Palavra Luiz Gama**, pg. 104.

cidadão americano M. Smiley sobre as expectativas em relação ao futuro da população negra nos Estados Unidos após o fim da escravidão.

“Quando rebentou a guerra civil” disse ele, “acreditava-se que a emancipação, se se realizasse, não aproveitaria a raça africana. A opinião geral era que os negros estavam destinados a desaparecer diante da raça mais forte. As mulheres, entregues a preguiça e a embriaguez, vivendo sem aconchegos em cochinchos de barro, não poderiam produzir uma raça forte ou sadia; as crianças morreriam por falta de cuidado. Os negros só podiam viver sob a tutela de um braço mais forte que o d’eles, que os guiasse, que os livrasse dos males da ignorância, e da circunstância de pertencer a uma raça muito inferior. Tal era a opinião geral.

“Agora, o que é que temos visto? Já lá se vão dezesseis anos depois que se findou a guerra civil e o negro foi quase deixado a si mesmo. Já temos, por conseguinte, uma boa experiência. E o que nos ensina ela? Isto: em duas palavras: que o negro não só vive, mas que vive prosperamente, que não só trabalha e ajuda o país a enriquecer-se, mas compete com qualquer europeu em certos trabalhos.”²⁹¹

Mesmo demonstrando contrariar as expectativas comuns a época de que, após a abolição, libertos e libertas estariam condenados à ociosidade, tornando-se um peso morto para a sociedade americana, a fala do sr. Smiley sugere que a população de cor desapareceria não pelas condições precárias de vida em que o pós-abolição os havia relegado, mas sim pelas características associadas à raça. Fica evidente que a crença numa suposta inferioridade racial traçava uma visão preconceituosa em relação ao comportamento da população liberta ao mesmo tempo em que delineava as desconfianças sobre sua integração na sociedade americana. Tais expectativas se construía entre as preocupações relativas à manutenção da força de trabalho e às questões que diziam respeito aos aspectos raciais, assuntos que interessavam sobremaneira parte da sociedade imperial. Se, por um lado, há uma narrativa que aponta o grupo emancipado como partícipe da dinâmica social, por outro, tal integração se dava a partir de parâmetros estabelecidos e circunscritos à lógica do trabalho, das limitações ao exercício de cidadania desta população e, principalmente, ao preconceito racial. Portanto, a integração da população negra vai ser observada como resultado da superação de características associadas à raça, ou melhor, delineadas por um olhar racializado a partir de parâmetros científicos. Podemos supor que tal leitura tinha como base as experiências de abolição no Caribe inglês, mas também a revolução haitiana. No primeiro caso, a proposta de aprendizado não surtiu o efeito esperado. Acreditava-

ASCIUTTI, Monica Maria Rinald. Um lugar para o periódico Novo Mundo (Noca Iorque, 1870-1879). Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. USP, 2010.

²⁹¹ **O Abolicionista**, Ano II, n. 11, 01 de setembro, 1881, p. 6.

se que o sistema manteria o ex-escravo no serviço das fazendas. Entretanto, as aspirações da população emancipada por vezes contrariavam tal expectativa, havendo a tentativa, por parte dos senhores de escravos, de exercer a manutenção da força coercitiva aos moldes da escravidão. Já a revolução haitiana, que expulsou e matou grande parte da população branca residente na antiga colônia francesa, exercia o temor por uma possível mudança radical na dinâmica das relações sociais onde o controle político, econômico e social não mais estaria reservado exclusivamente aos antigos senhores. Tal medo era potencializado pelo fato da população escravizada nos Estados Unidos ter conhecimento da revolução caribenha protagonizada pelos negros haitianos²⁹² Como observou Seymour Drescher, o temor sobre o futuro das relações raciais que se seguiu à emancipação ultrapassou até mesmo, em alguns contextos, as preocupações em relação a uma possível ruína econômica.²⁹³

Do ponto de vista social, mais especificamente da população liberta, sua integração foi constituída entre o exercício de sua liberdade e gozo dos direitos adquiridos, e a necessidade de sobrevivência permeada pelos limites impostos pela organização das atividades produtivas, mas também pela tentativa de controle de sua força de trabalho, de sua rotina e de seus corpos. A terra e o acesso a ela significavam a fonte de sobrevivência, e, portanto, é em torno dela que se constituiu a polarização das forças entre libertos e fazendeiros no período posterior a emancipação naquela região.

O sistema de parceria estabelecido entre os grandes proprietários no sul dos Estados Unidos e seus antigos escravos pode ser identificado como o primeiro indício das experiências iniciais nesse sentido. Por um lado, os grandes fazendeiros cerceavam o acesso à posse da terra aos egressos da escravidão, e por outro, a escassez de mão de obra permitia que os libertos pautassem algumas condições do ponto de vista do trabalho de forma que não se assemelhassem àquelas do período anterior à abolição. Esse posicionamento por parte dos libertos tinha apoio e respaldo do Departamento de Libertos criado em 1866 para interceder em favor das necessidades dos ex-escravos e garantir que não houvesse excessos por parte dos grandes fazendeiros nas relações de trabalho.²⁹⁴

... a parceria seria mais tarde associada a um sistema de crédito que, através de endividamento, transformou muitos parceiros em peões. Esse desenvolvi-

²⁹² FONER, *op. cit.* p. 76.

²⁹³ DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

²⁹⁴ FONER, *op. cit.* p. 82.

mento posterior, no entanto, não deve ocultar o fato de que, em uma perspectiva comparativa, a parceria possibilitou a muitos agricultores um controle maior da organização do seu tempo, trabalho e família, e uma esperança de progresso econômico maior do que permitiam muitos outros modos de organização de trabalho.²⁹⁵

Tal sistema era “um meio termo entre a lavoura independente e o trabalho assalariado”.²⁹⁶ Essa solução denotava uma tentativa de resolver a questão da demanda de mão de obra e da produção sob novas bases das relações sociais e de trabalho após a Secessão, mas que por fim acabaram por desfavorecer a população liberta, uma vez que, para a classe proprietária, o que seriam as novas condições das relações de trabalho consistia em concessões às quais os anos de controle sobre aos cativos não os permitiam aceitar, o que se torna mais evidente no período da Redenção, quando o controle político e jurídico são retomados de forma integral pela população branca do Sul.²⁹⁷

Outro indício da fragilidade ou dos limites do exercício da liberdade de mulheres e homens negros emancipados foi a adoção dos chamados Códigos Negros. Adotados entre os anos de 1865 e 1866 inicialmente nos estados da Carolina do Sul e do Mississipi, tais posturas teoricamente discorriam sobre a garantia da população liberta de dispor dos direitos de propriedade, casamento, de realizar contratos, de participar de processos em instâncias jurídicas, como por exemplo, poder testemunhar, processar e ser processado.²⁹⁸ Ou seja, à primeira vista a necessidade de tais prerrogativas demonstrava que a liberdade adquirida com a abolição da escravidão por si só não necessariamente garantia o acesso a tais direitos, sendo necessário, portanto, legislar a respeito. Portanto, tal regulamento parecia garantir o exercício daquilo que qualificava o cidadão. Mas, na prática, os Códigos Negros objetivavam de fato exercer um controle sobre a vida da população liberta ao legislar sobre a vadiagem e especialmente regular as relações de trabalho. É por esta perspectiva que o código vai se constituindo como uma forma de atrelar os trabalhadores a seus empregadores por meio de contratos que limitavam sua liberdade.

O Código do Mississipi exigia dos negros que sempre no mês de janeiro eles estivessem de posse de uma prova escrita de seu emprego para o ano que começava. Os trabalhadores que deixassem seus empregos antes do fim do contrato devolveriam todos os salários pagos até então, e a lei autorizava os brancos a prenderem qualquer negro que abandonasse o serviço de seu patrão. Qualquer pessoa que oferecesse trabalho a um trabalhador já contratado era

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 82.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 82.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 84.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 88.

passível de uma multa de quinhentos dólares ou prisão. Por fim, para assegurar que nenhuma alternativa econômica restasse para o liberto além do trabalho na grande propriedade, eles foram proibidos de alugar terra em áreas rurais.²⁹⁹

Na Carolina do Sul, tal postura parecia limitar ainda mais o campo de atividades da população liberta, cujo trabalho ficava restrito à agricultura e ao serviço doméstico. Dentro de tais atividades havia, além do trabalho excessivo e penalizações pelos dias não trabalhados, uma vigilância de sua rotina diária e controle da vida social, na medida em que, em alguns casos, proibia-se sair da área da fazenda ou receber visitas sem antes solicitar permissão.³⁰⁰

Não surpreende que o olhar do Brasil, pelo menos aquele expresso através dos jornais da época, sobre o pós-abolição nos Estados Unidos tenha destacado não só o comportamento, mas também o tratamento dispensado a população egressa do cativeiro. As restrições à população negra e a privação de seus direitos não passou despercebida.

Nos tribunais não recebiam seus depoimentos contra os agressores brancos. Não lhes permitiam nem possuir nem andar com armas de fogo para sua defesa.

Estabeleceram-se leis contra a vagabundagem. A título de vagabundo, podiam ser presos, multados, vendidos por um tempo limitado a fim de pagarem a multa, alugados segundo o capricho do juiz, ou empregados nas obras públicas pela autoridade.

Em alguns casos recusavam-lhes o exercício de qualquer comércio, de qualquer arte mecânica sem uma licença especial pela qual os anos deviam pagar uma quantia avultada.

Em outros casos, todo juiz de paz podia entregar qualquer menino negro a uma pessoa branca para servi-la, sem que se importasse com o consentimento do infeliz nem com o de seus pais; em outros casos, os libertos eram submetidos a todas as penas que se lhes infligia quando eram escravos. Em um só distrito, e durante um mês apenas, registraram-se quarenta e nove atos de violência cometidos contra eles pelos brancos, e variando desde a pancada até o assassinato. Na Luiziania, até o mês de fevereiro ultimo, foram assassinados oitenta e seis libertos, duzentos e trintas foram feridos a bala, a punhal, etc, e durante esse mesmo período só um branco morreu às mãos de um liberto. No Texas, centenas de libertos foram caçados a tiro como cães. Em Mobile, três igrejas de negros foram queimadas até os alicerces.³⁰¹

Percebe-se que as observações não diziam respeito somente às questões relativas ao âmbito do trabalho, mas também às relações raciais constatadas a partir da violência perpetuada

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 88.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 89.

³⁰¹ *A Reforma*, Ano II, n. 61, 18 de março de 1870.

contra a população liberta no pós-abolição. Tais informações revelam a dimensão dos conflitos entre brancos e negros nos Estados Unidos pós-abolição e, ao mesmo tempo, elaboram um perfil da sociedade americana em que o ódio racial poderia ser interpretado como um dos resultados da emancipação, e conseqüentemente como algo que deveria ser evitado no Brasil.

Eric Foner observou que tais posturas do Código Negro não tiveram grande alcance, já que as medidas foram suprimidas pelo Departamento de Libertos. Além disso, “leis foram aprovadas procurando proteger os negros contra a demissão arbitrária e assegurar o pagamento pelo tempo trabalhado”.³⁰² Entretanto, só o fato das mesmas terem sido elaboradas e engendradas denota a resistência de parte da população branca e proprietária das grandes lavouras dos antigos estados confederados de resistir às transformações que se processavam no âmbito do trabalho. É a partir deste cenário que vão se construir as narrativas em torno do pós-abolição americano no Brasil nos jornais que circularam na Corte e em São Paulo, sejam eles declaradamente abolicionistas ou não. A mensagem abaixo dizia alertar os escravocratas do país ao reproduzir um trecho do discurso do presidente Garsfield dirigido ao Congresso Americano:

A raça emancipada já tem feito progressos notáveis. Com indisputável dedicação a União, com uma paciência e mansidão, que de certo não são filhas do medo, o negro “tem seguido a luz como Deus lhes concedeu para ver a luz”. Têm estado fundando os elementos materiais de independência, alargando o círculo de sua inteligência e começando a gozar a felicidade que cerca as paredes das casas dos trabalhadores pobres e industriais. Merecem a animação generosa de todos os homens de bem. Por minha parte exercerei toda a autoridade do que a lei me investe para assegurar-lhes a mais completa proteção, segundo a constituição e a mesma lei.³⁰³

Assim como esta, outras publicações na década 1870, e mais substancialmente na década de 1880, mesmo aquelas de caráter abolicionista, vão apresentar um panorama do desempenho da população egressa do cativeiro, especialmente sobre sua adaptação à sociedade enquanto homens e mulheres livres. A narrativa sobre o liberto como trabalhador livre, produtivo e ordeiro parecia necessária para contrapor a ideia de um possível colapso social associado às concepções a respeito da população de origem africana. Interessava saber que uso faziam de sua nova condição.

Porém, vez por outra, tal narrativa também era permeada por concepções de raça. Finda

³⁰² FONER, *op. cit.* p. 93.

³⁰³ *O Abolicionista*, Ano II, n. 7, 1 de maio de 1881, pg. 7.

a escravidão, acreditava-se que o liberto deixaria as plantações, abandonando-se à preguiça e à ociosidade. À recusa ao trabalho e ao abandono da terra, e, também, à quebra nas relações sociais de escravidão, eram atribuídas as características consideradas inerentes à raça. Se a fala do presidente Garsfield dirigido ao Congresso Americano contraria tais expectativas, outras demonstram a inferioridade racial a partir de outros parâmetros. Portanto, uma narrativa abolicionista sobre o momento posterior ao fim da escravidão nos Estados Unidos realçava a recuperação do país no qual a população liberta, uma vez atingindo a igualdade em seu status jurídico, teria aderido ao chamado para a sua integração no processo de desenvolvimento e prosperidade econômica e social. E neste sentido, o estado americano, representado na figura do presidente Lincoln, parecia demonstrar que trabalhava para redimir a raça liberta, conforme as narrativas dos órgãos noticiosos.

Recorde-se v. ex. do que nos refere Hyssan em sua importante obra, sobre instrução no Estados Unidos, que, quando na livre pátria de Washington, o benemérito Lincoln soltou o brado de emancipação dos cativos, a iniciativa particular correu a fundar escolas primarias para os pretos que se iam libertando. Surgiram comissões particulares, levantaram-se subscrições, publicaram-se folhetos, fizeram-se meetings, e no meio deste entusiasmo verdadeiramente grande e sublime, ergueu-se o vulto homérico do cidadão Peabody, que ofertou a comissão dos libertos 1.000:000.³⁰⁴

Aspectos sociais do pós-abolição, mas especialmente o desempenho da população liberta, eram objeto de interesse dos abolicionistas para engendrar as propostas de abolição no Brasil. Na década de 1880, os assuntos sobre o pós-guerra civil eram abordados pelos jornais correntes, mas também pelos jornais abolicionistas, e um dos temas comuns em ambos era a educação direcionada aos libertos.

6.3. Educação para a liberdade

Quem tem observado o negro no Sul, sabe que não lhe falta força muscular, nervo e desenvolvimento físico. O negro não é covarde. Durante a guerra civil alguns regimentos de negros foram postos lado a lado com regimentos brancos; esses batalharam com denodo mais que comum.

³⁰⁴ **Diário de Notícias**, n. 421, 06 de março de 1872. Bacharel, Moreira Pinto.

“Mas perguntar-me-eis: o braço então não se avantajava ao negro? Muito, responderei. A vantagem não é física, nem tão pouco intelectual. O negro aprende quase com a mesma facilidade que o branco. Nas universidades de Howard, Atlanta e Fiske, nos colégios de Beréa e Oberlin, que estão abertos a gente de cor, os professores não acham muita diferença entre os estudantes de latim, grego e matemáticas.”³⁰⁵

Depois de séculos em que o conhecimento de determinados ofícios, mas, sobretudo o vigor físico e a força de trabalho, definiam o valor do escravo, não parece incomum que, mesmo ao observar o desempenho da população liberta sob o ponto de vista social e intelectual, o articulista tenha destacado os atributos físicos conforme sugere o início da citação. Mesmo porque, eram tais atributos que definiram durante o estado servil o lugar da população escravizada.

Entretanto, o comportamento da população liberta do ponto de vista do trabalho nos Estados Unidos não era o único aspecto sobre o qual o Brasil procurava se inteirar, a saber pela quantidade de notícias nos jornais da Corte que diziam respeito ao acesso e ao desempenho da população liberta no âmbito da educação. Sua capacidade intelectual era avaliada para atestar que a população liberta estava apta a se integrar na sociedade. Ela se instruíra e, assim, ia se moldando à sociedade americana, especialmente aos seus valores. Assim, importava saber, após o fim da escravidão processado de maneira traumática em virtude da Guerra, como esta população estava sendo educada, quais eram os espaços a ela concedidos e quais os resultados positivos adquiridos, o que significava dizer “que os antigos escravos mostram-se inteiramente dedicados e sinceramente ávidos de instrução, da religião, afeiçãoados a ordem e bem penetrados de sua nova situação”.³⁰⁶

No fim da guerra 40.000 libertos tinham frequentado as escolas de regimentos, e sabiam ler e escrever.

Por maior que fosse a dedicação dos homens e mulheres ocupados com a educação dos libertos, o número das escolas que iam sempre aumentando - contavam-se 4.000 no princípio de 1868 - exigia mais mestres do que podiam fornecer o norte e o oeste. Os generais e superintendentes criaram escolas normais para os negros confiando a estes, logo que tinham recebido as primeiras noções de escrita, de leitura e de cálculo, a missão de ensinar os outros o que haviam aprendido. Os negros fizeram-se professores.

Em 1868 dirigiam 1.200 escolas. Basta um só facto para demonstrar a importância que eles davam à educação: em 1863, a Luiziania, graças ao que forneciam os habitantes, tinha já um grande número de escolas para dar instrução a 50.000 libertos. Necessidades urgentes suprimiram as contribuições. Os negros não descoroçoaram. Já eles pagavam, como todos os outros habitantes, uma parte do imposto em favor da instrução pública e todo empregado na

³⁰⁵ **O Abolicionista**, ANO II, n. 11, 01 de setembro de 1881, p. 6.

³⁰⁶ **A Reforma**, Ano I, n. 189, 28 de dezembro de 1869, p.1.

conservação de escolas destinadas aos brancos e d'onde eram excluídos os negros. Ofereceram uma contribuição especial para a educação de seus filhos sem se eximirem do imposto comum.

Em alguns anos, a raça emancipadora elevou-se quase ao nível da raça civilizadora. Escolas de meninos, escolas de adultos, escola normais, industriais, escolas profissionais para moças, caixas econômicas, sociedades de temperança, tinham surgido como por encanto; 300, 000 negros, homens, mulheres e meninos, participavam dos benefícios da educação. Em fim um jornal hebdomático, o *Republicano*, inteiramente redigido por homens de cor, publicava-se em 1867 em Raleigh, capital da Carolina do Sul.

De certo merece ser admirado esse povo americano que, em seu ardor generoso, depois de ter alforriado 4 milhões de escravos, prodigaliza seu ouro para dar a esses novos irmãos todas as vantagens inerentes á instrução; porém é de justiça mencionar a inteligência que fez um povo de escravos compreender que não poderia ombrear com seus antigos senhores senão instruindo-se como eles, isto é, fazendo desaparecer o sinal mais característico da desigualdade que os separava.³⁰⁷

Conforme salientou W. E. B. Du Bois, além do desejo por terras, havia entre a população liberta um grande interesse, ou melhor, um frenesi por escolas no pós Guerra Civil.³⁰⁸ Tal fenômeno é atribuído ao fato de que durante a escravidão o acesso da população negra à educação era negado por leis bastante proibitivas e que se tornaram mais severas após a rebelião de Nat Turner, na Virgínia. Ainda durante a escravidão, segundo dados de Du Bois, dos 488,070 dos negros livres em 1860, 32, 629 frequentavam escolas e somente 91,736 eram aptos a ler e escrever. Já durante a guerra começaram os primeiros esforços de reverter tal situação. A experiência de ensino nos campos de refugiados foi adotada por organizações filantrópicas, e escolas começaram a ser criadas na Virgínia à medida em que os negros eram capturados e libertos. A tentativa de massificação do acesso à educação continuou com a propaganda de campanhas para arrecadar fundos em apoio à criação de escolas. Em 1866, a população negra da Geórgia organizou a Associação Educacional da Geórgia, voltada para estimular os libertos a organizarem unidades escolares em suas localidades, o que resultou na criação de 191 escolas diurnas e 45 noturnas.³⁰⁹

Mas qual seria o lugar da educação para a população liberta? Por que e como tal assunto constituía destaque nos jornais brasileiros, justamente no período de efervescência do abolicionismo? As respostas a essas perguntas dizem respeito também ao lugar da educação no Brasil que, por sua vez, tem relação com a ideia de construção de uma nação civilizada, que procurava

³⁰⁷ **A Reforma**, Ano II, n. 3, 05 de janeiro de 1870. Pgs.2 e 3.

³⁰⁸ DUBOIS, W.E. B. **Black Reconstruction in America, 1860-1880**. New York: The Free Press, 1998. p. 123.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 645.

se distanciar dos estigmas da escravidão. Neste sentido, a educação teria, segundo Analete Regina Schelbauer, o papel de disciplinar e educar para o trabalho.

Educar para a liberdade torna-se a questão em torno da qual debateram os diferentes autores e atores do período, na crença de que a escola seria o instrumento necessário para educar o povo para o uso de suas liberdades. Tal necessidade justifica-se, nas argumentações dos proprietários, publicistas e viajantes da época, pelo fato de que a liberdade para essas classes tinha o significado de desprezo pelo trabalho. Diante disso, a educação passa a ser enfatizada como responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo treinamento de mão de obra e disciplinarização para o trabalho.³¹⁰

O domínio e acesso ao conhecimento significavam a educação como parte do progresso material e civilizatório, mas principalmente a garantia da ordem e da disciplina, da moralidade e da instrução dos valores liberais e religiosos. Aureliano Candido Tavares Bastos, ao escrever sobre a instrução pública, chamava a atenção para a necessidade de “indicar as medidas principais, que devem as assembleias adotar, com a máxima urgência, para elevarem o nível moral das populações mergulhadas nas trevas”.³¹¹ Buscando inspiração nos Estados Unidos, Tavares Bastos apontava os benefícios do sistema de educação nacional promovido por Horacio Mann adotado em muitos estados americanos, e que incluía “filhos do todo o povo, para rico e para o pobre, para o branco e para o negro”.³¹² Porém, Tavares Bastos destacou a urgência de investir em uma educação direcionada para atender às necessidades prementes da indústria nacional, ou seja, o conhecimento sobre assuntos do campo e da produção agrícola.

Das escolas profissionais, são as agrícolas sem dúvida que mais precisamos. Há muito, devêra o governo central fundá-las em quatro, pelo menos, as províncias, Maranhão, Pernambuco, Rio-Grande e Minas, aproveitando nesta o ensaio começando pela companhia União e Indústria. Ele poderia também promover o estabelecimento de tais escolas em cada uma das outras, contribuindo, da sua parte, com a despesa de engajamento (na Europa ou nos Estados Unidos) de professores competentes e seus ordenados, com o fornecimento do material preciso, a compra de terrenos e a construção das casas. Fizesse cada província o seu custeio anual, pouco oneroso alias. Em compensação, devera o governo obter de todas elas a consagração da seguinte regra, que reputamos eficaz pra assegurar a frequência dos novos estabelecimentos: o curso da escola agrícola será requisito indispensável para os candidatos aos empregos provinciais de ordenado superior a 800\$, por exemplo.

³¹⁰ SCHELBAUER, Analete Regina. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil, de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998. Pg. 38.

³¹¹ BASTOS, Aureliano Candido Tavares. **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996. Pg. 236.

³¹² **Ibid.**, p. 236.

É bem estranho, sem dúvida, que a província do Rio de Janeiro, cuja renda se aproxima de 4,000 contos, não possua uma aula ao menos dedicada á lavoura, quando deverá de ter um estabelecimento normal desse gênero. Cada estado da União americana procura fundar o seu, engajando os mais hábeis profissionais, os homens mais práticos nesse ramo dos conhecimentos. Alguns dos institutos norte-americanos são escolas-modelos, não somente pelo seu material, como pela excelência do ensino que neles se oferece aos jovens destinados á grande indústria nacional, que ali se aperfeiçoa incessantemente, a agricultura.³¹³

Nada mais pedagógico do que apontar o sucesso da população liberta americana, mostrando que, de certo modo, a abolição havia dado certo e que, portanto, as elites políticas e econômicas do Império não precisavam se preocupar ou temer o destino da escravidão, ou melhor, o seu fim. O caso americano provava que a abolição da escravidão, de forma imediata e sem indenizações, não tinha provocado profundos abalos, e que vinha sendo bem sucedida, apesar da resistência, por vezes violenta, de alguns sulistas inconformados com o novo status dos egressos da escravidão, conforme noticiava o *Jornal A Reforma*:

As tentativas para dar-se instrução aos negros provocaram em toda parte a mais amarga hostilidade. Em diversos lugares a população destruiu as escolas e os professores, mulheres em geral, viam-se na necessidade de fugir para não serem assassinadas. Estes atos criminosos foram cercados com os motins de Memphis, e da Nova Orleans, onde muitos unionistas pacíficos e negros inofensivos foram assassinados do modo o mais selvagem, e um número ainda mais crescido ficou horivelmente ferido.³¹⁴

Como sabemos, não só o acesso ao sistema educacional, mas também outros espaços da vida social e política, especialmente no período posterior à Reconstrução, foram negados à população liberta por meio da política de segregação racial, que só teria seu desfecho na década de 1960, com as mobilizações pelos direitos civis. O *Correio Paulistano* também chamou a atenção para as dificuldades encontradas pela população liberta em virtude do “predomínio de castas e a ação da Ku Klux Kan”³¹⁵, em artigo que tratava da produção de algodão nos estados do Sul da União americana. Para além das iniciativas de acesso à educação, tal cerceamento por meio da ação violenta noticiada no jornal *A Reforma* e no *Correio Paulistano* revela ainda o estado das relações raciais, pelo menos nos estados do Sul. Assim, o pós-abolição americano

³¹³ *Ibid.*, p. 248.

³¹⁴ *A Reforma*, Ano II, n. 61, 18 de março de 1870. p.3.

³¹⁵ *Correio Paulistano*, Ano XVIII, n. 4417, 26 de abril de 1871, p. 1.

parecia o paraíso do ponto de vista da inserção da população liberta, mas o inferno do ponto de vista das relações raciais.

Portanto, as notícias sobre a inserção da população liberta quanto ao acesso à educação não deixaram, por outro lado, de apontar outros aspectos de natureza racial, de interpretações sobre as relações entre brancos e negros no pós-abolição, e principalmente sobre uma visão do negro permeada pelos conceitos raciais da época. Tais conteúdos expressam leituras que identificam a condição do negro a partir do estado da escravidão, e que, por esse motivo, a liberdade deveria ser acompanhada de educação. Acreditava-se que cabia ao branco o papel de educá-lo, de dar as condições necessárias para a sua instrução.

...O negro não deve ser deixado a sós. O contato com os brancos é a melhor educação que se lhe pode dar. A principio este contato custa muito caro aos brancos: mas isto não se pode remediar. O negro gosta do branco e prefere-o ao individuo da sua mesma raça.

Assim, se me perguntardes qual é o estado atual da raça negra neste pais, direi que é excelente. Os defeitos do negro prova, da longa escravidão, e de estarem naturalmente atrasados. Eu não posso ouvir dizer que a raça é degradada, ou que está decaída. O negro nunca subiu para cair. O branco decaído e muito pior exemplo do homem do que o negro mais baixo.

Os negros estão trabalhando bem, e os estados do Sul são o seu campo natural de atividade.

Os d'alli são mais independentes e varonis do que os do Norte, que se empregaram em serviços de portas a dentro.

.... Quanto ao Brazil, o conselho que dou é este: acabem de uma vez com a escravidão.

É esta como um espinho que penetrou na carne e que a faz doer atrozmente, mas que a gente nao quer tirar, por medo da operação, que fez aumentar a dor. Aqui no Sul não há um só fazendeiro que queira outra vez a escravidão, ou que não diga que – há males que vem para bem – referindo-se a guerra civil. Mas os brasileiros devem cuidar desde já da educação moral e industrial dos jovens negros. Devem ajudar o negro de todas as formas. Devem acostumar-se a olhar para eles como co-participantes nas promessas de Deus por Jesus Christo.³¹⁶

Já distante da época da Guerra Civil, alguns jornais, quando publicavam matérias que enfatizam a Secessão, começavam por destacar a participação e o desempenho dos libertos ao integrarem os exércitos do Norte.³¹⁷ Normalmente ressaltavam a superação da guerra do ponto de vista da integração da população liberta na sociedade americana. Ao mesmo tempo em que

³¹⁶ **O Abolicionista**, Ano II, n. 11, 01 de setembro, 1881, p. 6.

³¹⁷ Sobre recrutamento e participação de libertos na Guerra de Secessão ver IZECKSOHN, Vitor. **Slavery and war in the Americas: race, citizenship and the state building in the Unites States and Brazil, 1861-1888**. Charlottesville and London: University of Virginia Press, 2014, e Resistência ao recrutamento par ao Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, pp. 84-109.

havia a necessidade de provar as qualidades da população liberta em sua capacidade cognitiva, havia o olhar racializado e científico, uma vez que os parâmetros de análise eram sempre aqueles que mediam a capacidade do liberto associado a uma questão de raça. A educação, neste sentido, era considerada condição para o exercício da liberdade e para melhor organização do trabalho livre.

O abolicionismo que tomava os jornais como instrumento de propaganda antiescravista também recorria aos desdobramentos do pós-abolição nos Estados Unidos. Não eram somente os jornais correntes, portanto, que chamavam a atenção para o comportamento da população liberta no que se refere à educação. Conforme observado na República americana, o acesso à educação era valorizado entre segmentos do abolicionismo que não divulgavam somente os resultados da promoção da educação entre os libertos na América do Norte. Entidades abolicionistas buscavam aplicar no Brasil aquilo que acreditavam fazer parte da redenção da população cativa e liberta, e, conseqüentemente, a do país. Era preciso libertar a população da escravidão do ponto de vista institucional, mas também do cativo moral que o sistema servil os havia relegado. Para tanto, organizações abolicionistas na Corte e em São Paulo criaram escolas e cursos de alfabetização que incluíam livres, libertos e também escravizados.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a Loja América, criada em novembro de 1868 e da qual fazia parte o abolicionista negro Luiz Gama, “resolveu trabalhar no intuito de promover a propagação da instrução pública e a emancipação dos escravos pelos meios legais”.³¹⁸ Conforme noticiava O Abolicionista, a escola funcionava em horário noturno e possuía 214 matriculados, dos quais cerca de 100 efetivamente frequentavam as aulas. Para o republicano Luiz Gama, a educação era o exercício da caridade e meio de promoção da “igualdade dos homens, de seus direitos naturais indebitamente postergados”.³¹⁹

Já o jornal *Gazeta da Tarde*, editado pelo jornalista e abolicionista negro José do Patrocínio, anunciava entusiasticamente em sua primeira página do dia 27 de dezembro de 1882 a iniciativa do clube abolicionista Gutenberg de criar cursos gratuitos voltados para este público. Os festejos da inauguração seriam em ocasião bastante apropriada, uma vez que a data celebraria os vinte anos do fim da escravidão nos Estados Unidos. Aliás, o veículo de informação do Club Gutenberg recebeu como título o nome do presidente americano Lincoln.

No dia 1 de janeiro vai ser esta cidade testemunha de mais uma cena digna de aplausos. O Club Gutenberg inaugura no prédio n. 97 da rua das Flores a sua

³¹⁸ *Correio Paulistano*, Ano XVIII, n. 4576, 10 de dezembro de 1871, p. 2.

³¹⁹ *Correio Paulistano*, Ano XVIII, n. 4576, 10 de dezembro de 1871, p. 2.

escola noturna gratuita para instrução de menores e adultos livres, libertos e escravos, sem distinção de cor, nacionalidade ou religião.

A festa de inauguração é comemorativa ao 20o aniversário da abolição do elemento servil nos Estados Unidos.

Inaugurando a sua escola, o novo e já notável clube abolicionista transfere a sede da sociedade para o edifício da rua das Flores, saindo para esse fim incorporado e precedido do seu estandarte, às 9h da manhã, do dia 1, da casa n. 51 da rua do Lavradio.

Por essa ocasião, será distribuído, n. 2 do *Lincoln*, importante órgão do clube. A ideia caminha.

As sociedades abolicionistas, é bom que os senhores de escravos o saibam, não curam só de libertar o escravo, fazem mais restituindo-o á sociedade, preparam-no para sentir os deslumbramentos da Luz.

O clube dos Libertos, tentando uma escola gratuita, tem tornado seus diretores beneméritos da pátria e da humanidade, o Club Gutemberg, fazendo o mesmo, muito concorrerá em benefício deste país, propriedade exclusiva de uns tantos indivíduos faltos de coragem para o trabalho e que entendam viver sempre á custa do suor alheio.

Louvemos os distintos sócios do clube.³²⁰

Apesar de fazer parte do tecido social, para o articulista, os libertos estavam fora da sociedade. A notícia indica a crença na educação como redentora da raça e responsável por levar a luz do conhecimento e da civilidade, cujo processo o abolicionismo era responsável. Sua missão, portanto, parecia não ser somente a de pôr termo à escravidão, mas também a de conduzir os libertos em sua vida de liberdade. O Club Gutemberg também noticiou no *Lincoln* sua iniciativa, argumentando que a criação de sua primeira escola, em “data tão gloriosa para a humanidade e para a memória do honrado lenhador de Kentuck, que foi o mártir da liberdade de cinco milhões de escravos” tinha como objetivo e missão “libertar e instruir os cativos”.³²¹

O abolicionismo no Brasil, pelo menos aquele oriundo do espaço urbano e que trazia em seus quadros algumas figuras da chamada boa sociedade, via o escravo como “bestas, pois a negação da liberdade significava a supressão da razão, a qual os abolicionistas consideravam como fulcro da natureza humana”.³²² Tal realidade é justificada por Celia Maria Marinho de Azevedo pelo fato do abolicionismo brasileiro não ter estabelecido um rompimento com a ideologia escravista que havia sido construída ao longo dos três séculos de escravidão, cuja crença repousava sobre a inferioridade do africano. Portanto, entre a justificativa da escravidão como forma de doutriná-lo e tirá-lo da barbárie e a sua condução a uma vida de liberdade através dos

³²⁰ *Gazeta da Tarde*, Ano III, n. 296, 27 e dezembro de 1882, p. 1.

³²¹ *Lincoln*, Ano I, n. 2, 01 de janeiro de 1883, p. 1.

³²² AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 102.

valores transmitidos pela educação e pelo conhecimento, parecia haver uma base comum que era a crença na inferioridade racial dos africanos e de seus descendentes.

Criado em 1880 por iniciativa dos membros da Imperial Associação dos Typógrafos Fluminense, o Clube Gutemberg, assim como outros clubes abolicionistas, usavam diferentes estratégias para promover ações antiescravistas. O editor do jornal *Lincoln*, por exemplo, também tipógrafo Evaristo Rodrigues da Costa, acolhia e abrigava cativos em sua casa comercial e em residência.³²³ A citada Loja América, fundada por Luiz Gama e Rui Barbosa, atuava não só na promoção do acesso à instrução pública. O compromisso da entidade maçônica com abolicionismo previa a manumissão dos escravos. Seus membros contribuíam com recursos pecuniários para a concessão de alforrias. Mas além das escolas para a população de cor, havia também a criação de jornais, e por meio deles propagavam-se ideias e informações que subsidiavam os argumentos em favor da abolição.

6.4. Dados eloquentes

O ativismo que se pautou no caráter discursivo tomou a deslegitimação do escravismo e a defesa da abolição imediata³²⁴ enquanto estratégias. Nos jornais abolicionistas o tema vez por outra era retomado advogando em favor do fim imediato do cativeiro. Destacava-se, neste sentido, o desempenho da população negra quanto à sua permanência nos postos de trabalho e sua integração social, ainda que tais análises estivessem mediadas pelo olhar de inferioridade da raça africana e seus descendentes, mesmo porque a campanha pela abolição se deu sob a égide de um período marcado pelas ideias liberais, científicas e hierarquizantes, onde o negro era o outro inferiorizado biológica e culturalmente.³²⁵

Mas, os resultados do momento posterior ao fim da escravidão nos Estados Unidos eram igualmente utilizados para afirmar o bom desempenho da produção industrial e agrícola. Mesmo após a devastação de parte do território americano, buscava-se demonstrar que aquela

³²³ COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **A “escravidão livre” na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato.** Tese (doutorado): Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.

³²⁴ A historiadora Claudia Regina Santos afirma que a imprensa preconizava dois eixos de luta, especialmente a partir do ano de 1883: a abolição imediata e sem indenização e a democracia rural. SANTOS, Claudia Andrade dos. Abolicionismo e visões da liberdade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 1, 2007, pp. 50-61.

³²⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009; SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

República retomava seu ritmo econômico e seu crescimento de forma significativa e satisfatória. Os jornais traziam matérias que apresentavam os números do desempenho americano no pós-guerra e a rápida recuperação da nação americana era atribuída a características e valores daquela sociedade, como a inventividade e o empreendedorismo. Cabia ao Império, portanto seguir tal modelo.

No artigo anterior reproduzimos e comentamos dados oficiais sobre as prodigiosas vantagens obtidas pelo Estado da Carolina do Sul, com a abolição da escravidão, apesar de feita violentamente, sem transição alguma, e sob a pressão de uma das guerras mais calamitosas que tem horrorizado a humanidade. Hoje vamos fazer trabalho análogo em relação a República e ao vastíssimo Estado do Texas, que ocupa grande extensão da bacia ocidental do Mississipi. Os dados numéricos e muitas considerações são fornecidas pelo *Galveston News*, o principal dos jornais do Estado do Texas; foram também reproduzidos no *Rio News* que, na campanha abolicionista, ganha, cada dia, mais nobres títulos á gratidão dos brasileiros e de toda a humanidade.

Para quem sabe, continua o ilustrado órgão da cidade de Galveston, que os Estados do Sul produzem agora muito mais gêneros alimentícios do que antes da abolição, é evidente a conclusão de que eles estão caminhando para um futuro magnífico.

Esta consideração é perfeitamente aplicável á semi-barbara landocracia d'este império. Para monopolizarem o comercio do café, não plantam gêneros alimentícios; o povo é obrigado a pagar feijão, arroz, maizena, ervilhas, legumes etc., etc., dos Estados Unidos, de Portugal, da França e até da Índia; sobrecarregados com os direitos da estulta e exageradíssima tarifa da alfandega.

Só quando, anos depois da abolição, fizermos, como estão fazendo os Estados Unidos, os balanços do escravagismo, saberemos quanto ha custado á nação brasileira sustentar esta aristocracia escravizadora de seus próprios irmãos: monopolizadora e usurpadora do território nacional e dos lotes dos pobres.³²⁶

O conteúdo demonstra que o objetivo de lançar mão das informações sobre a recuperação dos antigos estados confederados, no que se refere a sua economia, era convencer as elites política e agrária do Império sobre as vantagens do trabalho livre. Manter a escravidão significava o atraso não só ponto de vista moral, mas também econômico. Para tanto, havia a mobilização da rede abolicionista internacional, uma vez que as informações sobre os dados comparativos entre os estados do Norte e os do Sul eram organizados e circulavam entre as organizações abolicionistas, que por sua vez propagavam tais notícias através de seus jornais.

Na série de artigos intitulados Algarismo Eloquentes,³²⁷ o jornal *O Abolicionista*, numa série de três edições do órgão de notícias da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, liderada

³²⁶ **Gazeta da Tarde**, Ano II, n. 31, 04 de fevereiro de 1881, p. 1.

³²⁷ **O Abolicionista**, Ano II, n. 3, 01 de janeiro de 1881. Pg. 7; n. 4, 01 de fevereiro de 1881, pg. 6; 01 de março de 1881, pg. 14.

por Joaquim Nabuco, apresentava dados sobre a realidade social e especialmente econômica dos Estados Unidos colhidos durante a década de 1870 e que foram transcritos em formas de cartas apresentadas nos números 3, 4 e 6 do jornal do ano de 1881. O longo artigo Algarismos Eloquentes trazia dados comparativos entre os estados do Norte e os do Sul ainda durante o período da escravidão ressaltando a diferença entre ambos. Os números eram referentes aos censos de 1840 e 1850, “quando o Sul mais prosperava e quando os políticos do Sul ditavam leis em Washington”.³²⁸ Tais dados representavam o desempenho destes estados no que se refere à densidade populacional, à produção agrícola, industrial e comercial. Demonstravam que, ainda sob o sistema servil, os estados do Norte eram superiores aos do Sul, o que parecia querer comprovar as vantagens do trabalho livre.

O quadro abaixo se refere aos dados sobre a agricultura, item o qual o articulista ressaltava ser o de maior interesse para os brasileiros. Sua avaliação era de que, apesar dos estados escravistas suplantarem em termos de extensão os que não possuíam o sistema servil, seu território era menos aproveitado. Além disso, os valores das áreas cultivadas e dos instrumentos agrícolas dos estados do Norte eram maiores do que os do Sul. Ele conclui que “O Norte, mal apenas com a metade da terra cultivável e só com dois terços dos braços do Sul, produzia cada ano duzentos e vinte sete milhões de dólares, em produtos agrícolas, mais do que o Sul”.³²⁹

Verbas	Estados livres	Estados com escravos
Plantações	877,736	564, 203
Acres cultivados	57.688,040	54. 970, 427
Acres não cultivados	50. 394, 734	125. 781, 865
Valor das plantações, dinheiro à vista	\$ 2. 113, 344, 437	\$1.117. 649, 619
Termo em do valor de cada acre	\$19,53	\$ 6,18
Valor dos instrumentos e maquinismos agrícola	\$85. 736, 658	\$ 65. 345, 625
Numero total dos acres dos Estados	292.234, 880	544. 926, 720

Dados do Jornal **O Abolicionista** sobre a agricultura nos Estados Unidos entre os anos de 1790 e 1860.³³⁰

³²⁸ **O Abolicionista**, Ano II, n. 3, 01 de janeiro de 1881, p. 7.

³²⁹ **O Abolicionista**, Ano II, n. 4, 01 de fevereiro de 1881, p. 6.

³³⁰ **O Abolicionista**, Ano II, n. 4, 01 de fevereiro de 1881, p. 6.

Através de tais dados o articulista desejava demonstrar “ao leitor brasileiro alguns fatos que provem que ainda até no terreno da prosperidade material ha tanta diferença entre os Estados onde prevalece a escravidão e os Estados inteiramente livres, como as trevas completas e a luz da verdade”.³³¹ Os dados eram eloquentes porque atestavam que os estados do Norte prosperavam justamente porque não utilizavam o sistema servil. Ao contrário, provava que era pela via da mão de obra livre que se daria a prosperidade do país. Desde os seus primeiros números, *O Abolicionista* veiculava notícias que enfatizavam “Os milagres do trabalho livre”.³³²

Desde que a emancipação dos escravos no Sul pode dar copia de si como elemento do melhor trabalho, o progresso que o Sul tem feito é espantoso, a despeito do péssimo governo que ali houve nos primeiros anos depois da conclusão da paz. De facto, os próprios hábitos da planta estão agora mudados: obrigaram-na a amadurecer mais cedo na estação, fizeram-na mais forte para melhor poder resistir a seus inimigos, os insetos, e tornaram-na mais prolifica. Apesar de ser hoje em dia muito menor em numero de trabalhadores nas plantações do algodoeiro, tanto é muito mais eficaz esse trabalho de homens livres que as primeiras quinze colheitas anteriores, feitas por escravos, em 9.600.000 fardos do valor de 600.000.000 libras ou um milhão e duzentos mil contos – quantia que, entre parêntesis, seria suficiente para comprar todos os escravos do Brasil.³³³

Assim, o abolicionismo que se utilizava dos jornais como forma de propagar sua atuação e as ideias do movimento, recorria aos desdobramentos positivos da abolição da escravidão nos Estados Unidos de forma a convencer que o trabalho livre era a fonte do progresso do país. A abolição americana, portanto, constituía-se como modelo pelo qual a elite imperial deveria se guiar. Se o exemplo americano provava que o trabalho livre era a condição para o progresso, a insistência na escravidão era o seu oposto, ou seja, o atraso. Para tanto, atribuía a resistência do sistema a um comportamento arcaico dos senhores de escravos. O jornal *Gazeta da Tarde* transcreveu a conferência que Nicolau Joaquim Moreira havia proferido no Teatro São Luiz em 23 de janeiro de 1881. Na ocasião estiveram presentes membros da Associação Central Emancipadora e da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, das quais Joaquim Moreira era, respectivamente, vice-presidente e secretário. O motivo do discurso de Nicolau Moreira era rebater

³³¹ *O Abolicionista*, Ano II, n. 5, 01 de março de 1881, p. 14.

³³² *O Abolicionista*, Ano I, 01 de novembro de 1880, p. 3.

³³³ *Ibid*, op cit.

os argumentos de que o movimento em prol da Abolição desejava, em verdade, conduzir o Império às mesmas condições das Antilhas e dos Estados do Sul americano.

É ainda da mais requintada má fé e da mais supina ignorância o argumento com os Estados do Sul da União Americana - Quem hoje ignora que a produção agrícola aí é muito superior em qualidade, em quantidade e em valor á dos tempos da escravatura? - Quem não sabe que a imigração, que outrora fugia dos Estados escravagistas, como de uma terra maldita, esta hoje povoando a vale do Mississippi?

Quem desconhece que, nos Estados do Sul, estão se fundando, todos os dias, fabricas de algodão quando outro a todo o algodão, aí produzido, ia ser fiado e tecido na Inglaterra, em Lowel, ou nas outras cidades dos Estados do Norte, que não possuíam escravos?!...

Como, pois, se ousa afrontar a verdade, vindo dizer que os Abolicionistas querem reduzir o Brasil á miséria dos Estados do Sul?!³³⁴

Em outra edição do mesmo *Gazeta da Tarde*, um artigo intitulado os “Benefícios da Abolição” também trazia argumentos em favor da abolição com base no exemplo americano.

É possível que outrora fossem árduas para o Sul as lições e os métodos da abolição; mas quem ousará afirmar que, em ultima análise, não sejam um grande e real benefício?!

Hoje o Sul é mais prospero do que em qualquer outra época de sua história. Continuando as coisas como vão, a que grau de prosperidade não poderá o Sul aspirar daqui a vinte ou trinta anos?!

Agora, o Sr. Paes Leme que venha refutar esses algarismos e estas deduções com estatísticas sofismadas; com cifras colhidas intencionalmente no momento, em que o Sul, em plena guerra, era devastado pelos exércitos de Sherman e de Grant!!...

Agora o Sr. Barreto que venha com o seu positivismo de senzala; com seus fofos e estultos orgulhos de raça ariana dizer que o africano só serve para plantar café a força de chicote, reforçado com o estímulo de cremação a fosforo e a querosene!!...

Perdeis o vosso tempo: não iludis mais a pessoa alguma: todos sabem que a escravidão só teve e só tem uma razão de ser: - a preguiça, a ganância, o egoísmo e o insaciável parasitismo dos aristocratas.

Este Império é, por desgracia, o ultimo país cristão a livrar-se da hedionda calamidade; mas tem a vantagem de não poder mais iludir-se com os sofismas escravocratas, moral, religião, ciência econômica, finanças, estatística; tudo está de acordo em condenar a escravidão, e em proclamar os benefícios da abolição. Os Estados Unidos, que chegaram a possuir cinco milhões de escravos, demonstraram esta grande tese: - A escravidão é um mal tão grande que para extirpa-lo deve-se até sofrer os horrores de hedionda guerra civil.³³⁵

Havia uma disputa de narrativas em torno dos resultados da Guerra Civil e da abolição.

³³⁴ *Gazeta da Tarde*, Ano II, n. 22, 25 de janeiro de 1881, pg. 1.

³³⁵ *Gazeta da Tarde*, Ano II, n. 31, 04 de fevereiro de 1881, pg. 1.

Cada qual as usando como recurso retórico para operar contra e a favor da abolição no Brasil. No caso dos abolicionistas, incluem-se dentre os argumentos, como vimos, a integração da população egressa da escravidão e o sucesso do ponto de vista de sua adaptação ao sistema de trabalho livre e do acesso à educação, além dos efeitos positivos da produção agrícola e da indústria advindos da adoção da mão de obra livre. Acrescenta-se a esses, a imagem sobre o senhor de escravos, que como indicou o conferencista, era destituído de inteligência, além de ganancioso, preguiçoso e egoísta. Ou seja, o oposto da imagem projetada sobre o homem americano.³³⁶

Conforme observou Celia Maria Marinho de Azevedo, a experiência da escravidão produzida nos Estados Unidos fazia com que os abolicionistas americanos construíssem uma imagem dos senhores de escravos como pessoas perversas, tiranas e pecadoras, uma vez que seu comportamento feria parâmetros morais e religiosos. Ao comparar a imagem do senhor de escravos no Brasil traçada pelos abolicionistas, a historiadora afirma que o abolicionismo brasileiro identificava a crueldade dos escravistas no Brasil para com os seus escravos como resultado de sua ignorância e de seu atraso. Deste modo, era preciso persuadi-lo, mostrando por meio de dados que o Sul só era atrasado do ponto de vista social e principalmente econômico enquanto vigorava a instituição servil.

6.5. Conexões do abolicionismo internacional

De fato, o abolicionismo se interessava pelos resultados do fim da escravidão nos Estados Unidos, o que pode ser constatado não só pelas notícias que circularam nos jornais abolicionistas, cujo teor tendia a confirmar o bom desempenho dos egressos da escravidão, mas também pelas conexões entre quadros do movimento no Brasil e o abolicionismo internacional. Tal fato se constata a partir dos contatos e trocas de correspondências entre abolicionistas brasileiros, americanos, ingleses, cubanos e espanhóis, o que era sobejamente conhecido uma vez que algumas destas cartas eram publicadas nas folhas abolicionistas.

Em carta dirigida ao ministro americano Henri W. Hilliard, o abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco indagava sobre os desdobramentos da abolição da escravidão nos Estados Unidos e os resultados da emancipação junto à população liberta. Passados alguns anos da

³³⁶ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 99.

Guerra Civil, o abolicionista procurava observar os resultados da emancipação ao norte da América preocupado, porém, com o destino da escravidão e dos escravizados no Brasil.

Tomo a liberdade de enviar a V. Ex. alguns exemplares da tradução inglesa do – Manifesto desta sociedade, pedindo-lhe a sua esclarecida opinião sobre os resultados, que a substituição imediata e total do trabalho escravo pelo trabalho livre produziu, e promete ainda produzir, nos Estados Unidos do Sul da União.

...

Ninguém melhor do que V. Ex. Pode eles, com a sua experiência de estadista, que representou importante papel nos acontecimentos, que deram em resultado a emancipação, e com o conhecimento das condições econômicas e sociais daqueles estados, que V. Ex. Pode eles, dizia eu, da grande revolução operada no trabalho agrícola pela instantânea cessação do cativeiro da raça negra. As relações dos emancipados para com seus antigos senhores; a aptidão que eles têm para o trabalho livre; o estado da agricultura sob o regime dos contratos; o progresso geral do país depois da crise inevitável, são pontos muitos interessantes de estudo para nós que teremos que aproveitar, como os plantadores da Luisiana e do Mississippi, os mesmos elementos de trabalho, deixados pela escravidão, e o trabalho voluntário da mesma raça por ela adscrita á cultura do solo.³³⁷

As relações de Nabuco confirmam sua interlocução com quadros do abolicionismo internacional, o que pode ser verificado por meio das correspondências, mas também pelos registros nos jornais antiescravistas.

No importante periódico dessa capital – El Liberal – de 25 de Janeiro de 1881 lemos com a maior satisfação:

“Foi tão concorrido como brilhante o banquete que a Junta Diretora da Sociedade Abolicionista e os deputados liberais de Cuba deram no Restaurante de Lardhy ao orador brasileiro Joaquim Nabuco.

Estiveram no festim, entre outros, os Srs. Labra, Lorni, Guelly, Rente, Betancourt, Chão, Pedregal, Morales Diaz, Salavert, Vidal, Regidor Turador, Carvajal, Zapatero, Sarda, Alvarez Ossorio, Huico, Sainz de Rueda, Romero Leal, Portuondo, Vazcarrondo, Aguilera.

Fizeram-se eloqüentes brindes à Espanha e as nações latinas da America; às reformas ultramarinas que produziram em Cuba a mesma fortíssima adesão à metrópole que une a Inglaterra as colônias britânicas; a Portugal e ao futuro do povo Ibérico: às Sociedades Abolicionistas de Madrid e do Rio de Janeiro, e ao bom exílio da nova campanha, que vão iniciar os Abolicionistas espanhóis.³³⁸

³³⁷ **Carta de Joaquim Nabuco a Henry Washington Hilliard, enviado extraordinário, Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos, 19/10/1880.** Rio de Janeiro: G. Luzinger & Filhos, 1880. Fundação Joaquim Nabuco, doc-082-1 NM 7c A1N/F.

< http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=117>.

³³⁸ **O Abolicionista**, Ano II, n. 5, 1 de março de 1881, p. 11.

A matéria referia-se à viagem que o abolicionista brasileiro havia feito em Madri para estabelecer contatos com os quadros do movimento espanhol. O jantar, que fora oferecido no salão da academia Madrilense de Legislação e Jurisprudência, contou com a participação de abolicionistas da metrópole e da colônia espanhola de Cuba, dentre eles o já conhecido deputado cubano Portuondo.

Alguns nomes citados no trecho do artigo referem-se a personagens que atuaram nas ações pelo fim da escravidão nas colônias espanholas, e que também tomaram o exemplo americano em suas narrativas antiescravistas. Afinal, ao lado do Brasil, a colônia espanhola de Cuba ainda mantinha o sistema escravista. Tais relações indicam, assim, o caráter transnacional do movimento. Rafael Maria de Labra, presidente da Sociedade Abolicionista Espanhola, criada em 1865, e o sr. Bernardo Portuondo, membro da Junta de Informação para reformas na Ilha de Cuba, e autor de um dos projetos de abolição da escravidão apresentado às cortes em 1879, foram figuras destacadas no debate sobre o fim do cativeiro na colônia espanhola. As conexões de Nabuco, portanto, não se restringiram ao abolicionismo inglês, como já é sobejamente conhecido. Aliás, uma das características do abolicionismo foi justamente a utilização dessa rede internacional para pressionar os estados que ainda mantinham a escravidão, conforme observou Angela Alonso.³³⁹ Tal pressão pode ser verificada a partir de dois episódios. O primeiro diz respeito ao famoso caso da crise política e diplomática provocada pelo banquete oferecido pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão ao ministro americano Henry Hilliard, a quem a organização o proclamou sócio honorário.³⁴⁰

O banquete, realizado em 20 de novembro de 1880, foi minuciosamente descrito pelo *Gazeta da Tarde*, desde a disposição dos convidados à mesa até a decoração do espaço que contava inclusive com um quadro com a imagem de Lincoln e seus ministros. Em seu discurso, Nabuco chamou a atenção para o passado confederado do ministro Hilliard: “Representante por muitos anos no congresso de um distrito agrícola, em que o trabalho escravo era o único empregado; membro proeminente da comunhão sulista; senhor de escravos antes da guerra, soldado da Confederação, e, por fim representante da política de conciliação a apaziguamento do presidente Hayes”.³⁴¹ Para o abolicionista, ninguém melhor do que Hilliard para opinar sobre os desdobramentos do fim da escravidão nos Estados Unidos.

³³⁹ ALONSO, Angela. **O abolicionismo como movimento social**. Revista Novos Estudos 100, Novembro de 2014.

³⁴⁰ O episódio foi bem retratado no livro de Robert Conrad. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³⁴¹ *Gazeta da Tarde*, n. 116, 22 de novembro de 1880, p. 1.

O auxílio que recebemos do ilustre Sr. Henry W. Hilliard não podia deixar de ser explorado como uma intervenção estrangeira.

Essa arguição chegou até ao parlamento, onde o presidente do conselho se encarregou de tranquilizar a susceptibilidade ofendida de um partido, que tem imposto não pequenas humilhações ao nosso país. Do documento, assignado pelo Sr. Hilliard, sou talvez quem menos deva falar, tão lisonjeiro é ele para mim; não possa, porém, omitir a profunda impressão que ele produziu em quantos o leram, pela vigorosa justificação que contem da emancipação como único meio de levantar o espirito, energia, o carácter e a fortuna os países enervados ou corrompidos pela escravidão.³⁴²

A carta de Hilliard enviada a Nabuco em que destaca as vantagens do trabalho livre provocou um constrangimento nas relações diplomáticas. O governo brasileiro chamou a atenção de Washington para o comportamento do ministro acusando-o de intromissão nos assuntos do Império. Hilliard esclareceu que não havia de sua parte e nem do governo americano intenções de se interpor nos negócios do Império e que se limitou a “narrar os felizes resultados da mudança em nosso sistema de trabalho” pelo que pode “coligir de quinze anos de observação”.³⁴³ Logo após o episódio, Hilliard foi substituído por James Monroe. A imprensa abolicionista lamentou a saída de Hilliard. Justificou que seu afastamento não teria sido por seu comportamento, mas sim pelas as novas eleições que se avizinhavam nos Estados Unidos.³⁴⁴

O segundo episódio refere-se a uma representação da Sociedade Antiescravista Britânica junto à coroa espanhola, onde são tecidas críticas à política de emancipação para as colônias espanholas no Caribe. A crítica dirigia-se especificamente ao projeto da lei Moret, promulgada em 1870.

Em nome da Sociedade Anti escravista britânica e estrangeira e da Comissão que teve a honra de ser recebida por V. Exc. em 19 do corrente façamos a saber que temos recebido com respeitosa gratidão copia do despacho dirigido a V. Por M Layard, datado em Madri em 8 do atual, relaticvo ao projeto de emancipação apresentado as Cortes e tomamos a liberdade de aproveitar esta ocasião para submeter a V umas certas considerações que tem lhe sugerido o dito documento. Sentimos não poder participar da favoreavel opinião que tem merecido à V. Layard e a você as emendas propostas pela Comissão=, pois se

³⁴² **O Abolicionista**. Ano II, n. 3, 01 de janeiro de 1881, p. 4.

³⁴³ **Gazeta da Tarde**, n. 116, 22 de novembro de 1880, p. 1.

³⁴⁴ **O Abolicionista**. Ano II, n. 6, 01 de abril de 1881, p. 8.

bem são feitas ao sentimento público, são pequenas e na realidade de escasso valor prático.³⁴⁵

A longa correspondência expõe as razões pelas quais a sociedade inglesa se colocava pouco favorável à lei. Na sequência da carta, a sociedade questionava as resoluções adotadas pelo governo espanhol para acabar com a escravidão, tais como a idade limite para a liberdade dos idosos, a liberdade concedida pelos donos por ocasião de casamento e as novas regras para as práticas de castigos. Tais soluções eram consideradas paliativas e pouco resolutivas no que tangia à abolição do cativeiro. A Sociedade reclamava ainda a libertação de escravizados introduzidos em Cuba a partir de 1820 como cumprimento do tratado estabelecido com a Grã-Bretanha, e finalizava a carta dizendo que o sentimento nacional da Espanha seria pela abolição imediata justificada pelas inúmeras petições apresentadas à corte para este fim. Ao que o governo espanhol respondeu:

... Tem o sentimento de manifestar que a maneira com a qual a Sociedade se permite julgar a lei votada pelas Cortes Constituintes é, não somente injusta senão completamente impropria de pessoas as quais se supõem conhecedoras desta questão e que deviam sentir-se tomadas das melhores intenções relativas aos governos e das assembleas que constituem o desaparecimento da escravidão.³⁴⁶

A rede abolicionista internacional exercia, portanto, um papel que, se não era definidor de políticas efetivas pelo fim da escravidão, atuava como grupo de pressão por meio do trânsito de impressos e do caráter associativista do movimento. A circulação de ideias sobre o pós-abolição nos Estados Unidos compôs um repertório de informações que munuiu abolicionistas brasileiros, espanhóis e cubanos para advogar em favor da abolição.³⁴⁷

³⁴⁵ “En nombre de la Sociedad Antiesclavista británica y estrangera y en el de la Comision que tuve el honor de ser recibida por V. E. el 19 del corriente ponemos en su conocimiento que hemos recibido con respetuosa gratitud copia del despacho dirigido a V. por M Layard, fechado en Madri el 8 del actual, relativo al proyecto de emancipación presentado á las Cortes y tomamos la libertad de aprovechar esta ocasión para someter a V unas cartas consideraciones que os ha sugerido dicho documento. Sentimos no poder participar de la favorable opinión que han merecido á V. Layard y a V las enmiendas propuestas por la Comision =, pues si bien son concesiones hechas al sentimiento publico, son pequeñas y en realidad de escaso valor pratico.” **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar 4882, caixa 2, doc. 89, 27 de julho de 1870.

³⁴⁶ “... tiene el sentimiento de manifestar que la manera con la cual l Sociedad se permite juzgar la ley votada por las Cortes Constituyentes es, no solamente injusta sino completamente impropria de personas a quienes debes suponerse conocedoras de esta cuestión y que debían sentirse animados de las mejores intenciones respecto de los gobiernos y de las asambleas que constituyen á la desaparición de la esclavitud.” **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar 4882, caixa 2, doc. 94, 12 de agosto de 1870.

³⁴⁷ ALONSO., **op. cit.** p. 124.

Não foram poucas em sua obra as referências ao caso americano. Nabuco esteve informado sobre a mobilização em torno do fim da escravidão numa perspectiva internacional. Desde a década de 1870, ele estabelecia conexões internacionais do abolicionismo. A *Anti-Slavery Report*, veículo de informação da organização abolicionista inglesa *Anti-Slavery Society*, sediada em Londres, por exemplo, publicava seus artigos e de outros que denunciavam o estado da escravidão no Brasil. A conexão de Nabuco com organizações inglesas tem início a partir de suas contribuições ao *The Rio News*, periódico que circulou na corte do império do Brasil a partir de 1874 e que, ao ser publicado em língua inglesa tinha como alvo os cidadãos de idioma bretão. Ao escrever naquele órgão noticioso para relatar o estado da escravidão no Brasil e escrever em favor da liberdade dos cativos, Nabuco chama a atenção da organização inglesa, que passa não só a manter contato com o abolicionista brasileiro, mas também o elege como porta-voz nos meetings da organização em Londres para denunciar a forma com a qual o governo brasileiro vinha tratando a questão.

Mais uma vez, a questão que aqui se coloca é: em que medida e de que forma a campanha abolicionista na década de 1880 no Brasil absorveu o pós-abolição nos Estados Unidos como elemento integrante do discurso pró-emancipação? As fontes sobre as quais nos debruçamos elegeram personagens e lugares de fala que estão definidos social e politicamente dentro do escopo social de quadros institucionais do império.

Ao cotejar a literatura sobre abolicionismo com a análise das fontes que relacionam o abolicionismo com a Guerra Civil, é possível compreender quais os formatos das narrativas e da formulação de ideias que se utilizaram da experiência americana, especialmente no que diz respeito ao encaminhamento da abolição e ao lugar dos homens e mulheres de cor quando libertos.

Segundo Alonso, o fim da Guerra Civil juntamente com o andamento da abolição nas colônias espanholas constitui-se como um dos três marcadores que definem a emergência do movimento pela abolição no Brasil. O segundo seria a crise política doméstica, definida pela

...dificuldade de lidar com a escravidão e que, em 1868, levou parte do Partido Liberal a protestar contra o governo Conservador no espaço público e reclamar reformas modernizadoras, aí incluída a abolição gradual da escravidão. O fato de esses políticos fazerem política fora das instituições, em conferências e jornais, funcionou como efeito demonstração de uso do espaço público para vocalizar temas que o sistema político barrava.³⁴⁸

³⁴⁸ ALONSO, op. cit. p. 127.

O terceiro marcador, que definiu a emergência do movimento pela abolição no Brasil, diz respeito a uma reforma modernizadora que fomentou o acesso ao ensino, além da expansão da atuação da imprensa com o aumento da criação de jornais, ampliando, assim, os espaços de debate público.

A emergência do movimento, conforme destacou Alonso, implicou a articulação de estratégias de ação, muitas oriundas da referida articulação com o abolicionismo internacional, tais como a criação de associações e a atuação no espaço público. Entretanto, tais estratégias, sejam elas discursivas ou de ação prática, foram reelaboradas e adaptadas no sentido de acomodarem-se ao contexto e à cultura política nacional.

O desfecho da escravidão teria se dado pela configuração de forças que se revezavam no espaço público e político e, entre elas as que saem da mobilização social em prol do fim do cativeiro e que ocupam a esfera política. Figuras que circularam pelo abolicionismo associativista, mas que também, como estratégia, ocuparam outras esferas institucionais, como foi o caso, por exemplo, de Luiz Gama, com sua atuação no campo jurídico, e de Joaquim Nabuco, no parlamento.

Alonso observa o abolicionismo como um movimento saído das bases sociais, que conta inclusive com uma articulação internacional. Define, porém, esse social também a partir da composição diversa do movimento. Entretanto, sua abordagem, mesmo indo de encontro ao grupo social que nos interessa nessa pesquisa, dá pouca atenção à análise do movimento pautado na radicalização das ações pelo fim do cativeiro caracterizadas pela organização de fugas e rebeliões protagonizadas por outros sujeitos sociais: mulheres e homens livres, libertos e escravizados, e outros agentes históricos cuja atuação é anterior ao abolicionismo da década de 1880 e que contribuíram efetivamente para corroer o sistema escravista. Aliás, a radicalidade e potencialidade do movimento abolicionista, conforme observou Maria Helena Machado, incorporou tais formas de mobilização, bem como a insatisfação das camadas populares composta por grupos sociais urbanos que compunham a mão de obra livre subvalorizada, como foi o caso de São Paulo.³⁴⁹

Joaquim Nabuco, expoente do movimento e autor de obra representativa sobre o abolicionismo, recorreu ao evento americano para pautar a forma de encaminhamento da abolição no Brasil. Dizia ele que “A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil,

³⁴⁹ MACHADO, *op.cit.*, 2010.

muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos ”.³⁵⁰

A fala de Nabuco, em meio a outras diferentes passagens que tocam nos Estados Unidos, parece trazer o espectro do conflito americano e das relações raciais naquele país que deveriam ser evitados aqui. Em outra passagem ele deixaria tal pensamento mais elucidativo:

Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostram que a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode, o talento e o mérito de quem incorre nele. Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, da nossa nacionalidade é um interesse público de primeira ordem para nós.³⁵¹

Nabuco estava conectado às leituras sobre a escravidão nos Estados Unidos, vide a referência às obras *A cabana do pai Tomás*, de Beecher Stowe e a narrativa de vida do abolicionista afro-americano Frederick Douglas. Era leitor seletivo do viajante norte-americano Louis Agassiz, e conforme salientou Maria Helena Machado, o abolicionista brasileiro, assim como outros de sua geração iam “depurando as ideias divulgadas por intelectuais norte-americanos e, desta forma, rejeitando uma leitura frontalmente racista da realidade brasileira, qual por seu turno, cada vez mais se implantava nos EUA ”.³⁵²

O olhar dos abolicionistas e intelectuais brasileiros para os Estados Unidos com vistas ao fim da escravidão reflete o caráter transnacional da abolição e sugere que a experiência americana se constitui, no aspecto que se refere ao encaminhamento a abolição, como contra modelo entre os abolicionistas dos anos 1880. Era importante garantir que no Brasil não houvesse uma radicalização das relações raciais tal como se desenhava no contexto dos estados do sul americano após a Secessão.

³⁵⁰ NABUCO, J. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 12

³⁵¹ NABUCO, Ibid., p. 11.

³⁵² MACHADO, 2011. p. 23.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 1867, uma correspondência da legação do Brasil nos Estados Unidos, na cidade de Nova York, levava ao conhecimento do então ministro da Agricultura e Obras Públicas, o conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, um ofício que tratava da imigração de “pessoas de cor, embora sejam livres ou libertas”.³⁵³ A série de ofícios anexada à correspondência buscava resolver o caso do americano J. Cole “que imigrando destes estados para se estabelecer em terras por ele compradas na província de São Paulo, levou em sua companhia uma mulher de cor preta e suas filhas menores”.³⁵⁴ O caso havia sido levado ao conhecimento dos órgãos diplomáticos no final do ano de 1866, e chegou até a receber a atenção do imperador Pedro II que, em resolução de 29 de dezembro de 1866, mediante consulta à seção dos Negócios da Justiça de 30 de novembro do mesmo ano,³⁵⁵ ordenou a legação que proibisse a “imigração de homens ou mulheres de cor, não brasileiros, quer sejam livres ou libertos, advertindo aos imigrantes que naquelas condições, não serão admitidos no território do Império sob pena de serem imediatamente reexportados.”³⁵⁶ A ordem do governo era expressa para que os agentes do estado atuassem com o “mais escrupuloso rigor a esse respeito”, baseando-se na legislação de lei de 1831. A pronta resolução tornava-se um precedente para orientar todos os casos semelhantes de tentativa de ingresso da população liberta procedentes de qualquer país em território brasileiro, em especial aqueles oriundos dos Estados Unidos.

Dez anos após o episódio de Cole, a empresa americana *Contractors Office Madeira & Mamoré Railway*, responsável por contratar engenheiros, trabalhadores e equipamentos para a construção da estrada Madeira Mamoré na região Norte do país, enviou um agente ao Consulado Geral do Brasil em Nova York em 18 de dezembro de 1877 com o objetivo de solicitar passaportes para dois mil negros destinados a trabalhar nas obras de construção da estrada, dos

³⁵³ Ver também: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁵⁴ Cópias anexas ao ofício reservado n. 1, 2ª seção dirigido pela Legação Imperial do Brasil nos Estados Unidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (20/03/1867). AHI: **Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York maço 233-4-3. Arquivo do Itamaraty.

³⁵⁵ Cópias anexas ao ofício reservado n. 1, 2ª seção dirigido pela Legação Imperial do Brasil nos Estados Unidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (20/03/1867). AHI: **Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York maço 233-4-3. Arquivo do Itamaraty.

³⁵⁶ Cópias anexas ao ofício reservado n. 1, 2ª seção dirigido pela Legação Imperial do Brasil nos Estados Unidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (20/03/1867). AHI: **Missões Diplomáticas Brasileiras**. Nova York maço 233-4-3. Arquivo do Itamaraty.

quais 150 já estavam prontos para embarcar. Para o agente da *Contractors Office Madeira & Mamoré Railway*, a escolha daqueles trabalhadores tinha como motivo o fato de serem os “mais apropriados para suportarem o clima dessas paragens.”

O trânsito de pessoas libertas procedentes dos Estados Unidos logo após a lei de abolição nos Estados Unidos parece ter atingido também a ilha de Cuba. Em janeiro de 1866, chegavam na seção do Governo e Fomento do Ministério de Ultramar rumores de que pessoas declaradas livres pela lei de abolição nos Estados Unidos eram “coagidas e transportadas para Cuba e Brasil como escravos introduzindo-se deste modo um novo comércio de escravos nas costas do sul dos Estados Unidos.”³⁵⁷ O boato havia sido espraçado pelo membro do senado americano, Mr. Summer, por meio de carta ao senado em 9 de janeiro de 1866. Curiosamente, o ano era o mesmo em que no Brasil o americano Cole tentava imigrar acompanhado por uma mulher negra e suas duas filhas. A denúncia chegou ao ministro Plenipotenciário espanhol em Washington que tratou de averiguar o caso e concluiu que, pelo conhecido caráter duvidoso do senador Summer, as notícias possivelmente não seriam verdadeiras. Independente da veracidade do fato, cabe destacar que ao se pronunciar sobre o ingresso de pessoas negras a partir deste caso, o governo espanhol e suas representações na ilha de Cuba argumentaram que as instruções que regulamentavam “a entrada, a circulação e saída de gente de cor procedentes do estrangeiro” eram seguidas rigorosamente.³⁵⁸ De acordo com o artigo 21 da lei publicada em 1 de abril de 1849, “o indivíduo de cor livre ou escravo que chegue procedente de país estrangeiro, será imediatamente constituído em detenção segura e com as precauções que foram convenientes até serem relatados”.³⁵⁹

Todos esses casos têm um fator em comum. Apresentam facetas dos desdobramentos da Guerra Civil americana e o fim da escravidão nos Estados Unidos. Demonstram que o evento atingiu os países aonde a escravidão persistia. Colocou para as elites imperiais do Brasil, mas também para aquelas de Cuba e Espanha, a urgência em responder sobre o destino da escravidão e o lugar do liberto.

O agenciamento de pessoas libertas procedentes dos Estados Unidos para serem realocadas em países escravistas remanescentes indica que esta foi uma entre outras formas de lidar com a população livre americana, ou seja, expatriá-la, levá-la como escrava ou agenciá-la como

³⁵⁷ “son coagidas y trasportadas á Cuba y al Brasil como esclavos, introducindose de este modo un nuevo comercio de esclavos en las costas del Sur de los Estados Unidos”. **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, Seção de Governação e Fomento, 4701, Caixa. 2, doc. 61, n. 1.

³⁵⁸ **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, Seção de Governação e Fomento, 4701, Caixa. 2, doc. 61, n. 5.

³⁵⁹ **Arquivo Histórico da Espanha**, Ultramar, Seção de Governação e Fomento, 4701, Caixa. 2, doc. 61, n. 5.

trabalhadores fora de seu território. Por outro lado, a recusa em recebê-los, tanto do governo brasileiro como o da representação espanhola na ilha de Cuba, revelam que a população negra não era desejável em seus territórios, o que podemos notar a partir das características daqueles que eram desejáveis como o colono ideal para o Brasil. O americano empreender do Sul e com experiência no trato da cultura do algodão, mas também no trato com escravo eram qualidades que o credenciavam a estabelecer moradia no Império. Mas essa não era a única razão. A presença de libertos da República americana poderia fomentar a ânsia por liberdade entre a população cativa.

A causa da Guerra Civil, ou seja, a abolição da escravidão teve implicações internacionais mostrando a dimensão transnacional deste fenômeno, o que pode ser verificado, entre outros fatores, nos resultados que reverberaram além de suas fronteiras seja do ponto de vista econômico, seja por seus aspectos sociais. A breve queda na produção do algodão logo após a Secessão fez com que o governo brasileiro vislumbasse o fomento do cultivo do produto, especialmente a partir da imigração de sulistas para o Império.

Enquanto fenômeno transnacional, a abolição da escravidão no Estados Unidos, realizada de forma imediata e sem indenizações, abalou ainda mais as estruturas do sistema escravista que desde sempre eram ameaçadas pela permanente resistência da população escravizada. Porém, desde o final do século XVIII a instituição não só foi fortemente atingida pela revolução haitiana, mas também foi moralmente atacada pelas inúmeras insurreições no Caribe e no Brasil. Os ataques à instituição, porém, vinham também pela organização e pressão do abolicionismo internacional. Ao longo das décadas que se seguiram a abolição nos Estados Unidos, a pergunta sobre o destino da escravidão ficou mais latente e definia as formas de encaminhamento para o fim da instituição servil.

Ao perseguir as impressões sobre conflito americano, no âmbito das discussões sobre o encaminhamento do fim do trabalho servil, nos debruçamos nas falas deixadas por parlamentares, juristas e por parte da opinião pública expressa nos jornais, mas também por alguns dos que participaram do movimento abolicionista. Percorrer tais impressões entre o período que inaugura a Guerra Civil e a lei que pôs fim a escravidão no Brasil nos permitiu verificar que o evento americano teve efeitos de diferentes níveis e que dialogam com as dinâmicas internas do escravismo no Brasil, com as formas de agencia da população escravizada e com as ideias projetadas sobre a composição social do país.

Ao longo das décadas que se seguiram ao conflito americano e ao fim da escravidão nos Estados Unidos o olhar para o evento americano era de alerta e expectativa. Garantir que o Brasil mantivesse a controle sobre o destino da escravidão era seguir à contraluz do modelo

americano. Para os quadros da política imperial, a escravidão no Brasil era considerada menos cruel do que a americana, portanto, o fim da escravidão não deveria se processar da mesma forma. Para tanto, as medidas reformistas e gradualistas foram as opções adotadas para se contrapor ao exemplo americano.

Na década do abolicionismo no Brasil, passados quase vinte anos da lei que extinguiu a escravidão nos Estados Unidos, a experiência da população liberta nos estados do Sul se constituía como argumento para comprovar o sucesso da mão de obra livre. As notícias sobre o desempenho dos egressos do cativeiro na América do Norte eram propagandeadas para advogar em favor do fim da escravidão. Mas àquela altura, as fugas das fazendas, a mobilização de quadros do abolicionismo para a compra de alforrias, para o acoitamento de escravos fugidos e para a reivindicação da liberdade no campo jurídico tiveram um impacto maior e foram decisivas para a derrocada da instituição servil.

8. REFERÊNCIAS DE FONTES CONSULTADAS

BIBLIOTECAS

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Biblioteca Municipal Mario de Andrade, São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Biblioteca Nacional da Espanha, Madri

Hatcher Graduate Library, Universidade de Michigan

INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo Histórico da Espanha, Madri

Cuban Heritage Collection, Universidad de Miami, EUA

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro

Fundação Joaquim Nabuco, Recife

Museu Imperial, Petrópolis

Senado Federal

CARTAS E OFÍCIOS

Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu (19/12/1860). AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras. Washington, maço 233-3-09 (1859-1860). Arquivo do Itamaraty.

Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu, 02/01/1861. AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras. Washington, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

Carta do Antonio P. Carvalho Borges ao Ministro e Secretario dos Negócios Estrangeiros. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Washington, 23/12/1877. maço 233/4/6. Arquivo do Itamaraty.

Ofício enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias

Vieira (1864-1865) e José Antonio Saraiva (1865-1866). AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras. Nova York, 27/09/1865, maço 233-3-10. Arquivo do Itamaraty.

Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York, 30/09/1865. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Carta do Joaquim Nascentes de Azambuja ao conselheiro José Antônio Saraiva. Legação do Brasil nos Estados Unidos, Seção Central, Nova York, 24 /01/1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Carta de Joaquim Maria Nascentes de Azambuja ao conselheiro Antonio Francisco de Paula Souza. Legação Imperial do Brasil, Nova York, 29/01/1866. Doc. 233/4/2. Arquivo do Itamaraty.

Carta de Aureliano Tavares Bastos ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 15 de dezembro de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865.12.15/1 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

Carta de Bernardo Avelino Gavião Peixoto ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 19 de abril de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865.04.19 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

Carta de Daunt. Ricardo Gumbleton ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 14 de outubro de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865.10.24/2 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

Carta de Antonio José Maria Pego Junior ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza. 26 de dezembro de 1865. Acervo Paula Souza, PS ca. 865.12.26/3 c/h. Obras Raras, Biblioteca Mario de Andrade.

Despacho do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Pública, 12 de julho de 1866. Inspeção Geral de Terras e Colonização, Caixa 1212. Arquivo Nacional.

Ofício da Inspeção Geral de Terras e Colonização, 18 de outubro de 1866, caixa 1212. Arquivo Nacional.

Carta de Joaquim Nabuco a Henry Washington Hilliard, enviado extraordinário, Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos”, 19/10/1880. Rio de Janeiro: G. Luzinger & Filhos, 1880. Fundação Joaquim Nabuco, doc-082-1 NM 7c A1N/F. <http://digitalizacao.fun-daj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=117>

ATAS

SENADO Imperial. Anais do Senado Brasileiro, Sessão de 17 de maio de 1861. Livro 1. p.41. Publicação e Documentação, Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1861/1861%20Livro%201.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2013.

SENADO Imperial. Visconde de Jequitinhonha. Anais do Senado Brasileiro, sessão de 03 de junho de 1865. Livro 2. P. 18.

SENADO Imperial. Teófilo Benedito Ottoni. Anais do Senado Brasileiro, sessão de 05 de junho de 1865. Livro 2. p. 20.

CONSELHO DE ESTADO, José Thomás Nabuco de Araújo, Ata do Conselho de Estado, 2 de abril de 1867, vol. 4. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

CONSELHO DE ESTADO, Barão de Muritiba. Ata do Conselho de Estado. 2 de Abril de 1867., Acesso em: 15 de outubro de 2015.

CAMARA DOS DEPUTADOS, Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881) na Sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 p. 23.

<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01274100#page/56/mode/1up>>.

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, caixa 3489, PAC. 2 doc. 3., sessão de 10 de maio de 1867, pg.12.

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, Junta de Informação, caixa 4814, PAC. 2, doc. 9. 21 de outubro de 1879.

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, Junta de Informação, caixa 4931, doc. 1. p. 65.

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4882, docs. 162,

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4882, docs. 163,

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4882, docs. 164

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar, 4882, docs. 165.

Arquivo Histórico da Espanha, Ultramar 4882, caixa 2, doc. 89.

DIÁRIOS

Diario de Pedro II, 17 maio 1862. vol. 9. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Museu de Petrópolis.

LIVROS E PANFLETOS

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

BASTOS, A. C. Tavares. **Cartas do Solitário: Estudos sobre reforma administrativa. Ensino religioso, Africanos Livres, Trafico de escravos, Liberdade de cabotagem, Abertura do Amazonas, Comunicações com os Estados Unidos, etc.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typografia da Actualidade, 1863.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil: ensaio jurídico, histórico e social. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.

BASTOS, Aureliano Candido Tavares. **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **A Escravidão**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

OTTONI, C. B. **A emancipação dos escravos**. Parecer. Rio de Janeiro, Typografia Perseverança, 1871.

REBOUÇAS, André. **Diário e Notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of life of Frederick Douglas, an American slave**. New York: Anchor Books, 1989.

GILLIAM, E. W. The African in the United States. In: **The Popular Science Monthly**. New York Popular Science, volume 22, Fevereiro, 1883, p. 433. Disponível em: <<https://archive.org/stream/popularsciencemo22newy#page/n447/mode/2up>> Acesso em: 01 de agosto de 2016.

LABRA, Rafael Maria de. **La emancipacion de los esclavos en los Estados Unidos**. 1873. Projeto Gutenberg eBook: EBook #42705

SACO, José Antônio. **História de La Esclavitud.(vol.I)**. Biblioteca de Los Clássicos Cubanos. Havana: Imagem Contemporânea, 2006.

JORNAIS E REVISTAS

Atualidades

A Pacotilha

A Pátria

A Província

A Redempção

A Reforma

Cidade do Rio

Correio Mercantil

Correio Paulistano

Correio da Tarde (Campos dos Goitacazes)

Correio da Tarde (Rio de Janeiro),

Diário de Notícias

Gazeta de Noticias

Gazeta da Tarde

Jornal do Comércio

Lincoln

O Abolicionista

O Nacional

O Parlamentar

O Século XIX,

Revista Ilustrada

The Rio News

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEBRÓN, Maria Dolores Domingo. **La Junta de Informacion en Madrid para las reformas en las Antilhas, 1866**. CSIC-Hispania, LXII/ 1, num. 210 (2002).

ADORNO, Sérgio. O abolicionismo na academia de direito de São Paulo. In: **Revista Resgate – Revista de Cultura**, Campinas, n. 5, p. 93-101, 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **De Nabuco a Nabuco**. Folha de São Paulo, 8 de maio de 1987, Caderno B. Pp 6-8.

ALONSO, Angela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. **Revista Novos estudos**. São Paulo, n.88, p.55-70, 2010.

_____. O abolicionismo como movimento social. **Revista Novos Estudos** 100, Novembro de 2014.

_____. O americanista tardio: as relações entre Brasil e Estados Unidos nos escritos de Joaquim Nabuco. In: **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 9-31, jan./abr. 2014.

_____. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. **João Alfredo, o estadista da abolição**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1988.

ASCIUTTI, Monica Maria Rinald. **Um lugar para o periódico Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)**. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. USP, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28):96-109, dezembro/fevereiro, 1995/1996.

_____. Quem precisa de São Nabuco. **Estudos Afro-asiáticos**, vol. 23, n. 1, pp. 85-97. ISSN 1678-4650.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. **Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.13, n. 1, 123-143, 2007.

BAS, Natalia. **Brazilian images of the United States, 1861-1898: a working version of modernity?** PhD Diss., University College of London, 2011.

BARBOSA, Silvana. M., A Imprensa e o Ministério escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863). In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 1, p. 123-147.

BERGARD, Laird W. **The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States**. New York: Cambridge University Press, 2007.

BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos – Correspondências 1880-1905**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BLACKBURN, Robin. **A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOWEN, WAYNE H. **Spain and the American Civil War**. Columbia: University of Missouri Press, 2011.

BRITO, Luciana da Cruz. Abolicionistas afro-americanos e suas interpretações sobre escravidão liberdade e relações raciais no Brasil no século XIX. In: MACHADO, Maria Helena P. T & CASTILHO, Celso (Org.). **Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: EDUSP, 2015.

_____. **Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco Memorialista. In: **Revista Brasileira: Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 66, p.55-80.

CABALLERO, Pilar Calvo. **Política, Sociedad y cultura en el siglo XIX**. Madri: Editorial ACTAS, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Abolição como problema Histórico e Historiográfico. In: _____ (org.). **Escravidão e Abolição no Brasil**. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. A desintegração da ordem escravocrata. in **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e Razão Nacional. In: **Pontos e Bordados: Escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. Pp 35-64.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CEPERO BONILLA, Raúl. **Azucar y abolición (Apuntes para una história crítica del abolicionismo)**. Havana: Editora Cenit, 1948.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril - Os cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo. v.8, n.16, p.83-105, mar./ago. 1988.

_____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **A “escravidão livre” na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato**. Tese (doutorado): Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Historia, Niterói, 2012.

COWLING, Camilla. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**. The University of North Caroline Press, 2013.

CRATON, Michael. **Escravidão e trabalho livre no Caribe (1780-1890): um estudo com particular referência à recente produção acadêmica**. Revista Estudos Afro-asiáticos, n. 22, Rio de Janeiro, 1992.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru: EDUSC, 2004.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEGLER, Carl. **Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma historia da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

DUBOIS, W.E.B. **Black Reconstruction in America, 1860-1880**. New York: The Free Press, 1998.

EISENBERG, Peter. **Guerra Civil Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ECKELS, John. **Destiny Divina: Ideology and Confederado Migration from the American South in Brazil, 1865-1877**. Senior Thesis, Department of History, Columbia University, 2013.

FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flavio dos Santos, SOARES, Carlos Eugênio Líbano, MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra Luiz Gama**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. *Um modelo para o Brasil: representações da América nos escritos do abolicionista afro-brasileiro Luiz Gama*. LASA's Congress, São Francisco, 2012.

FERRER, Ada. **Cuba Insurgente: raza, nacion y revolucion – 1868-1898**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

_____. Cuba en la sombra de Haiti: noticias, sociedad y esclavitud, in NAVARRO, Dolores Gonzáles-Ripoll (org.). **El rumor de Haiti en Cuba: Temor, raza y rebeldia, 1789-1844**. Consejo superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2004.

_____. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. **Almanack, Guarulhos**, n. 03, p. 37-53, 1º semestre, 2012.

FIELDS, Barbara J. & FIELDS, Karen E. **Racecraft: The Soul of Inequality in American Life**. London: Verso, 2012.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/CNPq, 1988.

_____. **Reconstruction, America's Unfinished Revolution, 1863-1877**. Nova Iorque: Harper & Row, 1988.

_____. **Forever free: the history of emancipation & reconstruction**. Nova Iorque: Vintage Books, 2006.

_____. **American Freedom in the Global Age**. Texto do Encontro da American Historical Association, 5 de Janeiro de 2001.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em História), UNICAMP.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **Cuba/Espanha, Espanha/Cuba: uma história comum**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **La historia como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones**. Barcelona: Editorial Crítica, 1999.

FRAGOSO, João. FRAGOSO, João. **Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/ Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FRANKLIN, John Hope. **Da escravidão à liberdade: a história do negro norte-americano**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989. P. 153

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

FURTADO, J. I. Arnizaut. **Estudos sobre a libertação dos escravos no Brasil**. Pelotas: Tipografia Livraria Americana de Carlos Pinto & C., 1883.

GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução**. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. **A Economia Política da Escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

_____. **Os Mundos dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

GILENO, Carlos Henrique. **Perdigão Malheiro e as crises do sistema escravocrata e do Império**. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo : Editora 34, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos. **No meio das águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda negra na Corte. 1888-1889**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (21) 75-96, dez. 1991.

_____. **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

_____. e DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES, Heloisa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 10, nº 20, pp 211-232. Mar/ago. 1991.

GRINBERG, Keila. **Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

_____. Sue Peabody. **Escravidão e liberdade nas Américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, vol. II – 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUGLIOTA, Alexandre Carlos. **Entre trabalhadores imigrantes e nacionais: Tavares Bastos e seus projetos para a nação**. Dissertação (Mestrado em Historia), Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GUTERL, Matthew Pratt. **American Mediterranean: Southern Slaveholders in the Age of Emancipation**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2008.

GUSSI, Alcides Fernando. **Identidades no contexto transnacional: lembranças e esquecimentos de ser brasileiro, norte-americano e confederado de Santa Barbara do Oeste e Americana**. Dissertação (mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1996.

HANER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HARTER, Eugene C. **A Colônia perdida da Confederação**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1985.

HARTMAN, Saidyia V. “**Seduction and the ruses of power**”. *Callalo*. Maryland, v.19, n.2, p.537-550, 1996.

HILL, Lawrence. **Diplomatic relations between The United States and Brazil**. Durham: Duke University Press, 1932.

_____. **The Confederate Exodus to Latin America, II. The Southwestern Historical Quarterly, vol. 39**, No. 3 (Jan. 1936). pp. 161-199.

HINE, Darlene Clark & THOMPSON, Kathleen. **A shining thread of hope: the history of Black woman in America**. New York: Broadway Books, 1998.

HODES, Martha (Org.). **Sex, love, race. Crossing Boundaries in North America**. New York: New York University Press, 1999.

HOETIK, H. **Raça e cor no Caribe**. Revista Estudos Afro-asiáticos, n.31, Rio de Janeiro, 1992.

HORNE, Gerald. **O sul mais distante. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLT, Thomas C. **The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore and London: Johns Hopkin University Press, 1992.

IZECKSOHN, Vitor. **Slavery and war in the Americas: race, citizenship and the state building in the Unites States and Brazil, 1861-1888**. Charlottesville and London: University of Virgínia Press, 2014.

_____. Resistência ao recrutamento par ao Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, 84-109.

_____. **Escravidão, federalismo e democracia:** a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*, Rio de Janeiro, março 2003, pp. 47-81.

_____. **Deportação ou integração. Os dilemas negros de Lincoln.** *Topoi*, Rio de Janeiro. V. 11, n. 20, jan-jun. 2010, pp. 55-74.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros.** São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

JOHNSON, Walter. “On agency”. **Journal of Social History.** New York, v. 37, n.1, p.113-124, 2003.

KAYE, Anthony E. **Joining Places:** slave neighborhoods in the Old South. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

KLEIN, Herbert S. **A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa:** situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas. *Revista Afro-Asia*, n. 45 (2012), 95-121.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas:** sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto. **Palavras e Brados:** a Imprensa abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888). Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1991.

MACHADO, Maria Helena P. T. “De rebeldes a fura-greves: as experiências de liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação In: GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CUNHA, Olívia M. G. da. **Quase-cidadãos. história e antropologias do Brasil pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

_____. **O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. **Brazil Through The Eyes of William James:** cartas, diários e desenhos, 1865-1866. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. In: ABREU, Marta e PEREIRA, Matheus Serva. **Caminhos da Liberdade:** histórias e do pós-abolição no Brasil. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Historia da UFF, 2011.

_____. e HUBER, Sasha. **(T)racer of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje.** São Paulo: Capacete & 29th São Paulo Biennial, 2010.

_____. **Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX.** Tese (Livre Docência) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. e CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre:** Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; SIQUEIRA, A. P. P. A campanha abolicionista e a escravidão no século XIX no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. In: Adriana Pereira Campos; Gilvan

Ventura da Silva (org.). **A escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas**. Vitória: GM, 2011.

_____. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava**: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. Almanack Guarulhos, n. 02, p. 20-37, 2º semestre, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Escravidão caribenha entre dois Atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. E TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, vol. II – 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. E TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1a Edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

_____. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, n. 51 (2015), pp. 37-71.

MATA, Yaci Maia. **Conspirações da “raça de cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)**. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História), UNICAMP.

_____. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, Vol. 5, n.1: 66-90, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAY, Robert E. **The Union, the confederacy and the Atlantic Rim**. Gainesville: University Press of Florida, 2013.

M'BOKOLO, Elikia, **África Negra**: história e civilizações. Tomo II. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.

MELENDÉZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 35-60, 2014.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Entre a mão e os anéis: A lei dos Sexagenários e os caminhos de abolição no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

MINTZ, Sidney W. **Caribbean Transformation.** New York: Columbia University Press, 1989.

_____. e PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica.** Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

MONTAUD, Inés Roldán de. Política y Elecciones en Cuba durante la restauración. **Revista de Estudos Políticos (Nueva Época).** N. 104, abril-junho, 1999.

MOTA, Isadora Moura. **O vulcão negro da Chapada: rebeliões escravos no sertão diamantino (Minas Gerais, 1864).** Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado e História), UNICAMP.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil.** 2ª Ed – São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Costa de. **O Destino (não) Manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil.** São Paulo: União Cultural Brasil- Estados Unidos, 1995.

ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

OROVIO, Consuelo Naranjo. La Amenaza haitiana, un miedo interesado: Poder y fomento de la población blanca en Cuba, in NAVARRO, Dolores Gonzáles-Ripoll (org.). **El rumor de Haiti en Cuba: Temor, raza y rebeldia, 1789-1844.** Consejo superior de Investigaciones Científicas, 2004.

PAMPLONA, Marco A. & MADER, Maria Elisa. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos.** Revista de Historia Ibero Americana, vol.3, n. 1.03, 2010.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846.** Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial, jurisconsulto, escravidão e a lei de 1871.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Tese (doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado), Unicamp, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806.” In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José, A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, (18), Jun/ jul/ ago 1993.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RHEAUME, Ernest R. **South goes South: American Perspectives on Southern Immigrants to Brazil**. (2006). Sênior Honer Projects at the University of Rhode Island. Paper 16. uri.edu/srhonorsprog/16

ROCHA, Antonio Penalves. **Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti Slavery Society (1880-1902)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

RUGEMER, Edward Bartlett. **The Problem of Emancipation. The Caribbean Roots of the American Civil War**. Louisiana State University Press, 2009.

SILVA, Tânia Soares da. **Imigração norte-americana, “esperança de civilização”**. Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030183_ARQUIVO_Imigracaonorteamericana\(ANPUH1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313030183_ARQUIVO_Imigracaonorteamericana(ANPUH1).pdf)

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco. Um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbook, 2002.

_____. **E o Vale era escravo. Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. **Fronteiras negras ao Sul: As propostas dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860**. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História), USP.

_____. “Negros sonhos: os projetos de colonização de afro-americanos no Brasil e na América-Central durante a Guerra de Secessão.” In: MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: EDUSP. No prelo.

_____. **Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização para afro-americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos anos 1860**. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Emancipação, Expulsão e Exclusão: Visões do Negro no Brasil e nos Estados Unidos nos anos de 1860. Sankofa. **Revista de História da África e dos Estudos da Diáspora Africana**, n. 3, 2009.

SANTOS, Claudia Andrade dos. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria. Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho. Rio de Janeiro: LEDDES-UERJ, 2002.

_____. Abolicionismo e visões da liberdade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 1, 2007, pp. 50-61.

_____. A questão fundiária na “Transição” da Monarquia para a República. In: MOTTA, Marcia (org.) **Direito às avessas**. Rio de Janeiro: EDUFF/ UNICENTRO, Coleção Terra, 2011, pp. 217-237.

_____. Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. In MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso Thomas, **Tornando-se livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das e raças: cientistas, instituições questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo de Abolição brasileira. In CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos, orgs. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Retrato final em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEIGEL, Micol. **Beyond Compare: comparative method after the transnational turn**. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, Winter 2005.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de Cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão, uma investigação de História Cultural.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jaime da, BIRMAN, Patrícia e WANDERLEY, Regina (orgs.). **Cativeiro e Liberdade.** Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1991.

_____. **Degrees of Freedom: Louisiana ad Cuba after slavery.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

_____. **Slavery and the Law in Atlantic Perspective: Jurisdiction, Jurisprudence, and Justice.** Law and Historical Review, vol. 29, N. 4, November, 2011.

_____. & HÉBRARD, Jean. **Freedom Papers: an Atlantic odyssey in the age of emancipation.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SCULLY, Pamela & PATON, Diana. **Gender and Slave Emancipation in the Atlantic world.** Duke University Press, 2005.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil.** *Revista USP*. São Paulo, n.12, p.48-67, 1991/92.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado atlântico.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SIMMONS, Charles Willis. **Racist Americans in the Multi-Racial Society: Confederate Exiles in Brasil.** The Journal os Negro History, vol. 67, n. 1 (Spring, 1982). pp. 34-39.

SMICHDT-NOWARA, Christopher E. **Empire and Antislavery: Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-1874.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.

_____. **The Problem of Slavery in the age of capital: Abolitionism, Liberalism, and Counter-Hegemony in Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1886.** PhD diss. University of Michigan, 1995.

SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Fátima S. (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SUTHERLAND. Daniel E. **Looking for a Home: Louisiana emigrants during the Civil War and Reconstruction.** The Journal of the Louisiana Historical Association, vol. 21, n. 4, pp. 341-159.

TESTA, Silvina. Memória de la esclavitud y debate racial: la cuestión de la “identidad negra” en Cuba. **Revista Nuevo Mundo**, Mundo Nuevos, 2010. .

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da Escravidão: trabalho, capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Coroas de glória, Lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WALVIN, James. Black Ivory. **A History of a British Slavery**. London: Fontana Press, 1993.

WEAVER, Blanch Henry Clarck. **“Confederate emigration to Brazil.”** The Journal Southern History. Georgia, v.27, n.1, p.33-53, feb.1961.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo & Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto & GOMES, Flavio. (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2012.